

“QUE EXISTA A LUZ!”

Espaços luminosos, multiterritorialidades e os destinos indutores do turismo: Bonito e Corumbá - MS



Marcos Pereira Campos

Programa de Pós-Graduação FCT/Presidente Prudente – UNESP
TESE DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA - 2020



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**“QUE EXISTA A LUZ!” ESPAÇOS LUMINOSOS,
MULTITERRITORIALIDADES E OS DESTINOS INDUTORES DO
TURISMO: BONITO E CORUMBÁ – MS**

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente – SP para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz.

C198" Campos, Marcos Pereira
"Que exista luz!": : Espaços luminosos, multiterritorialidades e os destinos indutores do turismo: Bonito e Corumbá - MS / Marcos Pereira Campos. -- Presidente Prudente, 2020
301 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Rosângela Custódio Cortez Thomaz

1. Políticas públicas de Turismo. 2. Tramas territoriais. 3. Geometrias do poder. 4. Governança. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: “QUE EXISTA A LUZ!” ESPAÇOS LUMINOSOS, MULTITERRITORIALIDADES E OS DESTINOS INDUTORES DO TURISMO: BONITO E CORUMBÁ – MS

AUTOR: MARCOS PEREIRA CAMPOS

ORIENTADORA: ROSANGELA CUSTODIO CORTEZ THOMAZ

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dra. ROSANGELA CUSTODIO CORTEZ THOMAZ
Curso de Turismo / UNESP / Câmpus de Rosana

Prof. Dr. MILTON AUGUSTO PASQUOTTO MARIANI **VIDEOCONFERÊNCIA**
Departamento de Economia e Administração / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO **VIDEOCONFERÊNCIA**
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP

Prof. Dr. MAURO JOSÉ FERREIRA CURY **VIDEOCONFERÊNCIA**
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES **VIDEOCONFERÊNCIA**
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP

Presidente Prudente, 17 de junho de 2020

Dedico esta Tese a minha amada mãe **Maria Rosa Pereira Campos** (Nordestina retirante. Minha “Maria Bonita”) e ao meu pai **Silvestre Campos** (*in memorian*) (Homem Pantaneiro), por acreditarem na força libertadora da educação. Ao amor que (R)existe em nós.

AGRADECIMENTOS

Li certa vez que o menino Tolstói tinha medo de olhar para trás. “E se o meu olhar não tiver tempo de criar o mundo antes de eu me virar?” Outro dia, em uma conversa de bar¹, um amigo físico me disse que a formiga não sabe que existe um mundo para além da direção horizontal ao longo da qual tateia. Assim, quando a formiga escala a perna de uma mesa, não sabe que encontrará uma realidade perpendicular sobre a qual os copos de cerveja vão sendo esvaziados. “A morte não tem data marcada para ocorrer”. Assim Samuel Beckett começa *O Inominável* para inflamar o medo do menino Tolstói. (Consigo auscultar os sussurros de Beckett à formiga: “Continue tateando...”) (VASSOLER, 2014, p. 8).

Iniciar meus agradecimentos com a citação de Vassoler (2014), é deveras intencional pois, tal como apresentado pelo autor, e com o meu distintivo grifo, a grande preocupação que me apresenta neste momento, é o de olhar para trás. Medo. Eis o sentimento do menino Tolstói. Eis o meu sentimento. Medo da necessidade de listar acontecimentos e pessoas que me atravessaram e/ou foram atravessadas por mim durante a trajetória do Doutorado. Medo pelas escolhas que devem ser feitas ao nominá-las. Acredito na potência humana daqueles que reconhecem tudo que foi vivido/experenciado.

O desenho da produção de uma Tese de Doutorado², tem o peso de uma escrita solitária, ao mesmo tempo, do encontro de “gentes” que compõem a sua estrutura. “Está carregada de afetos, presenças e saudades” (SOUZA, 2017).

Na tentativa de não incorrer pelo mal da ingratidão, e inspirado pela poesia/oração de Spinoza, que orienta-nos na sua forma de agradecer a Deus, assim: “Expressa tua alegria! Esse é o jeito de me louvar”, apresento aqueles³ que foram, direta ou indiretamente, importantes para a realização deste sonho, cada qual de uma

¹ Foram alguns encontros, posso dizer, necessários, entre os colegas/amigxs e até orientadora (espere! para ela, foi com café na cantina da UNESP, entre uma orientação e reunião), em cafés, bares e restaurantes em Presidente Prudente). Há uma Geografia sendo feita pelos/nos bares, pelas cantinas, por vários geografxs.;

² Para amenizar a saudade, acalantar a alma, a produção da tese teve uma trilha sonora. Aos que quiserem ouvir a playlist (modo streaming do Spotify) cujo nome: “Que exista LUZ: [DOUTORADO] Marcos Campos,” fica o convite.

³ O uso da letra “x” no local de marcação de gênero indica que o termo referido diz respeito aos dois gêneros marcados em língua portuguesa.

forma única.

Agradeço a minha “Maria Maria” a que “possui a estranha mania de ter fé na vida” (Milton Nascimento). Ao meu amado pai, Silvestre Campos (*in memoriam*), “penso que cumprir a vida, seja simplesmente compreender a marcha, e ir tocando em frente” (Almir Sater).

Aos meus irmãos Silvia Pereira Campos e Luiz Eduardo Pereira Campos, meus agradecimentos em versos musicais: “eu gosto tanto de você(s), que até prefiro esconder, deixo assim, ficar subentendido” (Lulu Santos). Minha irmã e meu irmão, não vou esconder meus sentimentos: obrigado pela força e carinho. Amo vocês. Aos meus sobrinhos Deborah Campos Duarte e Edson Antônio Duarte Neto, “se o mundo ficar pesado, eu vou pedir emprestado, a palavra poesia. Se o mundo emburrecer, eu vou rezar pra chover, palavra sabedoria” (Samba da Utopia – Ceumar). Ao meu anjo Rafael Campos Duarte (*in memoriam*): “Os astros podem contar, no dia em que me perdi, foi que aprendi a brilhar. Eu vi, virei ESTRELA.” Estrela – Vander Lee).

Ao meu sobrinho-filho Bruno Vicente Campos, “Ah meu Deus! Eu sei, eu sei; que a vida devia ser, bem melhor e será(...)” (O que é, o que é – Gonzaguinha), sua bondade transborda e me traz paz. Você traz luz para minha vida.

As minhas amadas amigas Larissa Coutinho e Rizia Mares; e aos também amados Adriano Amaro, Guilherme Claudino e Jefferson Martins (minha família da UNESP). A Pós-Graduação foi um período de ricos encontros (de corpo e d’alma). As perspectivas ideológicas, humanitárias e políticas foram essenciais para a conformação destas amizades. A poesia do Teatro Mágico fala por mim: “Metade de mim, agora é assim; de um lado a poesia, o verbo, a saudade. Do outro a luta, a força e a coragem pra chegar no fim.”

A Professora Doutora Rosângela Custódio Cortez Thomaz, minha orientadora; pela confiança depositada, pelas inúmeras conversas que possibilitaram reflexões e amadurecimentos, tanto na perspectiva acadêmica/profissional, bem como, pessoal. Aos Professorxs da Pós-Graduação em Geografia – FCT - UNESP, em especial, Eliseu Sposito, Marcos Aurélio Saquet, Márcio Catelan e Nécio Turra Neto, pelos diálogos realizados em torno dos conceitos/teorias e metodologias da Geografia e/ou de áreas afins, que permitiram significativos avanços, tanto para a construção da Tese, bem como, e em especial, para a construção/fortalecimento do conhecimento geográfico.

Aos professores Milton Mariani (UFMS), Nécio Turra Neto (UNESP), Mauro José Ferreira Cury (UNOESTE), Carlos Alberto Feliciano (UNESP) e Joao Osvaldo Nunes (UNESP) pela leitura atenciosa e pelas profícuas contribuições (tanto do Exame de Qualificação e Defesa Pública da Tese).

As estimadas Aline da Silva R. Muniz e Cíntia Thiemi Onishi – Seção Técnica de Pós-Graduação FCT – UNESP, pelo sempre pronto atendimento e zelo para com o atendimento das demandas dxs pós-graduandxs.

Aos colegas da Sala da Pós-Graduação: Angela Machado, Ester Ribeiro, Fredi Bento e Jóice Konrad. Compartilhamos grandes debates na sala da pós-graduação – o lugar de todas as Geografias. A Mariana Nishizima (GAIA) por ter compreendido os “meus devaneios” e ideias para confecção dos mapas. Você é brilhante.

Preciso confidenciar a todxs. Devo também ao golpista #EleNão por alguns grandes encontros durante a trajetória do Doutorado. A força aguerrida destas mulheres me motiva a continuar a lutar. A Resistir. Agradeço as minhas amigas: Danielle Frasca Teixeira, Lidiana Pinho, Edir Neves Barboza, Silvia Teixeira (e família). Aproveito a rica oportunidade: #ForaBolsonaro.

Ao Artur Oruê e Katiucia Cristaldo, os grandes personagens do meu livro de memórias. “Olhar para trás” sem a presença de vocês não têm sentido. Uma amizade que transcende o tempo. Tem amor na nossa história.

Há uma geografia que é feita pelas/nas redes sociais. A trajetória deste Doutorado perpassa a virtualidade, as “redes”, os encontros entre(linhas) e os (nó)s. As inúmeras conversas e os risos por meio do WhatsApp, Facebook e Instagram com os estimados: Hamilton Romero, Marco Antônio, Luiz Martins, André Valverde, Hugo Hage Serra e Adriano Castro.

Agradeço também aos que me fizeram sentir em casa em Presidente Prudente. Foram companhias em momentos de tensão da Tese: Hedder Sabino e Eduardo Maranhão (amigos das noites gastronômicas); a Marcia Tanaka, Larissa Moura, Idelma Moura, Daiana Rosa e Priscila Muniz, grandes flores do “Jardim das Rosas”, bem como ao Jean Marcel e ao Frederico Gambardella: sou eternamente grato.

A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), pela minha formação profissional. Aos colegas de trabalho; docentes (Ao Professor Doutor André Luiz, por ter sido um grande mestre e amigo, e em especial, pela grande contribuição ainda por conta da leitura do Projeto para Seleção do Doutorado), aos colegas técnicos administrativos e aos acadêmicos do Curso de Turismo (Campus Aquidauana). A

todos que estão lutando por uma Universidade pública, laica, inclusiva/plural e de excelência.

As amigas do Nordeste Daniella Pereira (agradeço a amizade sincera, colaboração com o pensamento crítico quando conversávamos sobre a tese e sua forma empática de conduzir a vida. Agradeço por poder participar do seu grupo de pesquisa: PLANTUR) e a Claudia Helena, sempre ao meu lado, mesmo à distância. Sua arte me encanta.

As minhas amigas, Elionete de Castro Garzoni e Miriam Brum, pelas grandes conversas (uma conexão inexplicável: rede do amor) durante o processo de Doutorado. Pelas palavras que orientavam e me conduziam a refletir sobre questões importantes da tese e para além dela.

A Clediane Santos e Willian Ribeiro, colegas de trajetória e das pesquisas de Geografia do Turismo.

A Priscila Vargas da Silva e Isabelle Pinheiro, grandes Turismólogas, pesquisadoras e colegas de trabalho. Cumpriram um papel ímpar neste processo. Uma amizade que tem no DNA a Gratidão.

A Lejânia Malheiros, uma aguerrida Turismóloga, uma amiga da causa do Turismo. Sua “voz” ecoa nesta tese. A Greice Feliciano, grande contribuição durante a trajetória (da vida) do Doutorado (e a todxs do Observatório de Turismo – MS). Aos informantes que narraram as territorialidades e suas tramas nas regiões da pesquisa.

Ao Grupo “Bolsistas Capes” (Facebook), grande rede de pesquisadorxs. Canal de informação/debate/reflexão e entretenimento no mundo das ciências.

Ao governo Lula, que através das políticas públicas de educação possibilitou a um jovem pobre do interior do Mato Grosso do Sul, fazer uma pós-graduação e realizar um grande sonho, ser docente de uma Instituição Pública do Ensino Superior. E agora um Doutorado. As políticas públicas transformam vidas.

Que a LUZ que emana do conhecimento e do amor esteja com todxs.

Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios,
mesmo que precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis.
Porque metade de mim é feita de sonhos
e a outra metade é de lutas.
(VLADIMIR MAIAKOVSKI)

Ontem um menino que brincava me falou que hoje é semente do amanhã...
Para não ter medo que este tempo vai passar...
Não se desespere não, nem pare de sonhar
Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs... Deixe a luz do sol brilhar no
céu do seu olhar! Fé na vida. Fé no homem. Fé no que virá!
nós podemos tudo. Nós podemos mais. Vamos lá fazer o que será.
NUNCA PARE DE SONHAR⁴
(GONZAGUINHA)

⁴ Gonzaguinha chama-nos para pensar a respeito das REDES, ao passo que ela se faz na força coletiva dos/de NÓS. Poderia ser somente a epígrafe da tese, da minha perspectiva acerca da pesquisa. Porém, quero possibilitar um olhar para o mundo em tempo de Corona Vírus (março/2020). Estava em mente uma outra frase de epígrafe, mas seria egoísmo não pensar no mundo/na nossa sociedade. Quero um dia poder abrir esta tese e me lembrar que ela foi escrita em tempos cinzentos (sociais, econômicos), e que a política do afeto, em diferentes escalas, em diferentes territórios prevaleceu. Eu creio.

CAMPOS, Marcos Pereira. “**QUE EXISTA LUZ!**” **Espaços luminosos, multiterritorialidades e os destinos indutores do Turismo: Bonito e Corumbá** – MS. 2020. 301f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

RESUMO

Os destinos indutores do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), fruto da política multiescalar do turismo no Brasil, ocorre por conta das territorialidades dos agentes sociais do turismo, com destaque para o Agente Mercado e Estado. Parte-se da identificação dos destinos indutores do turismo como elementos das “novas desigualdades territoriais”, ou seja, como “espaços luminosos.” Neste sentido, o objetivo desta tese é buscar compreender as multiterritorialidades dos destinos indutores do turismo no Estado do Mato Grosso do Sul, com foco nos municípios Bonito e Corumbá, das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente, bem como, analisar seus rebatimentos multiescalares. Parte-se do entendimento do Turismo como um fenômeno socioespacial complexo, para tanto, necessita-se compreendê-lo à luz dos agentes sociais, quais sejam: turista, mercado, Estado, comunidade receptora, trabalhadores direto/indiretos do turismo. Apresentam-se duas agendas de análise para o melhor entendimento do espaço turístico: 1. à luz do deslocamento/fluxo (dos turistas), por meio dos modelos (espaço emissor, zona de deslocamento e receptivos) e; 2. Que compreende o espaço por meio de uma perspectiva abrangente/dinâmica, relacionando-o as questões temporais e escalares. Para compreender tais dinâmicas multiterritoriais e multiescalares, optou-se pela pesquisa qualitativa, com uma abordagem teórico-empírica, utilizando de entrevistas semiestruturais em especial, com os representantes do Turismo do Estado (diferentes níveis), representantes das Instâncias de Governança Regionais (Fórum Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal) e representante da Associação Visit Pantanal e Associação Rota Pantanal Bonito; assim, como a pesquisa documental. E, como método de análise, o de conteúdo, conforme Bardin (1977). Verifica-se que as tramas territoriais se deram por meio de uma “geometria do poder”, em especial, considerando a existência de diferentes poderes, macro e micro, que reconfigura o *modus operandi* do Estado, em função, das demandas do mercado. Propõe-se, ao final, uma agenda de discussão/reflexão buscando novos estudos para o objeto da pesquisa, bem como, uma nova configuração da regionalização do Turismo no MS, com destaque para Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, tendo como referências os municípios de Bonito e Corumbá.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Turismo. Tramas territoriais. Geometrias do poder. Governança.

CAMPOS, Marcos Pereira. "LET THERE BE LIGHT!" LUMINOUS SPACES, MULTI-TERRITORIALITIES, AND TOURISM-INDUCING DESTINATIONS: BONITO AND CORUMBÁ-MS. 2020. 301f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020

ABSTRACT

The destinations that induce the Tourism Regionalization Program (Programa de Regionalização do Turismo), the result of the multifaceted tourism policy in Brazil, occur due to the territoriality of social agents in this modality, with emphasis on the Market Agent and the State. It emerges from the identification of tourism-inducing destinations as elements of the “new territorial inequalities”, that is, as “luminous spaces”. In this sense, the objective of this thesis is to seek to understand the multi-territorialities of the tourism-inducing destinations in the State of Mato Grosso do Sul (MS), focusing on the cities of Bonito and Corumbá, in the regions of Bonito/Serra da Bodoquena and Pantanal, respectively, as well as analyzing their multiscale hitting. This process comes from the understanding of tourism as a complex socio-spatial phenomenon because it is necessary to understand it in the light of social agents, namely: tourist, market, State, receiving community, direct or indirect workers of tourism. Two analysis schedules are presented for a better understanding of the tourist space: a) in the light of the flow of tourists, through the models (emissive space, displacement, and receptive area) and; b) that understands space through a comprehensive and dynamic perspective, relating it to temporal and scalar issues. To understand such multi-territorial and multi-scale dynamics, qualitative research was chosen, with a theoretical-empirical approach, using semi-structural interviews in particular, with representatives of State Tourism (different levels), representatives of Regional Governance Instances (Forum Bonito/Serra da Bodoquena and Pantanal) and representative of the Visit Pantanal Association and the Rota Pantanal Bonito Association; as well as documentary research. And, as a method of analysis, according to Bardin (1977), it verifies that the territorial plots occurred through a “geometry of power”, especially considering the existence of different powers, macro and micro, that reconfigures the way of operation of the State, in the function of the demands of the market. In the end, a discussion/reflection agenda is proposed, showing new studies for the research object, as well as a new configuration of the regionalization of Tourism in MS, with an emphasis in Bonito/Serra da Bodoquena and Pantanal, having as references the cities of Bonito and Corumbá.

Keywords: Public Tourism Policies. Territorial plots. Geometries of power. Governance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Criação de Adão de Michelangelo.	21
Figura 2 – Marca "Isto é Mato Grosso do Sul".....	22
Figura 3 – Localização dos destinos indutores Bonito e Corumbá: uma perspectiva das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal (MS).....	28
Figura 4 – Perspectiva da política de indução do turismo no MS e sua espacialização.....	31
Figura 5 – Socioespacialização do pesquisador nas regiões objeto empírico da Tese.....	35
Figura 6 – Esquema síntese da abordagem metodológica da Tese.....	40
Figura 7 – Fases da Análise de Conteúdo.	51
Figura 8 – Bonito, belezas e águas límpidas geram riqueza. Agricultura da soja desmata, turva a água e espalha veneno.....	59
Figura 9 – Regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal: interface multidimensional.....	61
Figura 10 – Tipologia dos municípios turísticos.....	64
Figura 11 – Espelho do Site “VisitMS”: Mergulho em Bonito e Cruzeiro em Corumbá.....	65
Figura 12 – Dinâmica de voos aéreos para o MS (Campo Grande) e entre os destinos Bonito e Corumbá.....	66
Figura 13 – Espelho do Site “VisitMS”: link para região Pantanal.....	69
Figura 14 - Abordagem do turismo no Pantanal Mato-Grossossense.	71
Figura 15 – Localização da Região Turística Internacional de Corumbá na América do Sul.	75
Figura 16 – Bonito é premiado pela 15ª vez como melhor destino de ecoturismo do Brasil.....	78
Figura 17 – Espelho do Site “VisitMS”: link para região Bonito/Serra da Bodoquena.	81
Figura 18 – Chegada de turistas internacionais por blocos.	90
Figura 19 – Importância do turismo na economia mundial.	90
Figura 20 – Chegada de Turistas estrangeiros ao Brasil.....	91
Figura 21 – Mapa do fluxo turístico internacional para o Brasil – 2016.....	91
Figura 22 – Franquia fast food - Subway - Bonito (MS).....	97
Figura 23 – Franquia Lojas Havaianas - Bonito (MS).....	97
Figura 24 – Gol voará de Guarulhos para Bonito (MS) em 2019.....	98
Figura 25 – Espaço Turístico a partir do Fluxo origem-ligação-destino.	101
Figura 26 – Modelo de Mariot do Fluxo de turistas.....	102
Figura 27 – Modelo teórico de enfoque espacial de Palhares.	103
Figura 28 – Modelos de viagens recreativas e excursionistas de Campbell.	104
Figura 29 – Relações dos agentes produtores do turismo.....	119
Figura 30 – Principais objetivos da territorialização por Rogério Haesbaert.	123
Figura 31 – Problemática relcional entre os agentes sociais do turismo.....	147
Figura 32 – O uso da escala geográfica como parâmetro de diferenciação espacial.	162
Figura 33 – Empresas associadas a Visit Pantanal (janeiro/2019).....	170
Figura 34 – Espacialização das Empresas Associadas a Visit Pantanal (jan. 2020).	171
Figura 35 – Municípios se unem para impulsionar turismo no Pantanal.	173
Figura 36 – Pantanal Sul e Serra da Bodoquena se unem para divulgar a região.....	174
Figura 37 – A Visit Pantanal marcando presença na Audiência Pública sobre o Turismo.	177
Figura 38 – Rota de integração deve potencializar turismo entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile	181
Figura 39 – Ilustrações da tentativa de inversão de tendência de abordagem e práxis cotidiana.	187
Figura 40 – Mapa de Regionalização do Turismo no MS: ano 2017.	207
Figura 41 – Atrativo turístico: tramas territoriais.	218
Figura 42 – Territorialidade em rede do Turismo: Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal.	219
Figura 43 – Boca da Onça Ecoturismo no site do COMTUR – Bonito.....	223

Figura 44 – Trajeto Miranda - Corumbá.	225
Figura 45 – Visit Pantanal marcando presença na Feira Internacional de Turismo – ABAV 2018.	237
Figura 46 – Apresentação institucional da FUNDTUR: “Estratégias para o Turismo em Mato Grosso do Sul”.	243

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informantes acionados(as) na Tese.	47
Quadro 2 – Município de Corumbá no contexto das Sub-regiões Pantaneiras de MS.....	67
Quadro 3 – Componentes do espaço turístico proposto por Roberto Boullón.	105
Quadro 4 – Síntese da concepção de Claude Raffestin (1967-2010).....	120
Quadro 5 – Síntese da abordagem e compreensão de território de Marcelo Lopes de Souza.	121
Quadro 6 – Abordagem de território e/ou territorialidade pelas diferentes ciências.	122
Quadro 7 – Agentes sociais produtores do turismo: lógica de apropriação dos espaços. .	128
Quadro 8 – Sistematização das teses de Michel Foucault.	139
Quadro 9 – A produção da escala em Smith.	166
Quadro 10 – Potencialidades e fragilidades dos postulados da governança.	199
Quadro 11 – Programa de Regionalização do Turismo: marcos históricos.	202
Quadro 12 – Critérios de avaliação do Programa de Classificação dos Municípios.....	210
Quadro 13 – Categorias de Classificação dos municípios turísticos do MS: principais benefícios	212
Quadro 14 – Relação dos municípios das regiões turísticas de Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal e as suas respectivas categorias e avaliações.....	2014
Quadro 15 – Análise da Associação Rota Pantanal Bonito.	231

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Motivação de viagens de turistas internacionais 2016.	92
Tabela 2 – Percentual de chegadas de turistas dos 3 maiores países de residência permanente emissores para MS por todas as vias de acessos – 2008 – 2017.	180
Tabela 3 – Número de Meios de Hospedagem em 2018.	208
Tabela 4 – Quantitativo de Guias Cadastrados em MS.	209

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro Turismo
FCT- UNESP	Faculdade de Ciência e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista
	Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul
FUNDTUR-MS	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Instância
IBGE IGR	de Governança Regional
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNT	Plano Nacional do Turismo
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UFMS-CPAQ	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus de Aquidauana

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	20
1 INTRODUÇÃO	24
1.1 Abordagem teórico-metodológica e política adotada na tese.....	32
1.1.1 “A pesquisa é sempre um caminho em construção”.....	39
1.1.2 Acionando os sujeitos da tese: informantes	45
1.1.3 O movimento da pesquisa: o trabalho de campo	49
1.2 Tratamento dos dados: o conteúdo em análise.....	51
1.3 Isto é (realmente) Mato Grosso do Sul: os municípios Bonito e Corumbá no contexto geográfico/turístico.....	55
1.3.1 Pantanal: “Corumbá incrível” em análise.....	66
1.3.2 Bonito/Serra da Bodoquena: Bonito é “o melhor destino de ecoturismo do Brasil”	77
2 “NENHUM MOVIMENTO É TOTALMENTE LIVRE?” POR UMA GEOGRAFIA DO/PARA O TURISMO.....	83
2.1 Movimento: para entender a lógica do Turismo.....	84
2.2 Turismo? Fenômeno socioespacial complexo.....	93
2.3 “O espaço é igualmente vivo, igualmente desafiador”: por uma agenda de análise do fenômeno socioespacial complexo do Turismo	99
3 TURISMO E MULTITERRITORIALIDADE: “A PARTIR DA ÓTICA DO MERCADO ELES VÃO SE ALERTAR PARA OUTRAS QUESTÕES”	113
3.1 Por uma concepção do conceito território? A pluralidade integradora e relacional do conceito	125
3.2 Nas tramas do poder: Por uma abordagem relacional para o Turismo	136
3.3 Turismo e descontinuidade territorial: por uma abordagem dos territórios-rede.....	155
4 “[...] TANTO A MOBILIDADE QUANTO O CONTROLE SOBRE ELA REFLETEM E REFORÇAM O PODER”: TURISMO E DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL	160
4.1 “A produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa”	161
4.2 “Uma arena política”: Geometrias do poder	179

4.3 Políticas Públicas e Turismo: uma abordagem territorial.....	190
4.3.1 Programa de Regionalização do Turismo (PRT): um caso de “diferenciação e desigualdade territorial”?	195
5 QUE EXISTA A LUZ? OS DESTINOS INDUTORES BONITO E CORUMBÁ – MS EM ANÁLISE	206
5.1 Política de Turismo: o PRT no MS	207
5.2 Compreendendo os destinos indutores: Bonito e Corumbá, das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, na perspectiva da abordagem territorial ..	215
5.3 Verificando as atuações das Instâncias de Governança Regionais (IGR): Fórum Bonito/Serra da Bodoquena e Fórum do Pantanal, frente as suas respectivas regiões	226
5.4 Compreendendo as tramas multiterritoriais dos agentes sociais do turismo em uma perspectiva multiescalar	235
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
6.1 Questionamentos advindos da tese: formulação de uma agenda de/para discussão	243
REFERÊNCIAS.....	247
APÊNDICE.....	269
ANEXO.....	286

APRESENTAÇÃO

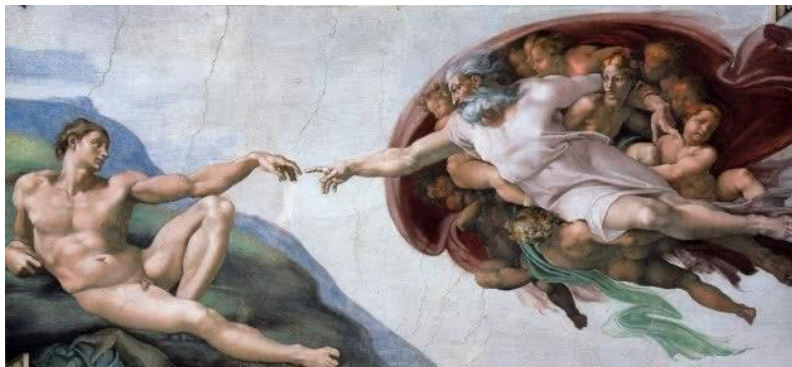
Um outro elemento entra em cena para a compreensão do espaço e do tempo: a luz. Ela relativiza as suas dimensões porque, teoricamente, pode chegar em momentos diferentes a diferentes observadores. No entanto, é preciso também, segundo essa teorização, compreender que a luz traz informações do passado (SPOSITO, 2004, p. 99).

Para dar início a esta Tese de Doutorado em Geografia, precisamos fazer algumas breves considerações a respeito da capa e, bem como, a sua conexão com o título. Tal proposta, remete-nos às “Notas Prévias” de Claude Raffestin, em seu livro “Por uma Geografia do Poder”, quando da apresentação do Quadro de Goya (presente na capa daquele livro), por meio dele o autor sintetiza as inúmeras possibilidades relacionais existentes, ou seja, “a representação de um equilíbrio entre uma infinidade de desequilíbrios possíveis que podemos imaginar, mas não verificar”. O que mais chama-nos a atenção, é o fato de que, tais “relações de poder se inscrevem numa cinemática complexa” (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

A capa da Tese apresenta/representa alguns elementos importantes para o entendimento do que é empreendido ao longo deste trabalho. Tais elementos constituem, em certa medida, um quadro resultante/síntese de alguns aspectos da análise e discussão realizadas na presente pesquisa. Vale destacar que o referido quadro trata-se da (re)leitura da “A Criação de Adão” de Michelangelo (Figura 1). Obra esta que reproduz uma importante passagem do Livro do Gênesis: “o momento em que Deus cria o primeiro homem, Adão. Trata-se de uma narrativa (...) conta uma história através da imagem, capturando o instante no qual a vida humana está prestes a começar”⁵.

⁵ Reportagem: “A Criação de Adão de Michelangelo”. Disponível em: www.culturagenial.com. Acesso em: set. 2019.

Figura 1 – A Criação de Adão de Michelangelo.



Fonte: www.culturagenial.com – Acesso em: out. 2019

Na (re)leitura realizada na capa desta tese, utilizamos signos/símbolos representativos que caracterizam conceitos, temas, entre outros elementos (i)materiais dispostos ao longo deste trabalho, bem como, e principalmente, estabelecemos uma relação com os diferentes agentes produtores do turismo, em especial, o Estado e o Mercado (que serão objetos de discussão e análise exaustivas neste trabalho), não deixando de considerar os outros agentes do espaço, quais sejam: os turistas, os trabalhadores do turismo (diretos e indiretos) e a comunidade receptora (FRATUCCI, 2008).

Desta feita, ainda no quadro das representações, utilizamos como Adão, o agente mercado, que no caso da tese, seriam todos os agentes que constituem o mercado dos negócios do turismo (agências/operadoras, empresas de transportes, setor de alimentação e bebidas, atrativos turísticos etc) e, bem como, as Associações de classe das atividades relacionadas ao turismo. Para representar Deus, é simbolizado pelo Estado, em especial, pela instituição Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul (FUNDTUR), sem desconsiderar as outras escalas que o Estado se faz presente, a saber: a local, com as Secretarias e/ou Fundações de Turismo dos municípios, a regional, presente nas instâncias de governança regionais (com assento representativo), ou seja, os Fóruns Regionais e a nacional, com o Ministério do Turismo (MTur).

Em alusão ao Estado, trazemos o símbolo que denota a sua marca promocional denominada “Isto é Mato Grosso do Sul” (Figura 2). Assim, é importante destacarmos que a referida marca aparece em forma de etiqueta, devidamente posicionada no seu

dedo indicador; dedo este responsável pela criação.

Figura 2 – Marca "Isto é Mato Grosso do Sul".



Fonte: www.turismo.ms.gov.br. Acesso em: nov. 2019

Com isso, intencionalmente, estamos propondo uma leitura que aproxima o Estado ao agente mercado, dando a ideia de um produto a ser comercializado, ou seja, objeto do mercado, ou subordinado a sua lógica, como demonstraremos no “jogo dialógico” e/ou nas tramas de poder entre estes agentes sociais do Turismo. A referida perspectiva da dinâmica ora apresentada ocorre no Estado do Mato Grosso do Sul (MS), justificando a presença do mapa (em vermelho ao fundo da imagem).

Outra questão que precisamos apresentar ainda nesta apresentação: qual a razão que justifica o título da tese? Qual sua ligação com as questões que serão empreendidas, em especial, no tocante às multiterritorialidades dos diferentes agentes sociais do turismo, em especial, em relação aos destinos indutores⁶ do turismo no MS, os municípios Bonito e Corumbá, do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), advindo da Política Nacional de Turismo (PNT), bem como, os seus rebatimentos e/ou articulações em diferentes dimensões multiescalares?

Para tanto, precisamos trazer à baila, ainda, algumas proposições acerca do entendimento de luz/luminosidade a partir da identificação das “novas desigualdades territoriais”, com destaque para os “espaços luminosos”, representado, também, no quadro/capa, e o seu par dialético, os “espaços opacos” (SANTOS; SILVEIRA, 2001; RIBEIRO, 2012), bem como, a compreensão dos “agentes sociais e/ou produtores do turismo” (FRATUCCI, 2008)⁷, sob uma abordagem da “problemática relacional”

⁶ Importante denotar que com o PNT 2013-2016 (BRASIL, 2013), os 65 destinos deixaram de ser chamados de indutores, mas seguem no programa de competitividade, a fim de que mantenham a série histórica das pesquisas, desta forma, optamos em continuar com a nomenclatura.

⁷ Cf. Agentes sociais (FRATUCCI, 2008) capítulo 3 da tese.

(RAFFESTIN, 1993) e da “geometria do poder” (MASSEY, 2000)⁸.

Desta feita, “que exista luz”, denota a existência “de um sistema de relações no interior do qual circula o poder, uma vez que este é consubstancial à toda relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 6). “Que exista luz” é a abstração do resultado desta relação (ou relações) social/sociais. É a cristalização do resultado da(s) multiterritorialidade(s), no caso, de uma política nacional (poder supremo? tal como em Gên. 1, 1-3?) advinda do Ministério do Turismo (MTur), por meio de uma ação política: a criação dos destinos indutores (espaços luminosos), em um processo que estamos considerando como sendo de “diferenciação no território”, ou seja, uma “desigualdade territorial” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), em uma perspectiva multiescalar.

⁸ Cf. Geometria do poder (MASSEY, 2000) capítulo 4 da tese.

1 INTRODUÇÃO

O autor é uma referência fundamental, mas cada metodologia e, também, cada corpo teórico tem uma aplicabilidade na pesquisa para a qual foi criado. Se isso não for considerado, fatos da realidade espacial podem ser deixados em um segundo plano. Por isso é que não tomamos a proposta do autor como modelo, mesmo porque as imaginações geográficas são outras, as experiências de vida também. A pesquisa é um recorte subjetivo e particular! De um “eu”. Um eu que seleciona o que interessa. Por conseguinte, ela é uma leitura do mundo feita a partir das minhas concepções filosóficas, culturais e psicológicas. (MARTINS, 2011, p. 31).

A Política de Turismo no Brasil apresenta uma configuração estrutural e processual em diferentes níveis escalares: do nacional (Federal) ao local. Vale salientar que esta perspectiva do turismo se configura em uma lógica multiterritorial a partir das inúmeras relações entre os “agentes sociais do turismo” (FRATUCCI, 2008), quais sejam: turistas, mercado, Estado, comunidade receptora e os trabalhadores diretos/indiretos, no qual denominamos de tramas territoriais do turismo.

Neste sentido verificamos que o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), fruto da política nacional, impõe ou suscita a criação de “novas desigualdades territoriais”, como preconizado por Santos e Silveira (2001), ou seja, a conformação espacial dos destinos indutores do turismo.

Segundo o MTur, os destinos indutores de desenvolvimento são:

[...] aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, são aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido (BRASIL, 2007, p. 3).

Somado às questões das “novas desigualdades territoriais”, os destinos indutores, tal qual aparece no documento ministerial, indica para a seletividade de parcelas do espaço, tendo como critério de constituição os elementos técnicos, os da estrutura dos equipamentos e atrativos turísticos, sejam eles referentes a sua quantidade, qualidade e diversidade no território.

Tendo como base tais prerrogativas, estes destinos ainda são capazes de motivar deslocamentos, influenciar na estrutura turística direta do local, e em certa

medida, na configuração regional, seja por meio da distribuição espacial de turistas, ou na possibilidade do aumento na taxa de sua permanência no território.

No que se refere aos rebatimentos do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), num contexto multiescalar do turismo junto às regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, no Estado do Mato Grosso do Sul (MS), a hipótese levantada por esta tese é que por conta dos destinos indutores do turismo, Bonito e Corumbá, vemos engendrado uma trama de poder, ou seja, uma perspectiva multiterritorial protagonizada em destaque pelo mercado e pelo Estado, sem desconsiderar os demais agentes do turismo.

Desta feita, defendemos a tese de que as políticas públicas multiescalares do turismo advindas do PRT, os destinos indutores do MS, Bonito e Corumbá, e das suas multiterritorialidades reverberam pelas localidades das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, dado por conta das lógicas dos agentes sociais do turismo, com destaque para o Estado e o Mercado.

Para efeitos da tese, o desenho da problemática foi o de buscar compreender quais as multiterritorialidades dos destinos indutores Bonito e Corumbá no fomento do turismo dos municípios que integram as regiões turísticas Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente, à luz do Programa de Regionalização do Turismo (PRT)?

Precisamos fazer uma ressalva importante. A nossa proposta de tese recebe inspiração metodológica de Roncayolo (1996, p. 31, apud PINTAUDI, 1999) compreendendo que a pesquisa parte de uma problemática que é parcial, circunscrita e bem delimitada. Insta anunciar que o nosso problema não ambicionou a análise do todo, porém, da parte, visando, com isso, contribuir para a compreensão do todo, ou seja, que diante do “recorte” das Políticas Públicas do Turismo (via PNT), não somente, as advindas do Programa de Regionalização do Turismo, localizadas no MS, objetivamos estudar as dos destinos indutores Bonito e Corumbá.

Nestes termos, o objetivo principal da tese, foi o de compreender as multiterritorialidades dos destinos indutores do turismo no Estado do Mato Grosso do Sul, os municípios Bonito e Corumbá, à luz do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), e analisar seus rebatimentos multiescalares nas regiões, Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente.

Importante que compreendamos o desenho das relações do jogo dialógico das multiterritorialidades e multidimensionalidades, das tramas e/ou das geometrias do

poder em curso nas localidades do objeto empírico da tese. Para tanto, foram traçados 03 (três) objetivos específicos, quais sejam: 1) Compreender os destinos indutores Bonito e Corumbá, das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, na perspectiva da abordagem territorial; 2) Analisar as atuações das Instâncias de Governança Regionais (IGR): Fórum Bonito/Serra da Bodoquena e Fórum do Pantanal, frente as suas respectivas regiões, e; 3) Compreender as tramas multiterritoriais dos agentes sociais do turismo em uma perspectiva multiescalar.

Desse modo, a demarcação da abrangência espacial para a investigação desta tese se deu considerando a existência de 2 (dois) municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, localizados em distintas regiões nas quais o turismo já se encontra consolidado, e principalmente, por serem Destinos Indutores do Turismo do Programa de Regionalização do Turismo (PRT)⁹ (BRASIL, 2007), a saber: Bonito e Corumbá, das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente (Figura 3).

Tais constatações demonstram a importância destes municípios para o Turismo regional (até mesmo estadual, nacional e internacional). Porém, é importante considerar a quase inexistência de trabalhos que versam analisar tais questões sob o escopo técnico e teórico da Geografia. Assim, acreditamos na necessidade de trabalhos/pesquisas que explicariam as relações advindas por estes destinos turísticos à luz das demandas das Políticas Públicas multiescalares, em especial, do Programa de Regionalização do Turismo (PRT)¹⁰, tal qual propomos para esta tese.

Vale salientar que o “recorte” espacial respeita e/ou atende as lógicas territoriais/multiterritoriais do turismo, ou seja, são consideradas as escalas resultantes do “Poder” (com P maiúsculo) (RAFFESTIN, 1993), referente ao político/institucional das escalas fixas (BRENNER, 2001), tais como, a “municipal, regional, nacional” (SMITH, 2000), e a estadual, bem como, respeitamos as premissas de ordem das “práticas dos agentes”, relativas a “escala de ação” (SOUZA, 2016).

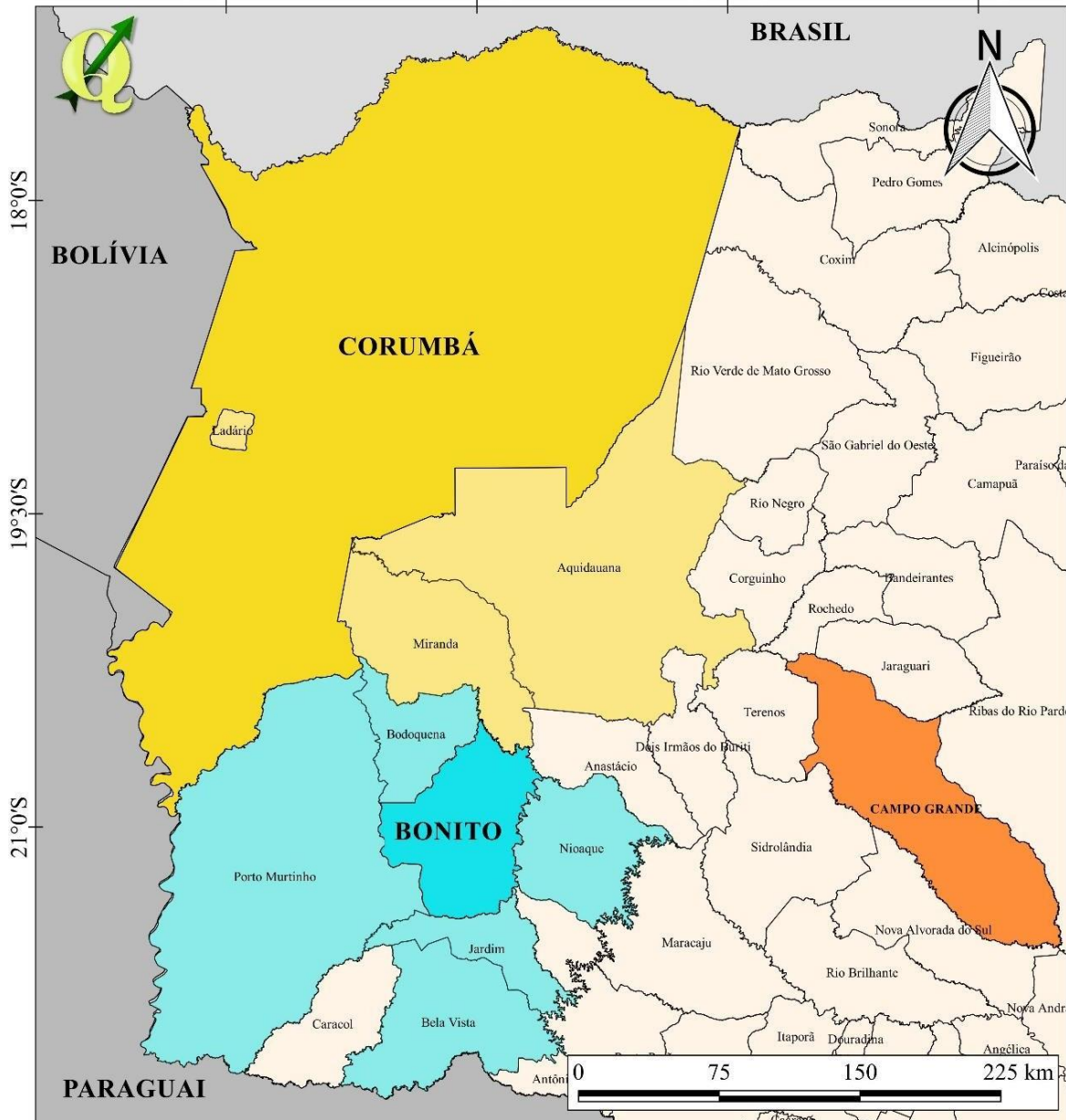
Com isso, ficam claros os motivos que nos levam a “embrenhar” na ciência geográfica pois, de certa forma, ela constituiu elementos importantes para a


⁹ Importante denotar que não foi selecionado o município de Campo Grande, também indutor, pelo fato de que todas as capitais eram automaticamente selecionadas.

¹⁰ No que se refere ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil, foi lançado em abril de 2004, constitui-se em uma política pública, em âmbito territorial, a partir do Plano Nacional do Turismo 2003- 2007, que determinou como macroprograma a “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”. A premissa do Programa, considerado estratégico para a consecução da Política Nacional de Turismo, centrou-se no propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, repercutisse, positivamente, nos resultados socioeconômicos do território (BRASIL, 2013, p. 21).

consecução desta Tese de Doutorado, principalmente quando passamos a compreender os conceitos e as teorias que são considerados/discutidos/analizados, à luz do movimento, destacando que o princípio fundante do Turismo ocorre na condição do deslocamento (por conta e/ou considerando a viagem), utilizando como categoria geográfica principal de análise o território, sem desconsiderar/abordar outras categorias, bem como conceitos.

Figura 3 – Localização dos destinos indutores Bonito e Corumbá: uma perspectiva das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal (MS).



<p>Legenda</p> <p>Objeto de Pesquisa</p> <ul style="list-style-type: none"> BONITO CORUMBÁ <p>Região de Estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> Pantanal Bonito/Serra da Bodoquena CAMPO GRANDE 	<p>Sistema de Referência de Coordenada: Sirgas 2000</p> <p>Base/Fonte: Portal IBGE (2019)</p> <p>Organização: Marcos Pereira Campos</p> <p>Elaboração: Mariana Lopes Nishizima</p> <p>Outubro de 2019</p>	<p>Instituição:</p> <p style="text-align: center;">unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"</p> <p style="text-align: center;"> Programa de Pós-Graduação em Geografia FUEA/UNESP Presidente Prudente</p>
--	---	---

Fonte: Org. o autor e Elaboração Mariana Lopes Nishizima (2019)

Para justificar a escolha da base teórica da categoria geográfica território, considerando os elementos anteriormente apresentados, utilizamos o entendimento do Estado, através do MTur, que, ao considerar o PRT (Macroprograma de Regionalização) e sua perspectiva geográfica apresenta grandes lapsos conceituais:

Assume a noção de território como espaço e lugar de integração do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos disponíveis. Esta noção de território propõe uma coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estreitamente setorial do desenvolvimento (BRASIL, 2005, p. 12).

Com isso, verificamos que o PRT utiliza algumas categorias geográficas, como o território, o espaço e o lugar, concebendo-os como sinônimas, ou seja, o referido documento apresenta uma enorme falha e/ou imprecisão teórica sobre o conhecimento geográfico. Notamos o visível entendimento do território como um *lócus* no qual as relações sociais acontecem, ou ainda, conforme a maneira como o território se apresenta neste documento, vemos uma característica que o coloca como “receptáculo”. O PRT apresenta elementos que demonstram a importância da organização do espaço, por meio de políticas territoriais, com um apelo ao desenvolvimento regional.

Ainda para corroborar com a escolha do território, utilizamos os escopos teórico-metodológicos de pesquisadores do turismo e da geografia, em especial, aqueles que debruçaram sobre o fenômeno do Turismo na perspectiva das políticas públicas, tal qual Ruschmann (1990, 1997) e Beni e Cury (2012).

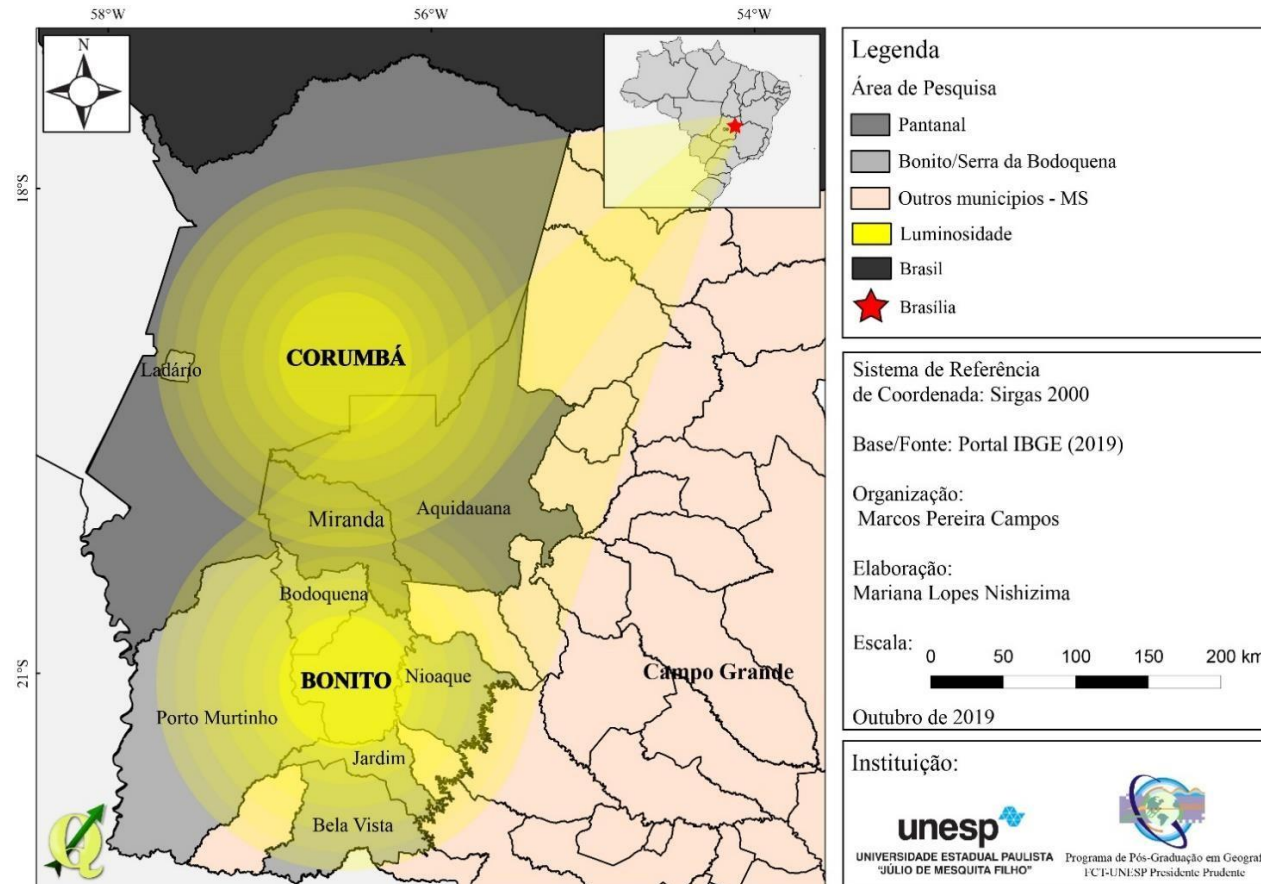
Importante destacar a contribuição realizada por Nóbrega (2012), no que tange a referida escolha em detrimento da categoria região, dado pelas características da pesquisa deste autor, com clara perspectiva contextualizada, fruto da sua tese de Doutorado, cujo título: “Turismo e políticas públicas na Amazônia: Estâncias de Governança e Desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do Estado do Pará”:

em virtude do viés tratado pelo PRT contemplar unicamente o aspecto econômico, e não a totalidade conceitual que implicaria nos aspectos sociais, ambientais e culturais como elementos voltados ao desenvolvimento regional e não apenas em um viés mercadológico,

não trabalharemos esta categoria como referência analítica conceitual (NÓBREGA, 2012, p. 239).

Isto posto, a análise territorial do turismo em duas regiões – Pantanal e Bonito/Serra da Bodoquena, no Estado do Mato Grosso do Sul –, contextualizadas sob a perspectiva dos territórios reticular e zonal (HAESBAERT, 2004), no qual o escopo teórico se assentaria em uma abordagem das políticas públicas, em especial, do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), por meio das tramas de poder dos diferentes agentes sociais do turismo, corroboram para a compreensão da dinâmica do turismo no objeto empírico, os destinos indutores do turismo, Bonito e Corumbá. (Figura 4).

Figura 4 – Perspectiva da política de indução do turismo no MS e sua espacialização.



Fonte: Org. o autor e Elaboração Mariana Lopes Nishizima (2019)

Por meio da representação cartográfica, verificamos a espacialização dos destinos indutores objetos empíricos da tese, os municípios Bonito e Corumbá. Ainda na figura 4, os elementos que compõem teoricamente e metodologicamente esta tese, ou seja, a noção da desigualdade territorial, configurados pelos espaços luminosos (SANTOS; SILVEIRA, 2001), ocupam destaque na figura, bem como, a irradiação gradativa em sua potência de luminosidade, que em certa medida, reverberam nos municípios que compõem as regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal.

Importante denotar que a luz advém de Brasília, em especial do MTur, demonstrando desta forma, o caráter multiescalar da política do turismo no Brasil. Esta luz é dissipada para todos os destinos indutores, em diferentes estados brasileiros. No MS, ela incide nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, nos municípios Bonito e Corumbá, respectivamente.

Algumas localidades possuem privilégio por estarem mais próximas dos municípios indutores, como por exemplo, Bodoquena, Jardim, e, em especial, o município de Miranda, pelo fato de receber influência irradiada por Bonito e Corumbá. Além, evidentemente, pela atuação do trade turístico daquela cidade, atuando de forma organizada/associativista como veremos no decorrer da tese.

Já os demais municípios, fora do raio de luminosidade, representam os espaços opacos, ou seja, espaços que não possuem, na lógica das políticas públicas de turismo, bem como para as do mercado, poucas características suscetíveis “de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 263), condição necessária para o foco da luz/luminosidade.

Vale destacar que no tocante ao turismo no Pantanal (MS), excetuaria esta lógica, pois, em sua grande maioria, é composta por gestões de cunho familiar/pequenas fazendas e, somente em Corumbá, a existência de empreendimentos maiores, como por exemplo, os barco-hotéis, pousadas etc.

1.1 Abordagem teórico-metodológica e política adotada na tese

Há uma pesquisa que se escreve, há outra que se inscreve. Há uma pesquisa que se escreve como resultado [...] Há uma que escreve dentro da gente. Uma deixa folhas escritas, lidas ou não estão às vistas, outra começa a viver dentro da gente. Uma termina, a outra nunca acaba [...] E há uma pesquisa que se pensa fazer e, outra, aquela que realmente se faz (MARTINS, 2011, p. 25).

Considerando a perspectiva apresentada na epígrafe desta seção, na qual enseja elementos de destaque para o entendimento e/ou significado da pesquisa em suas diversas formas (MARTINS, 2011), compreendemos, assim, que a escrita científica “[...] carrega em si proposições de naturezas diversas num emaranhado de indagações surgidos tanto no decorrer da trajetória, tanto acadêmica, quanto de vida” (FREDRICH, 2018, p. 17).

Importante destacar, no que concerne aos pesquisadores(as), os diferentes significados da escrita e/ou os seus diferentes papéis, sejam eles pessoais, profissionais, políticos/de cidadania etc. Em especial, neste caso, no tocante das abordagens teórico-metodológicas de uma pesquisa no âmbito de uma tese de Doutorado. Quem corrobora com esta perspectiva é Fredrich (2018, p. 17), que considera que em alguns momentos, as questões subjetivas/temporais, como, por exemplo, “impressões, sentimentos de estranheza, medos, identificação com o objeto, trajetórias políticas”, revelarão o que não está contemplado visivelmente, e que somente serão compreendidas no decorrer da ‘maturidade’” (FREDRICH, 2018, p. 17).

Desta feita, no que se refere à construção do objeto, importante determos nos apontamentos daquela autora, ou seja, considerar como elemento singular no processo da pesquisa, a trajetória do pesquisador, em diversas frentes, sejam elas pessoais e/ou científicas (FREDRICH, 2018).

Ao considerar os pensamentos supracitados, podemos, assim, entender que “os lugares onde vivemos e passamos, a geografia material cotidiana e visitada, explicam, condicionam e direcionam nossa interpretação, compreensão e atuação no mundo” (MACHADO, 2011, p. 18). Quando ao deter o nosso olhar para a Ciência geográfica, tais questões passam realmente a ter sentido, em um direcionamento ao escopo teórico-metodológico desta ciência, ou seja, naquilo que Sposito (2004, p. 87), denominou como sendo conceitos (da geografia), quais sejam: “espaço (e tempo), região e território”, além, é claro, os conceitos de paisagem e lugar que “formam o conjunto dos objetos de investigação científica na Geografia em todo o mundo”.

A aproximação das questões de cunho metodológico e sua relação com os conhecimentos geográficos, são entendidos como uma especificidade da geografia, ou seja, no que se refere ao “entrelaçamento entre teoria e os desafios dialógicos do pesquisador(a) com os sujeitos do campo, e o foco nas práticas espaciais” (GONZA,

2019, p. 2).

No subtítulo, apresentamos o caráter político que precisa ser desmistificado, sem juízo de valores, pois acreditamos que toda escolha teórica e/ou metodológica representa um olhar especial do pesquisador, que nas palavras de Mendonça (2004, p. 54):

[...] eivada de significados, de trajetórias, de posicionamentos políticos. Qualquer interpretação e/ou análise espacial exige o nível de comprometimento social do pesquisador. A prioridade a determinadas categorias, as formas de construir o texto e a maneira de ver o papel da ciência geográfica são modos de dizer como se pensam ‘as coisas do espaço’, e a possibilidade de alterá-las está diretamente relacionada à escolha metodológica, que não é aleatória ou espontânea, mas, sim, política e social.

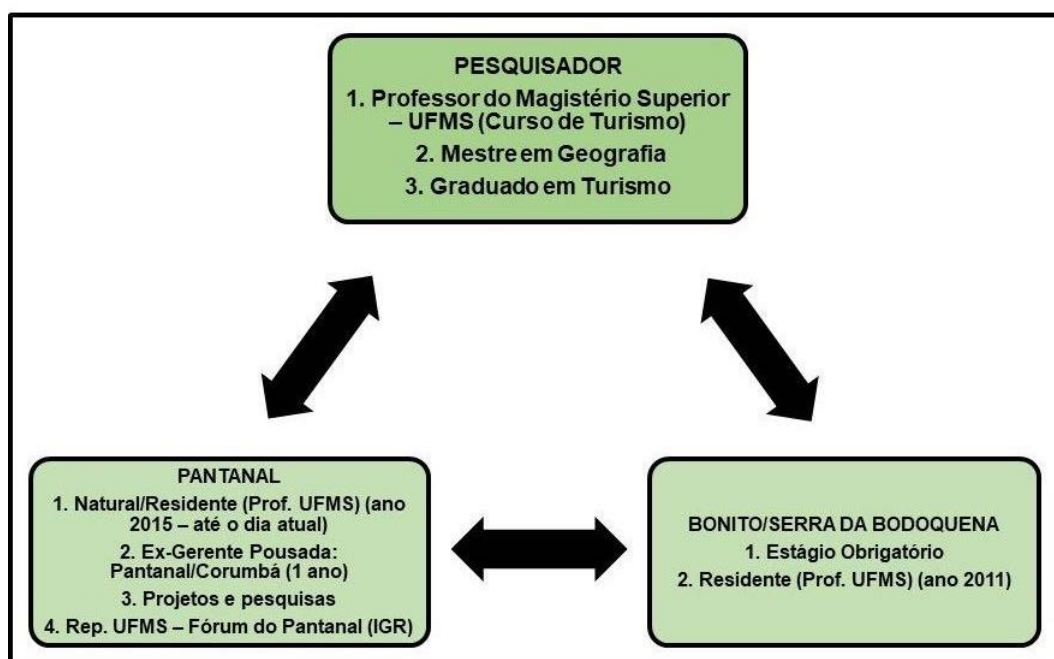
Ainda no que concerne às questões ligadas à trajetória do(a) pesquisador(a), Macedo (2010, p. 6) apresenta a importância de “explicitar o contexto de enunciação em que se colocam o pesquisador e seus interlocutores”. Desta forma, consideramos que as informações contextualizadas, espaço-temporalmente, poderão proporcionar/clarificar as estratégias para a escolha da metodologia para a pesquisa.

Duas perspectivas de abordagens para a produção do conhecimento coadunam com os elementos supracitados, em especial, no que se refere à trajetória do pesquisador(a), quais sejam: a posicionalidade e a reflexibilidade. Importante destacarmos que no processo de pesquisa, conforme asseverou Rose (1993), as produções na esfera do conhecimento geográfico, em especial por meio das pesquisas, passam a fazer parte da realidade na qual estamos investigando; assim, como a realidade faz parte do conhecimento científico.

Para esta autora, os resultados das investigações possuem uma relação proporcional pela influência de vários elementos conjugados e/ou interconectados, fruto da produção do conhecimento. Precisamos considerar que na dinâmica da pesquisa, aquilo que é obtido pelo pesquisador passa a refletir em diferentes contextos, sejam nas relações ente o sujeito-investigador, os sujeitos investigados e a perspectiva na qual os dados foram produzidos. Fica evidente que não são produzidas verdades sobre um dado fenômeno que é analisado, mas versões localizadas, sendo sujeitas pela reflexão acerca daquilo que o pesquisador criou, passando a fazer parte da pesquisa como dado (ROSE, 1993).

À luz dos elementos atinentes da trajetória do pesquisador, e em conformidade com as questões de cunho pessoal e/ou profissional, precisamos apontar os principais elementos que diretamente e/ou indiretamente reverberam na composição do desenho desta Tese (Figura 5). Neste sentido, no tocante à construção do objeto científico “ninguém parte totalmente do nada, mas cada um de nós se insere numa história que já produziu seus frutos científicos com os instrumentos e as técnicas da sua época” (MARRE, 1991, p. 9).

Figura 5 – Socioespacialização do pesquisador nas regiões objeto empírico da Tese.



Fonte: Elaborado pelo autor

A partir dos elementos explicitados no esquema, verificamos que as questões pessoais/profissionais imbricam no contexto da pesquisa. Somos interferidos e recebemos interferências por conta destas relações, resultando desta forma, na produção de uma pesquisa/ciência contextualizada e corporificada em diferentes dimensões, com destaque para o entendimento do objeto de estudo/pesquisa.

Vale considerar a construção do objeto de pesquisa, as questões que estão postas no espaço a ser investigado e, naquilo que Marre (1991, p. 10) considera ser indispensável para não comprometer o caráter científico, em especial, na escolha do tema, ou seja, “há necessidade para o cientista de se distanciar, de criticar e avaliar o modo pelo qual a opinião pública, o senso comum [...] tratam a questão”.

Enseja pensarmos ainda, no processo da construção do objeto/produção da

pesquisa, “a não perdermos a dimensão da criação imaginativa que permite à razão estabelecer livremente relações entre as representações, as imagens e os conceitos sobre a realidade investigada” (GOMES, 2007, p. 53).

No que se refere à delimitação do objeto, Gomes (2007, p. 58) assevera que o investigador deve considerar os seguintes aspectos:

1. criticidade em relação ao objeto de estudo e ao método científico;
2. rigor na delimitação (modelo de estudo) do objeto e na investigação;
3. aprofundamento teórico recusando as abordagens superficiais;
4. clareza da necessidade de superação dos modelos teóricos existentes e de articulá-los ao novo conhecimento produzido.

Compreendemos que a identificação e/ou construção do objeto deve se dar no desvendar da história de vida do pesquisador (CUNHA, 2017), bem como, no jogo dialógico entre os elementos que compõe a sua vida pessoal, profissional, à luz da sociedade.

Tal perspectiva é criticada por Marre (1991, p. 9), pois para este autor “construir um objeto científico não é simplesmente identificar ou adotar uma questão colocada pelo senso comum [...]” é preciso ter consciência de que os objetos científicos são diferentes dos objetos sociais produzidos pela sociedade.

Os elementos constituintes da construção do objeto científico na investigação, “procede a partir de uma dupla dialética”, sendo: uma dialética ascendente e uma dialética descendente. Nestes termos, a dialética ascendente “vai da apreensão do tema empírico para sua construção, dentro de um quadro de hipóteses teóricas não somente válidas, mas igualmente relevantes”. (MARRE, 1991, p. 9)

Já na “dialética descendente, partindo da elaboração teórica efetuada no primeiro processo da dialética ascendente, tenta pelo contrário torná-lo não somente operacional, mas suscetível [...] de uma verificação empírica” (MARRE, 1991, p. 9).

Gomes (2007, p. 53), nos questiona “qual seria, então, o caminho para assegurar rigor científico, transparência e ética na produção do conhecimento?” Um dos elementos importantes para tal:

se considerar também a possibilidade do devaneio do investigador que se permite escapar da objetividade para a construção de um novo saber, exercitando sua fantasia criadora que significa a possibilidade do sujeito de proceder à ligação entre as idéias sem ter de respeitar verdades pré-estabelecidas. Os resultados dessa criatividade são a forma assumida pelo homem para exprimir sua visão do mundo de forma imaginativa, representativa, simbólica através de livres associações.

Ao consideramos os pressupostos supracitados, e, ao mesmo tempo, determos sobre o entendimento do que estamos considerando como tese, conforme preconizado por Ferrara (2016, p. 17) da “Apresentação à Edição Brasileira” do livro “Como se faz uma tese” de Humberto Eco:

A tese é, em primeira mão, uma descoberta da arquitetura reflexiva presente em toda investigação; logo, a ciência como atividade transforma-se na faina artística que inventa para revelar as dimensões invisíveis, incógnitas, submersas, recônditas, múltiplas, sensíveis, complexas. Ciência e arte dialogando concretamente no dia a dia de cada página que se volta nos fichamentos bibliográficos, em todo conhecimento compilado na tradução de uma hipótese, na ousadia de uma montagem metodológica, na humildade de quem desconfia do que descobriu, na segurança de poder ir além: descoberta como invenção, resposta contida na pergunta e, sobretudo, o prazer do jogo. A tese tem algo a ver com a invenção. Uma receita às avessas: descoberta.

Desta feita, conforme apontado por Ferrara (2016) acerca do processo da escrita da tese, e ainda, os elementos empreendidos para a caracterização da escrita científica e a produção do conhecimento (GOMES, 2007), corroborarão para o desenho da constituição do seu objeto. Vale destacar, também, como já foi apresentado, as abordagens a respeito das trajetórias do pesquisador, consoante apresentada por Fredrich (2018), Machado (2011), Macedo (2010) e Marre (1991), corroboram para que possamos construir o objeto de pesquisa, que nas palavras de Oliveira Neto (2017, p. 34), “vem da realidade concreta, mas é uma lógica interpretativa e discursiva que é o resultado de opções teórico-metodológicas”.

Desta feita, o nosso objeto foi desenvolvido a partir de um processo dinâmico de reflexão acerca dos elementos teóricos e metodológicos, e, principalmente, à luz dos pressupostos da “construção do objeto” empreendidos por Marre (1991) e Gomes (2007), bem com destacado por Hissa (1997, p. 46) em que assevera que a justificativa “envolve a delimitação do problema”.

Vale destacar ainda, para o delineamento mais rigoroso, os sujeitos pesquisados para o alcance da resposta da problemática da tese, no horizonte dos agentes sociais do turismo, destacamos o Estado e o Mercado – em uma perspectiva reflexiva e relacional, não desconsiderando os demais agentes –, dado em especial, pela importância que estes agentes ocupam no desenho das políticas públicas de turismo.

Entendemos que “o tema é em si mesmo parcial, mas pode, pelas relações supostas ou descobertas, revelar bem mais que ele mesmo e ordenar uma reflexão mais geral” (RONCAYOLO, 1996, p. 31, apud PINTAUDI, 1999).

Diante do exposto, justificamos assim, a escolha de uma pesquisa circunscrita em um “Estudo de caso” (YIN, 2010; GIL, 1999; TRIVIÑOS, 1990), como veremos nas páginas a seguir.

Insta destacarmos que o olhar sobre as localidades supracitadas, o conviver na região Pantanal, e nela estabelecer, também, relações multiterritoriais, em diferentes níveis, utilizando das lentes do ver geográfico e do turismo, mergulhado entre os diversos agentes sociais daquele fenômeno socioespacial complexo, constituem elementos importantes para a análise crítico-reflexiva daqueles territórios. Nesta perspectiva, ensejamos pensar em uma abordagem teórico- metodológica relacional, conforme asseverou Vázquez (2011), incorporada à luz da práxis, como demonstra-nos Souza (2016), respectivamente:

Consideradas as relações entre teoria e prática no primeiro plano, dizemos que a primeira depende da segunda, na medida em que a prática é fundamento da teoria, já que determina o horizonte de desenvolvimento e progresso do conhecimento. (VÁZQUEZ, 2011, p. 245)

A práxis é, essencialmente, uma ação política, ou seja, orientada para influenciar ou transformar as relações de poder. (SOUZA, 2016, p. 250).

Neste sentido, Gomes (2007, p. 53), aponta: “qual seria, então, o caminho para assegurar rigor científico, transparência e ética na produção do conhecimento?” Um dos elementos importantes para tal, seria:

considerar também a possibilidade do devaneio do investigador que se permite escapar da objetividade para a construção de um novo saber, exercitando sua fantasia criadora que significa a possibilidade

do sujeito de proceder à ligação entre as ideias sem ter de respeitar verdades pré-estabelecidas. Os resultados dessa criatividade são a forma assumida pelo homem para exprimir sua visão do mundo de forma imaginativa, representativa, simbólica através de livres associações.

Importante determos a alguns elementos apontados por Gomes (2007), como por exemplo, a distinção de que o conhecimento científico, dado por meio de uma investigação meticulosa da realidade, ou da sua aproximação, pois para este autor, o cientista não capta propriamente a realidade assim como ela é, mas como a vê. Desta feita, cumpre caracterizá-lo como responsável pela produção da realidade captada no ato da pesquisa.

Ainda sobre o conhecimento científico e o caráter neutro da pesquisa, precisamos considerar que a única objetividade possível é a parcial. Desta feita, a neutralidade proclamada é sempre uma escolha escondida (JAPIASSU, 1975; FREIRE, 1978; HARAWAY, 1995). Para corroborar com tal assertiva, Pelúcio (2012) aponta que a ciência não é produzida na neutralidade fria dos/das cientistas, mas em espaços nos quais múltiplas teias de desigualdades e enfrentamentos são tecidas e negociadas.

Ao considerarmos os elementos apresentados por Ferrara (2011), bem como, e, principalmente, após a apresentação do problema e dos objetivos ensejados pela pesquisa, somos conduzidos pelo prazer desafiador de apontarmos os principais pressupostos na presente investigação, em especial, acerca do tipo e da sua abordagem.

1.1.1 “A pesquisa é sempre um caminho em construção”

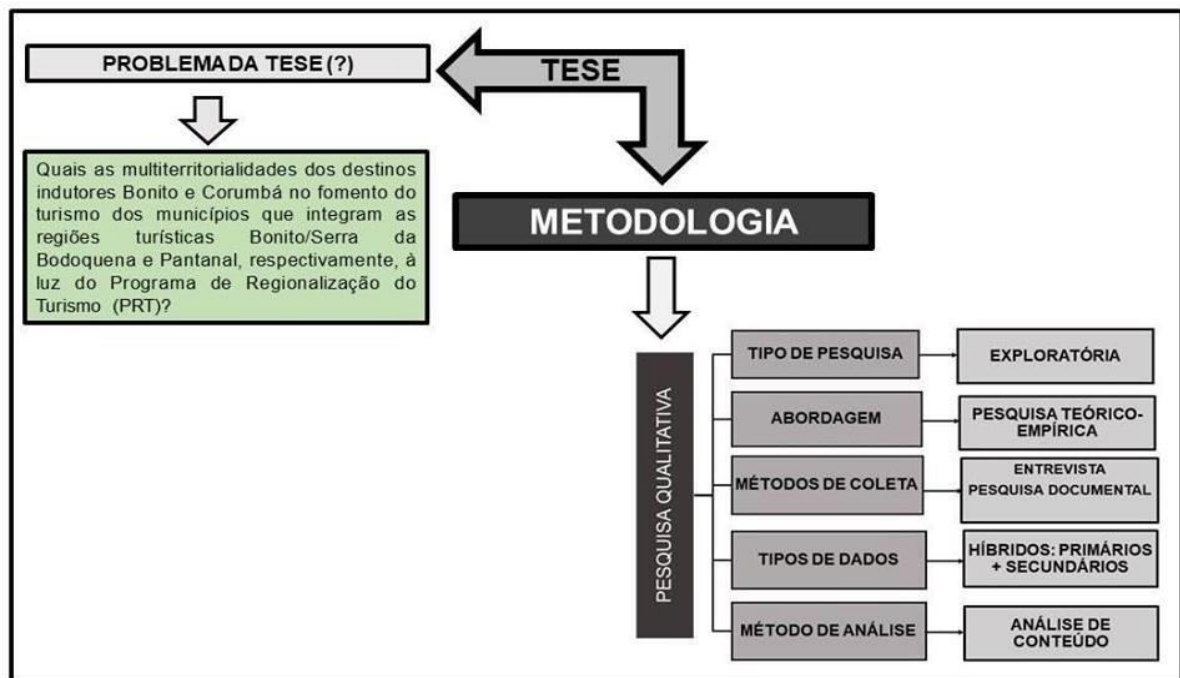
Como asseverado em Heidrich; Pires (2016, p. 9), entendemos que a metodologia “é uma arquitetura em adaptação. Um arranjo para viabilizar a pesquisa, sobre algo em descobrimento, sempre em aprontamento, nunca acabado(...)”. Ciente disso, faz-se necessário determos atenção aos elementos metodológicos que empreendemos nesta tese; as suas características principais, em especial, no que concerne ao tipo de pesquisa, abordagem, métodos de coleta, tipos de dados e método de análise (Figura 6).

De antemão, tal como apresentamos no título deste subcapítulo (FICAGNA, 2012, p. 21), estamos também entendendo a estrutura metodológica da tese a partir

da perspectiva empreendida por Martins (2011, p. 25), ou seja, que a “pesquisa é antes de tudo o momento de encontro e desencontros. Encontro com possibilidades e impossibilidades. Os conflitos, os embates e a natureza das ações humanas no espaço”.

Ao atender os pressupostos básicos quanto à natureza da pesquisa, adotamos a pesquisa qualitativa, que nas palavras de Richardson (1999, p. 102) destaca que “o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social”.

Figura 6 – Esquema síntese da abordagem metodológica da Tese.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das leituras realizadas

Ainda acerca da pesquisa qualitativa, Turra Neto (2012, p. 1) aponta que “não se trata de uma questão valorativa, o que está sendo diferenciado com estes termos é a natureza da informação, que é resultado da pesquisa e matéria prima para elaboração do conhecimento”.

De acordo com Godoy (1995), destacamos as principais características das pesquisas qualitativas:

1. a pesquisa qualitativa tem o pesquisador como instrumento fundamental, dada a sua conduta e/ou escolhas, denotando relações de poder, bem como, por

conta das questões levantadas “que vão se aclarando no decorrer da investigação, o estudo qualitativo pode, no entanto, ser conduzido através de diferentes caminhos” (GODOY, 1995, p. 22).

2 parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve; demonstrando, desta forma, o caráter dinâmico/fluido deste tipo de pesquisa. No caso da tese, as multiterritorialidades associativas na região Pantanal, com destaque para a Associação Visit Pantanal, (re)desenharam a configuração da pesquisa, pois, como verificamos, o Município de Miranda (MS), em que esta associação está localizada, compõe um forte nó no desenho da região, ou do território rede do Pantanal (com isso, reverberando na política do PRT no Estado do MS).

Acreditamos, desta forma, que a pesquisa passa a ser um lugar de/do encontro do novo, do inesperado, muito mais do que da busca, bem como, de um processo de/em construção dialógica, de negociações com os diferentes sujeitos e com a metodologia, à luz dos elementos teóricos e conceituais utilizados

Minayo (2002), ainda nesta perspectiva, considera que precisamos reconhecer na abordagem qualitativa a possibilidade de apreender o real no contexto da subjetividade, do simbólico e da intersubjetividade próprias das relações expressas na realidade social, num intercâmbio com suas dimensões objetivas.

Ao deprendermos atenção ao que foi apresentado por Minayo (2002), insta considerar as formas da apreensão do real nas nossas pesquisas. A autora apresenta indícios para a sua concretização, ou melhor, possibilidades para tal.

Souza (2013, p. 57) inspirada em Godoy (1995), sugere que nestes tipos de pesquisas, o foco de maior interesse encontra-se na “forma como os dados são coletados, priorizando o contato direto do pesquisador com o objeto estudado, valorizando instrumentos como a entrevista, a análise documental e observações diretas”.

Para corroborar com esta abordagem, apresentamos o conceito de metodologia de pesquisa apresentado por Meyer e Paraíso (2012, p. 15), ou seja, “é sempre pedagógica porque se refere a um como fazer, como fazemos ou como faço minha pesquisa. Trata-se de caminhos a percorrer, de percursos a trilhar, de trajetos a realizar, de formas que sempre têm por base um conteúdo, uma perspectiva ou uma teoria”.

O conceito de metodologia de pesquisa nos termos expressos pelos autores

Martins (2011) e Meyer e Paraíso (2012), nos revelam algumas características deste processo, como por exemplo:

- 1. dinâmico, não está pronto, se constrói no exercício da pesquisa, seja por meio da coleta de dados (para os dados secundários) e “produção do conhecimento” (dados primários) (TURRA NETO, 2012);
- 2. como resultante de um jogo dialógico e desarmônico, pois, incide em acionar muitas vezes, sujeitos sociais, utilizando técnicas de apreensão da “realidade” (ou da busca dela);
- 3. Toda pesquisa tem como base uma vasta revisão de referências bibliográficas, a exemplo de livros, de revistas especializadas, de periódicos, de artigos, de dissertações/teses.

Importante considerar que este material deve ser levantado durante todo o processo da investigação científica, anteriormente à pesquisa empírica, bem como posterior; permitindo, assim, “uma postura aberta na análise dos fenômenos da realidade investigada” (MENEZES; KAERCHER, 2009, p. 268), demonstrando, desta forma, que a revisão bibliográfica não é determinista/rígida, podendo/devendo ser revisitada constantemente.

Utilizamos para esta tese o levantamento bibliográfico, em um diálogo constante com os autores/autoras, entendendo o contexto no qual o conhecimento foi concebido e/ou escrito e, principalmente, dialogando com respeito, tal como propôs Shukatis e Graeber (2007, p. 33, apud BARTHOL, 2018): “Para que serve a teoria? Essa é uma questão que melhor é respondida ao ir caminhando num processo constante de circulação e movimento que começamos aqui, seguindo os passos de muitos que vieram antes de nós.”

Porém, à luz de Ribeiro (1999), precisamos nos ater nos preceitos apreendidos por este autor, em especial:

não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme. Ora, isto significa, no que nos diz respeito, que devemos deixar de lado pelo menos parte da desculpa bibliográfica. É claro que não se espera de ninguém que reinvente a roda: os autores que nos precederam deram passos formidáveis, e deles nos devemos valer para avançar. Mas é preciso que sejam ajudas, e não muletas. (RIBEIRO, R. J. 1999, p. 190).

Neste sentido, o levantamento bibliográfico desta tese foi desenvolvido em

obras que versam sobre os conceitos e temas da ciência geográfica. Além, é claro, do fenômeno socioespacial complexo do turismo¹¹, e/ou de áreas afins, com destaque para as questões que envolvem o espaço geográfico e o espaço do turismo, território/(multi)territorialidades para o turismo, escalas geográficas, política de turismo multinível etc., em uma lógica fundante do movimento (de pessoas, ideias e capital), buscando sempre o alcance de elementos importantes e/ou que favoreçam a busca da questão-problema da tese e dos objetivos ora já apresentados.

Ainda sobre os elementos da metodologia da pesquisa proposta por Meyer e Paraiso (2012), destacamos para uma abordagem não reducionista, pois, conforme verificamos, os autores ampliam a forma de pensar o caminho metodológico, não fixado somente nas técnicas a serem empregadas; mas, principalmente, ao posicionamento e atitude do pesquisador, em especial, frente ao método que o embasa. Além, evidentemente, as escolhas do levantamento dos dados, a distinção da forma no trato com os sujeitos/informantes da pesquisa, e a perspectiva da análise e interpretação dos dados e/ou informações produzidas.

Ao método de coleta – pesquisa documental –, estamos considerando conforme preconizou Oliveira (2007, p. 69), ou seja, que caracteriza pela “busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação.”

Precisamos complexificar a utilização destes documentos, compreendendo que as vantagens deste tipo de pesquisa, “constituem uma fonte não-reativa, as informações nele contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo.” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Interessante considerarmos os elementos constituintes na pesquisa documental e que estão presentes na tese, tais como: reportagens/matérias acerca da temática objeto da pesquisa, tanto em jornais/sites, fotografias e/ou postagens em redes sociais institucionais (Facebook e Instagram), além, evidentemente, em documentos oficiais, tal como foi realizado por Trentin e Fratucci (2011, p. 843) que realizaram uma “pesquisa documental direta nos diversos relatórios oficiais e técnicos disponíveis sobre as políticas públicas de turismo brasileiras”.

Utilizamos como documentos oficiais para pesquisa, os Planos Nacionais do

¹¹ O entendimento do turismo como um fenômeno socioespacial complexo será tratado no próximo capítulo desta Tese.

Turismo - PNT¹² (2003-2007, 2007-2010, 2013-2016) propostos pelo Ministério do Turismo (MTur), com destaque, para os documentos da base política do MS, constituinte do Macro Programa de Regionalização do Turismo (PRT)¹³.

Seguindo este delineamento, a tese configurou-se como estudo de caso, conforme preconizado por Yin (2010), Gil (1999) e Triviños (1990). Yin (1989, p. 23) considera em uma perspectiva “mais técnica”, que o estudo de caso é uma investigação empírica “que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”, bem como, quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos.

Gil (2009) considera alguns propósitos nos estudos de caso. Desta forma, vale destacarmos aqueles que, em certa medida, reverberam no estudo de caso da tese:

1) preservar o caráter unitário do objeto estudado, ou seja, estamos considerando os destinos indutores Bonito e Corumbá, com suas singularidades/especificidades, isto é, como elementos únicos na política pública regionalizada do MS e; 2) descrever a situação do contexto em que está sendo feita uma determinada investigação; ou melhor, considerando as outras localidades, e a configuração e/ou o desenho turístico do PRT no MS, com destaque para alguns municípios das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, como exemplo, Bodoquena e Jardim, bem como Miranda, respectivamente. Tais municípios possuem características peculiares, dentro do contexto da tese, por conta das suas localizações privilegiadas, e dada as suas configurações territoriais no contexto do turismo a nível regional/estadual, como destacaremos posteriormente.

Para o atendimento dos pressupostos do estudo de caso desta tese, faz-se necessário uma compreensão contextualizada da Política Nacional do Turismo, com destaque para o Programa de Regionalização, pois os municípios indutores advêm de duas regiões deste Programa: Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente.

A abordagem em “Estudo de Caso” para Triviños (1990, p. 111), não permite

¹² Vale destacar que utilizamos para subsidiar a pesquisa de caracterização do Turismo Mundial e do Brasil (dados quantitativos) o PNT 2018-2022.

¹³ Salientamos a importância do “Relatório Final: Programa de Classificação dos Municípios - 2017 - 3ª FASE”, para a compreensão do Turismo no MS, em especial no tocante à política de regionalização.

extrapolar generalizações para outros estudos. Porém, é importante destacar, que este tipo de estudo fornece o conhecimento aprofundado de uma realidade espaço-temporalmente delimitada, bem como, os seus resultados legitimam a formulação de hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.

Para que compreendamos as especificidades do “estudo de caso”, buscamos nos aportes teóricos de Martins (2008a, 2008b) e Yin (2010), informações acerca das principais características deste tipo de pesquisa, entendendo-o como uma investigação empírica. Yin (2010, p. 33) ao entender o estudo de caso como “estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise [...]”, uma característica do planejamento da pesquisa em si.

Ao utilizar a perspectiva teórico-metodológica de Yin (2010), a tese incorpora o estudo de caso inserido “no desejo de analisar condições contextuais em relação ao ‘caso’”. Neste sentido, entendemos o destino indutor Bonito e o destino indutor Corumbá, como sendo únicos, atendendo a configuração multiterritorial da política regionalizada do turismo.

1.1.2 Acionando os sujeitos da tese: informantes

Consideramos os sujeitos acionados na tese, na categoria informantes, pois, tal como indicado no dicionário Aurélio¹⁴, “o mesmo que informador; que ou quem dá informações”. Assim, um informador é um membro de um grupo social fechado, que fornece informações privilegiadas sobre este grupo ou organização. Em certa medida, valem pelos cargos ou funções que ocupam, não pelo que são ou pela sua história de vida. Em síntese, os informantes não falam por si, e somente foram selecionados na tese pois, representam as instituições públicas, as instâncias de governança e/ou associações.

Partimos do pressuposto que ao acionar os agentes da instância de governança regional estaremos, em certa medida, compreendendo a perspectiva dos agentes que eles representam, pois “a governança é a rede que liga e articula os diferentes pontos ou ‘nós’ formado por diferentes agentes que atuam dentro da região” (SANTOS, 2017, p. 16).

¹⁴ www.dicio.com.br . Acessado em Novembro de 2019.

Para corroborar com Santos (2017), bem como compreender o significado das Governanças, temos:

Governança é um sistema de cooperação que articula os municípios pertencentes a uma microrregião que, por meio de pactos, associações e consórcios, organizam-se para formular e adotar um plano de desenvolvimento local dando real importância aos sistemas produtivos locais e ao meio ambiental (VEIGA, 2002 apud SANTOS, 2017, p. 44).

Desta forma, teoricamente, as Instâncias de Governança possuem uma grande representatividade no território, grosso modo, podemos considerar que são as vozes dos agentes sociais do turismo regionalizado.

Na tentativa de ouvirmos estas vozes, utilizamos como já foi dito, da entrevista como forma de acionar as informações importantes para pesquisa. Para tanto, estamos utilizando como conceito de entrevista o preconizado por Colognese e Melo (1998, p. 143), por acreditar que “a entrevista é uma conversa interessada”, com o intuito de apreender dados sobre o comportamento e a consciência dos sujeitos investigados. Assim, ela é orientada pela busca de informações referentes a um objetivo específico.

Importante destacar que o tipo de entrevista utilizado foi a semi-estruturada, que de acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 75).

Este tipo de entrevista combina perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

Nestes termos, Gonçalves e Mendonça (2013, p. 438, grifo do autor), apresenta-nos elementos importantes que precisamos considerar, ou seja, na pesquisa, devemos “publicizar não só as suas vozes (*em referência dos sujeitos acionados na pesquisa*), mas também seus silêncios”. Assim, precisamos citar/analisar/interpretar os textos do vazio da oralidade, como veremos ainda nesta

tese, em especial, acerca da entrevista do Diretor Presidente da FUNDTUR/MS, no que se refere as questões do Estado x Mercado, não se referindo em nenhum instante aos demais agentes do turismo.

Dada às questões apresentadas, o desenho do trabalho de campo se deu em diferentes cidades, tais como: Campo Grande, Miranda, Bonito, Corumbá e Aquidauana, em especial, para acionarmos os informantes.

Na tese, utilizamos diferentes tipos de formulários, para atender os objetivos ensejados e, bem como, para acionarmos questões e demandas específicas, com informantes que atendem às políticas multisetoriais (municipais, regionais e estaduais): aos representantes das instâncias de governança regionais (IGR) Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal (Presidentes (e vice-presidente) dos Fóruns Regionais), aos gestores públicos dos municípios Bonito e Corumbá (da pasta de Turismo), aos Diretores Presidentes da Fundação de Turismo do Estado do MS, ao Responsável técnico pela Rota Pantanal Bonito (FUNDTUR), à Representante da Associação Visit Pantanal, bem como, à Secretária Executiva desta Associação, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Informantes acionados(as) na Tese.

INSTITUIÇÃO/REPRESENTAÇÃO	
1	1. Diretor Presidente da FUNDTUR/MS (2017 até a data da entrevista)
2	1. Diretora Presidente da FUNDTUR (1990/2016) 2. Secretária de Turismo do Município de Campo Grande (até a data da entrevista)
3	1. Presidente do Fórum Pantanal 2. Diretora Presidente da Fundação de Turismo de Corumbá 3. Representante SEBRAE (Pantanal)
4	1. Presidente do Fórum Bonito – Serra da Bodoquena 2. Diretor de Turismo - Sec. De Turismo de Bonito (2008 – 2016)
5	1. Diretor do Turismo de Bonito
6	1. Secretária Executiva - Associação de Turismo de Miranda e Região do Pantanal - Visit Pantanal 2. Secretária do Município de Bodoquena 3. Diretora Presidente da Fundação de Turismo – Aquidauana 4. Vice-Presidente do Fórum Pantanal
7	1. Representante da Associação de Turismo de Miranda e Região do Pantanal - Visit Pantanal

8	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretária de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (2013-2016) 2. Assessora do COMTUR (2010- 2013) 3. Secretaria Mun. De Cultura e Turismo – Campo Grande (desde 2017) (atualmente)
9	<p>Bonito</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Assessor Técnico do Gabinete – Responsável da Rota Pantanal – 2. Consultor do PNUD (Elaboração das Cartilhas da Regionalização) 3. Técnico - Secretaria de Turismo de Aquidauana
10	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diretora Presidente da Associação de Turismo de Miranda e Região do Pantanal – VISIT Pantanal

Fonte: Elaborado pelo autor

Importante destacarmos o perfil dos informantes acionados na tese. Como vemos, existe uma característica marcante entre eles, ou seja, uma grande trajetória profissional de atuação nos territórios do objeto empírico. Como exemplo, destacamos a trajetória pessoal/profissional da entrevistada 6 (seis) (não desconsiderando a importância dos demais informantes): atuando na função de Gestora Pública do Turismo, enquanto Representante do Turismo em pastas municipais, tanto no Pantanal (Aquidauana), quanto em Bonito/Serra da Bodoquena (Bodoquena), como gestora privada (Proprietária de uma Agência de Viagens e atrativo turístico (em Aquidauana) , bem como, enquanto Secretária Executiva da Visit Pantanal. Por conta disso, demonstra um entendimento do fenômeno do turismo e da sua complexidade. Assim, é importante considerar que tal constatação é verificada, sobremaneira, pelo fato da sua formação enquanto Turismóloga.

Vale destacar que a informante supracitada corroborou sobremaneira para os resultados e desenvolvimento da tese, sobretudo porque, como vimos, é uma grande conhecedora da gestão política, seja ela pública, quanto privada dos territórios pesquisados. Vale destacar, também, que através das informações obtidas durante esta entrevista, a tese tomou novos rumos, em especial, quando passa a considerar a Associação Visit Pantanal como sendo uma territorialidade que nasce a partir da inoperância/ineficiência do Estado (em diferentes níveis escalares). Bem como, ao considerar o município de Miranda como potência na configuração organizacional e estrutural do Turismo, tanto para a região Pantanal, quanto para a região Bonito/Serra da Bodoquena, como veremos no decorrer desta tese.

Os levantamentos de dados qualitativos foram realizados entre setembro de 2017 e maio de 2019. Importante destacar que neste período, realizamos observações em campo e aplicação do formulário de entrevistas (Apêndice 1), sendo que estas foram todas devidamente gravadas com as respectivas autorizações (Apêndice 2 –

Termo de Autorização) e posterior transcrição.

Destacamos os meses nos quais realizamos as entrevistas foram anteriores às eleições de governo do Estado, em especial para aqueles que ocupavam cargos políticos junto à Gestão Pública. Os informantes foram acionados por meio da pesquisa de campo nos meses de setembro e outubro de 2018 (os 9 (nove) primeiros informantes), bem como, em maio de 2019 (entrevista 10 (dez), com a Diretora Presidente da Associação de Turismo de Miranda e Região do Pantanal, após o exame de qualificação).

A preocupação neste sentido, era de efetivar todas as entrevistas anteriormente ao pleito eleitoral, pois caso o resultado não fosse favorável aos gestores públicos do Estado e dos Municípios (Bonito e Corumbá), poderia de certa forma comprometer a aplicação dos formulários de entrevistas, em data posterior às eleições.

1.1.3 O movimento da pesquisa: o trabalho de campo

Diante do exposto, não podemos perder de vista a importância das pesquisas de campo, em especial as de cunho geográfico. Destacamos, ainda, que a “realidade social, que é complexa, diversa e está em constante mudança”, estabelece “desafios teóricos e metodológicos às ciências sociais”.

Nos estudos que se utilizam da pesquisa de campo, como a maioria dos que são realizados no seio da Geografia, tais desafios afloram durante o contato do pesquisador com o seu objeto de análise, que é também o contato da teoria com a prática, das abstrações teórico-metodológicas com uma realidade que é sempre mais complexa do que as teorizações. Essa situação exige criatividade e sensibilidade do pesquisador, sobretudo no momento da construção da metodologia para uma determinada pesquisa (ROCHA; STROHAECKER, 2017, p. 374).

A “ida ao campo não significa apenas o movimento na direção do que necessita ser interpretado e representado” (HISSA; OLIVEIRA, 2004, p. 38). Para estes autores, faz-se necessário a “imersão” em campo, ou seja, significa “ir para observar, olhar, sentir, detectar, ver e analisar. As ações expressas por esses verbos permitem ao pesquisador a compreensão e até a transformação de uma realidade”.

Nos termos empreendidos nesta tese, a imersão se deu pela participação em ações, reuniões, e/ou outros eventos que pudessem corroborar com o objetivo

ensejado pela pesquisa. Desta forma, destacamos:

3. Participação da “Reunião de criação e estruturação da Associação Rota Pantanal-Bonito, com o responsável técnico da FUNDTUR/MS, realizado em 22 de maio de 2018, em Aquidauana (MS);

4. Participação da Reunião do Fórum Pantanal (como representante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul);

5. Participação do “Encontro Acadêmico de Turismo do CPAQ – UFMS”, (em Aquidauana – MS) com a palestra “Estratégias para o Turismo em Mato Grosso do Sul” proferida pelo Diretor Presidente da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS), no dia 21 de setembro de 2018.

Ainda sobre a importância do campo, Kayser (2006, p. 94) assevera que “qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio desse fenômeno”. A relação do trabalho de campo para o geógrafo(a), ou melhor, para os pesquisadores(as) da ciência geográfica, é objeto de destaque para professora Dirce Suertagaray (2002):

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Essa interpretação resulta do seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (SUERTAGARAY, 2002, p. 66).

Acreditamos que no campo podemos verificar ou negar a teoria utilizada, ou ainda, se a teoria contrapõe aos elementos advindos do campo; desta forma, se é o mais acertado aos objetivos ou problema de pesquisa (da tese). Seguindo esta perspectiva, Marafon (2009) convida-nos ao exercício de um diálogo dialético permanente entre a teoria e a empiria.

Desta feita, o trabalho de campo ou pesquisa de campo é lido/interpretado sob a perspectiva do protagonismo do pesquisador/pesquisadora e da sua capacidade de contextualização e percepção. Para tanto, faz-se necessário o reconhecimento da

prática dos conhecimentos já adquiridos/vividos.

Outra importante fase é a que ocorre após o trabalho de campo. Neste momento é que acontece a transcrição das entrevistas e *a posteriori*, categorização e a codificação. Recorremos a Cunha (2017), em que assinala que tais etapas são minuciosas. Tal momento requer um rigor, desde técnico a analítico detalhado. Com isso, “(Re)surgiram a partir daí reflexões para a construção dos produtos da pesquisa enquanto representação de parcela da realidade”. (CUNHA, 2017, p. 61).

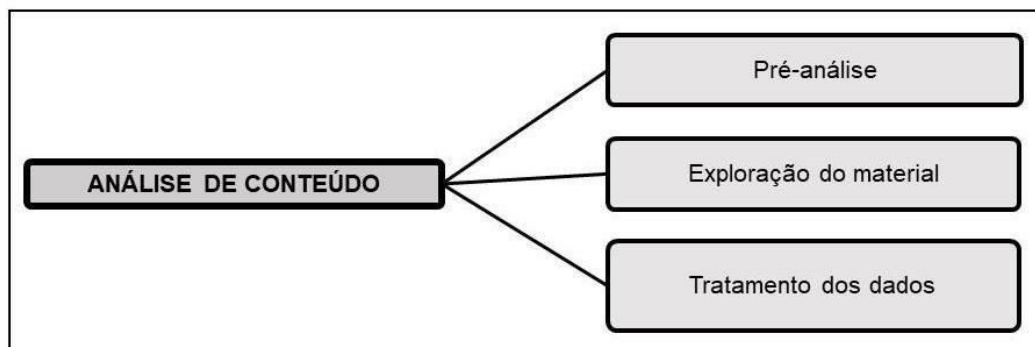
1.2 Tratamento dos dados: o conteúdo em análise

Para o tratamento dos dados (análise do conteúdo das entrevistas e dos documentos) da tese, foi utilizada a metodologia da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). A análise de conteúdo é definida como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 1977, p. 48).

Importante denotar que a análise de conteúdo se constitui de três fases específicas: a. pré-análise, constituída da leitura flutuante e da escolha dos documentos; b. exploração/análise do material, c. tratamento dos dados/resultados (Figura 7).

Figura 7 – Fases da Análise de Conteúdo.



Fonte: Adaptado a partir de Bardin (1977)

No que se refere à tese, após as 12 (doze) entrevistas realizadas, constituiu-se

a etapa de transcrição sistemática. Somente assim, adentramos para a análise de conteúdo. Bardin (1977) aponta que a pré-análise é a fase de organização e sistematização do material. Seguido da leitura flutuante, também chamada de leitura superficial (é o primeiro contato com o material).

Nesta etapa, Bardin (1977) indica que à luz da questão de pesquisa, da(s) hipótese(s), bem como dos objetivos da pesquisa, precisamos tomar ciência dos seguintes procedimentos. 1. exaustividade, esgotar a totalidade da comunicação; 2. representatividade; 3. os dados devem ser selecionados a partir de temas iguais, por técnicas iguais e os mesmos indivíduos. Todos estes procedimentos aumentam a credibilidade e a validade dos resultados observados.

Já na segunda etapa da análise, o pesquisador deve codificar os dados e agrupar em unidades. Bardin (1977) afirma que esta fase é a mais demorada do processo da análise de conteúdo.

Como etapas da codificação, temos: 1) escolha das unidades de registro; (2) seleção de regras de contagem e; 3) escolha de categorias. Em trabalhos que utilizam múltiplos codificadores, é importante garantir um treinamento sistemático para garantir a consistência das codificações. Não se pode ser a mesma informação categorizada em subgrupos diferentes sob pena de gerar inferências inconsistentes.

Já a terceira fase, trata-se do tratamento dos dados - inferência e interpretação. Nessa etapa, o pesquisador vai dialogar, ou até mesmo, tencionar os resultados (empíricos) com a abordagem teórica utilizada, isto é, tornar os resultados significativos. Importante destacarmos as diferentes formas com os quais os resultados observados se relacionam com o conhecimento acumulado em determinada área de pesquisa.

Importante denotar que, tal como fez Santos (2013), utilizamos a técnica de análise categorial que, cronologicamente, é a mais antiga e, conforme Bardin, a mais utilizada, e funciona por operações de desmembramento do texto em unidades e categorias. Esta técnica, ainda apontada pela autora, não é uma etapa obrigatória na análise do conteúdo, porém, quando utilizada, facilita o exame da informação.

Ela consiste na classificação dos elementos segundo determinados critérios, que podem ser semânticos (por exemplo: elementos que refletem ansiedade serão agrupados em uma categoria ansiedade), sintáticos (verbos, adjetivos, advérbios etc.), léxicos (ordenamento interno das orações) ou expressivos (por exemplo, categorias que classificam os problemas de linguagem). (SANTOS, 2013, p. 333).

Quanto à categorização, Bardin (1977) assevera que “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida por reagrupamento”.

O processo de categorização precisa ser concomitante a uma leitura exaustiva do material a ser analisado no tocante à tese, as entrevistas e os documentos advindos do PNT/PRT. Compartilhamos com o entendimento de que é um momento de produção de novos conhecimentos, por que não dizer, (re)consideração dos conhecimentos adquiridos (ou refutação), por meio da compreensão da pesquisa, com a conjugação de diversos procedimentos (COLOGNESE; MELO, 1998).

O primeiro passo foi dado com a transcrição na íntegra, de todas as gravações realizadas. Foi essa a preferência, por entender que ao realizar tal processo, a apreensão das informações, seguida das reflexões, nos guiaram para consequências positivas no resultado do trabalho e uma melhor realização do processo de categorização e codificação. A categorização foi elaborada a partir da leitura e análise das entrevistas transcritas, (re)formuladas durante todo o processo de construção/reflexão da pesquisa, referenciadas nas hipóteses e problemáticas levantadas. É um momento de produção de novos conhecimentos, por meio da compreensão da pesquisa, com a conjugação de diversos procedimentos (COLOGNESE; MELO, 1998).

A tese está dividida em 6 (seis) capítulos, estruturados da seguinte forma: capítulo 1 (um) **INTRODUÇÃO**, no qual apresentamos a tese, os elementos que a constituem teoricamente, apresentando uma leitura das perspectivas empreendidas para a escolha do quadro-capa e do título, trazendo elementos que dialogam com as análises e os principais resultados da pesquisa. Apontamos, também, a abordagem metodológica, entendendo que as escolhas realizadas compreendem atitudes políticas do pesquisador. Apresentamos os principais elementos metodológicos constituintes da tese, ao mesmo tempo que caracterizamos e localizamos os objetos empíricos: Bonito e Corumbá. No capítulo 2 (dois), **“NENHUM MOVIMENTO É TOTALMENTE LIVRE?” POR UMA GEOGRAFIA DO/PARA O TURISMO**, apresentamos alguns elementos teóricos importantes para que compreendamos o espaço turístico. Para tanto, utilizamos do “movimento” enquanto uma perspectiva de análise do conceito de turismo. Neste sentido, entendemos o espaço turístico à luz de uma abordagem que compreende o turismo como um fenômeno socioespacial

complexo, que tem no bojo da sua configuração, os agentes espaciais (FRATUCCI, 2008). Propomos duas abordagens, ou melhor, duas agendas de análise para o entendimento do espaço turístico: 1) a partir do entendimento do deslocamento/fluxo (dos turistas), dos modelos que tem como base os espaços emissivos, as zonas de deslocamento e os espaços receptivos, bem como os desdobramentos destes e; 2) o espaço turístico é compreendido a partir de uma abordagem dinâmica e abrangente, relacionando-o aos aspectos temporais e escalares.

As questões que envolvem a relação do turismo e das múltiplas territorialidades encontramos no capítulo 3 (três) intitulado **TURISMO E MULTITERRITORIALIDADE: “A PARTIR DA ÓTICA DO MERCADO ELAS VÃO SE ALERTAR PARA OUTRAS QUESTÕES”**. Este capítulo apresenta os elementos que constituem os territórios, em especial, a partir de uma leitura de Raffestin (1993), Haesbaert (2004, 2006, 2007, 2008, 2010, 2013, 2015, 2017) Raffestin (1993), Souza (2011, 2015), Sack (1986) e Saquet (2003, 2007, 2008, 2009, 2015, 2017), entre outros. Apresentamos as perspectivas dialógicas das tramas territoriais no turismo, dialogando com os elementos empíricos da tese. Apontamos, também, a importância de incorporar nos estudos do território uma abordagem do poder, para tanto, utilizamos Foucault, com a sua “Microfísica do poder” (ano?), distinguindo os micro e macro poderes, trazendo para dialogar com os elementos multiterritoriais da Política Nacional de Turismo, com destaque para o Programa de Regionalização do MS, das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Corumbá.

No capítulo 4 (quatro), denominado **“(…)TANTO A MOBILIDADE QUANTO O CONTROLE SOBRE ELA REFLETEM E REFORÇAM O PODER”**: **TURISMO E DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL**, apresentamos elementos importantes para a compreensão das políticas de turismo, entendendo-as como uma política escalar, ou melhor, multiescalar (local, regional, estadual, nacional). Apresentamos que os agentes do turismo podem atuar em diferentes níveis, “saltando escalas” (SMITH, 2000), em uma arena das “geometrias do poder” (MASSEY, 2000, 2008).

Apresentamos e caracterizamos os principais elementos da Política Nacional do Turismo. Para assim, entender o Programa de Regionalização do Turismo, ou seja, política de descentralização do poder. Neste sentido, a abordagem das “diferenciações territoriais” de Santos e Silveira (2001), ou seja, os espaços luminosos, foi utilizada para a compreensão dos destinos indutores, com destaque para Bonito e Corumbá.

“QUE EXISTA LUZ?” OS DESTINOS INDUTORES BONITO E CORUMBÁ – MS EM ANÁLISE, é o capítulo 5 (cinco) no qual apresentamos o diálogo da teoria com os elementos empíricos. A análise foi realizada a partir do entendimento da Política Estadual do MS, com destaque para os elementos representativos do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Organizamos o capítulo em 3 (três) subcapítulos em que respondem os objetivos específicos da tese.

Por último, as “**CONSIDERAÇÕES FINAIS**”, destacamos os principais elementos teóricos abordados, bem como as questões que fundamentam e respondem a tese.

Foi apresentado, também, alguns “Questionamentos advindos da tese: formulação de uma agenda de/para discussão”, ensejando a continuidade dos estudos em pesquisas posteriores.

1.3 Isto é (realmente) Mato Grosso do Sul¹⁵: os municípios Bonito e Corumbá no contexto geográfico/turístico.

ÁGUAS

Desde o começo dos tempos águas e chão se amam. Eles se entram amorosamente
E se fecundam.
Nascem formas rudimentares de seres e de plantas
Filhos dessa fecundação.
Nascem peixes para habitar os rios
E nascem pássaros para habitar as árvores.
Águas ainda ajudam na formação das conchas e dos caranguejos.
As águas são a epifania da Natureza. Agora penso nas águas do Pantanal
Nos nossos rios infantis
Que ainda procuram declives para correr.
Porque as águas deste lugar ainda são espreiadas para o alvoroço dos pássaros.
Prezo os espreiados destas águas com as suas beijadas garças.
Nossos rios precisam de idade ainda para formar os seus barrancos
Para pousar em seus leitos.
Penso com humildade que fui convidado para o banquete destas águas.
Porque sou de

¹⁵ O Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Fundação de Turismo (FUNDTUR) utiliza como marca institucional o slogan: “Isto é Mato Grosso do Sul”. Utilizamos o advérbio para reafirmar o caráter factual da oração, não somente ligado a lógica comercial/turistificada utilizada pelo Estado.

bugre. Porque
sou de brejo.
Acho que as águas iniciam os pássaros
Acho que as águas iniciam as árvores e os
peixes E acho que as águas iniciam os
homens.
Nos iniciam.
E nos alimentam e nos dessedentam.
Louvo esta fonte de todos os seres, de
todas as plantas, de todas as pedras.
Louvo as natências do homem do
Pantanal. Todos somos devedores
destas águas.
Somos todos começos de brejos e de rãs.
E a fala dos nossos vaqueiros carrega
murmúrios destas águas.
Parece que a fala dos nossos vaqueiros tem
consoantes líquidas
E carrega de umidez as suas palavras.
Penso que os homens deste
lugar são a continuação
destas águas. (MANOEL DE
BARROS)

Os destinos indutores Bonito e Corumbá, das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente, localizam-se no Estado do Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do Brasil.

O entendimento da macrorregião brasileira em que estes destinos estão localizados, tal como foi preconizado por Rodrigues (2009, p. 13), trará clareza aos aspectos geográficos e históricos desta localidade, em especial, ao considerar esta região como sendo a mais diversificada, com destaque para sua localização, pois representa um entrecruzamento de ecossistemas distintos e, “principalmente, pela riqueza cultural aportada por correntes de povoamento originadas de todas as outras regiões no decorrer do processo histórico”, corroborando com as perspectivas de espaço empreendida por Massey (2008), em “Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade,” como veremos no próximo capítulo.

Steinberger (2009, p. 19) em “Territórios Turísticos no Brasil Central” corrobora com Rodrigues (2009), bem como destaca outros aspectos, como o econômico e o político-administrativo, que se considerado em apartado, a macrorregião, nas palavras da autora, configura-se como sendo uma região “esgarçada e sem identidade”, porém, “quando se acrescentam outros aspectos, pode ser considerada como uma região-síntese do Brasil”. A autora ainda acrescenta:

Essa marca de síntese está relacionada não só à sua posição geográfica de centralidade, mas principalmente ao fato de seu território constituir um ponto de encontro da diversidade brasileira fisiográfica, socioeconômica, cultural e política. Se expressa por meio de características intrínsecas e adquiridas. As intrínsecas estão retratadas pela presença do nó de dispersão de águas (nascentes da Bacia Amazônica, São Francisco e Platina) e de três grandes ecossistemas (Floresta Tropical, Cerrado e Pantanal). As adquiridas dizem respeito à ação do Estado para promover a interiorização através de grandes obras de integração nacional e de um modelo agrícola implantado com base em interesse extra-regionais que mesclaram distintos capitais culturais (STEINBERGER, 2009, p. 19-20).

A Região Centro-Oeste, constituída pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás é para Santos e Silveira (2001), “uma área de “ocupação periférica” recente”. Os autores apontam que neste território “praticamente “natural”, ou melhor, pré-técnico”, é que o meio-técnico-informacional se estabelece. Importa denotar que uma das maiores características destas localidades, que nas palavras de Santos e Silveira (2001, p. 271), “os novos dados constitutivos do território são os do mundo da informação, da televisão, de uma rede de cidades assentada sobre uma produção agrícola moderna e suas necessidades relacionais”.

Neste contexto, podemos apresentar o Estado do Mato Grosso do Sul, que faz parte da macrorregião Centro-Oeste do Brasil, e compreender de que forma o Turismo se apropria deste território, marcado pela sua multiplicidade cultural, social, fisiográfica etc., e que, em certa medida, tais características irão estruturar o fenômeno socioespacial complexo do turismo¹⁶, pois, esta atividade no referido Estado representa uma fonte de economia complementar às atividades presentes no território, como em especial, as atreladas ao agronegócio, conforme indicaram Araújo, Bicalho e Vargas (2010, p. 212) quando demonstraram que além da atividade turística no estado ser complementar as demais atividades produtivas, “ao mesmo tempo, desenvolve-se em articulação com a agropecuária e, em alguns casos, com a mineração. Assim, o espaço é organizado para desempenhar diferentes funções”.

Tal assertiva remete-nos a recente pesquisa publicada por Rosa e Andrade Filho (2019) intitulada “O que revelam os dados do Censo Agropecuário de 2017 sobre o Mato Grosso do Sul?”

¹⁶ Importante informar que os elementos que estruturam o turismo, que nesta tese consideramos como fenômeno socioespacial complexo do turismo serão apresentados/discutidos/analizados ainda no capítulo 2 desta tese.

Os dados do Censo divulgado em 2017 confirmam a presença relevante do Estado do Mato Grosso do Sul na produção agropecuária nacional, sempre entre os dez maiores estados produtores. É o décimo produtor nacional de feijão, que é um produto da cesta básica com a menor participação em comparação com os demais estados. Em compensação, é o quarto na produção de mandioca. É o nono em ovinos, oitavo em galináceos e equinos, sétimo em suínos, sexto em trigo, quinto em soja e quarto maior produtor de milho, cana, arroz e mandioca, os dois últimos também considerados como da cesta de alimentos. (ROSA; ANDRADE FILHO, 2019, p. 366-367).

Em um contexto para exemplificação acerca dos rebatimentos da agropecuária no espaço, com destaque em uma das localidades objeto-empírico da tese, vemos segundo o site “Ecoa”¹⁷, em reportagem publicada no dia 15 de maio de 2019 (Figura 8), as articulações entre o turismo e a agropecuária; em especial, na região Bonito/Serra da Bodoquena, com destaque para o município de Bonito, em que são demonstrados os impactos causados pelo avanço da Soja. De acordo com a reportagem, o motivo para turbidez das águas límpidas de Bonito, em certa medida, pode ter sido causado pelo avanço da agricultura na região. “Números do IBGE para a agricultura na região dão a pista: a área plantada com grãos cresceu 26% entre 2014 e 2018, índice seis vezes maior que o do estado do MS” (ECOIA, 2019).

¹⁷ ECOIA – Ecologia e Ação é uma organização não governamental que surgiu em 1989, em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, formada por um grupo de pesquisadores que atuam em diversos segmentos profissionais, tais como: biologia, comunicação, arquitetura, ciências sociais, engenharia e educação. O principal objetivo era, e ainda é, estabelecer um espaço para reflexão, formulações, debates, além de desenvolver projetos e políticas públicas para a conservação ambiental e a sustentabilidade tanto no meio rural, quanto no meio urbano.

Figura 8 – Bonito, belezas e águas límpidas geram riqueza. Agricultura da soja desmata, turva a água e espalha veneno.



Fonte: www.ecoa.org.br. Acesso em: 15 jan. 2020

Importante denotar que a preocupação não se dá somente por conta do meio ambiente. Analisando o conteúdo da matéria, vemos um caráter muito mais atrelado às questões econômicas, do que as voltadas ao ambiente natural:

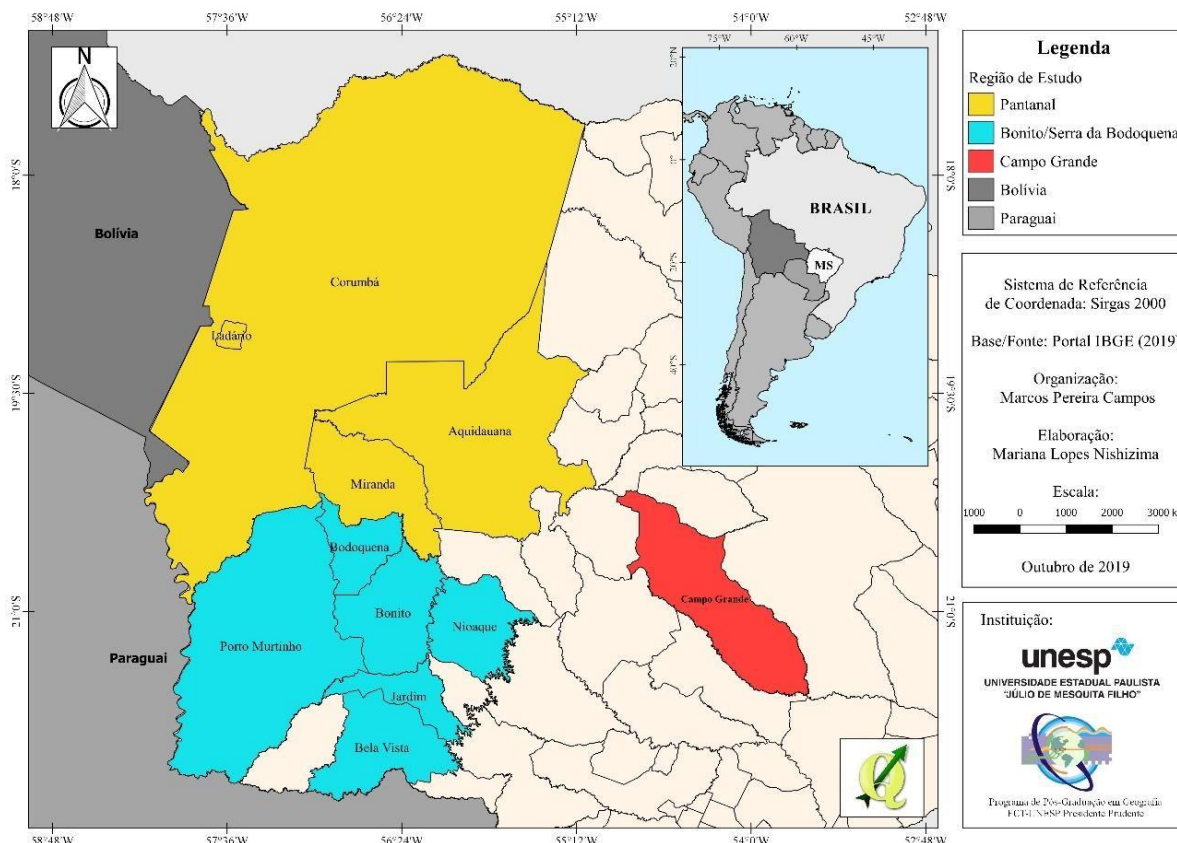
As águas límpidas e a natureza exuberante atraem para o município de Bonito (MS) mais de 200 mil turistas por ano e, conseqüentemente cria negócios, com milhares de empregos diretos e indiretos. Segundo dados encontrados no Inventário Turístico de Bonito e Região relativo aos anos de 2015 e 2016, o município contaria com cerca de 300 empresas ligadas ao turismo, sendo que a atividade gerava mais de 2000 empregos formais diretos. (ECOIA, 2019) [...] Mas, quantos empregos diretos a destruição gera? Segundo a Fundação Seade/Sensor Rural (2004), a soja gera 2 empregos diretos a cada 100 hectares. Bonito teria 920 postos de trabalho diretos gerados pela agricultura do grão. Menos da metade do gerado, de forma limpa, pelo turismo. (ECOIA, 2019).

A caracterização geográfica do Mato Grosso do Sul, e das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, e dos destinos indutores Bonito e Corumbá, respectivamente, objeto-empírico da presente tese, serão baseadas, em grande parte, pelas informações do “Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento (MATO GROSSO DO SUL, 2015); bem como, por meio

de Lunas; Egler e Lunas (2014). Quanto à contextualização geográfica de Corumbá e sua relação com o Turismo, encontramos base em Paixão (2006), Yokoo (2015) e Chaparro e Lamberti (2018), e para as questões ligadas à localização e caracterização ambiental de Bonito no contexto do turismo, encontramos em Mariani (2000; 2003), Rizzo (2010), Lomba (2004), Silva (2015), Oliveira e Diettrich (2019) dentre outros.

Precisamos compreender as regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, à luz de um contexto macro e à luz dos aspectos da geografia do estado do Mato Grosso do Sul. Desta feita, importante denotarmos alguns aspectos que caracteriza o referido Estado, como por exemplo, é o 6º Estado brasileiro em extensão, com aproximadamente 360 mil km². Faz fronteira com o Paraguai a oeste e Bolívia a noroeste (onde é banhado pela bacia do Rio Paraguai), com os Estados de Mato Grosso ao norte, Goiás a noroeste, Minas Gerais a leste, São Paulo a sudeste e Paraná ao sul. (LUNAS; EGLER; LUNAS, 2014) (Figura 9).

Figura 9 – Regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal: interface multidimensional.



Fonte: Org. do autor e Elaboração Mariana Lopes Nishizima (2019)

Ainda sobre o território do Mato Grosso do Sul, ele está localizado entre as duas bacias hidrográficas: a do Rio Paraguai e do Rio Paraná e constituído por duas faixas geográficas contínuas, formadas pela planície pantaneira, que se constitui por uma grande área alagadiça (com três períodos distintos, denominado ciclo das águas: cheia, vazante e seca) com predomínio de vegetação natural em uma extensão territorial de aproximadamente 89 mil km², contrastando-se com a parte do planalto, que é caracterizada pelo elevado índice de antropização, onde há predomínio de grandes áreas mecanizadas para a exploração da pecuária de corte e da agricultura com alto grau de tecnificação. (MATO GROSSO DO SUL, 2015, p. 12).

Quanto ao ciclo das águas, em vídeo denominado “Treinamento - Pantanal e Bonito – Mato Grosso do Sul”, por meio do site estatal – “VisitMS”, divulgado em 29 de agosto de 2019, um material suporte para agentes de viagens e operadores conhecerem melhor o Estado e seus principais destinos turísticos, ou seja, a região Bonito – Serra da Bodoquena e Pantanal, o ciclo da águas foi denominado da seguinte forma:

De dezembro a março é a época das cheias no Pantanal, neste período os animais e aves migram para as partes mais altas, neste período ainda, os peixes procuram as corredeiras dos rios (neste período a pesca é proibida – piracema), a vazante, é o período compreendido entre abril e maio, normalmente as chuvas cessam, e em maio começa a época da vazante, junho e julho são os meses nos quais se pode ter um misto dos dois mundos pantaneiros, a cheia e a seca. O nível das águas começa a baixar, momento em que os peixes, animais e pássaros são mais abundantes. É uma ótima época para a observação de pássaros. Seca: de agosto a novembro é o período da seca, quando se percebe o nível das águas baixar sensivelmente, e é possível avistar maior número de animais. O mês de agosto coincide com a florada dos ipês, um dos eventos mais marcantes do ano, onde o Pantanal fica colorido por algumas semanas. (Disponível em: www.visitms.com.br – Acesso em: 13 out. 2019).

O bioma Pantanal, com uma extensão aproximada de 250 mil km², se estende sobre os territórios do Paraguai, Bolívia e Brasil, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (IBGE, 2004). No Brasil, ele possui 150 mil km², a maior parte no Mato Grosso do Sul.

Além dos apontamentos realizados, precisamos compreender a história do espaço a ser investigado:

A história de um território é uma história de movimentos. É a história do seu espaço e de suas paisagens. Sendo história, envolve ações, é história de objetos qualificados e de sua articulação no território, diretamente, mas também de seu valor relativo no espaço, de sua relação específica nos lugares, de sua representação na paisagem. É uma história de apropriação e uso. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 433) .

No bojo da história do Mato Grosso do Sul, em especial, quanto a sua história anterior ao desmembramento em 1977 – do Estado de Mato Grosso –, também podemos considerar, tal como ocorreu e foi preconizado por Rodrigues (2009), um entrecruzamento histórico-cultural. Na perspectiva de Queiroz (2015, p. 215) neste território, onde hoje é o atual MS, “tem-se configurado, desde há muitos séculos, como uma autêntica ‘encruzilhada’ histórica, isto é, uma área de intensos movimentos de povos,” sejam populações indígenas oriundas da Amazônia, do Chaco, da costa atlântica e de outras partes; bem como, grupos de europeus e seus descendentes, procedentes das mais variadas direções em que, na “América do Sul, se processou a ocupação (e, mais tarde, o dos ‘remotos sertões’ do interior), ou seja, ainda, populações de origem africana compulsoriamente engajadas nesse processo de

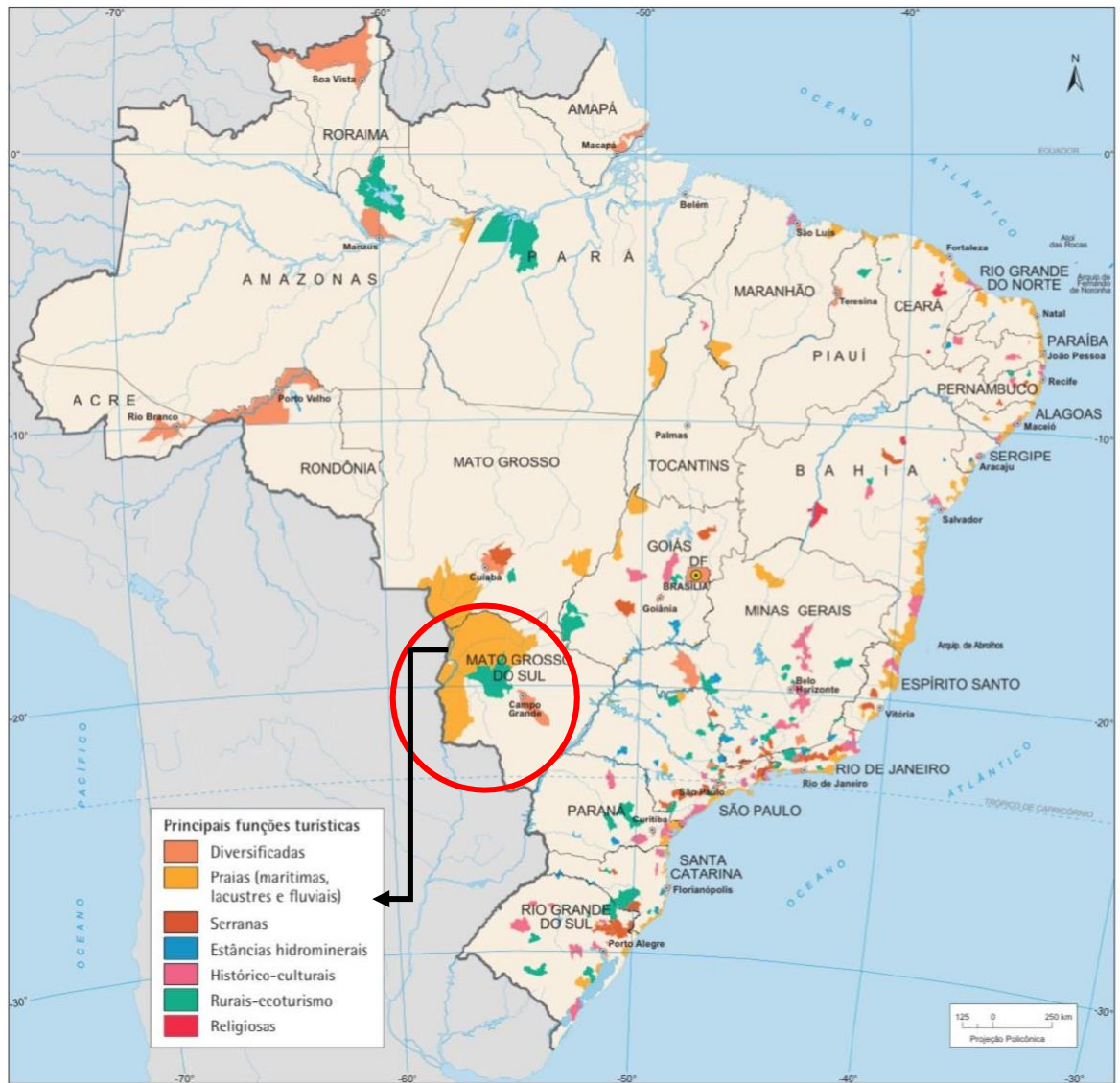
ocupação” (QUEIROZ, 2015, p. 215).

Os elementos supracitados que compõe a história do MS, em certa medida, representam a sua ocupação territorial, tendo como contribuição para esta formação, a sua geografia, na qual devemos considerar as características fronteiriças atinentes as regiões empíricas da tese.

O turismo se beneficia destas particularidades, em especial, quando se trata das demandas turísticas (como veremos em capítulos posteriores). A composição histórico-cultural do MS, no que se refere a esta atividade, passa a constituir a identidade local/regional; logo, um componente de atratividade turística. Importante também, considerarmos no que se refere à complexidade do fenômeno do turismo, a apropriação, a transformação e o uso do espaço (RODRIGUES, 2002) visando atender uma produção e, conseqüentemente, o seu consumo – “o consumo da natureza” em se tratando do Mato Grosso do Sul –, dada a oferta turística das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, em especial para os destinos Bonito e Corumbá, respectivamente, conforme demonstra o mapa da “Tipologia turística dos municípios turísticos” (Figura 10).

No mapa supracitado, vemos que no Estado do Mato Grosso do Sul temos três funções turísticas, quais sejam: 1) “Diversificadas”, em referência para a localidade de Campo Grande, e, com destaque especial; 2) “Marítimas (lacustres e fluviais)” e; 3) “Rurais-Ecoturismo”. As duas últimas funções destacadas são a síntese do que é ofertado nas regiões em que os municípios Bonito e Corumbá estão localizados, ou seja, podemos afirmar que o turismo nestas localidades tem um protagonismo na área rural e/ou natural, com a utilização (ou apropriação) da água como recurso turístico (SILVA, 2015):

Figura 10 – Tipologia dos municípios turísticos.



www.ibge.gov.br

Fonte: www.ibge.gov.br. Acesso em: nov. 2019

Para representar os usos do território turístico nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, destacamos como o Estado promove estas regiões, conforme vemos nas imagens a seguir (Figura 11):

Figura 11 – Espelho do Site “VisitMS”: Mergulho em Bonito e Cruzeiro em Corumbá.



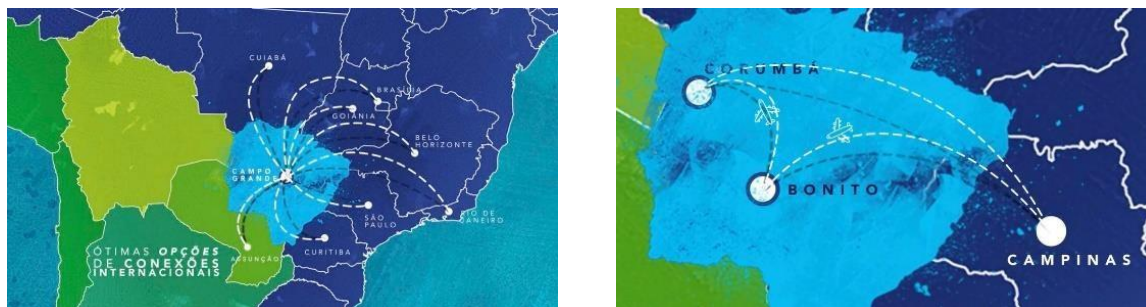
Fonte: www.visitms.com.br. Acesso em: out. 2019.

Para Moretti (2001, p. 13), a atividade turística no Pantanal é expressa “como um ponto de expansão do capitalismo” em escala global, que é explicada, de certa forma pela dinâmica do turismo, ou seja, como um facilitador de entradas de novas culturas na localidade. Com isso, é possível verificar uma nova configuração do espaço, fruto da dinâmica territorial do turismo, não somente do Pantanal, com destaque para a região Bonito/Serra da Bodoquena, ambos no Mato Grosso do Sul.

Para exemplificar tal assertiva, verificamos a força do turismo nas localidades objeto-empírico da tese, Bonito e Corumbá, das infraestruturas voltadas diretamente para a atividade turística, como por exemplo, os aeroportos. Vale destacar que a cidade de Bonito, com uma população total de 21.738 habitantes (estimativa IBGE/2018), e tendo como economia baseada na Agricultura, Pecuária, Mineração. Além, é claro do Turismo, possui um aeroporto que atende as demandas regionais/nacionais e internacionais.

A capital do Estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, possui um Aeroporto Internacional, que recebe os principais voos de diferentes capitais do Brasil, com duração média de 1 (uma) a 2 (duas) horas. Além disso, possui voo para Assunção (Paraguai), permitindo, assim, conexões para Europa e Estados Unidos. Bonito e Corumbá, também, possuem aeroportos, com voos diretos vindos de Campinas (Figura 11).

Figura 12 – Dinâmica de voos aéreos para o MS (Campo Grande) e entre os destinos Bonito e Corumbá.



Fonte: site da VisitMS (Governo do MS): Espelho do vídeo “Treinamento - Pantanal e Bonito – Mato Grosso do Sul”. Acesso em: out. 2019

Vargas (2001) aponta que no início dos anos de 1990, o turismo ganha força, em especial, por conta da crise da agropecuária; bem como, pelo apelo ambiental dado para a atividade do turismo de natureza, reflexo da onda ambiental que o Brasil e o mundo estavam vivendo.

Assim, para que possamos apresentar os destinos indutores, os casos desta tese, iniciaremos com o Pantanal e o município de Corumbá, e posteriormente, Bonito/Serra da Bodoquena e o destino Bonito.

Yokoo (2015, p. 42) já preconizou sobre a contextualização quanto à “formação socioespacial” de Corumbá e sua relação com o turismo. “É vital a compreensão a respeito de Corumbá, sua história e características, para sua inserção nesta discussão acerca da atividade turística, seu desenvolvimento e a atuação do poder público para que isso ocorra”. Na mesma medida, deverá ocorrer em Bonito (MS).

1.3.1 Pantanal: “Corumbá Incrível” em análise

Nossa viagem não é ligeira, ninguém tem pressa de chegar
 A nossa estrada, é boiadeira, não interessa onde vai dar
 Onde a Comitiva Esperança, chega já começa a festança
 Através do Rio Negro, Nhecolândia e Paiaguás
 Vai descendo o Piqueri, o São Lourenço e o Paraguai
 Tá de passagem, abre a porteira, conforme for pra pernoitar
 Se a gente é boa, hospitaleira, a Comitiva vai tocar
 Moda ligeira, que é uma doideira, assanha o povo e faz dançar
 Oh moda lenta que faz sonhar
 Onde a Comitiva Esperança chega já começa a festança
 Através do Rio Negro, Nhecolândia e Paiaguás
 Vai descendo o Piqueri, o São Lourenço e o Paraguai
 É, tempo bom que tava por lá,

Nem vontade de regressar
 Só vortemo eu vô confessar
 É que as águas chegaram em Janeiro, descolamos um barco ligeiro
Fomos pra Corumbá (COMITIVA ESPERANÇA, ALMIR SATER, Grifo
 nosso).

O destino turístico Corumbá possui uma característica que o destaca de Bonito, o fato de estar localizado em bioma reconhecido mundialmente, que é o Pantanal, por exemplo. Ao utilizarmos a classificação de Silva e Abdon (1998), verificamos o peso deste bioma, ou seja, das 8 (oito) sub-regiões para o ecossistema pantanal localizadas no MS (Quadro 2), o município aparece em 5 (cinco) deles, quais sejam: Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Nabileque e Paraguai.

Quadro 2 – Município de Corumbá no contexto das Sub-regiões Pantaneiras de MS¹⁸.

Sub-Regiões Pantaneiras de MS	Composto Total ou Parcialmente pelos municípios	Area (km ²)
Paiaguás	Corumbá , Sonora e Coxim	27.082
Nhecolândia	Corumbá , Rio Verde de Mato Grosso e Aquidauana	26.921
Abobral	Aquidauana e Corumbá	2.833
Aquidauana	Aquidauana	5.008
Miranda	Miranda e Aquidauana	4.383
Nabileque	Porto Murtinho, Corumbá e Miranda	13.281
Porto Murtinho	Porto Murtinho	3.839
Paraguai	Corumbá	5.971
TOTAL		89.318

Fonte: Adaptado de Silva e Abdon (1998)

Em Araújo, Bicalho e Vargas (2010, p. 212), vemos:

No Pantanal de Mato Grosso do Sul, o turismo esteve centrado, inicialmente, na pesca esportiva, em decorrência da grande piscosidade de seus rios, notadamente os rios Paraguai, Miranda e Aquidauana. Essa vocação proporcionou, nas décadas de 1980 e 1990, a estruturação de um forte setor pesqueiro no Pantanal Sul, que conta com barco hotel, hotel-pesqueiro, áreas de camping, acampamentos, ranchos de pesca e barcos de passeio. Observa-se um processo às margens dos rios Paraguai, Miranda e Aquidauana.

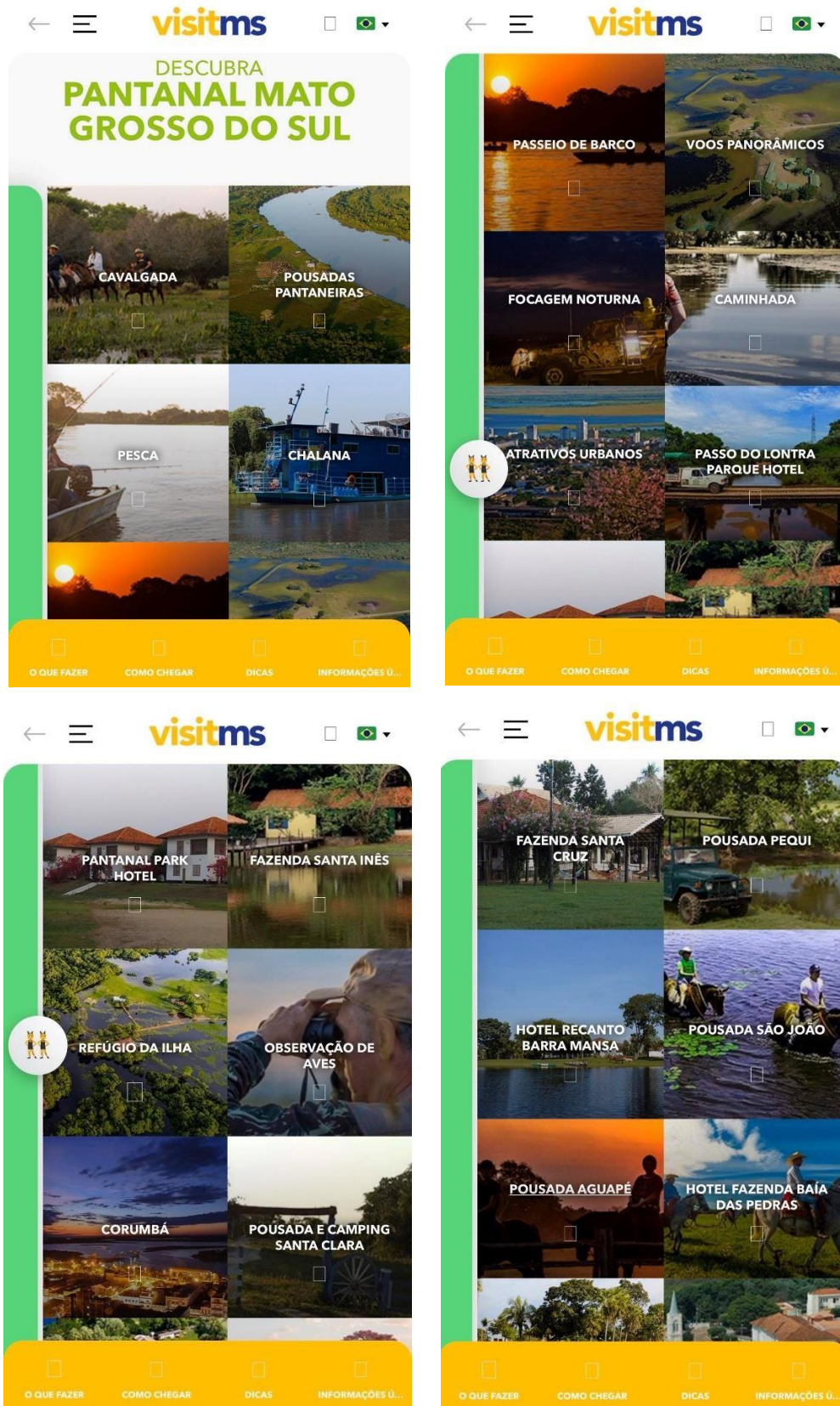
Em certa medida, o Pantanal sofre com os rebatimentos das “contradições da modernidade”, em especial por conta da “complexidade das relações sociais e das relações sociedade-natureza; pela redefinição do papel das instituições; pelas formas

¹⁸ Das 8 subdivisões - o município de Corumbá pertence a 5 (cinco) tipos diferentes de Pantanaís.

de ocupação e gestão dos territórios”. Vale destacar, também, pelo “grande apelo ambiental suscitado por áreas dessa natureza; e pela emergência de novos atores no cenário global, com a participação veemente da sociedade civil” (VARGAS, 2006, p. 2).

Este Pantanal é promovido para sua comercialização utilizando os ambientes naturais como um recurso turístico, como vemos na imagem a seguir (FIGURA 13).

Figura 13 – Espelho do Site “VisitMS”: link para região Pantanal.

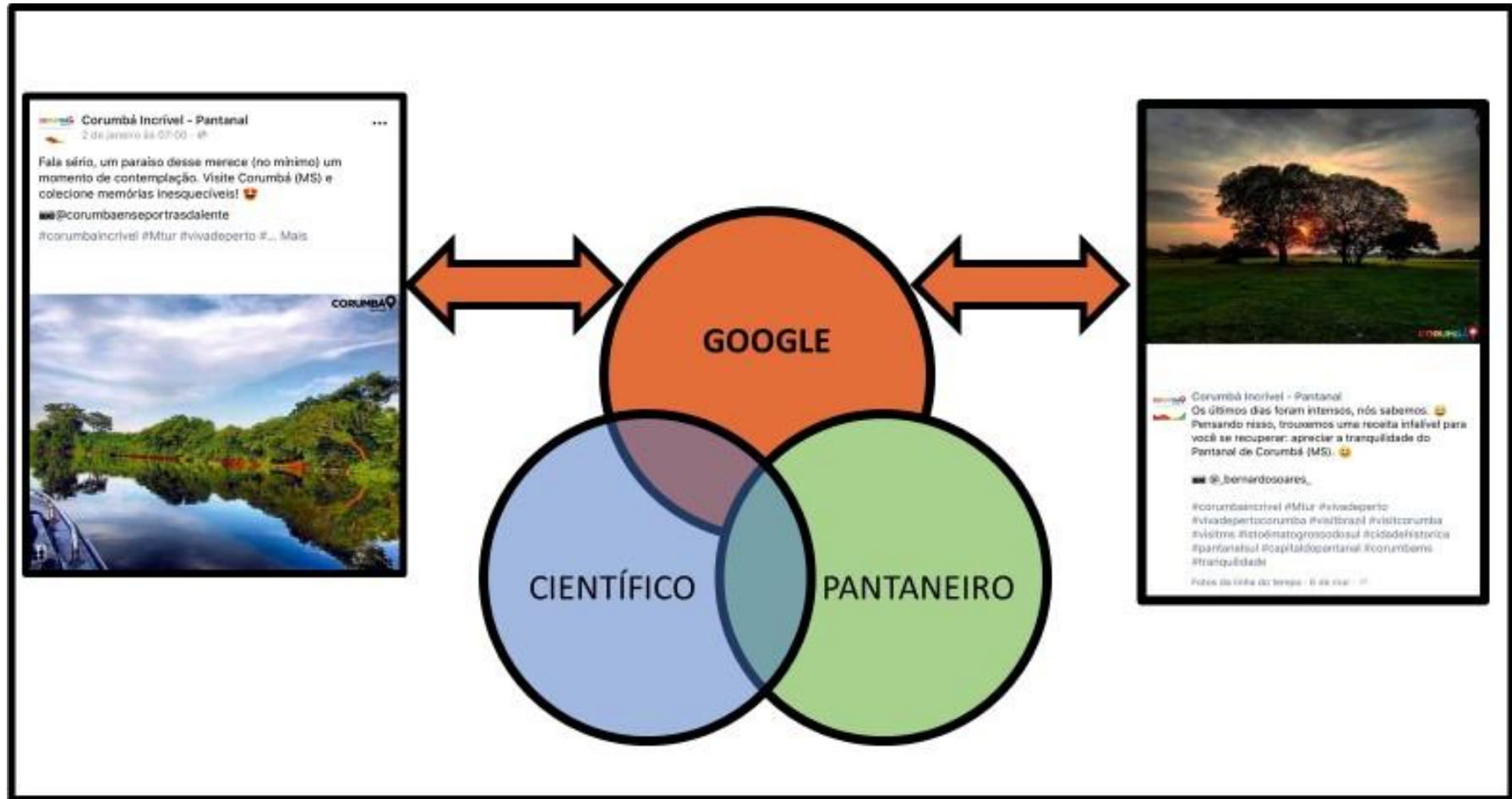


Fonte: www.visitms.com.br. Acesso em: jan. 2020

Importante apontarmos como este ambiente vem se reconfigurando ao longo do espaço-tempo, como denota Girard e Vargas (2008). No que se refere a uma abordagem do turismo no Pantanal Mato-Grossossense, estes autores assinalam/classificam este espaço como “Pantanal Google”, pois, nesta perspectiva, este espaço passaria a representar “uma iconografia especial, repertoriada na Internet, que comercializa um Pantanal virgem, imaculado, isento da presença humana: um verdadeiro paraíso” (Figura 14).

Paralelo a este Pantanal, os autores apontam outras duas vertentes perceptivas: Pantanal Pantaneiro e Pantanal científico.

Figura 14 - Abordagem do turismo no Pantanal Mato-Grossossense.



Fonte: Adaptado de Girard e Vargas (2008)

Conforme vimos na Figura 14, através das imagens promocionais da Fundação de Turismo de Corumbá, por meio da sua página na rede social *Facebook*, os responsáveis por esta instituição, utilizam um slogan promocional “Corumbá Incrível”. Ainda na figura, vemos dois exemplos em que predominam um conteúdo que denota a posse direta do espaço a ser comercializado; bem como, apresenta a paisagem como sendo intocada/sacralizada: “um paraíso desse merece (no mínimo) um momento de contemplação” e “os últimos dias foram intensos, nós sabemos. Pensando nisso, trouxemos uma receita infalível para você se recuperar: apreciar a tranquilidade do Pantanal de Corumbá (MS)”

Este exemplo indica uma característica dos negócios do turismo, em que pese as questões do capital e a transformação da natureza em mercadoria. Convém apontar ainda, a inserção do produto natureza sendo comercializado na prateleira virtual do turismo no Pantanal, com destaque para Corumbá.

Para distinguirmos este Pantanal (Google) ao Pantanal científico, ou seja, o realizado pela academia (pesquisas científicas), precisamos considerar a região Pantanal, no caso da tese, em especial: Corumbá.

No que se refere a este município, Paixão (2006, p. 100) defende uma “formação da região Corumbá”, dado pelo seu “distanciamento dos municípios que compõem essa região para com seus centros administrativos e financeiros nacionais”.

Mesmo hoje, com a evolução dos transportes e dos meios de comunicação, as cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, tanto quanto a de Ladário, no Brasil, tem buscado em Corumbá os bens e serviços de que não dispõem.

Esta característica de centro regional a Corumbá advém desde o final do século XIX, “para atender aos objetivos geopolíticos e militares, tanto da nação boliviana, quanto brasileira, por ocasião do período de demarcação das fronteiras e da defesa territorial” (PAIXÃO, 2006, p. 103).

Outra característica marcante a este território é a atividade comercial; iniciada após a Guerra do Paraguai. A cidade de Corumbá passa a ganhar um destaque nacional e internacional, por conta de sua condição de pólo de distribuição de mercadorias oriundas da Europa, além da intensa comunicação com outras importantes cidades da Bacia Platina e do abastecimento dos rincões do Brasil central (PAIXÃO, 2006).

A configuração arquitetônica da cidade de Corumbá tem grande influência do comércio, em especial, por conta das construções de casarios “cujos estilos arquitetônicos advêm dos variados produtos dos grandes centros da época”, que foram instalados em Corumbá - equipamentos comuns aos grandes centros mundiais (com destaque para as casas bancárias, teatros, fábrica de bebidas, escritórios especializados em serviços de importação e exportação, telefonia a cabo, termelétrica, etc.). Paixão (2006, p. 106) afirma que tal característica, deu a Corumbá, “traços da personalidade regional”.

Importante denotar que com a chegada do “tramo ferroviário”, no início do Século XX¹⁹, que ligava Corumbá a Bauru, no Estado de São Paulo, vemos o declínio do comércio portuário:

de modo que para muitos corumbaenses, o trem, ao mesmo tempo, foi portador do progresso e da estagnação, pois, para esses incautos analistas, a ferrovia avançou pelo Pantanal, mas inverteu o sentido de abastecimento do Centro-Oeste brasileiro, prejudicando Corumbá. Sob essa ótica, a Região de Corumbá passa a ser não mais o início, e sim, o fim de linha na distribuição das mercadorias que, a partir de então, partem de São Paulo para todo o Centro-Oeste através da Ferrovia Noroeste do Brasil (PAIXÃO, 2006, p. 108).

Após o enfraquecimento da função comercial, Corumbá, no início do século XX, entra em rápido naufrágio, emergindo economicamente com uma nova atividade: a pecuária bovina de corte. A esse processo de transição, Paixão (2006, p. 111) define que “saem de cena as ‘elites do comércio’ para dar lugar às ‘elites do boi’”. Essa atividade, já desenvolvida anteriormente, foi levada a destaque e favorecida pela dimensão do município; assim, como pela existência de pastagens naturais da planície do Pantanal, propiciando o aumento de sistemas de cria, recria e engorda para o abastecimento do próprio Estado de Mato Grosso, e para outros estados, como São Paulo e Minas Gerais (PAIXÃO, 2006).

Na década de 1970, o município de Corumbá passa por uma crise na pecuária, “em função da grande enchente no Pantanal”. Enchente esta datada no ano de 1974,

¹⁹ Tal como Paixão (2006, p. 105), não objetivamos tratar desta guerra nesta tese. Trazemos as mesmas observações realizadas por este autor. “Sobre isto convém apenas ressaltar que para alguns estudiosos do assunto, o crescimento do comércio portuário de Corumbá é decorrente de uma expansão natural dessas atividades pelo Rio Paraguai até Cuiabá, como nódulo de uma rede de distribuição pela via fluvial, daí se constituindo num processo alheio às decisões de ordem local ou provincial.

considerada “sem precedentes quanto aos seus reflexos socioeconômicos e ambientais, houve a morte de milhares de cabeças de gado, o que levou muitos pecuaristas à falência”.

Neste contexto, o turismo emerge, ou seja, após as crises do comércio portuário e da pecuária, em especial por meio do turismo de pesca, inclusive sendo referência para região, com destaque para a diversidade e piscosidade do Rio Paraguai. É importante, também, considerar o turismo de compras, turismo histórico-cultural e ecoturismo. Este último se dá especialmente pela Estrada Parque do Pantanal. Por outro lado, o turismo de compras ocorre na fronteira seca entre Brasil e Bolívia (YOKOO, 2015).

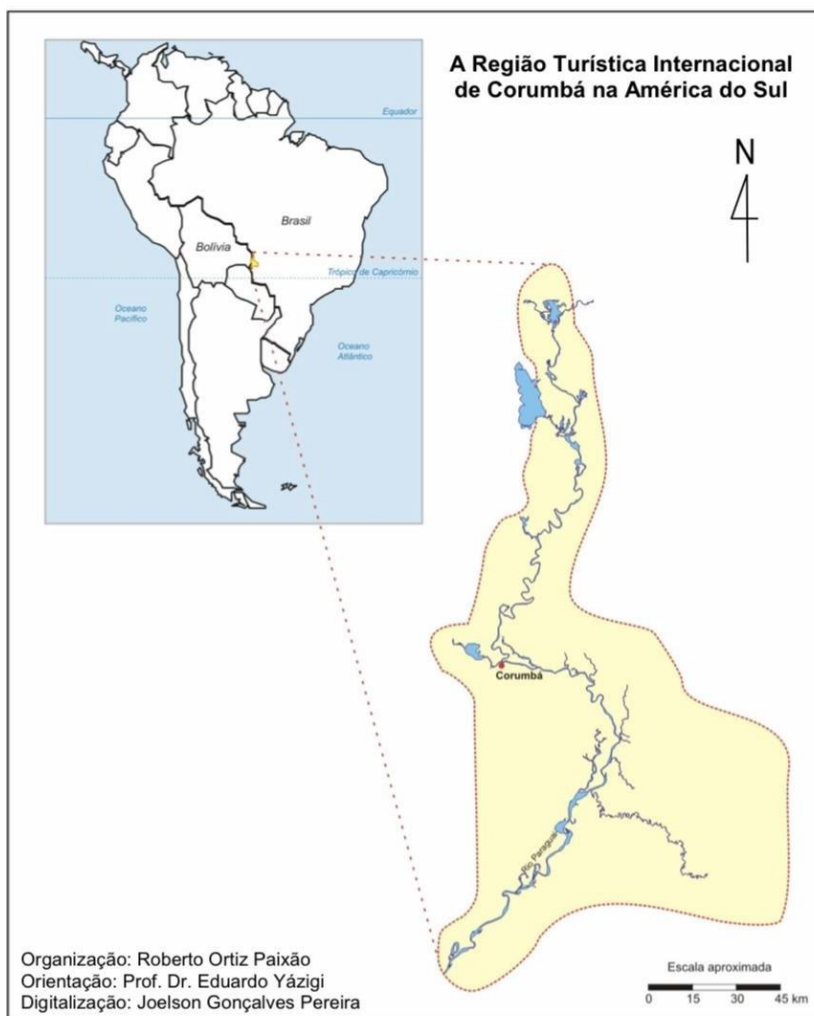
No que se refere ao aspecto fronteiriço, característica singular do município de Corumbá, precisamos tratá-lo de forma especial, apontando algumas ponderações no âmbito da escala de análise, em especial, no que se refere às questões atinentes a espacialidade do fenômeno do turismo nesta localidade e seus rebatimentos transfronteiriços.

Paixão (2006), em sua tese denominada “Globalização, Turismo de Fronteira, Identidade e Planejamento da Região Internacional de Corumbá – MS”, à luz da composição terminológica de região e fronteira, aponta que tal perspectiva “abre uma gama de possibilidades de análise”. No caso em específico, ao que apontou como sendo “tendência de conurbação e a identidade fisiográfica da Região Internacional de Corumbá”, num contexto territorial de fronteira, ao qual considerou como “um subespaço que compreende parte da Região Centro-Oeste do território brasileiro, e parte da Bolívia, justaposto na porção central da América do Sul” (Figura 15).

Tal constatação ao que chamou de Região Internacional de Corumbá, está intrinsecamente relacionada aos “traços físicos da identidade regional”, em uma abordagem do turismo buscando uma forma regionalizada. A região, no contexto de Corumbá, seria:

resultado das relações sociais e produtivas que, indistintamente, se configuram nos territórios brasileiro e boliviano, sendo possível a dedução da supremacia de Corumbá na hierarquização urbana e demais relações que permeiam esse espaço transfronteiriço. (OLIVEIRA, 1998 apud PAIXÃO, 2006, p. 93).

Figura 15 – Localização da Região Turística Internacional de Corumbá na América do Sul.



Fonte: Paixão (2006)

A proposta empreendida por Paixão (2006) na delimitação do objeto de estudo para sua tese representou um grande avanço, em especial, por entender a região e considerar os territórios que extrapolam a espacialidade de Corumbá, ou melhor, a espacialidade do Brasil; inserindo os municípios de Puerto Quijarro e de Puerto Suarez, ambos da Bolívia. Para justificar a sua proposta, cita Yázigi (2001):

Torno a insistir que a proposta de primazia da ordem natural não elimina a importância de toda cultura material, das redes de economia ou da memória como definidores de lugar, nem exclui esses itens de serem trabalhados. Simplesmente, minha hipótese é que a fisiografia, sendo a priori mais estável, tem mais condições de personalizar o lugar do ponto de vista de paisagem [...]

Se for certo que a globalização nivela os lugares, a manutenção do sítio natural mais próximo do modelo original – como poderíamos concebê-lo se torna um poderoso instrumento de resistência. (YÁZIGI, 2001, p. 81, apud PAIXÃO, 2006, p. 95).

Martins (2018) em “As paisagens da faixa de fronteira Brasil/Bolívia: complexidades do Pantanal Sul-Matogrossense e suas potencialidades para o Turismo de Natureza” tomou como objeto de estudo para sua tese, a mesma área denominada por Paixão (2006) como sendo “Região Turística Internacional de Corumbá”. Martins (2018, p. 105) justifica a sua escolha, considerando as seguintes características:

1. **Corumbá e entorno:** nesse polígono, temos a sede dos municípios de Corumbá/MS/Brasil, Puerto Suárez e Puerto Quijarro/Santa Cruz/Bolívia, além de relevos importantes, como o Maciço do Urucum, o Cerro Mutún e a Estrada Parque. A área central abriga, ainda, o Canal Tamengo, a Laguna Cáceres e o Parque Otuquis, que concentram os atrativos do Pantanal boliviano.
2. **Rio Paraguai:** o trajeto entre a sede do município de Corumbá/MS até a Serra do Amolar possui paisagens que retratam as complexidades do Pantanal. É possível visualizar a planície, morros residuais e a expressividade da Serra do Amolar.
3. **Serra do Amolar:** apesar de sua imponência, trata-se de uma área ainda pouco conhecida. Certamente, a logística e o alto custo para conhecê-la são fatores que contribuem para isso. O local possui uma beleza cênica relacionada aos seus diversos morros, como por exemplo, o Morro do Chané e o Morro do Campo, com altitudes entre 500 e 600 metros, bem como outras montanhas. A Baía Mandioré é uma das grandes baías da planície pantaneira, que em toda sua extensão faz fronteira com a Bolívia (RABELO *et al.*, 2012).

Em certa medida, podemos dizer que tanto Paixão (2006) e Martins (2018) regionalizaram o Pantanal, ambos com uma perspectiva territorial que atende à continuidade dos aspectos identitários e da paisagem.

Ao analisar os espaços, os territórios e regiões à luz do turismo, precisamos também considerar as características desta atividade, ou melhor, deste fenômeno socioespacial complexo que é o turismo. Desta feita, contrariamos em partes o que foi apresentado por Yázigi (2001), quanto ao considerar a respeito da estabilidade da paisagem pois, é intrínseco ao turismo, nivelar e/ou uniformizar as paisagens, tornando-a apta para o mercado, e assim, para ser consumida pelos turistas (OURIQUES, 2005; LUCHIARI, 1999).

Para corroborar com a assertiva supracitada, bem como estabelecendo uma relação com o destino turístico de Bonito, Lunas e Grechi (2000) afirmam que o “desenvolvimento da estrutura receptiva do município baseada no turismo ecológico

prescindiu de modificações artificiais que adaptou vários pontos atraentes por sua beleza cênica transformando-os em atrativos artificiais”.

1.3.2 Bonito/Serra da Bodoquena: Bonito é “O melhor destino de Ecoturismo do Brasil”

O rio que fazia uma
volta Atrás da nossa
casa
Era a imagem de um vidro mole...

Passou um homem e disse:
Essa volta que o rio
faz... Se chama
enseada...

Não era mais a imagem de uma cobra de
vidro Que fazia uma volta atrás da casa
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a
imagem. (MANOEL DE BARROS)

No que se refere à região Bonito/Serra da Bodoquena é, também, apropriada como região turística no Estado de Mato Grosso do Sul. É importante destacar que a região Serra da Bodoquena passou a ser denominada Bonito/Serra da Bodoquena, inclusive em documentos oficiais do Estado, como por exemplo, para a Fundação de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul (FUNDTUR). O fato de o município de Bonito constar no nome (primeiro nome) da região, demonstra consideravelmente sua potência no contexto das políticas públicas de turismo.

A região supra localiza-se na porção Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com Lobo (2013), em “O lado escuro do paraíso’: Turismo nas cavernas de Bonito e Região (Mato Grosso do Sul)”. A referida região é constituída por um relevo internacionalmente conhecido como carste, que segundo o autor, as feições mais notáveis são as águas límpidas e as cavernas horizontais ou verticais. Lobo e Moretti (2009), apontam que o referido relevo é formado, principalmente, de rochas de origem carbonática, pertencentes ao Grupo Corumbá, do período Pré Cambriano, sustentadas por calcários calcíticos.

Os autores ainda apontam que as vegetações possuem características do bioma Cerrado, tais como: cerrado, cerradão, campo cerrado e campo limpo. Além da ocorrência de floresta estacional semidecidual e decidual submontana (LOBO; MORETTI, 2009).

Nas mídias do Estado do MS (Figura 16), bem como, ao adentrar na página/site institucional do Governo do Estado, denominado “VisitMS”, de promoção do Turismo, em um dos seus links principais, constatamos a importância do município de Bonito no contexto regional: “Bonito/Serra da Bodoquena: O melhor destino de Ecoturismo do Brasil”. Assim, dentre as informações contidas: “a região é destino de ecoturismo, aventura com preservação ambiental foca na sustentabilidade e capacidade de carga controlada”.

Figura 16 – Bonito é premiado pela 15ª vez como melhor destino de ecoturismo do Brasil.



Fonte: midiamax.com.br. Acesso em: jan. 2020

Outro destaque apontado pela reportagem:

Bonito foi eleito por 15 vezes o melhor destino de ecoturismo do Brasil pelos eleitores da revista Viagem e Turismo, uma das principais publicações de turismo do país. O destino também ganhou o prêmio de turismo responsável, o World Responsible Tourism Awards, em 2013. (www.visitms.com.br).

Vale salientar que na reportagem estatal (VisitMS), consta a informação de que

a região (Bonito/Serra da Bodoquena) se destaca no âmbito do ecoturismo. A reportagem chama-nos a atenção para a questão da preservação ambiental e pela gestão voltada para a capacidade de carga nos municípios que compõem a região, quais sejam: Bodoquena, Jardim, Nioaque, Porto Murtinho, Bela Vista e Bonito.

Vale destacar que tais características não é uma realidade da região, sendo somente para aqueles municípios que possuem atrativos comercializados na rede de negócios das agências de turismo local. Desta forma, destacamos os municípios de Jardim e Bodoquena seguindo os pressupostos citados na reportagem.

Por conta da organização e gestão do turismo, em especial pelo sistema de voucher único, destacamos:

Com a finalidade de quantificar o número de visitantes por atrativo e controlar a capacidade de carga, foi implantado em 1996 pelo Município de Bonito, o sistema ‘Voucher Único’ - Controle de Arrecadação de Impostos dos Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Segundo a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito, este sistema contempla 45 empreendimentos com um total de 50 atividades, sendo estas distribuídas nos municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena, porém, concentrando-se de maneira expressiva no Município de Bonito. Este sistema não abrange todos os atrativos, gerando possíveis imprecisões em sua quantificação. (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Na reportagem do “midiamax.com.br” (responsável: Mylena Rocha), veiculada no dia 04 de novembro de 2018, o Diretor Presidente da Fundação de Turismo do MS (FUNDTUR), ao comentar sobre as conquistas do destino, destaca que Bonito é merecedor do prêmio:

Essa conquista [...] não é só pelas belezas naturais. Esse prêmio corrobora que Bonito é o destino de ecoturismo mais organizado do País, pois o diferencial dele em relação a outros destinos de ecoturismo é a organização de sua gestão.

Percebemos a importância do município de Bonito para a região Bonito/Serra da Bodoquena. Está localizado na microrregião geográfica denominada Bodoquena, região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, o município está acerca de 290 Km da capital sul-matogrossense, Campo Grande, e a 130 Km de Miranda, município conhecido como a porta de entrada para o Pantanal Sul-Mato-Grossense. Sua extensão territorial é de 4.934 km², o que corresponde, aproximadamente, a 1,40%

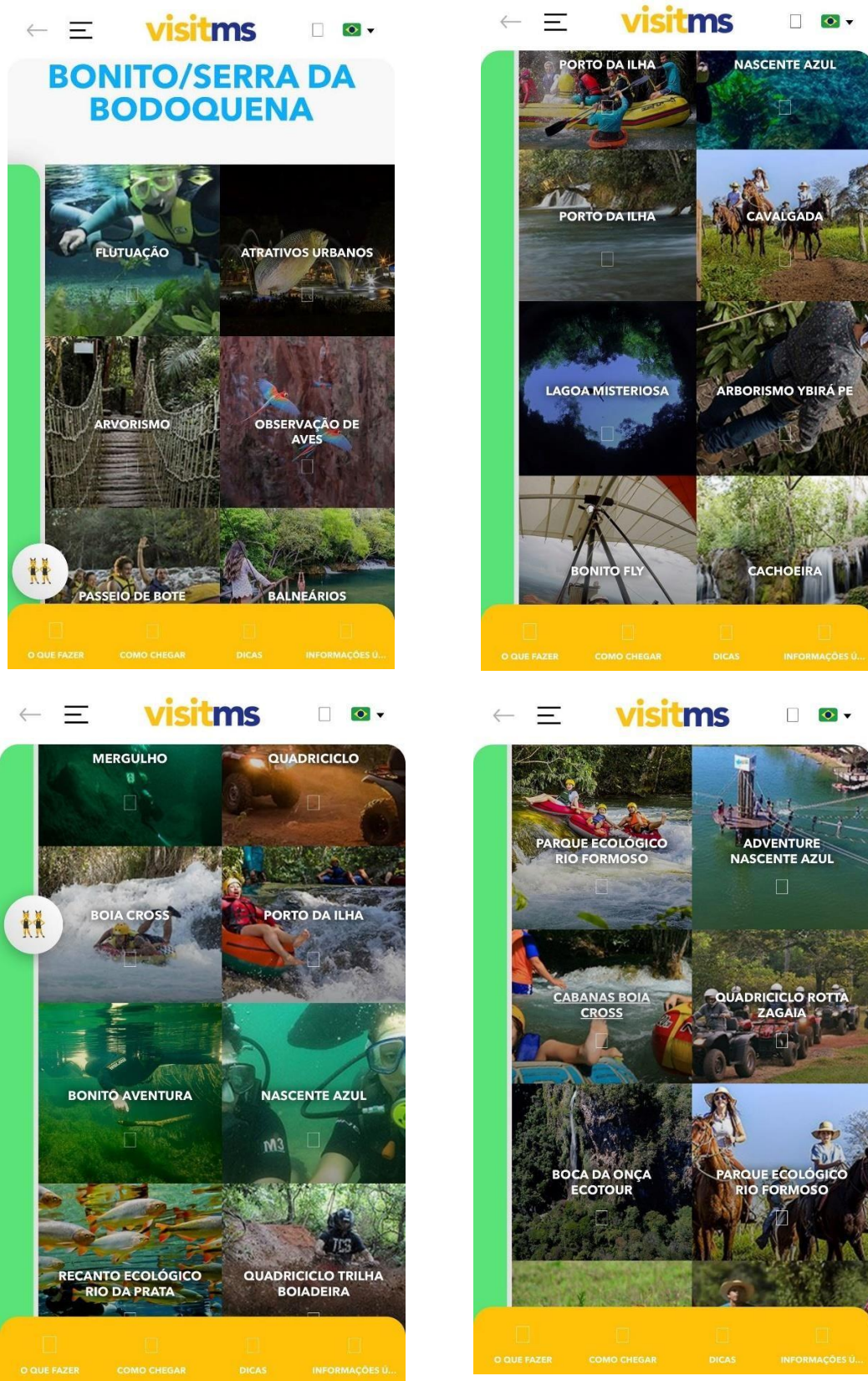
da área total do Estado.

A expressividade do turismo em Bonito (MS) é garantida, em especial, pelas condições ou atributos naturais. A singularidade da sua paisagem, com características geológicas no grupo Corumbá (BOGGIANI, 2001). A presença de rochas calcárias é fator de grande relevância na geomorfologia local, pois favorece a formação de grutas e um entremeado de lençóis freáticos subterrâneos que caracterizam os atrativos naturais do município e região. (Figura 17).

Bonito ganhou maior impulso para a atividade turística a partir do biênio 1992/1993, como destacam Vargas (2001) e Boggiani (2013). Para Boggiani (2013), a Expedição Franco-Brasileira Bonito 92 e o primeiro curso de formação de guias de turismo são fatos que podem ser considerados como marcos do início do processo que tirou a região do amadorismo e a colocou no caminho da profissionalização da atividade turística. É atribuído, também, o crescimento do turismo de Bonito, na década de 1990, à criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e da Associação dos Proprietários de Áreas e Atrativos Turísticos de Bonito (ATRATUR), conforme informação do campo.

Quanto ao processo de desenvolvimento da atividade turística e sua dinâmica para a transformação em um destino de importância regional e nacional no âmbito do turismo em ambientes naturais, Mariani (2003) afirma que tais processos se deram de forma gradativa. Considerando tais características, o autor ainda aponta que o município pode ser classificado como uma área turística de caráter regional e nacional, em função do grande número de atrativos, principalmente naturais que oferece. Em função dessas especificidades, observa-se que a cada ano cresce o número de pessoas de vários pontos do país que visitam a região.

Figura 17 – Espelho do Site “VisitMS”: link para região Bonito/Serra da Bodoquena.



Fonte: www.visitms.com.br. Acesso em: jan. 2020

Quanto à organização do turismo em Bonito, Camargo (2005) e Lomba (2004), Arruda (2013), apontam que a infraestrutura para o turismo se apresenta consolidada, fruto de iniciativas do poder público local, das organizações sociais e das empresas locais. Desta forma, o turismo acaba se despontando dentro do cenário econômico como uma das principais atividades, sendo a maior geradora de empregos.

Silva (2015) destaca importantes informações quanto a dinâmica da atividade turística, com destaque a infraestrutura, que para a autora, a principal atividade econômica do município é o ecoturismo.

Assim, a atividade turística vem sendo objeto de inúmeros estudos no âmbito da ciência geográfica, dedicando-se aos estudos dos processos de (re)produção do espaço turístico, sua organização e o aproveitamento de suas potencialidades em benefício tanto dos que os ocupam, quanto dos que nele buscam os recursos de lazer e/ou recreacionais.

2 “NENHUM MOVIMENTO É TOTALMENTE LIVRE?” POR UMA GEOGRAFIA DO/PARA O TURISMO

“O movimento estimula-nos a pensar os territórios (...)” (SPOSITO, 2013, p. 14).

É mister considerarmos os conceitos e/ou categorias geográficas, espaço e território, à luz do movimento. Nesta perspectiva, lemos o movimento como uma dimensão analítica (SPOSITO, 2013; CATELAN, 2013). Em Sposito (2013, p. 14) vemos que “o movimento estimula-nos a pensar os territórios, as regiões e as cidades de forma diferente num mundo dominado e controlado por redes que facilitam as interações e os fluxos”. A autora, ainda, aponta que tomando o movimento como dimensão de análise, teremos um enriquecimento do tratamento do “par clássico de estudo da Geografia – espaço e tempo”; bem como, tal abordagem facilitaria o entendimento das “transformações socioespaciais atuais na era da unicidade técnica e da integração espacial global”.

Nestes termos, buscamos qualificar e analisar as múltiplas facetas que o movimento encerra que, em certa medida, apresentam direções convergentes e/ou complementares. Assim, temos mobilidade, circulação²⁰, deslocamento, “configuração dos fluxos”²¹, entre outros. Desse modo, em uma abordagem teórico-metodológica alicerçada na multidimensionalidade, multiescalaridade e heterogeneidade do espaço-tempo, partindo do princípio, como apontou Marx, de que “capital é valor em movimento” (HARVEY, 2013), pois acreditamos que ao adotar o movimento como dimensão de análise, “podemos chegar a uma maior compreensão das relações entre elementos espaciais e temporais” (CATELAN, 2013, p. 40), de

²⁰ Em Silva Júnior. (2007, p. 144) à luz da perspectiva miltoniana assevera que a noção de circulação na Geografia, sempre esteve vinculada, principalmente (mas não somente), à ideias de movimento e de deslocamento de pessoas, mercadorias, informações e ideias por transportes e comunicações que permitem a criação de fluxos materiais e imateriais, muito mais do que no sentido do processo de mudança das estruturas sociais, econômicas e políticas no mundo. A ênfase da circulação em Arroyo (2015, p. 37) está “associada ao intercâmbio de mercadorias, embora ela não se restrinja exclusivamente a isso.” Conferir também Silva Júnior (2007, 2009, 2012).

²¹ Haesbaert (2006) em “Muros, ‘campos’ e reservas: os processos de reclusão e ‘exclusão’ territorial”, apresenta um debate sobre a Idade Média, “tida por longa data como a era da maior “mobilidade”, da introversão e da “clausura”, é constantemente relida, de forma muito mais complexa, através da configuração dos fluxos (de mercadorias, de pessoas e de ideias) e, poderíamos acrescentar, de sua “multiterritorialidade”, tanto funcional quanto simbólica, e que de certa forma faz contraponto à territorialidade pretensamente exclusivista e homogeneizadora imposta pelo moderno Estado-Nação.”

certa forma, em múltiplas escalas.

2.1 Movimento: para entender a lógica do Turismo.

Na presente tese em que versa sobre o turismo utilizando como escopo teórico, conceitual e metodológico a ciência geográfica, o movimento terá que ser abordado em uma perspectiva na qual se entenda quais as relações e articulações e, em diferentes estruturas escalares (espaciais e temporais). Os rebatimentos provenientes do movimento tenderão a ser observado desde as escalas menores, ou seja, as locais e regionais, até mesmo em um aspecto macro, a escala nacional e/ou a global.

É neste contexto que precisamos compreender os movimentos, utilizados pelo turismo de forma direta e/ou indireta, em que ensejam rebatimentos espaciais e territoriais de diferentes nuances, com destaque nos espaços objeto da presente tese e que, de certa medida, tendem a impactar, bem como, são impactadas pela dinâmica da política de turismo, em especial, ao que se refere ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

Arroyo e Cruz (2015, p. 9), em “Território e Circulação: a dinâmica contraditória da globalização”, demonstram que “a circulação é uma das bases de diferenciação geográfica”, para tanto se apoiam em Gottman (1952):

A circulação de homens e de seus produtos é a grande dinâmica humana que torna tão apaixonante os estudos de povoamento e que renova constantemente a geografia. A circulação constante de multidões que se deslocam de continente a continente, de país a país, do campo à cidade e de cidade a cidade, não aparece como caótica: ela é organizada por uma rede de itinerários, por sistemas de meios de transporte. Esses itinerários são bastante estáveis, mas se modificam, todavia, com o progresso das técnicas de transporte, com os deslocamentos dos centros de atividades humanas. (GOTTMAN, apud ARROYO; CRUZ, 2015, p. 9).

Ainda no que alude à instância do movimento que, para Arroyo (2015), apresentam-se como uma constante nos seus estudos, em especial no que se refere às redes e circulação associada ao intercâmbio de mercadorias; porém, conforme apontado pela autora, não se restringindo exclusivamente a isto. Para tanto, cita Gottman (1952), a se referir ao entendimento de um movimento/circulação, que em certa medida, tomando as devidas proporções contextualizadas espaço-temporalmente, possibilita, também, uma compreensão das dinâmicas do

turismo²²:

A circulação é naturalmente criadora de mudanças na ordem estabelecida do espaço: ela consiste em deslocar. Na ordem política, ela desloca os homens, as armas e as ideias; na ordem econômica, ela desloca as mercadorias, as técnicas, os capitais e os mercados; na ordem cultural, ela desloca as ideias, mistura os homens. (GOTTMAN apud ARROYO, 2015, p. 37).

Na perspectiva supracitada, fica expressa a relação da circulação na estruturação dos espaços, e de certa forma, na dinâmica dos territórios, à luz do capital.

Arroyo (2015, p. 39) assevera que “nenhum movimento é totalmente livre, haverá sempre uma instância de supervisão, de regulação, de normas às quais deverá se submeter; cria-se uma série de mecanismos, ora para estimular os fluxos, ora para vigiá-los e impedi-los”, de certa maneira, pressupõe uma lógica política que fundamentaria o movimento.

As questões apontadas por Arroyo (2015) levam-nos a considerar a existência dos “*espaços do mandar*” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 263, grifo dos autores), que “são aqueles ordenadores da produção, do movimento e do pensamento em relação ao território como um todo”. Com isso, os respectivos espaços acabam sendo, também, espaços da fluidez efetiva e também da rapidez. As denominações empreendidas por Santos e Silveira (2001) retratam a abordagem de uma “noção de desigualdade territorial”²³.

Nesta perspectiva de análise do conceito relacionado ao movimento – e suas expressões similares – e dos aspectos geográficos, permite entender os processos que o engendram, e principalmente, para construir um arcabouço teórico a respeito da complexidade do turismo. Para tanto, destacamos os trabalhos realizados por Araújo (2004), Augé (2010), Cresswell (2006), Kunz (2015), Silva Júnior (2012), Silveira (2008), Urry (2007), além, é claro, Santos e Silveira (2001).

Segundo Silva Júnior (2012, p. 390), verifica-se a quase inexistência de estudos no campo da circulação. Com isso, tem-se um diminuto debate epistemológico, para não dizer também, a “falta de critério na definição da melhor terminologia a ser

²² Os aspectos que versam sobre a dinâmica do turismo e suas relações espaciais e territoriais serão debatidos ainda neste capítulo, bem como acerca das tramas territoriais no próximo.

²³ Cf. em Santos e Silveira (2001).

empregada para designar os estudos sobre o movimento de mercadorias, pessoas, ideias e informações”.

Salientamos que não temos o objetivo de delinear “um panorama da produção do conhecimento” do tema movimento/mobilidade, principalmente no que concerne ao turismo, pois ele já foi realizado por Kunz (2015, p. 1) em “As mobilidades turísticas como objeto de pesquisa: um panorama dos periódicos estrangeiros (2000-2014)”.

A questão, no nosso ponto de vista, é a partir dos teóricos apontados por este autor; bem como, outros que acreditamos que possam contribuir com os objetivos ensejados, traçar relações, analisar os contextos que eles foram pensados. Assim, é importante promover um debate propositivo a partir de uma abordagem crítico-reflexiva, sempre considerando os pressupostos relacionados ao espaço, território, as questões que envolvem as políticas públicas (com destaque para os seus rebatimentos, no caso o Programa de Regionalização do Turismo – PRT) e, principalmente, à luz da dinâmica do “movimento” para o turismo²⁴.

Vale destacar, ainda, que os(as) autores(as) apontados como teóricos(as) do movimento/mobilidade, advém de diferentes áreas/campos do conhecimento. Com isso, contribuirão para uma concepção abrangente da temática supracitada.

Haesbaert (2004, 2004a), em seus estudos/pesquisas sobre o território, aponta que a mobilidade (humana), em especial o ato de se mover, implica sempre uma relação, cultural-simbólica e funcional-tecnológica com a distância. Neste sentido, o autor aponta os rebatimentos advindos pelo ato de se movimentar, implicando desta forma em um “jogo complexo” no qual envolve o campo abstrato de suas representações lógico-formais, não somente enquanto experiência material.

Araújo (2004), Cresswell (2006) e Augé (2010) contribuem para uma abordagem alicerçada em questões importantes nas ciências sociais, quando passam a entender a mobilidade, não somente em termos de espaço; contudo, sob a perspectiva dos aspectos temporais, que para Cresswell (2006) é tratado especificamente sob a perspectiva de uma “compressão espaço-tempo”²⁵ pois, as diferentes escalas impõem uma nova forma de pensar sobre o significado dessa

²⁴ Tal como Fratucci, Moraes e Allis (2015, p. 4) também “optamos pela expressão ‘para o turismo’ em lugar da expressão ‘pelo turismo’ por entendermos que o turismo não é o sujeito da ação e sim a consequência das ações dos diferentes agentes sociais que o produzem.”

²⁵ A temática “compressão espaço-tempo” será tratada no capítulo onde discutiremos as questões que envolvem as escalas, em especial, na perspectiva de Mondardo (2014), Harvey (1992) e Massey (1993), dentre outros.

relação espaço-tempo.

Cresswell (2006) traz uma análise que vai além dos movimentos/deslocamentos físicos (mensuração de fluxo de A para B). Ou seja, de uma forma mais ampla, na qual pese as questões que englobam o sistema de transportes; bem como, as interações espaciais, considerando a mobilidade como um elemento social, em que envolve estruturas, meios, cultura e significado.

Neste sentido, podemos inserir, também, a prática do turismo como fator importante no que se refere à mobilidade. Devemos, então, desta forma ser considerada a estrutura espacial envolvida na lógica desta atividade, em uma perspectiva contextualizada, ou seja, algo muito mais amplo que a definição do fluxo turístico²⁶.

Vale, também, debruçarmo-nos sobre o que preconizou o sociólogo inglês Urry (2007), quanto a compreender a mobilidade – nos aspectos espaço-tempo –, relacionando com as sociedades modernas dadas à quantidade/qualidade destes deslocamentos, sejam nos aspectos da sua variedade, como apontou também Cresswell (2006), e nos aspectos inerentes a rapidez dos mesmos na atualidade.

Nesta perspectiva, podemos fazer uma referência à atividade turística que dada a sua característica principal, ou seja, o deslocamento de pessoas pelo espaço, utilizando um sistema de transporte – este que interliga o pólo emissor ao pólo receptor, ou até mesmo pelo/dentro do destino turístico (PALHARES, 2003) –, que recebe influência, e é influenciado pela dinâmica envolvida pela lógica da mobilidade. Desse modo, com uma relação intrínseca na constituição dos elementos físicos – também conhecidos por componentes ou essenciais –, conforme explicitado em Palhares (2003), com destaque para: via, veículo e o terminal. Como exemplo, vemos inúmeras vias de acesso (naturais ou artificiais) aos principais destinos turísticos, sendo construídas ou, de certo modo, melhoradas para atender a lógica/demanda turística.

Dias (2011, p. 142) responsabiliza as modificações no espaço nacional, em uma lógica do capitalismo mundial. Assim, dado pelas “linhas e redes técnicas que permitiram maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e mercadorias”, em uma leitura da história das técnicas e a potência das inovações nos transportes e nas comunicações, que nas palavras da autora, “redesenharam o mapa do mundo no

²⁶ Deslocamento dos turistas pelo espaço turístico.

século 19”.

Em “Por uma antropologia da mobilidade”, do Antropólogo francês Marc Augé (2010), vemos um posicionamento do pensador/pesquisador preocupado com as questões de cunho político, ou melhor, da atuação política, desta forma, propõe uma agenda para os tempos atuais. Da perspectiva da mobilidade proposta por Augé, a noção-chave turismo é a que nos interessa especificamente na presente tese. O autor (2010) aponta elementos importantes para análise, como a questão dos processos de transformação de experiências e lugares em mercadorias²⁷, em uma clara composição de espaço para consumo. Assim, configurando em uma lógica do capital, pois “hoje não pode haver mais ruínas e nada do que morre deixará rastros, mas registros, imagens e imitações” (AUGÉ, 2010, p. 71).

Vemos em Araújo (2004, p. 1) como se apresentam as principais ideias que estão por trás da “criação do paradigma da mobilidade”, a saber: 1) uma ligada ao entendimento da mobilidade e sua relação temporal, seguindo a expressão “a mobilidade entendida como uma característica das sociedades modernas” e; 2) quanto a “metodologia de análise e de desconstrução da mesma mobilidade em contextos espaciotemporais [...]”.

Ainda no que concerne aos estudos realizados no âmbito das mobilidades²⁸, destacamos o apontado por Araújo (2004, p. 4), pois a autora trata aspectos acerca da mobilidade, em especial, no que diz respeito ao automóvel e a sua relação com o turismo, em uma perspectiva espaço-temporal; uma vez que, “o automóvel facilita a experiência do tempo de turismo como um tempo de ruptura com a rotina temporal e espacial do dia-a-dia”.

Porém, além destes aspectos apontados, ou seja, da relevância do automóvel para a concepção da mobilidade na atualidade; no que se refere ao turismo, precisamos considerar outras formas para desempenhar os deslocamentos, como em diferentes sistemas de transportes. Os avanços da ferrovia e da hidrovia, os avanços das tecnologias no âmbito do transporte aéreo; além, é claro, questões de âmbito

²⁷ A perspectiva apontada por Augé, aponta algumas características da “sociedade do espetáculo”, apresentado pela primeira vez nos anos 60, por Debord (2015) descreve uma sociedade organizada em função da produção e consumo de imagens, mídias, mercadorias e eventos culturais.

²⁸ Vale fazermos alguns apontamentos no que se refere a utilização da mobilidade e sua relação com os meios de transportes. Assim, no que diz respeito a lógica dos transportes e sua clara relação com o turismo, encontraremos em Palhares (2002), Lohman, Fraga e Castro (2013), e, no que tange aos aspectos da complexidade da dinâmica do sistema de transportes, e sua relação com o movimento no território em diferentes escalas, desde a micro, a escala macro, e seus rebatimentos sobre a fluidez a nível nacional, temos este arcabouço teórico, em Silveira (2008) e Santos e Silveira (2001).

econômico/social, como por exemplo, o acesso/democratização às viagens aéreas (ao turismo), o aumento do poder de compra do brasileiro, em especial da classe C²⁹, no/a partir do governo Lula, não somente as questões atreladas ao consumo. Com isso, vale ressaltar o que afirma Lanza (2009, p. 11), “em nenhum momento da história do Brasil a atividade turística enquanto ramo do planejamento teve tamanha importância, recursos e estudos específicos como na administração Lula (2003/2010)”.

Atrelado a isso, vemos o aumento da malha aeroviária e, por conseguinte, o aumento do fluxo destes deslocamentos, em diferentes escalas. Dentre outras questões, como por exemplo, e, é claro, dada as políticas públicas que envolvem os transportes e, principalmente o turismo.

Não obstante, o avanço das tecnologias de informação e comunicação possibilitam o aumento do fluxo das mobilidades turísticas, considerando o acesso a estes, dada à globalização.

É oportuno apontar que a relação das políticas públicas de turismo está intrinsecamente ligada ao planejamento e gestão do turismo. Isto é resultado no aumento das viagens no Brasil, iniciada com destaque no final do último século, graças a implementação do Plano Nacional de Turismo – PNT (2003 – 2007)³⁰, que nas palavras de Mazaro (2014, p. 196), passa a representar estrategicamente a “modernidade da política do país no tratamento dos assuntos de turismo e pode-se dizer que significa o reconhecimento do turismo como um dos indutores do desenvolvimento”.

Com a intenção de demonstrar o impacto do fluxo turístico pelo mundo (Figura 18) torna-se pertinente quantificá-lo. A partir dos dados de órgãos oficiais, como em Brasil (2018, p. 22), o turismo a nível mundial movimentou no ano de 2017, superando as expectativas de crescimentos, 1,322 bilhão de viajantes internacionais, significando um aumento de 7% com relação a 2016, representando o melhor resultado em sete anos.

²⁹ Cf. Pieri; Panosso Neto (2015).

³⁰ Será apresentado e analisado com mais detalhes no capítulo 3.

Figura 18 – Chegada de turistas internacionais por blocos.



Fonte: BRASIL (2018)

A potência econômica do Turismo confirmado pela sua capacidade, mesmo com os desafios econômicos, movimentou US\$ 7,6 trilhões em 2017. Estes números representam 10% de toda riqueza gerada na economia mundial. Outro número de destaque está relacionado ao número de empregos que este setor é responsável, quase 300 milhões de empregos³¹, o equivalente a 1 em cada 10 na economia global (BRASIL, 2018).

Figura 19 – Importância do turismo na economia mundial.

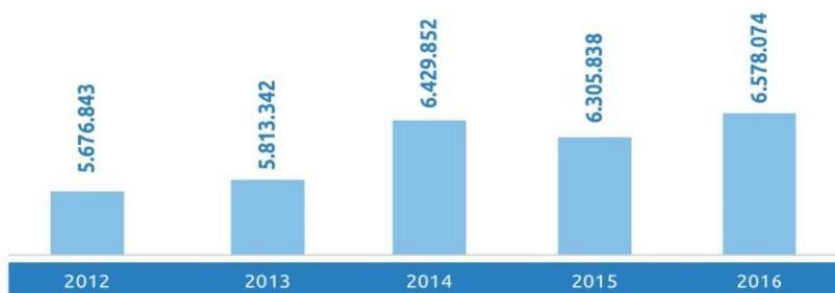


Fonte: BRASIL (2018)

³¹ Não é objetivo desta tese qualificar as condições trabalhistas do setor do turismo, porém, acreditamos ser pertinente pesquisas neste sentido, considerando as características da atividade, em especial por conta da sua sazonalidade, fazendo com que tenha uma configuração peculiar.

A parcela deste fluxo turístico internacional para o Brasil ficou no ano 2016 no universo de 6,57 milhões de chegadas, tendo a Argentina como maior polo emissor de turistas internacionais para o país, sendo responsável por 34,9% deste total, seguido pelos Estados Unidos, por 8,7%. (BRASIL, 2018).

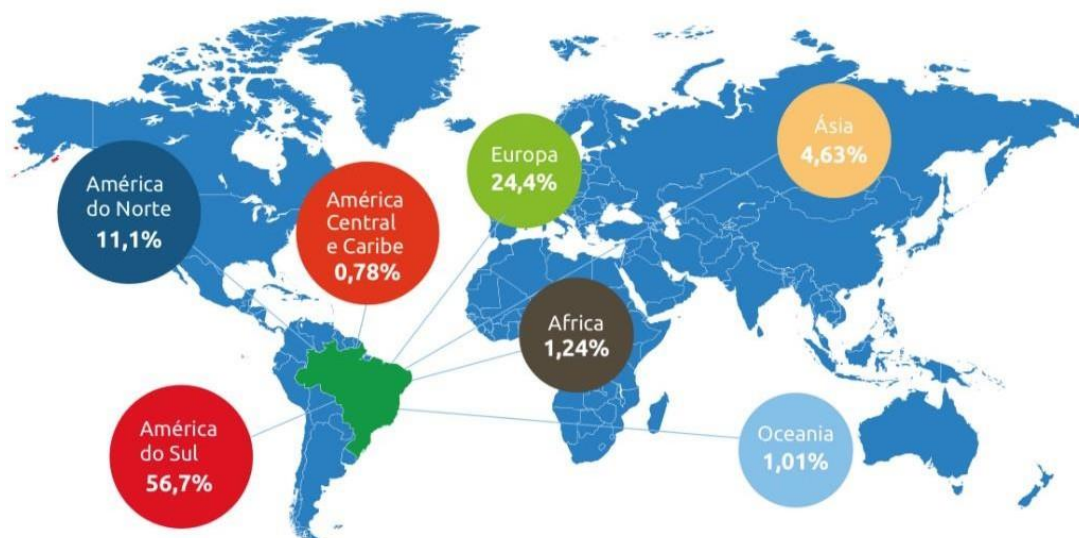
Figura 20 – Chegada de Turistas estrangeiros ao Brasil.



Fonte: BRASIL (2018)

No mapa do fluxo turístico internacional para o Brasil no ano 2016, (Figura 21) a América do Sul representa 57% do total, número que ultrapassa a metade do volume de turistas estrangeiros.

Figura 21 – Mapa do fluxo turístico internacional para o Brasil – 2016.



Fonte: BRASIL (2018)

Outro dado que merece ser destacado, destes números, é a motivação para a escolha do destino Brasil (Tabela 1), em 2016, foi o lazer, também contabilizando mais da metade do total de viajantes.

Tabela 1 – Motivação de viagens de turistas internacionais 2016.

Motivação da viagem	Ano (%)
	2016
Lazer	56,8
Negócios, eventos e convenções	18,7
Outros motivos	24,5
Visitar amigos e parentes	21,1
Religião ou Peregrinação	0,5
Estudos ou cursos	1,6
Motivos de saúde	0,5
Compras	0,1
Outros	0,7
Total	100

Fonte: BRASIL (2018)

Neste cenário de movimento, fluxo, deslocamento de pessoas, Araújo (2004) aponta uma preocupação pela distinção das mobilidades e sua relação com a circulação. No que se refere à mobilidade, temos a física, que faz surgir no deslocamento de um espaço para outro, bem como, a virtual, que decorre num tempo (quase) instantâneo.

Além disso, o autor (2004, p. 7) assinala questões importantes no que se refere à escala geográfica da mobilidade, pois, “há a necessidade de situar cada estudo à escala-macro-global”. Desta feita, a mobilidade passa a estar “ligada ao conceito de circulação (de pessoas, bens, serviços e moeda ou capital) e uma característica principal da circulação é ser dinâmica e não previsível”.

Ainda nesta perspectiva, Silva Júnior (2007, p. 146) preconiza a circulação como um dos fundamentos do espaço. Nas últimas décadas houve um aumento na “velocidade dos fluxos de mercadorias, pessoas, informações e ideias”. Conforme apontaram as análises realizadas pelo referido autor, levando assim, “para um aumento da circulação”.

Importante considerarmos a circulação como elemento central no processo produtivo, pois, “não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas é

esta que conforma a produção” (SANTOS, 1996, p. 275).

Antes que avancemos nas discussões que versam sobre o movimento dado pelo turismo e seus inúmeros rebatimentos no espaço, faz-se necessário destacar que, para a presente tese, entendemos o turismo como fenômeno socioespacial complexo.

2.2 Turismo? Fenômeno socioespacial complexo

Inicialmente, apresentamos alguns elementos acerca do modo como é pensado o espaço, com base na obra: “Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade” de Doreen Massey (2008), em especial, no que se refere do modo como “uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política” (MASSEY, 2008, p. 15), e logo em seguida, verificamos como tais pensamentos e/ou pressupostos são apreendidos para a compreensão do fenômeno do turismo.

No preâmbulo desta obra, Massey (2008), chama-nos a atenção pela forma como apresenta/estrutura o “Estabelecendo o cenário”, momento no qual a autora, de forma criteriosa, expõe Três considerações, que, não somente assinala os seus pressupostos teóricos, bem como, expõe a forma que devemos considerar/tratar o espaço:

através dessas constantes reflexões – que, às vezes, parecem não conduzir a lugar algum, mas em outras sim – que me convenci de que não só os pressupostos implícitos que fazemos em relação ao espaço são importantes, mas também que, talvez, fosse produtivo pensar sobre o espaço de forma diferente. (MASSEY, 2008, p. 19).

Massey (2008) propõe conceituar espaço a partir de alguns questionamentos, em um caráter que perpassa, ou estaria impregnado/ou é formulado por meio de questões teóricas e políticas, que na perspectiva de Haesbaert (2008, p. 11) tem uma marca na abordagem de Doreen que é “a superação das dicotomias, como aquelas entre “ciência” e política e entre teoria e prática”.

Neste sentido, Massey propõe reorientar o pensamento do espaço como superfície. Sugere concebê-lo como sendo um encontro de histórias; indica uma nova possibilidade de romper, nas palavras da autora, a “única narrativa”, pensando assim em outras narrativas da história e; por último, a distinção entre espaço e lugar, em

busca de um sentido mais geral de lugar (o global). Interessa-nos, com isso, apreender “como de fato se pensa tão pouco explicitamente sobre o espaço” (MASSEY, 2008, p. 25; 26):

as constantes associações deixam efeitos residuais. Desenvolvemos meios de incorporar uma espacialidade às nossas maneiras de ser no mundo, aos modos de lidar com o desafio que a enorme realidade do espaço projeta. Produzidos por e envolvidos em práticas, das negociações cotidianas às estratégias globais, esses engajamentos implícitos de espaço retroalimentam e sustentam entendimentos mais amplos do mundo.

Desta feita, precisamos incorporar as considerações realizadas por Massey, para assim “enfrentar os desafios do espaço” (MASSEY, 2008, p. 28) no que se refere à inclusão das multiplicidades coetâneas, bem como, e principalmente, lidar com a complexidade de sua constituição.

Cabe ressaltar que os pressupostos deste autor (2008), no que se refere à forma da apreensão do espaço, é importante para entender o fenômeno socioespacial do turismo, que nas palavras de Fratucci, Moraes e Alis (2015, p. 2) implica reconhecer toda a sua complexidade, considerando a mobilidade que os diversos agentes sociais concretizam em uma dimensão espacial, “o que torna o espaço um dos pontos de partida para a compreensão de todo o processo de produção do turismo”.

É importante destacar a perspectiva empreendida por Fratucci (2008, p. 74), no qual filiamos “[...] os agentes sociais produtores do turismo que se compõem de pessoas, grupos sociais, empresas/firmas e instituições com poder de gerar um efeito sobre o fenômeno e/ou sobre a atividade turística”, com destaque para os seus rebatimentos, ou seja “com capacidade de intervir, modificar ou influenciar o seu curso”.

Para a compreensão do turismo em uma perspectiva conceitual do fenômeno, que para ele é algo complexo. Inspirado em Morin (1987), Fratucci aponta que “Ao considerar o turismo como um fenômeno complexo, estamos propondo entendê-lo como jogo dialógico entre elementos, ações e indivíduos que se complementam, concorrem e apresentam antagonismos entre si (FRATUCCI, 2008, p. 26).

Trentin (2016, p. 645) aponta outros elementos para a composição do fenômeno turístico, que acaba por complementar a perspectiva dos agentes produtores do turismo de Fratucci (2008):

decorre da dinâmica interacional entre turistas, residentes, ambientes físico – recursos naturais e ambientais – e construído – cultura dos residentes, infra e superestrutura, atrações, tecnologia e governança – que para operacionalizarem o setor turístico demandam planejamento e promoção pelos componentes dos setores público e privado, em seus diversos níveis de atuação – nacional, regional e local - por meio da coordenação, cooperação e colaboração.

É preciso que compreendamos o fenômeno socioespacial complexo do turismo dentro de uma perspectiva integradora, que para Elliot (1997) seria como “uma força política e econômica”. A partir de uma abordagem geográfica, podemos, também, compreender na perspectiva “das incidências espaciais do turismo” conforme apontou Rodrigues (1997), ou seja, o turismo é entendido como um fenômeno político e econômico, gerando efeitos sociais, culturais com importantes impactos ambientais.

Importante denotar que ao assumir o entendimento socioespacial complexo do fenômeno, exigirá do pesquisador “posturas metodológicas mais atentas, que devem ir além das análises dialéticas e buscar a incorporação e não apenas a eliminação das contradições em seus estudos”, para este tipo de postura, os autores denominam de “dialógica” (FRATUCCI; MORAES; ALLIS, 2015, p. 1). Desta forma, com a perspectiva apontada por estes autores (2015), “cada um dos agentes sociais age e interage entre si e com os demais agentes sociais a partir de lógicas de territorialização distintas”.

Nesta perspectiva, o entendimento do turismo como fenômeno, como foi apresentado, deve ser relativizado, para não cairmos em um conceito generalista, caracterizando-o como um bloco uniforme, ou de certo modo, descontextualizado do seu processo histórico de formação, das suas qualidades de prática, produção socioespacial e características de segmentação (turismo rural, turismo de aventura, de negócios, entre outros). Além, evidentemente, da exacerbação da perspectiva econômica, ou seja, “não se pode imputar o turismo, simplesmente, ao interesse econômico do sistema que vive dele, sem considerar as motivações mais profundas do homem que se move (GEIGER, 2001, p. 57), que, em alguns casos, acabam classificando-o como “indústria do turismo”.

Panosso Netto (2011) destaca, ainda, a importância da distinção com as analogias que são feitas, relacionando o turismo como uma indústria, pois:

o turismo é um fenômeno e não uma indústria [como querem os defensores da sua vertente econômica]. Uma indústria pressupõe

transformação de bens e nesse caso não se aplica ao turismo. A melhor forma de definir o turismo é utilizando o termo fenômeno, que significa a ação objetiva e intersubjetiva que se manifesta em si mesma, que pode ser apreendida pela consciência e que possui uma essência em si (PANOSSO NETTO, 2011, p.144).

Ainda nesta perspectiva, Bernardo (2013, p. 10,) aponta que o turismo envolve diversas interações, dentre elas: “entre indivíduos, o uso de recursos, contextos económicos, ambientais e sociais diversos e complexos”, que em sua análise, faz-se necessária uma abordagem multidisciplinar.

Considerando o pressuposto espacial na abordagem do fenômeno turístico de Boullón (2002), que nas palavras de Fratucci (2008) segue uma “linha funcionalista de análise, baseado na relação oferta-demanda, claramente direcionado pela perspectiva do mercado”. De acordo com Boullón (2002), grande peso possui os equipamentos turísticos (hospedagem, alimentação, entretenimento, dentre outros serviços), na composição do turismo.

Dentre os equipamentos apontados por Boullón (2002), destacamos aqueles que, em certa medida, podem vir a ser/compor as “empresas em rede”, proposta por Castells (2000), denotando uma nova configuração do turismo, com inúmeros rebatimentos no espaço. As empresas poderiam ser aquelas com atividades direcionadas à produção de bens e serviços, transporte, agenciamento, alimentação, hospedagem, as que estão envolvidas com a operação, promoção, comercialização, etc., como apontou Rodrigues (1997), bem como outras com um apelo direto ou indireto a atividade; desde as de escala local, até as de nível nacional e global, que acabam por reestruturar a dinâmica urbana de uma localidade.

A organização da cidade de Bonito (MS) pode em certa medida, representar a força das “empresas em rede” (CASTELLS, 2000), ao tratar dos negócios do turismo. Para tanto, no que se refere à produção da cidade e o capital, tendo em vista a homogeneização do espaço, utilizamos Pintaudi (1996, p. 25), em “As franquias e as novas estratégias do comércio urbano no Brasil” para que possamos compreender a lógica do capital e sua “dinâmica de produção [...], pois é através delas que se dá a verdadeira renovação e alteração das cidades”, corroborando com a maior fluidez das mercadorias, na busca da dinamização da acumulação.

Neste sentido, os espaços apropriados para o turismo, considerando os mesmos dentro das lógicas do capital e da globalização, tendem a fortalecer a materialização das mudanças nas localidades. Santos (1994, p. 31) nos aponta que:

“o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares”.

Desta feita, o lugar Bonito (MS) acaba incorporando a referida perspectiva, quando passa a receber franquias nacionais e internacionais, como por exemplo: 1. a empresa de *fast food* Subway (Figura 22), como também, a loja das Havaianas, (Figura 23) entre outras.

Figura 22 – Franquia fast food - Subway - Bonito (MS).



Fonte: O autor (2018)

Figura 23 – Franquia Lojas Havaianas - Bonito (MS).



Fonte: O autor (2018)

Precisamos compreender que o processo de interiorização das franquias no Brasil, conforme os estudos de Pintaudi (1996, p. 25), atenderiam somente aos lugares que houvessem uma infraestrutura urbana adequada³², bem como, “deveriam ter uma massa de consumo potencial mínimo (essa exigência varia de empresa para

³² Pintaudi (1996) aponta as exigências para que as franquias fossem incorporadas nas cidades, como por exemplo: rodovias, anéis viários de rápido acesso, serviço de transporte coletivo, serviços de saneamento básico etc.

empresa), contar com mais recursos [...] e poder de atratividade regional, entre outros”.

Em outras palavras, podemos afirmar que, em especial, no que se refere à força da localidade em reunir os atributos indicados por Pintaudi (1996), o município de Bonito, em certa medida, concentra características que o colocam como um centro receptor de interesse de investidores do sistema de franquias, bem como outros tipos de investidores de negócios do comércio e em especial por meio dos serviços (Figura 22), colocando a localidade na “nova fronteira do capital” (CHESNAIS, 1999, p. 63). Este fato é gerado pela força constituída pelo turismo, considerando a população flutuante, que tende a aumentar consideravelmente seu número. No ano de 2018 o município de Bonito recebeu 201.214 turistas, como apontado pelo Observatório do Turismo de Bonito/MS³³.

Figura 24 – Gol voará de Guarulhos para Bonito (MS) em 2019.



Fonte: Site PANROTAS³⁴

Desta forma, podemos considerar que, atualmente o turismo representa “uma das mais importantes formas de reprodução do capital e de captação de divisas no comércio internacional” (RODRIGUES, 2001, p. 18) conforme Figura 24.

A autora ainda assevera que a expressividade do turismo, além das questões econômicas, se dá pelo fato social, dado pela sua configuração material, “criando e recriando formas espaciais e diversificadas” (RODRIGUES, 2001, p. 9).

³³ Informações contidas no Anuário Estatístico do Turismo de Bonito – 2018. Disponível http://otbonito.com.br/?page_id=268 (acessado em 09 de outubro de 2019).

³⁴ Disponível: https://www.panrotas.com.br/aviacao/empresas/2018/11/gol-voara-de-guarulhos-para-bonito-ms-em-2019_160204.html. Acesso em: 10 out. 2019.

Conforme vemos em Contel (2001, p. 357) “a nova importância adquirida pelo fenômeno geral da movimentação no território, seja de mercadorias, de pessoas, de ondas eletromagnéticas ou de informações”, pode ser explicada no Brasil, a partir dos anos 1970, sob a perspectiva de Santos e Silveira (2001, p. 52) por conta da “união entre ciência e técnica que [...] com os novos e portentosos recursos da informação, a partir da globalização e sob a égide do mercado”, vêm transformando o território. Tais questões são abordadas por Luchiari (1999), no que se refere a criação destes “sistemas de objetos” (SANTOS, 1994) dados pela demanda social do turismo.

Vale destacar, ainda, que ao tratar dos estudos do Turismo, é preciso ser compreendido em uma perspectiva multidisciplinar, como apresentado em Panosso Netto e Lohman (2012), a partir dos estudos realizados por Jafari (2005).

Ao ser tratado o fenômeno do Turismo, em especial por meio da Geografia do Turismo, vê-se que esse campo de conhecimento tende a buscar a compreensão e/ou entendimento do espaço turístico. Vale destacar, assim, que é preciso clarificar questões inerentes a este espaço: seus conceitos, suas dinâmicas, suas relações e, e claro que, suas teorias, processos sociais, à luz do movimento.

2.3 “O espaço é igualmente vivo, igualmente desafiador”: por uma agenda de análise do fenômeno socioespacial complexo do Turismo

Telles e Valduga (2015, p. 9) estabelecem severas críticas aos estudos do turismo pela ciência geográfica. Os autores apontam que a Geografia é “displicente”, “uma vez que esta se redime em dar sequência a discussões profícuas já iniciadas”. A justificativa para tal acontecimento:

se dá por motivos que variam desde a impopularidade embutida em um suposto elitismo com relação ao assunto, até a dificuldade da própria geografia em estabelecer métodos frente à condição pós-moderna e complexa do mundo do presente (TELLES; VALDUGA, 2015, p. 9).

Os autores ainda assinalam e/ou atribuem como “desafio em revigorar as abordagens geográficas do turismo”. Inspirados em Lacoste (2010), Telles e Valduga (2015, p. 9) apresentam um tratamento para a constituição de um “raciocínio geográfico” que conste na distinção e articulação de diferentes níveis de análise espacial, “que correspondem a levar em consideração conjuntos espaciais de grande

ou pequena dimensão metódica dos diferentes níveis de análise” (LACOSTE, 2010, p. 21).

Como sugestão, podemos encontrar nos estudos que privilegiam um quadro de referência das premissas e “das séries de postulados” que distinguem as escalas³⁵ (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983), em especial, as que tratam da “dimensão espacial peculiar a uma relação social” (DORFMAN, 1995), ou seja, a escala geográfica.

Telles e Valduga (2015, p. 9) apontam uma leitura do espaço turístico sob a perspectiva do movimento, bem como, sinalizam criticamente a importância de “uma reinterpretação da abordagem espacial do turismo que avance em relação ao paradigma das abordagens tradicionais do espaço turístico que concorrem à interpretação a partir do fluxo origem-ligação-destino”.

Partimos da leitura do movimento no/do espaço turístico sob o viés de duas perspectivas distintas; porém, complementares e/ou indissociáveis para/na sua constituição apresentadas “como proposição de um itinerário metodológico na abordagem espacial do turismo” (TELLES; VALDUGA, 2015, p. 9). Tais perspectivas teórico-metodológicas de análise, carregam no seu bojo o princípio de complementaridade dialógica, conforme apontado por pelos autores citados (2015, p. 11), ou seja:

Pressupõe a reintrodução do conhecimento em todo o conhecimento e permite a compreensão do movimento, das inter-retroações do sistema, a união de opostos ou a ordem/desordem/interações/organização [...]

Enseja-se com tais abordagens, avançar para a construção de uma proposta teórico-metodológica de análise e crítica da ideia do movimento na perspectiva espacial do turismo. De acordo com Telles e Valduga (2015, p. 10), tais questões são levantadas com um intuito do uso do espaço turístico como “categoria de base para as abordagens que se apoiam em metodologias embasadas em outros conceitos de grande relevância nas pesquisas em turismo, tais como: paisagem, lugar, região, planejamento territorial [...]”.

Perspectivas para leitura/compreensão do espaço turístico:

A primeira perspectiva, remeteria ao sentido de deslocamento/fluxo, seria um

³⁵ As questões atinentes as escalas geográficas será objeto de discussão e análise ainda nesta tese.

“modelo de enfoque espacial” (SANTOS, 2007, p. 96), dado pela lógica fundante do turismo “origem-ligação-destino”³⁶ (TELLES; VALDUGA, 2015, p. 9). Considerando ainda, as características do fenômeno do turismo, Bertoucello (1996), Sánchez (1991), Urry (1996), bem como em Cruz (2000, p. 17), “da fixidez do produto turístico decorre a necessidade de seu consumo *in situ* e, conseqüentemente, dos deslocamentos espaciais de consumidores-turistas”, ou ainda, pela característica intrínseca da atividade, ou seja, o “ato do turista “desenraizar”, que seja “por momentos”, do local onde vive regularmente, ou rotineiramente” (GEIGER, 2001, p.58).

Figura 25 – Espaço Turístico a partir do Fluxo origem-ligação-destino³⁷.



Fonte: Adaptada de Telles e Valduga (2015)

Desta forma, temos uma abordagem do espaço turístico como sendo um espaço-entre, que segundo Geiger (2001, p. 58), composto pela “contradição dialética, entre o “aqui e agora” e a “totalidade e o sempre”, da continuidade e da descontinuidade, através da mobilidade no espaço”. Então, pode ser entendido como um espaço para onde se vai, atrelado a diferentes motivações, e de onde se volta, sendo este, fora do cotidiano dos sujeitos que buscam esta prática, como aponta Nicolas (2001, p. 41):

Na essência do processo turístico, há a permissão de outras práticas, ‘normais’ ou não, que rompem aquelas que estão associadas à vida cotidiana, a vida cotidiana imposta na esfera do trabalho e sua reprodução associada, e reproduzem outro dia-a-dia, em diferentes tempos ou contextos espaciais. (Tradução nossa)³⁸

Ainda nesta perspectiva, precisamos considerar outros estudos baseados no fluxo turístico, com destaque para os da lógica origem-destino, tal como fez Pearce

³⁶ Ver figura 25.

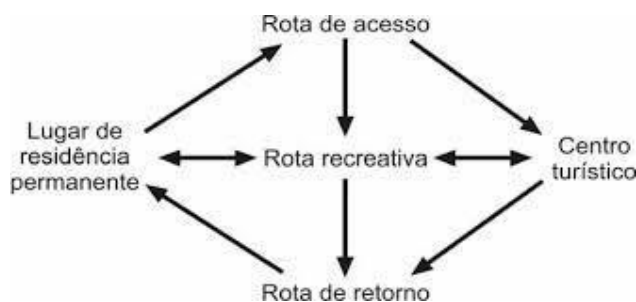
³⁷ Tal representação possui inspiração do “Modelo teórico de enfoque espacial de Leiper”. A abordagem de Leiper está alicerçada no paradigma estruturalista dos estudos do turismo que utilizam a categoria sistema turístico, conforme apontado por Fratucci (2008).

³⁸ Texto original: en la esencia del proceso turística, se encuentra la permisividad de otras prácticas, “normales” o no, que rompen las que se asocian con la vida diaria, la cotidianeidad impuesta en la esfera del trabajo y de su reproducción asociada y reproducen otra cotidianeidad, distinta, temporal y em otros contextos espaciales.

(2003) em “Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens”, a saber: 1) Modelo de Mariot do fluxo de turistas; 2) Modelo de Viagens recreativas e excursionistas de Campbell e; 3) Modelo teórico de enfoque espacial de Palhares, este apresentado por Palhares (2002, p. 28), sendo discutidos/analísados, também, por Santos (2004; 2007) e Lohmann e Panosso Netto (2012).

No modelo de Fluxos Turísticos de Mariot (PEARCE, 2003), o enfoque no componente origem-destino apresenta algumas características peculiares, com três formas diferentes para chegar ao destino, quais sejam: 1) uma rota de acesso; 2) uma rota retorno e; 3) uma rota recreacional (Figura 26). Vale destacar que no modelo de Mariot, a rota de destino, pode ser ou não a mesma da rota de acesso, apreendida pela lógica fundante do turismo apontada por Teles e Valduga (2015) e representada pela Figura 25. Ainda no que se refere as rotas de acesso e retorno (PEARCE, 2003) seriam aquelas vias sem qualquer atrativo, cumprindo o papel apenas de deslocamento, que pode ser ou não a mesma rota de acesso. Já a rota recreativa oferece algumas atrações para os turistas, em certa medida, acaba tendo uma função de interligar, complementar, e em alguns casos, competir com o destino turístico.

Figura 26 – Modelo de Mariot do Fluxo de turistas.



Fonte: Pearce (2003)

Fratucci (2008) aponta novos elementos/variáveis para pensarmos acerca da representação de Mariot, como por exemplo, a inclusão de outros pontos (lugares) de parada do turista. O autor acredita que tal proposta favoreça o turista a visitar “diversos lugares durante o percurso do seu deslocamento; e a motivação inclui a observação e consumo do percurso e não apenas do destino final” (FRATUCCI, 2008, p. 98).

Nas palavras de Santos (2007, p. 97) o modelo de Mariot (Figura 26) caracteriza como sendo:

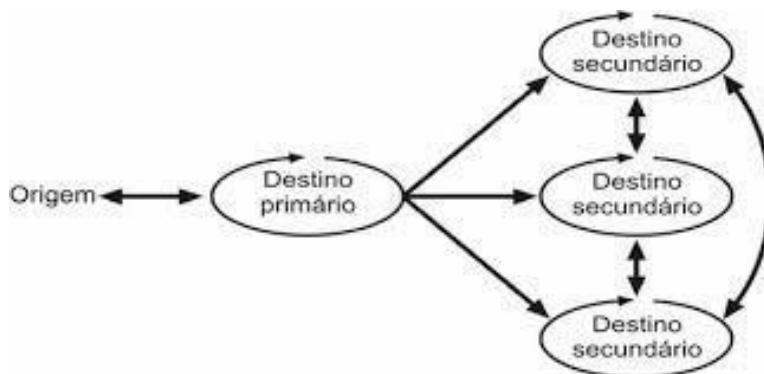
No modelo de Mariot, existem três rotas entre origem e destino:

acesso, retorno e recreação. As rotas de acesso e retorno são aquelas rotas pouco atraentes usadas apenas para viagens. Em geral, as rotas usadas para acesso são as mesmas que para o retorno. A rota recreativa é aquela que apresenta atrações que fazem parte da experiência turística e contribuem diretamente para satisfazer seus desejos. Da mesma forma, o modelo propõe a possibilidade de combinar rotas de acesso e retorno com rotas recreativas. (Tradução nossa)³⁹

Compreender a configuração do espaço para o turismo proposta a partir de Mariot, bem como, sendo complexificada por meio dos demais modelos a seguir, corrobora para pensarmos a lógica do turismo nas regiões estudadas, Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, ou seja, considerar a sua conformação à luz da existência de espaços que cumprem usos e funções distintos e/ou complementares.

O Modelo teórico de enfoque espacial de Palhares (Figura 27) possui características semelhantes ao de Mariot, ou seja, uma inter-relação entre origem e destino. Uma característica importante a ser denotada é que no de Palhares há um destaque para a possibilidade dos turistas visitarem mais de um destino durante a sua viagem, para tanto, estabelece uma distinção entre os destinos (destino primário e secundário(s)).

Figura 27 – Modelo teórico de enfoque espacial de Palhares.



Fonte: Pearce (2003)

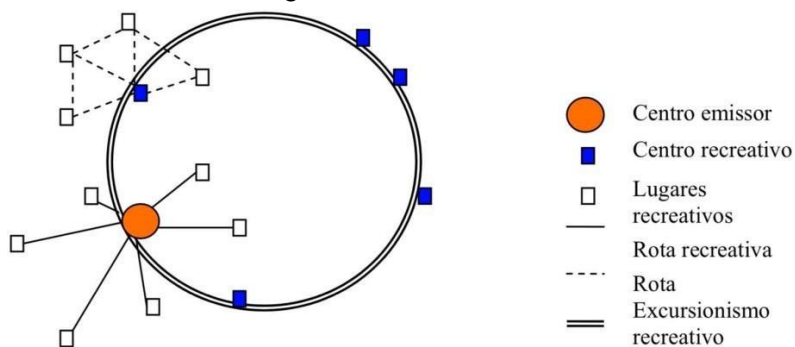
Já no modelo de viagens recreativas e excursionistas⁴⁰ de Campbell, abordado

³⁹ En el modelo de Mariot existen tres rutas entre origen y destino: de acceso, de regreso y recreativa. Las rutas de acceso y de regreso son aquellas vías sin atractivo que se utilizan sólo para el desplazamiento. Por lo general las rutas utilizadas de araribo son las mismas que para el regreso. La ruta recreativa es aquella que presenta atractivos que forman parte la experiencia del turista y contribuyen directamente a satisfacer sus deseos. Asimismo, el modelo propone la posibilidad de combinar las vías de acceso y de regreso con las recreativas.

⁴⁰ Lohmann e Panosso Netto (2012, p. 321) afirma que o termo excursionista utilizado neste modelo, “não se refere ao tipo de viajante que não pernoita no local visitado, mas sim àquele que visita diversos lugares durante o percurso, em vez de se limitar a um único destino.”

em Pearce (2003), segue, também, a lógica dos modelos de turismo origem-destino. Neste modelo de representação espacial das viagens, vemos a existência de diferentes grupos de viajantes, tendo como pólo-emissor a cidade e, sua motivação está ligada à atividade recreativa. Distinguem-se pela forma da viagem e a sua espacialização, podendo ser realizado diretamente até um destino turístico específico, ou daquele que entende que as várias paradas durante o percurso seja a própria razão da sua viagem. E, por fim, o outro grupo composto por viajantes que seguem uma orientação linear no circuito das suas viagens, utilizando para tal as autoestradas. Outra característica neste grupo, é a que tendo um destino turístico específico – ou de caráter primário, característica também apresentada pelo modelo de Palhares –, tende a explorar outros lugares próximos (caráter secundário), numa viagem circular (Figura 28).

Figura 28 – Modelos de viagens recreativas e excursionistas de Campbell.



Fonte: Fratucci (2008 apud PEARCE, 2003)

Torna-se importante demonstrar que os modelos de viagens de Palhares, Mariot e Campbell espacializam o fluxo turístico, em uma clara perspectiva que atende uma lógica da origem – ligação – destino (TELLES; VALDUGA, 2015), ou seja, regiões geradoras de turismo, zona de deslocamento e regiões de destino turístico, conforme foram preconizadas pelo “Modelo teórico de enfoque espacial de Leiper” (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2012).

Ainda no que se refere aos estudos realizados para a compreensão do espaço turístico, a “Teoria do Espaço Turístico de Boullón”, que segundo Fratucci (2008, p. 102), a análise realizada por Boullón, segue “a linha funcionalista de análise do fenômeno turístico [...] baseado na relação oferta-demanda, claramente direcionado pela perspectiva do mercado”.

Importante denotar que a análise da referida Teoria do Espaço Turístico (BOULLÓN, 2002) na presente tese, justifica-se pelo fato da sua importância na apreensão das políticas públicas de turismo no Brasil. Para tanto, Fratucci (2008) assevera:

No início da década de 1980, a EMBRATUR desenvolveu um ambicioso projeto denominado ‘Identificação do turismo brasileiro’ que objetivava estabelecer as áreas prioritárias para o desenvolvimento turístico do país [...] Também nos planos nacionais de turismo de 2003-2007 e 2007-2010 é claramente observável o uso dessa mesma metodologia no Programa de Regionalização do Turismo (PRT). (FRATUCCI, 2008, p. 105-106) (Grifo nosso).

Na Teoria do Espaço Turístico proposta por Boullón, preconiza-se que dentre as formas de apreender o espaço turístico é recorrendo ao método empírico, em que se verifica “a distribuição territorial dos atrativos turísticos e do empreendimento, a fim de detectarmos os agrupamentos e as concentrações que saltam à vista” (BOULLÓN, 2002, p. 80). Seguindo esta lógica, e por meio de metodologias sistemáticas e específicas de classificação, a espacialidade do fenômeno turístico é identificada.

Fratucci (2008, p. 102), aponta que tais características apresentadas na Teoria do Espaço Turístico preconizado por Boullón, seguiria “um conceito empírico-positivista de espaço físico – tangível e composto de quatro dimensões: comprimento, largura, altura e tempo”. Desta forma, distinguem-se na Teoria de Boullón (2002), os seguintes componentes: zona turística, área turística, centro turístico, complexo turístico, unidade turística, núcleo turístico, conjunto turístico, corredores turísticos apresentados no quadro a seguir.

Quadro 3 – Componentes do espaço turístico proposto por Roberto Boullón.

Componente	Requisitos mínimos	Observações
Zona turística	10 atrativos turísticos 2 centros turísticos Equipamentos e serviços turísticos Infra-estrutura de transportes e comunicação	É a maior unidade de análise do espaço turístico; Para ser subdividida em áreas turísticas necessita ter mais de 20 atrativos turísticos.
Área turística	1 centro turístico 10 atrativos turístico Equipamentos e serviços turísticos Infra-estrutura de transportes e comunicação	São as partes em que uma zona turística pode ser subdividida

Centro turístico	Atrativos turísticos no seu raio de influências Equipamentos e serviços turísticos Infra-estrutura de transporte interno e conexões com as áreas emissoras	Centro urbano que polariza a atividade turística de uma área ou zona turística. Pode ser de distribuição, de estada, de escala ou de excursão.
Complexo turístico	Atrativos turísticos com grande poder de atratividade 1 centro turístico	Agrupamento maior que um centro turístico menor que uma zona turística
Unidade turística	1 ou mais atrativos turísticos singulares e concentrados Hospedagem Alimentação Entretenimento	Menor que um centro turístico
Núcleo turístico	Até 9 atrativos turísticos	Isolado, com pouca ou nenhuma infra-estrutura de acesso.
Conjunto turístico	Até 9 atrativos turísticos	São os núcleos turísticos após a sua integração ao sistema turístico.
Corredores turísticos		Vias de conexão entre os diversos componentes do espaço turístico. Podem ser de traslado ou de estada.

Fonte: Fratucci (2008)⁴¹ a partir de Boullón (1990).

A partir do exposto, considerando a complexidade do fenômeno do turismo, bem como, além daqueles elementos fundantes do “Espaço Turístico”, proposto por Boullón (2002), ou seja, infraestrutura e estrutura, com atrativos distribuídos no espaço, fazem-se necessário apontar outros elementos para esta constituição. Como fez Valduga (2012) em “Sujeito turístico e espaço turístico: Possibilidades teórico-metodológicas para os estudos do turismo”, em que parte do “pressuposto da inseparabilidade entre sujeito turístico e espaço turístico”, conceituando, bem como, analisando criticamente a “Teoria do Espaço Turístico” de Boullón⁴²:

O espaço turístico é formado, principalmente pelo poder subversivo do

⁴¹ Fratucci (2008) não utiliza o termo quadro, pois para este autor, os modelos, as representações, os esquemas e os quadros, são considerados figuras e ilustrações.

⁴² Em Fratucci (2014) vemos que a teoria do espaço turístico proposta por Boullón continua presente na grande maioria dos estudos e das políticas latino-americanas direcionadas para o desenvolvimento turístico, como é o caso do Programa de Regionalização do Turismo do Brasil. Vale destacar a análise realizada por Fratucci (2008) em sua tese de Doutorado: “A dimensão espacial nas políticas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo.”

turismo⁴³, no território usado⁴⁴ pelo turismo a partir do movimento de sujeitos turísticos, que o transformam, gradualmente em espaços de demanda. A perspectiva aqui difere da exposta pela Teoria do Espaço Turístico, numa clara inversão oriunda de algumas precisões conceituais. Justifica-se, por ora, *a necessidade de uma análise mais densa em trabalho específico abordando a possibilidade de uma nova representação espacial da atividade turística, com maior evidência ao movimento dado pelo tempo histórico com o propósito de não incorrer na ideia de espaço inerte.* (VALDUGA, 2012, p.490, Grifo nosso)

Valduga (2012, p. 482), apresenta severas críticas a este tipo de “abordagem origem/ligação/destino, que considera o espaço turístico inserido numa relação entre oferta e demanda”. Para o autor, tal lógica acabou conduzindo a uma interpretação ligada às questões do setor de serviços da economia, impossibilitando que seus estudos fossem compreendidos a partir de outras bases, pois foram “reproduzidos sem uma postura crítica do processo de fazer ciência, limitando-se a crítica aos casos de estudos propostos em diferentes contextos” (VALDUGA, 2012, p. 482).

A crítica realizada pelo autor supra (2012) quanto ao espaço turístico, traz à tona elementos importantes a serem considerados; muito além da abordagem relacional da oferta e demanda, que tende a compreendê-lo somente como uma atividade turística. Desta forma, urge pensarmos o espaço turístico à luz da complexidade, entendendo o turismo como um fenômeno socioespacial.

Nestes termos, apresentamos a **segunda perspectiva**, que para a leitura/compreensão do espaço turístico, é preciso ser incorporado, ou até mesmo acionado outros elementos de/para investigação, dentro do arcabouço defendido por Fratucci, ou seja, em uma abordagem alicerçada na complexidade dele, que na leitura de Telles e Valduga (2013, p. 9) “conceber conhecimentos e interpretações mais abrangentes se torna imperativo” em “um cenário de diminuição de espaços e adensamento de fluxos”, ou seja, a uma perspectiva ligada à dimensão temporal e da sua indissociabilidade em relação ao espaço.

⁴³ Knafo (2001), aponta para a invenção do lugar turístico pressupõe um desvio do uso predominante dos locais (o poder subversivo do turismo) e a incorporação de novos territórios para lugares turísticos (poder de conquista do turismo).

⁴⁴ Dada a importância deste conceito “território usado” empreendido pelo Professor Milton Santos, bem como pelo mesmo autor e a pesquisadora Maria Laura Silveira, e, bem como, exaustivamente trabalhado/revisitado por Maria Adélia de Souza, em “Território Brasileiro: usos e abusos”, desta feita, aponta “que o território usado precisa ser adotado como categoria de análise social” (Souza, 2017, p. 29). A autora afirma que “espaço geográfico, sinônimo de território usado deve ser assumido como conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo do presente, este mundo dominado pela globalização, esta metáfora que incansavelmente torna míope a realidade da maioria dos habitantes da Terra.” (SOUZA, 2005, p. 252).

Vale buscar o entendimento de Massey (2008) no que se refere às proposições que decorrem o entendimento de que o espaço é constituído por meio de inter-relações e de interações, perpassando as diferentes escalas, usando a expressão de Massey (2008), “desde a imensidão do global até o intimamente pequeno”.

Em se tratando das proposições apontadas por Massey (2008) e a partir delas, relacionamos com o fenômeno do turismo. Deste modo, buscamos a compreensão da “lógica de cada um dos seus agentes produtores e das combinações entre aquelas lógicas” (FRATUCCI, 2009, p. 392)⁴⁵. Com isso, estes agentes produtores apropriam-se de parcelas e/ou frações do “espaço que tem a sua lógica alterada pelo turismo (KNAFOU, 2001).

Outras proposições apontadas por Massey (2008) é considerar o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade⁴⁶, “pois o espaço é produto de inter-relações e elas só podem existir num espaço de multiplicidade, onde não há nada dado de forma definitiva” (MASSEY, 2008, p. 32), bem como, e principalmente, pelo reconhecimento que o espaço está sempre em construção. Por isso, revela-se, nas palavras da autora “igualmente vivo e igualmente desafiador” (MASSEY, 2008, p. 35).

Considerando as principais características do espaço apresentadas durante a exposição de suas proposições iniciais em Massey (2008, p. 29), verificamos que elas “repercutem em recentes mudanças, em certos lugares, nos modos com que a política progressista pode, também ser imaginada”. Para tanto, advertimos, assim, que não apenas o espacial é político.

Em certa medida, a autora afirma que o espaço/espacial é político, para tanto, “um debate para o reconhecimento de características particulares de espaço e por uma política que possa ser sensível a elas” (MASSEY, 2008, p. 37) e, com uma propositura espacial dialógica (e/ou dinâmica), com caráter político engajado e transformador, considerando que “apenas se o futuro for aberto haverá campo para uma política que possa fazer diferença”.

⁴⁵ Acreditamos ser pertinente abordar a respeito do “complexo jogo de variáveis” dos agentes do turismo apontados por Fratucci (2009, p. 392), porém, tais questões serão explicitadas quando ao discutirmos sobre os territórios turísticos.

⁴⁶ Massey (2008, p. 89) “partiu da proposição de que o espaço é uma multiplicidade discreta, cujos elementos, porém, estão, eles próprios, impregnados de temporalidade [...]. Além de injetar temporalidade no espacial, isto também reitera seu aspecto como multiplicidade discreta, pois enquanto o sistema fechado é a base para o universal singular, abrindo-o cria-se espaço para uma genuína multiplicidade de trajetórias, e assim, potencialmente, de vozes.”

A autora, ainda, em sua proposição, aponta:

O espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de histórias-até-agora. (MASSEY, 2008, p. 29).

Milton Santos (1988, p. 10) aponta para esta direção, compreendendo o espaço como a realidade na qual os processos decorrem das interações entre os elementos que o constituem e, não é apenas um objeto, mas sim uma “realidade relacional”.

No que se refere à dimensão espacial do turismo, a contribuição para a complexidade e para o dinamismo destes espaços, será dada por meio de “um complexo jogo de variáveis, originado a partir da lógica de cada um dos seus agentes produtores”, que possuem uma ação, reação “específica e particular, assumindo posições e papéis específicos e diferenciados” (FRATUCCI, 2009, p. 392).

Candiotto (2010, p, 25) em “Circuito italiano de turismo rural, Colombo – PR: gênese, desenvolvimento e implicações socioespaciais” traz à baila questões importantes no que se refere à distinção do espaço turístico e a sua relação multiescalar, dando destaque às questões referentes aos destinos turísticos, assim:

Apesar de o espaço turístico não ser produzido apenas localmente, pois existem influências de normas, objetos e ações de outras escalas espaciais em todas as destinações turísticas - que precisam ser apreendidas no contexto de qualquer pesquisa na escala local - concordamos que os núcleos receptores apresentam-se como um lugar de interesse para abordagens geográficas em torno do turismo, haja vista que as implicações/impactos do turismo manifestam-se majoritariamente nas destinações.

Conforme destaque em Candiotto (2010), vemos a distinção para a existência de espaços normativos presentes em outras escalas. Tal espaço é o nacional, onde origina/descende as políticas de turismo, porém, precisamos destacar o caráter normativo de outras instâncias escalares, como a estadual, a regional e a local, considerando em destaque nesta tese, a política de turismo descentralizada do Brasil. No que se refere, ainda, ao caráter normativo do espaço turístico, precisamos compreendê-lo em sua constituição. Para tanto, ele não pode ser definido por fronteiras euclidianas, conforme asseverou Rodrigues (1997, p. 45), “mesmo porque

pelo menos um dos seus elementos básicos lhe é exterior – a demanda”, ou seja, os turistas. A autora aponta que “os elementos básicos do espaço turístico são: oferta turística, demanda, serviços, transportes, infraestrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e de comercialização”. Importante denotar neste conceito, a relação política, dada pela integração do poder na esfera da decisão e informação em sua estrutura.

Ao tratarmos de espaço, território e turismo, este construto teórico perpassa pela análise e compreensão destes conceitos e categorias. Conforme propugnado por Fratucci (2014, p. 89), em “Turismo e território: relações e complexidades”, principalmente, quando do entendimento das relações e implicações com os processos que envolvem diretamente a dinâmica do fenômeno turístico contemporâneo, com destaque para uma possibilidade no “avanço para além da compreensão das relações dialéticas que observamos na produção dos destinos turísticos”. Na perspectiva de ampliação do conhecimento sobre a produção, apropriação, o ordenamento e o consumo dos espaços “para o turismo”, resultam, também, conforme apontado por Fratucci (2009, p. 393), na “produção de territórios descontínuos, sazonais e flexíveis”.

Fratucci (2009) corrobora com Knafou (2001) no que se refere ao processo de turistificação. porém, além dos agentes apontados por Knafou (turistas, agentes do mercado e Estado), Fratucci considera cada um desses agentes sociais, bem como, acrescenta os trabalhadores e a população local⁴⁷. Neste sentido, “a combinação das ações e interações de todos os agentes, no tempo e no espaço compõe o jogo dialógico do turismo contemporâneo, que tem sua territorialidade mais facilmente perceptível nas escalas local e regional” (FRATUCCI, 2009, p. 392). Para este autor, ainda, os agentes supracitados agem segundo lógicas de territorialização próprias, que variam em diferentes combinações entre lógica zonal e a lógica reticular⁴⁸.

Diante do que já foi exposto, verificamos que o turismo possui na sua essência conceitual e prática, o movimento, pois, como asseverou Rodrigues (1997):

⁴⁷ Em relação aos agentes produtores do espaço turístico, Fratucci (2009, p. 392) considera que além da inclusão dos trabalhadores do turismo e da comunidade local, “devem incluir também, as interações estabelecidas entre cada um daqueles agentes e deles com os outros sistemas que formam o meta-sistema onde se inserem,” desta forma, contribuem para a complexidade e para o dinamismo daqueles espaços.

⁴⁸ A características do território “zonal” e/ou “reticular”, entre outras características desta categoria geográfica, serão discutidos/analísados em tópicos específicos nesta tese.

O turismo na sua enorme complexidade reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se de fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). É nestas que se produz o espaço turístico ou se reformula o espaço anteriormente ocupado. É aqui também que se dá o consumo do espaço. (RODRIGUES, 1997, p. 43).

Considerando os pressupostos apresentados por Rodrigues (1997), podemos destacar alguns elementos importantes em sua abordagem, quais sejam:

1. Considerar o turismo como algo complexo e com características territoriais intrínsecas;
2. Considerar o turismo como um fenômeno produtor/consumidor do espaço, quais sejam: áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras), ensejando desta forma mobilidade/movimento.

Cruz (2000) aponta diversas particularidades que caracterizam a relação do espaço, bem como, ao processo de transformação de novos territórios, os territórios turísticos, que na expressão de Cruz (2000, p. 17):

Nenhuma outra atividade consome, elementarmente, espaço, como faz o turismo, e esse é um fator importante da diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas. É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos.

Em Campos, Mariani e Thomaz (2018), vemos que o turismo se apropria de um espaço para produção e, conseqüentemente, para o consumo. Para Rodrigues (2002), o turismo produz espaços delimitados e espacialmente destinados a um determinado tipo de consumo – o consumo da natureza – através dos denominados “serviços do turismo”. Ainda para Rodrigues (2002), esta atividade pauta-se pelo “consumo do espaço”, como mostra-nos em: “A produção e o consumo do espaço para o turismo”, que se caracteriza pelo uso efêmero do território.

O Pantanal do Mato Grosso do Sul e a região Bonito/Serra da Bodoquena, com destaque para os municípios Corumbá e Bonito, respectivamente, figuram como espaços valorizados para o uso e consumo do turismo, dada as suas características naturais, culturais e, evidentemente, por conta da sua organização e planejamento/gestão do turismo.

Costa (2012, p. 148) em “Turismo, produção, consumo do espaço litorâneo” aponta que o turismo possui características intrínsecas da modernidade, que “embaladas na busca pelo novo, num eterno ‘vir-a-ser’, o que incide diretamente sobre a produção do espaço, agora um espaço produzido pelo e para o consumo”. Espaço valorizado, não apenas por novos usos; mas, especificamente, por seu valor de troca. Nesta perspectiva, destacamos que o turismo valoriza uma determinada paisagem. Assim, pode não haver nenhuma transformação direta do território, mas há uma apropriação direta e/ou indireta e uma “produção espacial”, simbólica dos patrimônios natural ou cultural.

Banducci (2001, p. 23) corrobora com Rodrigues (1997) ao asseverar que “o turismo é um fenômeno extremamente complexo, mutável, que opera de múltiplas formas e nas mais diversas circunstâncias, sendo difícil apreendê-lo, em sua totalidade, por meio de uma única perspectiva teórica [...]”. Vale destacar, ainda, o interesse pela Geografia, com seu instrumental teórico-metodológico, que passou a ser utilizado, considerando as características socioespaciais e territoriais que o fenômeno turístico representa.

Além de considerarmos o Turismo como um fenômeno, vale apontar o pressuposto, também defendido por Rodrigues (1997), bem como, na análise realizada por Cruz (200), qual seja, a relação de produção e consumo do espaço, e a formação de novos territórios, os territórios turísticos.

3 TURISMO E MULTITERRITORIALIDADE: “A PARTIR DA ÓTICA DO MERCADO ELES VÃO SE ALERTAR PARA OUTRAS QUESTÕES”⁴⁹

Dinheiro é poder⁵⁰ (Thomas Hobbes).

A instrumentalização dos conceitos a serem trabalhados neste capítulo, são: multiterritorialidades, tramas de poder em uma perspectiva relacional, bem como os agentes sociais, que nos dá pistas para o entendimento do fenômeno socioespacial complexo do turismo. Em especial, quanto a sua compreensão à luz dos territórios e das multiterritorialidades, em uma lógica da territorialização por meio dos agentes sociais do turismo.

Importante salientar, no que se refere à perspectiva de abordagem atrelada aos conceitos em tela, ou seja, o entendimento da produção e da constituição da trama do poder relacional, multidimensional, multidirecional, material e imaterial, compõem as especificidades do território do turismo, como veremos no desenvolvimento deste capítulo.

Consideramos que os agentes sociais que produzem o turismo (FRATUCCI, 2008), considerando também, os elementos em interação, como por exemplo, os recursos naturais e ambientais (TRENTIN, 2016), em uma perspectiva dos processos de apropriação do espaço (HAESBAERT, 2004, 2004a, 2006), constroem territórios e territorialidades distintas. Cruz (2000, p. 9), traz elementos importantes para análise, como ao considerar “o modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar”.

Ocorre que a análise territorial a partir da perspectiva da apropriação e/ou dominação do espaço para o turismo, em uma abordagem das políticas públicas, como realizado nesta tese, no que se refere aos destinos indutores do turismo advindos do PRT, precisa ser compreendida à luz das considerações apresentadas por Fratucci (2008), em “A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de

⁴⁹ Fragmento da entrevista (que será apresentada ainda neste capítulo) realizada com o Diretor Presidente da Fundação do Turismo. O entrevistado acredita que por meio da política direcionada ao mercado, outras áreas/demandas poderão também ser atendidas.

⁵⁰ Faz necessário contextualizar a perspectiva de poder em uma abordagem complexa, seja pelos sujeitos que estamos considerando para a tese, bem como, e principalmente à luz das “tramas de poder” e as suas múltiplas configurações relacionais (ou territoriais).

turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo”. Desse modo, considerando a existência de uma lógica de apropriação do espaço orientada no entendimento dos territórios zonal e/ou reticular, bem como, deve ser incorporada a ação de cada um dos agentes sociais produtores do turismo. Vale destacar, que para o estudo do turismo, em especial, na presente tese, filiamos ao que preconiza Haesbaert (2007 p. 79), “não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas”.

Neste sentido ainda, acreditamos que tal como foi preconizado por Fratucci (2014, p. 48), o território é a categoria “mais adequada para captarmos a complexidade da espacialidade que o fenômeno turístico engendra”, em especial, combinando as lógicas reticular com a zonal, podemos compreender a dinâmica, “o movimento, as possíveis conexões e a profundidade do espaço apropriado pelo turismo”, como veremos no decorrer deste capítulo.

Apresentamos algumas análises e reflexões sobre os diversos conceitos de território e de outros conceitos correlatos, como territorialização e multiterritorialidades na perspectiva da ciência geográfica, bem como em outros horizontes disciplinares, e seus rebatimentos nos estudos espaciais do turismo. Para tanto, faz-se necessário o entendimento de alguns aspectos “definidores do conceito” supracitado, como por exemplo, o poder e as diferentes (e interconectadas) dimensões (política, econômica, cultural e “natural”) que compõem/definem o território, e, além evidentemente, das suas relações multiescalar.

Vale reconhecer a complexidade do turismo como campo de investigação da ciência geográfica, considerando os aspectos territoriais. Assim, acreditamos que o turismo é mais uma atividade que permeia diversos territórios já existentes, e por conseguinte, é responsável por (re)criar (novos) territórios e multiterritorialidade.

Acreditamos de início, ser pertinente apontar algumas considerações, à luz da “inquietação com certos abusos quanto ao conceito de território” apresentada por Turra Neto (2015, p. 52), em “Espaço e lugar no debate sobre o território”, dado em especial por conta de suas relações com os conceitos de espaço e lugar, principalmente no que concerne a dois elementos em sua constituição: 1. “o foco nos sujeitos sociais” e 2. “a centralidade da dimensão do poder” (Grifo nosso).

Ainda para Turra Neto (2015), as características supracitadas não são prerrogativas apenas do território, podendo também ser encontradas no espaço e lugar. Detenhamo-nos, assim, um pouco à luz das questões levantadas pelo autor,

pois acreditamos que debruçar sobre tais reflexões serve para desenvolvermos um diálogo entre os conceitos apresentados, e que em certa medida, possuem rebatimentos na presente tese.

Em uma primeira aproximação com o questionamento apontado por Turra Neto (2015), precisamos compreender sobre o plano do conteúdo da categoria território, bem como, do espaço e do lugar, conforme requisitado pelo autor. Souza (2015), na tentativa de “definir” o território, aponta elementos importantes que corroboram para analisar, e porque não dizer, dar pistas e/ou responder as questões levantadas pelo autor (2015).

Faz-se necessário ressaltar que ao escolhermos um conceito/categoria, indispensavelmente estamos nos filiando a um arsenal de elementos e/ou dimensões constituintes, que em certa medida, estão posicionados em extratos/planos de destaque e/ou primazia. Souza (2015) considera a dimensão do poder e o relaciona com o lugar, assim, “se se tratasse do conceito de “lugar”, já não seria mais a dimensão do poder que estaria em primeiro plano ou que seria a mais imediatamente visível [...]” (SOUZA, 2015, p. 57).

Assim posto, de forma hipotética, Souza (2015) ainda relaciona outros dois conceitos geográficos com a dimensão do poder:

[...] região e bairro, podem ser, aliás, até mesmo estudados privilegiando-se o exercício teórico de poder, apesar de, teórico-conceitualmente, essa não ser a característica definidora primária desses tipos de recorte espacial (SOUZA, 2015, p. 57).

Somado a isso, precisamos também considerar a “escolha” do(a) pesquisador(a) pelo método a ser utilizado, considerando desta forma a sua afinidade e/ou postura filosófica e política no fazer ciência. Desta feita, filiamos ao conceito de método de Hissa (2006, p. 159) entendendo como sendo “concepções amplas de interpretação do mundo”, bem como, as suas relações intrínsecas com os focos empíricos.

Retornando à problemática realizada por Turra Neto (2015), o conceito de território é delimitado por meio da elaboração de três pressupostos (TURRA NETO, 2015, p. 53), assim:

1. A compreensão que “território é, antes de tudo espaço, ou um tipo de espaço, ou certa prática espacial [...] para falar de território, primeiro, é preciso estabelecer, com maior clareza, como estamos definindo espaço, já que é de espaço que falamos”.
2. Intimamente ligado ao primeiro, remete-nos ao projeto de Doreen Massey (2004; 2008) (já descrito/discutido nesta tese) “de construir uma outra imaginação de espaço, que possa vê-lo, fora do domínio do estático, do fixo, do morto, como dotado de movimento, sempre aberto, como produto de relações”;
3. O último pressuposto foi o de estabelecer que “entre espaço e território, há o lugar, como conceito intermediário”.

No entendimento de Turra Neto (2015, p. 53), há algumas especificidades conceituais ao se referir ao espaço⁵¹, território e lugar⁵². Para o autor, inspirado em Suertagaray (2000), vemos a confirmação da potência da categoria espaço, dado pelo fato de ser a categoria mais ampla e que os demais conceitos (lugar, território e paisagem) seriam “formas de encarar o espaço”. O lugar seria o conceito mais empírico, “que permite particularizar e circunscrever o espaço para pesquisa, tornando-o apreensível para o trabalho do sujeito do conhecimento”.

Para a compreensão do conceito de lugar (como intermediário entre espaço e território), Turra Neto (2015) utiliza uma abordagem ancorada em Massey (2008, p. 184), ou seja, dando a ele uma perspectiva temporal, social e relacional ao conceito, como sendo “momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção destas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem”, destacando que em âmbito da escala geográfica, tais acontecimentos ocorrem “numa escala muito maior do que costumávamos definir”. Neste sentido, o primeiro autor (2015) aponta-nos elementos definidores do lugar, quais sejam:

Como um feixe de relações e ações multiescalar (e constituidoras de espaço), que se encontram e precisam negociar uma existência comum. O lugar seria, assim, um ponto no espaço de relações em que se intersectam múltiplas trajetórias sociais que, apesar do encontro localizado, continuam em processo e em conexões em diversas escalas, cada qual produzindo seu espaço de interação, para além do próprio lugar de encontro. (TURRA NETO, 2015, p. 55).

⁵¹ Turra Neto (2015, p. 53) defende que, “para falar de território, primeiro, é preciso estabelecermos, com maior clareza, como estamos definindo espaço”. Na tese o espaço já foi discutido/analísado à luz do fenômeno socioespacial complexo do turismo.

⁵² Cf. Massey (2000).

A abordagem que ora apresentamos se justifica pelo fato de entendermos que os conceitos e/ou categorias utilizados não são conceitos estanques, estão interconectados, em alguns momentos imbricados, ou em certa medida, de forma híbrida, e esta compreensão se dá pelo fato de concebermos o que foi preconizado por Massey (2008), sendo abordado por Haesbaert (2008) em sua “Apresentação à edição brasileira” do livro “Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade” (MASSEY, 2008). Doreen Massey nos aponta e/ou nos estimula a “repensar a nossa própria forma de ver o mundo, geográfica e historicamente contextualizada na ‘periferia’ latino-americana e/ou na, para alguns, ‘semiperiferia’⁵³ brasileira (...)” (HAESBAERT, 2008, p. 13). O autor ainda aponta: “É a própria autora que nos incita a reler seu trabalho com nossos próprios olhos” (2008, p. 13).

Ainda na tentativa de justificar a perspectiva conceitual utilizada para a compreensão do território na presente tese, adotamos a perspectiva apresentada pelo professor Rogério Haesbaert, quando aponta as abordagens realizadas em seus trabalhos:

E não poderia ser diferente. Parte desse processo foi um pouco o que já tentamos em alguns trabalhos, como na própria concepção de ‘multiterritorialidade’ que propusemos e que em determinado momento se viu reforçada pela concepção de ‘lugar’ de Doreen Massey. ‘Lugar’ na geografia anglo-saxônica, “território” na geografia latino-americana, as palavras podem mudar, mas muitos de seus conteúdos conceituais são compartilhados (HAESBAERT, 2008, p. 13).

A contribuição da perspectiva empreendida por Haesbaert (2008) em sua leitura geográfica recebe inspiração dos pressupostos de Massey (2000, 2008), em especial no entendimento do “sentido global de lugar”. Em “Território e Multiterritorialidade: um debate”, o referido teórico apresenta elementos da sua filiação a leitura geográfica de Massey, desta feita, assevera:

Inspiramo-nos aqui no ‘sentido global de lugar’ proposto por Doreen Massey (2000[1991]). Criticando as visões mais reacionárias que vêem o lugar apenas como um espaço estável, de fronteiras bem delimitadas e identidades bem definidas, um pouco como em alguns territórios-zona aqui comentados, a autora propõe uma visão ‘progressista’ de lugar, ‘não fechado e defensivo’, voltado para fora e

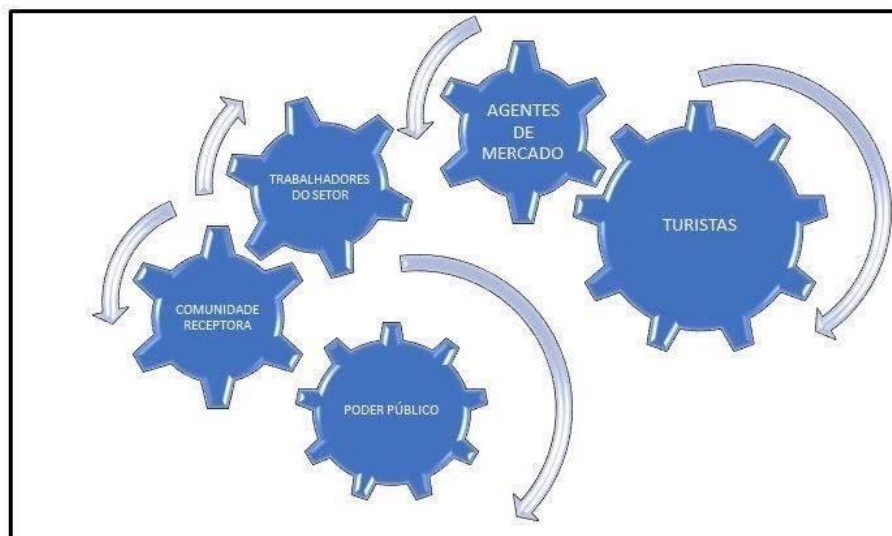
⁵³ Ainda em Haesbaert (2008, p. 13) aponta uma observação importante: “com toda a controvérsia que estes conceitos implicam.” Desta forma, não objetivamos complexificar/analisar tais conceitos nesta tese.

adaptado a nossa era de compressão de espaço-tempo. (HAESBAERT, 2007, p. 42).

Na tentativa de fazer uma leitura dos trabalhos de Doreen, considerando o contexto inglês, Haesbaert (2008) utiliza uma perspectiva contextualizada dos conceitos/categorias da geografia, ou seja, passa a compreender uma possível “hegemonia do ‘lugar’ (à luz da geografia inglesa)”. Para este autor, isso se deu, “em parte, à força da dimensão cultural-identitária no contexto geográfico inglês [...]” (HAESBAERT, 2008, p. 13).

Desta feita, agora “no nosso meio”, seguindo ainda Haesbaert (2008, p. 13) em que a compreensão do “território” pode ser dada “à força das disputas territoriais num ambiente em que a ‘terra-território’ ainda é recurso (e um abrigo, diria Milton Santos)”. Não somente, o autor ainda aponta elementos importantes para a constituição do território, como “a ser apropriado e usufruído por uma parcela cada vez mais ampla da sociedade” (HAESBAERT, 2008, p. 13). Além disso, problematiza apontando que “o usufruto comum ou partilhado, uma efetiva ‘multiterritorialidade’, tem muito a ver com o ‘lugar múltiplo’ e ‘de encontro’ a que Doreen se refere” (HAESBAERT, 2008, p. 13).

Para Turra Neto (2015), o conceito de território seria aquele pelo qual apreendemos o espaço, no lugar, que em certa medida, contribui para a compreensão acerca do fenômeno socioespacial complexo do turismo, em especial, no que se refere às articul(ações) e práticas (em relação e/ou negociação) dos “agentes produtores do turismo” de Knafou (2001) que em uma perspectiva mais abrangente, adotamos a de Fratucci (2009), quais sejam: os turistas, os agentes do capital (mercado), o poder público/Estado (nos seus diversos níveis), os trabalhadores no setor (diretos e indiretos) e a comunidade receptora em geral (FRATUCCI, 2009, p. 392), que nas palavras de Turra Neto (2015, p. 53) explica os estudos realizados sob esta perspectiva, sendo assim “obrigados a coexistir, numa extensão comum” (Figura 29).

Figura 29 – Relações dos agentes produtores do turismo.

Fonte: Adaptado de Fratucci (2009)

As características imbricadas dos “agentes produtores do turismo” apontam para uma inter-relação dinâmica, complexa. Considerando, principalmente, a predominância de interesses diversos, “cada uma dentro das suas características, expectativas e necessidades, colaboram para a construção do fenômeno e da atividade” (FRATUCCI, 2008, p. 75). Esta abordagem coaduna com a problemática relacional dos agentes produtores do turismo que trataremos ainda neste capítulo. Para tanto, este autor ainda acrescenta que é preciso “incluir também, as interações estabelecidas entre cada um daqueles agentes e deles com os outros sistemas que formam o meta-sistema onde se inserem” (FRATUCCI, 2009, p. 392).

Acreditamos, ainda, que precisamos considerar as relações realizadas entre os próprios agentes. Como por exemplo, entre aqueles que compõem o mercado (interação mercado x mercado), considerando, desta forma, suas especificidades e objetivos distintos entre si, podendo ser representado pelas formas associativas de turismo implantadas nos territórios turísticos, conforme serão analisadas no próximo capítulo da presente tese.

Candiotto e Santos (2015) em “Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial”, apresentam concepções a partir das análises, informações e argumentações relevantes que pudessem servir para o entendimento da diversidade territorial que produz a multiterritorialidade. Os autores compreendem que a abordagem territorial, “permite particularizar o que é singular no espaço, sem, no entanto, perder a noção das múltiplas relações de poder que o constitui”

(CANDIOTTO; SANTOS, 2015, p. 335).

Nesta perspectiva, vale apontarmos alguns avanços teóricos nas abordagens conceituais de território à luz de uma perspectiva crítico-reflexiva, notadamente realizado pelos estudiosos da Geografia e da Ciência Política. Candiotto e Santos (2015, p. 314), apontaram que as ciências supracitadas privilegiaram uma abordagem de território com um escopo conceitual relacionado ao Estado-Nação, com isso, “a escala de referência mais tradicional do território é a nacional, condizente a determinado país”.

Raffestin (1993), grande autoridade nos estudos de território (Quadro 4) e considerando a sua compreensão que extrapola o entendimento de um território ligado ao Estado-Nação de Ratzel que oferece uma crítica e, ao mesmo tempo, um breve histórico da Geografia Política clássica, corretamente identificada como uma “Geografia do Estado”, apresentando ainda, em sua análise, uma clara distinção pela tentativa de desfazer o reducionismo de carga ideológica do “território nacional”.

Quadro 4 – Síntese da concepção de Claude Raffestin (1967-2010).

TERRITÓRIO	TERRITORIALIDADE	ABORDAGEM
<ul style="list-style-type: none"> - Como fronteira e frentes de ocupação/povoamento: economia e geopolítica. - Espaço modificado pelo trabalho (construído). - Resultado das relações de poder multidimensionais. - Contém signos da vida quotidiana; redes de circulação e comunicação; tessitura e nós – sistema territorial. - Produto e condição do processo TDR. - Produto histórico, relacional e material. 	<ul style="list-style-type: none"> - Significa relações de poder: alteridade e exterioridade. - Relações biossociais e múltiplas (econômicas, políticas e culturais). - Corresponde ao espaço-temporalmente. - Significa organização e mobilização política com vistas à conquista de autonomia. 	<ul style="list-style-type: none"> -Híbrida-multidimensional. - Relacional, reticular, histórica e crítica não marxista. - Destaque para as redes, tessituras, nós e relações de poder (territorialidades). - (l)material envolvendo o território e a paisagem.

Fonte: Adaptado de Saquet (2015)

Souza (2011, p. 81) aponta críticas à abordagem ratzeliana do “território nacional”, apontando outras (novas) possibilidades de entender o território. Desse modo, nas palavras do autor, “ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado”, ainda para este autor, os territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de duas dimensões: de escalas geográficas, ou seja, por exemplo, desde a escala da rua, aos membros da Organização do Tratado

do Atlântico Norte (OTAN) e, a de escalas temporais (séculos, décadas, anos, meses ou dias) podendo ser permanente, como também, “podem ter uma existência periódica, cíclica”.

O território na perspectiva de Souza (2011) apresenta uma abordagem com características importantes para compreendermos o fenômeno socioespacial complexo do turismo; em especial, no que concerne as relações entre os agentes sociais, vemos com destaque as redes, como elemento constituinte do território:

um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros de uma coletividade ou ‘comunidade’, os insiders) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os outsiders) [...] (SOUZA, 2011, p. 86).

Souza (2011) aprofunda na discussão do território (Quadro 5), trazendo elementos importantes para uma tipologia além daquela proposta por Ratzel, ou seja, vinculado somente ao Estado nacional. Vale destacar a contribuição dos autores que têm, como característica comum, a “instrumentalização do conceito território por meio de estudos de grupos sociais de afirmação social” (SPOSITO; SAQUET, 2016), discutindo temáticas que versam sobre jovens, a questão sexual, prostituição travesti, violência, narcotráfico etc., que são nas palavras de Souza (2011, p. 82) “contribuições para uma ampliação dos horizontes conceituais e teóricos”, bem como, “ventos de renovação” dos Geógrafos, que, em grande maioria, são inspirados por aportes da Antropologia e Sociologia.

Quadro 5 – Síntese da abordagem e compreensão de território de Marcelo Lopes de Souza.

TERRITÓRIO	TERRITORIALIDADE	ABORDAGEM
- Conceito se constrói em contraposição (sem negação) e na diferenciação dos conceitos de espaço e lugar. - Produto histórico, resultado do domínio ou gestão de determinada área. - Atuação do poder: Estado e grandes empresas. - Relações de poder. Campos de forças.	- Territorialidades flexíveis (apropriação de espaços por grupos flexíveis; variação da apropriação ao longo do dia). Algo abstrato: o que faz o território ser um território (relações de poder operando em um substrato espacial).	- Histórica; crítica. - Ênfase: conceito, grupos sociais e política. - Evidencia as diversidades dos movimentos sociais em suas diferentes dimensões e características e contribui para esclarecer o conceito e interpretar os movimentos sociais na cidade.

Fonte: Adaptado de Sposito e Saquet (2016)

Haesbaert (2007) em “O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade”, faz uma relação das contribuições das diferentes ciências para o entendimento do território, considerando que a “espacialidade humana, têm certa tradição também em outras áreas”, e que cada uma enfocará sob uma determinada perspectiva (Quadro 6).

Quadro 6 – Abordagem de território e/ou territorialidade pelas diferentes ciências.

Ciência Política	Enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção do Estado)
Economia	Prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”)
Antropologia	Destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo)
Sociologia	Enfoca a partir da intervenção nas relações sociais, em sentido amplo.
Psicologia	Incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.
Geografia	Tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (de deve[ria] incluir a interação sociedade natureza).

Fonte: Adaptado de Haesbaert (2007)

Acreditamos que cada ciência tende a contribuir de forma específica com os avanços teórico-metodológicos da concepção de território e/ou territorialidade, bem como, na perspectiva espaço-temporal em que está inserida.

Classificamos duas contribuições na temática território realizadas por Haesbaert (2015) e Saquet (2015), em especial no que se refere à forma/abordagem de se pensar, estudar, pesquisar, analisar o território, que em certa medida, possui uma característica de advertência, bem como, de complementaridade.

Haesbaert (2015) aponta a importância de não fecharmos “no que é” o território. Mas, tratá-lo como conceito “sempre aberto, portanto, para a sua própria reavaliação/renovação”, ficando intrínseca a importância de uma abordagem do território contextualizada historicamente.

Saquet (2015, p. 86) em “Por uma abordagem territorial” apresenta:

Dependendo da problemática de estudos, dos objetivos definidos e da perspectiva epistemológica de opção de cada pesquisador (ou de cada grupo de pesquisadores), pode-se evidenciar mais os fatores e

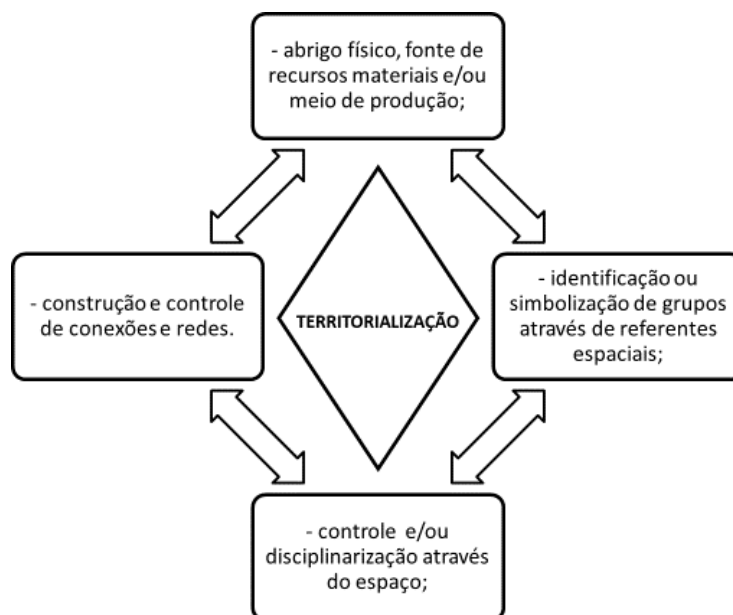
processos econômicos ou políticos ou culturais ou, ainda, as características e a importância da natureza exterior ao homem.

Desta feita, o(a) pesquisador(a) deverá ter condições de avaliar “cada território ou rede de territórios para potencializar projetos e programa de desenvolvimento com mais justiça social” (SAQUET, 2015, p. 87).

Neste sentido, ancorados em uma boa base teórico-conceitual e metodológica, ensejamos a compreensão das questões que envolvem a complexidade das tramas territoriais. Com isso, atrelado com as demandas do fenômeno socioespacial do turismo, fazendo as considerações, análises críticas, bem como, as distinções necessárias e possíveis dos processos de territorialização.

No que se refere ao processo de territorialização, Haesbaert (2007, p. 28) aponta “quatro grandes ‘fins’ ou objetivos da territorialização, que podem ser acumulados e/ou distintamente valorizados ao longo do tempo” (Figura 28).

Figura 30 – Principais objetivos da territorialização por Rogério Haesbaert.



Fonte: Adaptado de Haesbaert (2007)

Como vimos no capítulo anterior, sobre a importância do movimento/deslocamento para que possamos compreender o fenômeno socioespacial complexo do turismo, a proposta de Haesbaert (2007, p. 280) para o entendimento do processo de territorialização coaduna com tal perspectiva. Para este autor “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e

criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento”.

No que se refere à perspectiva integradora de território, como veremos ainda neste capítulo, e sua relação com as questões que envolvem esta abordagem com o fenômeno socioespacial do turismo, Fratucci (2004) aponta a importância do entendimento dos “processos de territorialização dos seus diversos agentes”, para tanto, utiliza Haesbaert (2007): “[...] como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)” (HAESBAERT, 2007, p. 235).

Para a concepção da territorialização no campo simbólico, Haesbaert (2007, p. 94) recebe influência de Lefebvre (1986), em especial quando este se refere à apropriação. É preciso clarificar a distinção entre dominação e seu par dialético apropriação. A dominação surge com o poder político, e que somente passa a ter sentido quando contraposto ao conceito apropriação, que nas palavras de Haesbaert (2007) “distinção que o próprio Marx, apesar de haver diferenciado apropriação de propriedade, não teria definido com clareza”.

Ainda nas perspectivas supracitadas, para caracterizar as relações de poder, e, bem como, para a real distinção entre a dominação (“possessão”, “propriedade”) e a apropriação. O primeiro estaria ligado ao concreto, funcional e vinculado ao valor de troca, já o segundo sendo um processo mais simbólico, desta feita, carregado das marcas do “vivido”.

Fratucci (2009) passa a considerar que a dominação, proposta por Haesbaert (2004) se dá especialmente pelo Estado e pelos agentes do mercado. Por outro lado, no que compete às questões da apropriação, o processo mais visível entre os turistas e a população local. Neste sentido, o processo de territorialização, por meio da dominação e apropriação, em um contexto espaço e tempo, ocorre de maneira distinta entre os agentes sociais.

Martins (2011, p.119) aponta que muitas vezes o homem está territorializando. Porém, não de forma consciente; a territorialização é na verdade “as ações efetivas pelas quais se consegue criar uma rede de sociabilidades para suprir as necessidades básicas da sobrevivência humana, sociais, culturais e econômicas.” Desta forma, precisamos apontar a importância de Rogério Haesbaert ao estudar e apresentar o que se denominou processos geográficos de Territorialização – Desterritorialização - Reterritorialização (TDR).

Como vimos, a criação dos territórios estaria representada pela territorialização, a sua “destruição” pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização (CHELOTTI, 2010).

Não objetivamos fazer uma análise sistemática dos aportes acerca das temáticas e/ou uma vasta revisão bibliográfica de estudo descritivo/analítico sobre o conceito de Território e seus conceitos constituintes (territorialidades, territorialização, desterritorialização e reterritorialização – TDR), pois tais sistematizações podem ser encontrados em Silva (2015), Sposito e Saquet (2016), bem como em Fuini (2014, 2017, 2017a, 2019, 2019a). Assim, é importante salientar que estes autores buscaram construir um panorama teórico das diferentes contribuições recentes, tanto nacional como internacional, à abordagem territorial.

3.1 Por uma concepção do conceito território? A pluralidade integradora e relacional do conceito

No que se refere aos pressupostos teóricos da abordagem de território e seus demais conceitos supracitados, buscamos principalmente nos estudos de Haesbaert (2004, 2006, 2007, 2008, 2010, 2013, 2015, 2017) Raffestin (1993), Souza (2011, 2015), Sack (1986) e Saquet (2003, 2007, 2008, 2009, 2015, 2017), entre outros, uma perspectiva contextualizada espaço-temporalmente, entendendo a lógica apontada por Dourados e Vargas (2011):

O conceito de território assume conotações diferentes em função dos processos históricos, sendo que cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas, podendo significar natureza e sociedade; economia; política; e cultura, ideia e matéria, identidades e representações, apropriação, controle e poder.

Haesbaert (2004, p. 97) entende o território atrelado ao conceito de poder, sendo “o poder” e, por conseguinte, o território, “sempre multidimensional e multiescalar, material e imaterial, de dominação e apropriação ao mesmo tempo”.

Desta feita, propõe uma abordagem síntese polissêmica do território, a partir

de uma perspectiva integradora, agrupado em três vertentes básicas⁵⁴:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado;
- cultural⁵⁵ (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2004 [1997], p. 40).

A classificação das abordagens da “leitura de território” em político, econômico, cultural ou natural, não deve ser sobremaneira considerada como algo estanque, ou seja, de enquadramento único, pois conforme apontado por Souza (2015, p. 56,) “da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que é distinguível mas não é propriamente separável”. Desta feita, como denota no título deste subcapítulo, apresentamos duas abordagens⁵⁶, acreditando, tal como foi preconizado por Haesbaert (2007, p. 41-42), em que a escolha da abordagem, irá depender sobretudo, “da posição filosófica adotada pelo pesquisador [...]”, bem como, e principalmente, destacamos que:

[...] Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações (HAESBAERT, 2007, p. 42).

⁵⁴ Na concepção de Haesbaert (2004, p. 40), posteriormente a interpretação natural(ista) foi acrescentada, “mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento ‘natural’ dos homens em relação ao seu ambiente físico.”

⁵⁵ Rogério Haesbaert credita a importante contribuição dada por LEFÉBVRE (1986), a partir da obra “A produção do espaço”, para dar à territorialização um sentido de dominação e apropriação do espaço que se dá no processo próprio de produção desse espaço, tanto material quanto simbólico.

⁵⁶ Haesbaert (2004, p. 41) assevera que além do entendimento das dimensões do território (política, cultural, econômica, bem como “natural”), “é importante que organizemos nosso raciocínio a partir de outro patamar, mais amplo, em que estas dimensões se inserem dentro da fundamentações filosófica de cada abordagem [...] a. o binômio materialismo-idealismo (em que se encaixa a perspectiva integradora; b. O binômio espaço-tempo (em que se encaixa a abordagem relacional).

Desta feita, ainda nesta perspectiva, apresentamos duas perspectivas teóricas, tal como foi preconizado em Haesbaert (2007), quais sejam: 1) Território numa perspectiva integradora e; 2) A visão relacional de território.

No que se refere a primeira, a perspectiva integradora⁵⁷, Haesbaert (2004, p. 74) propõe uma análise do território que agrega as diferentes abordagens, ou seja, o território sendo “concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza)”.

Precisamos nos atentar para as duas características básicas do território⁵⁸, apresentadas ainda por Haesbaert (2004, p. 76):

1. “seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micro poderes”⁵⁹, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações”;
2. “seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas as suas dimensões”.

Ao considerarmos as referidas características sobre o conceito de território; bem como a partir da análise síntese de Haesbaert (2004) ainda no que se refere a perspectiva integradora do conceito supra, anseia-se por uma leitura não limitada e restritiva do território. Para tanto, Haesbaert (2004) adverte-nos:

Se a nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no com/através do espaço, os elementos chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo. (HAESBAERT, 2004, p. 78).

⁵⁷ Vale apontarmos as observações e/ou críticas sobre esta abordagem, em especial por Silva (2015, p. 56) “A abordagem integradora, mesmo com uma vocação pretensiosa, não se caracteriza por uma visão totalizadora nem por uma forma coesa de conceber as múltiplas dimensões sociais.” Este autor, ainda assevera que “Haesbaert posiciona-se claramente em uma abordagem integradora do território, na verdade o autor se situa numa concepção “híbrida”, entre dimensões materialistas e idealistas, especialmente voltada às questões políticas e culturais. Além disso, devemos ressaltar também que, certamente, Haesbaert seja um dos geógrafos brasileiros que mais tem contribuído com o debate recente sobre o território e seus processos ditos des-re-territorialização, sobretudo no referente à renovação teórico-metodológica e ontológica dos conceitos.”

⁵⁸ Importante denotar que as duas características apresentadas por Haesbaert (2004, p. 76) se deram à luz da “implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial.”

⁵⁹ Sobre as questões dos “micro poderes” sob a perspectiva de Foucault (1979) em a “Microfísica do poder” será contextualizada e debatida ainda neste capítulo, sendo relacionado com o objeto empírico da tese.

Haesbaert (2004, p. 79) afirma que a “experiência integrada” do espaço só pode ocorrer “se estivermos articulados (em rede) através de múltiplas escalas, que muitas vezes se estendem do local ao global”⁶⁰. Esta perspectiva ocorre por contextualizarmos tais práticas e/ou análise espaço-temporalmente, entendendo o território numa lógica de estruturação em rede (que conecta diferentes pontos ou áreas), caracterizados como “espacialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si”. Haesbaert (2004, p. 79) afirma que “antes vivíamos sob o domínio da lógica dos territórios-zona, que mais dificilmente admitiam sobreposições, enquanto hoje temos o domínio dos “territórios-rede”.

Importante denotar os trabalhos de Fratucci (2008⁶¹, 2009 e 2014) e Fratucci, Moraes e Allis (2015) nos estudos dos territórios turísticos, com uma abordagem que incorpora a perspectiva de “territórios-zona” e “territórios-rede” de Haesbaert (2004) (Quadro 7). Nestes termos, vale identificarmos a existência de diferentes lógicas no processo de apropriação do espaço pelos diversos agentes sociais do turismo:

Enquanto a lógica de apropriação dos espaços do turista é essencialmente reticular e marcada pela mobilidade, para o poder público e para a comunidade local é fortemente zonal; já para os agentes de mercado e para os trabalhadores do setor ora ela é zonal ora é reticular. A combinação dessas diferentes lógicas dos agentes sociais produtores do turismo, apontam para a constituição de um espaço do turismo (zonal) ora entrecortado (reticular), constituindo um território-rede, trazendo implicações para as políticas de planejamento (FRATUCCI, 2009, p. 393 e 394).

Quadro 7 – Agentes sociais produtores do turismo: lógica de apropriação dos espaços.

Agentes sociais		Lógica de apropriação dos espaços
Turistas (visitantes)	Turista Excursionista Veranista	Predominantemente reticular
Poder público	Federal Estadual Municipal	Predominantemente zonal

⁶⁰ Importante apontar que ao tratarmos as questões que envolvem as escalas geográficas, a relação local global será tratada à luz da perspectiva de Massey (2008), como veremos no próximo capítulo.

⁶¹ Fratucci (2008) apresenta as espacialidades distintas dos agentes sociais produtores do turismo, com as principais expectativas e tendências e características de cada agente.

Agentes de mercado	Grandes empresas/cadeias internacionais Empresários locais Fornecedores de serviços e matérias primas	Reticular (mais estável) e zonal Zonal e reticular
Trabalhadores: diretos e indiretos	Formais Informais	Zonal e reticular (mais permanente) Zonal e reticular (sazonal)
População residente	Envolvida diretamente com o turismo Sem envolvimento direto com o turismo	Predominantemente zonal

Fonte: Adaptado de Fratucci (2014)

Ainda para este autor, as referidas lógicas de apropriação do espaço por meio dos agentes do turismo, “abre a possibilidade de considerarmos o turismo e, em especial, a sua dimensão espacial a partir da perspectiva das redes e dos territórios-rede, descontínuos e sobrepostos”. (FRATUCCI, 2008, p. 121). Vale, também, entender que as lógicas supracitadas serão estabelecidas à luz do que Deleuze e Guattari chama de des-re-territorialização.

Inspirado em Deleuze e Guattari, Rogério Haesbaert aponta a importância destes autores “como os principais teóricos da des-re-territorialização”⁶² (HAESBAERT, 2007, p. 100), considerando o grande número de bibliografias, bem como, contendo “uma gradativa ampliação no uso do conceito”.

Haesbaert (2007) à luz de Deleuze e Guattari, destaca o caráter processual do território composto por “agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação, carrega igualmente consigo o processo, a dinâmica fundamental de des-re-territorialização”. Ainda nesta perspectiva, aquele autor aponta como fundamental:

os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização. Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce controle

⁶² A análise realizada na vasta bibliografia de Deleuze e Guattari sobre a temática des-re-territorialização, foi apontada em Haesbaert (2007, p. 100), assim: “Nossa análise irá se concentrar basicamente nas obras *O Anti-Édipo* (Deleuze e Guattari, s/d; publicação original: 1972), *Dialogues* (Deleuze e Parnet, 1987 [1977]), *Mil Platôs* (Deleuze e Guattari, 1980) e *O que é a Filosofia?* (Deleuze e Guattari, 1991), fazendo alguma referência a *Kafka, pour une littérature mineure* (Deleuze e Guattari, 1975)” (Grifo do autor).

(HAESBAERT, 2004, p. 127).

Haesbaert (2007, p. 19) em “Território e multiterritorialidade: um debate”, aponta o caráter indissociável entre a desterritorialização e a (re)territorialização, em face da existência da multiterritorialidade:

A multiterritorialidade, como já enfatizamos anteriormente (HAESBAERT, 2004a), aparece como uma alternativa conceitual dentro de um processo denominado por muitos como ‘desterritorialização’. Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, ‘multiterritorial’.

Na baila da dinâmica do processo de desterritorialização e, concomitantemente, a reterritorialização, Haesbaert (2007), utilizando a dimensão social do território, ressalta que a desterritorialização é mais perceptível, para não dizer, mais aplicável, àqueles que estão mais destituídos de seus territórios. Ou seja, aos “que se encontram mais “desterritorializados” ou, em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados”, ao considerarmos a perda “do “controle” e/ou “segurança” sobre/em seus territórios” (2007, p. 20).

Ao focalizarmos o fenômeno socioespacial complexo do turismo, por meio dos agentes sociais, na perspectiva dos processos de desterritorialização na vertente social (HAESBAERT, 2007), como outrora foi apresentado, buscamos esclarecimentos sobre o papel atual do agente Estado frente a tais problemáticas.

Luxemburgo (1999), apresenta elementos importantes e esclarecedores no que se refere às questões supracitadas. Esta autora indica que o Estado atualmente ocupa uma função de organizador da classe capitalista dominante. Desta forma, acaba tendo intencionalidades que atenderiam aos ditames do mercado; porém, quando o Estado se posiciona de forma a atender as demandas advindas do coletivo de agentes sociais, teríamos:

Se ele se impõe a si mesmo, no interesse do desenvolvimento social, função de interesse geral é unicamente porque e somente na medida em que estes interesses e o desenvolvimento social coincidem, de uma maneira geral, com os interesses da classe dominante.

Para contrapor a lógica imposta pelo sistema capitalista vigente (na perspectiva

das verticalidades), precisamos compreender as transformações das necessidades deste sistema de produção. Santos (1994, p. 19) apresenta pistas, em especial, quando discute sobre as horizontalidades e as verticalidades.

a tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda a parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais. (SANTOS, 1994, p. 195).

Retornaremos a discutir, ainda neste capítulo, sobre a perspectiva da desterritorialização à luz do fenômeno do turismo, no subitem “Nas tramas do poder: Por uma abordagem relacional para o Turismo”, quando analisaremos a importância da imaterialidade, em especial no que se refere “as tecnologias de separação e rejeição” (RUIZ, 2004, p. 26), a partir da análise da entrevista do Diretor Presidente da Fundação de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul.

Haesbaert (2004, p. 79-80) alerta-nos para a “necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido” (ou como pano de fundo), ou seja, híbrido entre sociedade e natureza; bem como, entre outras dimensões/vertentes, podendo o território ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder.

No que se refere ao caráter híbrido, também é objeto de crítica por conta daqueles pesquisadores “que ainda continuam cada um à sua maneira ou de acordo com o compartimento disciplinar a que estão atrelados, utilizando-se implícita ou explicitamente, daquelas noções de território setoriais” (fonte?), ou seja, ainda acabam incorporando a ideia fragmentada de território.

Saquet (2003 p. 24) coaduna com o reconhecimento das interfaces e/ou interligações entre as diferentes vertentes/posições (básicas) na abordagem conceitual do território. O autor aponta que “o processo de apropriação e construção do espaço geográfico é econômico, político e cultural”. Ainda em Saquet (2003, p. 24) vemos que o território não é construído, é produzido, bem como, “não pode ser definido apenas enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de uma identidade regional e cultural/política.”. Acrescenta ainda, que a sua produção se dá concomitantemente por meio de “relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de

dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural”.

Ao conceber o território na visão que integra diversas formas/perspectivas nas práticas sociais contemporâneas; “o território, assim, desempenharia um pouco o papel que cabia à região como grande conceito integrador na perspectiva da Geografia Clássica” (HAESBAERT, 2004, p. 74).

O autor ainda (2004) assevera que é difícil encontrar um “espaço capaz de “integrar” de forma coesa as múltiplas dimensões ou lógicas” supracitadas. Desta forma, compartilhamos com Haesbaert (2004, p. 76) ao conceber o território a partir daquilo que o autor chama de “uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada”.

Quanto às “questões ligadas ao controle, “ordenamento” e “gestão do espaço”, onde se inserem também as chamadas questões ambientais, Haesbaert (2007) assevera que têm sido “cada vez mais centrais alimentar este debate”, que nas palavras deste autor, “elas nos ajudam, de certa forma, a repensar o conceito de território” (HAESBAERT, 2004, p. 76).

Já na segunda – Perspectiva relacional de território⁶³ –, a construção do território ocorre a partir de uma abordagem relacional do espaço, conforme apresentado por Haesbaert (2004, p. 80), “é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, para muitos autores, de relações de poder”.

Souza (2011) aponta uma crítica acerca da abordagem relacional, em especial de Raffestin (1993), em “Por uma Geografia do Poder”; no entendimento de Souza (2011, p. 97) “praticamente reduz *espaço* ao *espaço natural*, enquanto que *território* de fato torna-se, automaticamente, quase sinônimo de espaço social. Isto empobrece o arsenal conceitual à nossa disposição” (Grifo do autor).

Já em Haesbaert (2007, p. 81), ainda sobre a crítica da abordagem relacional de Raffestin, em especial da realizada por Souza (2011). Aquele autor traz uma advertência contundente ao propor “uma leitura um pouco mais condescendente para Raffestin, na medida em que, também para ele, espaço pode ser um ‘trunfo’ e território, ‘o campo de ação dos trunfos’”.

Souza (2015, p. 53) publica “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental, na tentativa de “desfazer

⁶³ Haesbaert (2004) constrói a distinção das abordagens integradora e relacional, sendo que a segunda é seguida de uma leitura das perspectivas de Robert Sack e Raffestin.

alguns mal-entendidos”, quando da publicação do texto “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, em especial, por conta da forma em que o texto foi utilizado.

Nesta perspectiva ainda, Souza (2015, p. 54) justifica que dado pela falta de trabalhos do gênero, “o capítulo passou a ser frequentemente citado, em particular um de suas formulações síntese”. Outra questão de destaque, dada a forma que foi utilizada, “certos detalhes e certas sutilezas passaram, muitas vezes, completa ou quase completamente despercebidos, o que é sintomático de leituras apressadas, superficiais ou enviesadas”. Assim, “a plena compreensão da alternativa ali advogada terminou sendo, tantas e tantas vezes, comprometida”.

Ao compartilhar o descontentamento acerca das confusões de interpretação que foi submetido o conceito de território em Souza (2015, p. 55), estamos em certa medida, aumentando o arsenal que justifica a abordagem relacional que ora apresentamos, pois para explicar e “desfazer uns tantos mal-entendidos de certas leituras de meu texto de 1995”, o autor focaliza três pontos que merecem comentários e/ou esclarecimentos. Porém, para o exame de análise nesta tese, interessa-nos abordar apenas um: “Será o território algo “material” ou “imaterial”?”

Para respondermos tal questionamento, precisamos ler, interpretar e refletir sobre o conceito de território em Souza (2011, p. 78), bem como, devemos considerar as duas perspectivas de análise:

Na primeira aproximação: a análise é realizada acerca do conceito de território como sendo: *“espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”* (SOUZA, 2011, p. 78, grifo do autor). Na perspectiva empreendida em Souza (2015), o autor adverte-nos que ao tomarmos apenas este conceito em apartado, “como já vimos como geralmente acontece, parecia torná-lo como que equivalente ao próprio substrato espacial material”, assim, estaria sendo “vítima” daquilo que outrora criticou no conceito de território de Raffestin (1993), conforme apontado anteriormente, ou seja, “estaria, provavelmente, contribuindo para que o território continuasse a ser enxergado como se ele fosse, de fato, um ‘pedaço’ tangível da superfície terrestre” (SOUZA, 2015, p. 60).

Já na segunda aproximação, à luz da abordagem de Souza (2011, p. 87) de que “Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos”, acaba cumprindo um importante papel “de “complementar” e “precisar”, “aparar as arestas” da lacônica “definição” apresentada anteriormente.

Com isso, acaba por “tornar-se explícito algo que, antes, estava somente implícito”, assim teríamos: “que o território embora sendo também uma das manifestações do espaço social e da espacialidade, nem por isso é uma ‘coisa’ material” (SOUZA, 2015, p. 61).

Souza (2015, p. 61) ainda na tentativa de dissociar o seu conceito de território a um caráter somente material, apresenta alguns elementos que compõem a sua constituição, como por exemplo, “as fronteiras e os limites podem ser invisíveis”; bem como, “se territórios podem ser criados e se desfazer ciclicamente, ter duração efêmera e nem chegar a deixar marcas na paisagem”⁶⁴. Assim, consideramos que “o território e o substrato material que lhe serve de suporte e referência, e inclusive de fator de condicionamento, por mais que não possam ser separados concretamente de modo simples, não são, sinônimos” (SOUZA, 2015, p. 61).

Outro autor pertencente a esta abordagem relacional, é Robert Sack, que traz grandes contribuições aos estudos do território. Importante denotar que Haesbaert (2004, p. 86) assinala que Sack utiliza com maior frequência a noção de territorialidade, como sendo “mais limitada: a territorialidade, esta ‘qualidade necessária’ para a construção de um território”.

Precisamos apresentar o conceito de territorialidade nos humanos por Sack (1986, 2013) pois em seu texto, o autor relaciona a territorialidade humana, distinguindo da animal que seria algo enraizado social e geograficamente, estando relacionada à maneira na qual as pessoas usam o meio, se organizam no espaço e como dão sentido ao lugar, ou seja, “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área” (SACK, 1986, p. 3).

Quanto a território, o autor define como, uma área de influência de uma autoridade ou de um grupo de atores sociais. Desta forma, percebemos uma visão relacional nos conceitos de territorialidade e território, bem como, com características marcantes de relações de poder (SACK, 1986).

Saquet (2009) aponta que a territorialidade pode ser efetivada em escalas espaciais distintas e varia no tempo através das relações de poder, das redes de

⁶⁴ Para exemplificar sobre as características apresentadas, Souza (2011, p. 87-88) utiliza os territórios da prostituição feminina ou masculina (prostitutas, travestis e michês). Este autor aponta que tais territórios têm as seguintes propriedades: elásticos, móveis e cíclicos, pois ora se expandem, ora se contraem, ocupando uma determinada porção do espaço.

comunicação, circulação, dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica, política e culturalmente.

Em Saquet (2011) ainda, as territorialidades multiescalares poderiam, em certa medida, explicar a realidade do objeto empírico da tese; principalmente, no que se refere aos elementos intrínsecos de resistência quando passa a considerar:

As identidades, fundamentais na organização política, significam pertencimento, afetividade, coesão e possibilidade de resistência e projeção coletiva do futuro respeitando as diferenças. A identidade [...] significa uma forma para, politicamente, dinamizar as singularidades em favor do desenvolvimento local: os princípios organizativos de uma sociedade local permitem-facilitam a reunião, a discussão e a projeção do futuro (SAQUET, 2011, p. 94).

Em que pese às questões destacadas, precisamos apontar e reflexionar sobre a resistência, elemento característico da territorialidade. Saquet (2013, p. 63) entende que tanto a luta, quanto a resistência, precisam ser gestadas coletivamente. Com isso, “É urgente nosso envolvimento direto com a construção de um movimento melhor definido de resistência à expansão ampliada do capital”.

Saquet (2013, p. 63) entendendo que a referida dinâmica assume um caráter político. Desta feita, inspirado em Turco (2010), aquele autor aponta que esta territorialidade trataria de “uma trama de conflitos, tensões, atritos, controvérsias, disputas e interesses.” Em que pese as questões das dinâmicas realizadas no território, em especial no que concerne ao entendimento das tramas territoriais, trataremos com mais profundidade ainda neste capítulo.

Ao compreendermos e incorporarmos a abordagem de território de Raffestin (1993), em especial no que tange a estrutura multidimensional das relações, “campo de poder”, é importante, também, verificar na abordagem de território e/ou territorialidade utilizada - os sentidos, ou os conceitos e noções de poder estão sendo considerados. Neste caso, acerca da abordagem relacional, em que pese as leituras de Foucault (1998, p. 148) “um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer a ordená-las mais do que barra-las, dobrá-las ou destruí-las”, bem como, em outras perspectivas de análise como veremos a seguir.

Como proposta para a compreensão da realidade do território e da territorialidade na abordagem preconizada por Raffestin, ou seja, na “visão relacional

de território” (HAESBAERT, 2004), considerando o fenômeno socioespacial complexo do turismo, utilizaremos o projeto por uma “problemática relacional” (RAFFESTIN, 1993).

3.2 Nas tramas do poder: Por uma abordagem relacional para o Turismo

Torna-se necessário apontarmos o que estamos entendendo como trama e a sua relação com o poder, à luz do Turismo. De acordo com o dicionário Michaelis⁶⁵, verificamos diversas definições para trama, dentre elas: uma “espécie de rede cuja estrutura é formada por elementos que se cruzam e se interligam”. Somado a estes elementos que constituem o conceito de trama, consideramos um outro, porém, com ressalvas. Entender que trama seria, também, “Desenrolar de acontecimentos constituindo a ação em uma produção artística e literária; entrecho, enredo, intriga, urdidura”. Vale destacar, que, respeitando as especificidades atinentes a este conceito, por se tratar e/ou ser aplicado ao cinema, TV e teatro, verificamos que se trata de uma definição de trama com especificidades que denota o seu caráter dinâmico e temporal.

A abordagem relacional é fator intrínseco nas tramas de poder, denotando assim, o caráter multidimensional do território. Importante destacar ainda, que as relações agenciam as tramas de poder que produzem os territórios e as redes no turismo.

Raffestin (1993) propõe “uma outra problemática que tente tornar inteligíveis não somente as formas investidas de poder, mas as relações que determinam as formas”. Neste sentido, o autor buscou uma forma de “escapar” da análise unidimensional – do Estado, da geografia política.

Ousemos utilizar a problemática relacional (RAFFESTIN, 1993), na tentativa de apreendermos as relações de poder, fruto das relações dos agentes produtores do turismo (FRATUCCI, 2008). Para tanto, é preciso explicar, porque não dizer, contextualizar ao leitor, os motivos pelos quais foram utilizadas as palavras “ousemos” e “tentativa”, pois como explicitado por Raffestin (1993), quando ao apontar as dificuldades de se empreender nesta abordagem:

⁶⁵ Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trama/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

A geografia política, concebida como a geografia das relações de poder, poderia ser fundada sobre os princípios de simetria e de dissimetria nas relações entre organizações. Só em seguida seria possível construir uma morfologia política. A dificuldade de uma tal empresa reside, por um lado, no fato de que o poder é ainda mais difícil de se identificar, supondo-se até mesmo que ele nunca o seja. Portanto, a empresa é, de antemão, destinada ao fracasso! Ela o será se não tivermos a coragem de propor um esquema, antes que um modelo analítico, e não o será se não nos arriscarmos. É exatamente este risco que vamos correr e por várias razões. Primeiro, pelo simples gosto da aventura intelectual, ou melhor, pela recusa em reproduzir, em repetir, incansavelmente; em seguida, para tentar mostrar que a relação, embora sempre evocada na geografia, não foi bem explorada na qualidade de conceito; enfim, para tentar destacar com maior clareza esse papel do poder, que se manifesta em todas as ações humanas (RAFFESTIN, 1993, p. 29).

Para que compreendamos a “problemática relacional” no turismo, explicitamos acerca das tramas realizadas pelos diferentes agentes produtores para este pois, são eles “o próprio fundamento do poder”, e como apontado por Raffestin (1993), é por intermédio dos atores “que todo o restante adquire um sentido e se carrega de significações múltiplas”.

Tendo o poder como elemento-chave para explicar o território, Raffestin (1993) assevera que “toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (RAFFESTIN, 1993, p, 7):

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que se dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: um campo do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53)

Em “Por uma Geografia do Poder”, Raffestin (1993, p. 58) apresenta uma atenção especial ao conceito “poder”. Para tanto, o autor entende que “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”.

Vale destacar ainda, o legado deixado pelo filósofo Michel Foucault⁶⁶, em destaque, no que se refere aos estudos/abordagens realizadas com o conceito poder,

⁶⁶ A escolha por Foucault é justificada pelo fato de encontrarmos neste autor, uma perspectiva geográfica ao tratar do poder. Haesbaert (2014, p. 12) aponta que “entre os grandes pensadores da segunda metade do século XX, sem dúvida um dos que tiveram maior sensibilidade para com as questões espaciais foi Michel Foucault”. Haesbaert (2014) ainda aponta que para este autor a “preocupação com o espaço passou a suplantar aquela, dominante há muito, que colocava o tempo como o centro e muitas vezes com a própria razão de ser do debate filosófico e, de forma mais implícita, como a dimensão dominante dentro dos estudos sobre a sociedade”.

que para Machado (2003, p. 7), tratou-se de um “exercício de uma arqueologia do saber pelo projeto de uma genealogia do poder”. Vimos que Foucault foi elemento importante para os estudos realizados por Raffestin (1993), Haesbaert (2012) e Boito Jr. (2007), em especial: 1) no que se refere ao entendimento da categoria geográfica território; 2) para a distinção dos outros poderes, sendo analisado pela forma multiescalar, que emergiu dos/pelos sujeitos articulados/organizados, denominado como micropoder, bem como; 3) na análise relacional e crítica do conceito marxista de poder político com as teses de Michel Foucault sobre o conceito de poder, respectivamente.

Os “micro poderes” de Foucault, ou “malha capilar”, superam a unidimensionalidade ao tratar do poder, considerando que tais ações não partem do Estado, como um poder central, ele advém dos sujeitos em rel(ação), nas tramas da territorialidade.

Ambrozio (2013, p. 4), por meio da leitura de Foucault, aponta que as formas que as relações microfísicas ocorrem:

nascidas ao lado, debaixo, à margem do Estado são criadoras de poderes disciplinares que, a despeito de apropriados pela burguesia e sua economia capitalista, quase fariam evaporar esse mesmo Estado ao não concebê-lo como fonte, mas escoadouro do poder.

Em Raffestin (1993, p. 52), na perspectiva foucaultiana, vemos a distinção entre o Poder e o poder, maiúsculo e minúsculo, respectivamente. Porém, vale destacar que o Poder com letra maiúscula, diz respeito aquele relacionado ao aparato do Estado; já o segundo, o poder com letra minúscula, seria o poder pelo qual Foucault classifica como sendo o do “micro poder”. Importante denotar, que os “micro poderes”, mesmo não advindos, articuladores diretamente do Estado, devem ser entendidos, também, à luz da ineficiência ou inoperância Estatal, ou da escala do “macro poder”, como veremos no próximo capítulo.

Alves (2013) em “A dimensão espacial do poder: diálogos entre Foucault e a Geografia”, apresenta a relação intrínseca entre os poderes (no plural) e sua espacialidade, no que se refere à articulação em diferentes níveis e escalas. Desta feita, aponta questão importante a ser analisada, ou seja, “o chamado micropoder se articula ou não com o Estado (o macro poder).”

Alves (2013), utilizando Machado (1979), aponta que em Foucault, esta

distinção não mereceu importância, apontando que o Estado “é um instrumento específico de um sistema de poderes” (MACHADO, 1979, p. 13). Porém, destaca que estes não se encontram unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa, bem como, que, para este autor, “as transformações ao nível capilar, minúsculo, do poder não estão necessariamente ligadas às mudanças ocorridas no âmbito do Estado” (MACHADO, 1979, p. 12). centraliza sua análise.

Faz-se necessário a análise dos pressupostos teóricos de poder à luz de Foucault, considerando sua crítica aberta ao marxismo. Desta feita, Boito Jr. (2007), traz grande contribuição para os estudos de poder, ao tratar questões que envolvem uma aproximação das teses foucaultinas e a leitura contextualizada da abordagem realizada pelos marxistas. Vale considerar que o autor aponta, ao analisar Foucault (1994), que o referido filósofo “sugere que os marxistas não estariam acompanhando a obra de Marx”. Para tanto, Boito Jr. (2007) enumera as quatro teses de Foucault, conforme o Quadro a seguir:

Quadro 8 – Sistematização das teses de Michel Foucault.

TESE	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
<p>1. Não existe um ou o poder, mas sim, vários poderes.</p>	<p>Cada um desses poderes teria sua especificidade histórica e geográfica. O próprio Marx pensaria, segundo Foucault, dessa maneira, quando analisa, em <i>O Capital</i>, o poder do capitalista no local de trabalho. Esse poder seria específico em relação ao poder jurídico existente no resto da sociedade. Foucault conclui a sua tese número um, afirmando: “A sociedade é um arquipélago de poderes diferentes” (Foucault, 1994). Nesse caso, seria errôneo falar em poder de uma parcela da sociedade sobre a outra, como ocorre com a teoria das elites, que concebe o poder da elite sobre a massa, ou, o que nos interesse de perto, como ocorre com a teoria marxista, que concebe o poder da classe dominante sobre a classe dominada. O poder seria socialmente difuso.</p>
<p>2. Esses diversos poderes não devem ser compreendidos como uma espécie de derivação de um suposto poder central.</p>	<p>Segundo Foucault, contrariando esta lógica, afirma que foi a partir dessas pequenas regiões de poder – a propriedade, a escravidão, a fábrica moderna, o Exército – que pudera, se formar, pouco a pouco, os grandes aparelhos de Estado. “A unidade estatal é, no fundo, secundária em relação a esses poderes regionais específicos, os quais vêm em primeiro lugar” (Foucault, 2003, p. 65). Apesar de os marxistas insistirem na centralidade do Estado, Marx, na obra <i>O capital</i>, estaria, segundo Foucault, próximo desse esquema que apresenta o poder como uma rede de poderes específicos. Nesse caso, concluímos, seria errôneo falar em concentração de poder na instituição</p>

	do Estado. O poder socialmente difuso seria, também, institucionalmente disperso.
3. Os poderes específicos, locais e regionais, têm por função primordial produzir aptidão, eficiência. A função principal de tais poderes não é portanto, a de proibir, de impedir, de dizer, “você não deve”.	Falando da função produtiva da nova organização militar, que se desenvolveu na Europa ocidental entre os séculos XVI e XVII, Foucault destaca dois pontos. Primeiro, que a mudança organizacional das forças armadas foi provocada pela tecnologia – uma “descoberta técnica: o fuzil de tiro rápido” – e, segundo, que tal mudança visou à eficiência das “Forças Armadas como produtora de mortes” e “não, absolutamente, a proibição”. Está subentendido que, segundo Foucault, a visão tradição, burguesa e dos autores marxistas, considera erroneamente o poder como instituição fundamentalmente repressiva.
4. Esses mecanismos de poder, esses procedimentos, devem ser considerados como técnicas, isto é, como procedimentos que foram inventados, aperfeiçoados, que não cessam de se desenvolver.	Conclui-se que a análise do poder deveria concentrar-se nos métodos utilizados para o exercício do poder e não no conteúdo das medidas tomadas, nos objetivos almejados pelo poder e na questão de saber quem são os beneficiados e os prejudicados por tais medidas. Os meios de exercício do poder, e não o seu conteúdo e objetivo, seriam o o elemento mais importante no estudo do poder.

Fonte: Adaptado de Boito Jr. (2007)

Boito Jr. (2007, p. 20) ao analisar as 4 (quatro) teses apresentadas no quadro, afirma que na obra *La volonté de savoir*, “Foucault apresenta uma definição de poder claramente consistente com as quatro teses”, assim:

Por poder [...] eu não entendo um sistema geral de dominação exercido sobre um elemento ou um grupo sobre outro, e cujos efeitos, por sucessivas derivações, atravessam o corpo social como um todo. A análise, em termos de poder, não deve postular, como pressupostos, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas as formas terminais. Por poder, parece-me necessário compreender a multiplicidade de relações de força que são imanentes ao domínio em que elas são exercidas, e são constitutivas de sua organização; o jogo que, pela vida das lutas e de enfrentamentos incessantes, as transforma, as reforça, as inverte. (FOUCAULT, 1976 apud BOITO JR., 2007, p. 20-21).

Desta feita, verificamos as principais características conceituais de poder defendidas por Foucault, onde aponta-nos a expressão da pluralidade do entendimento do poder; não somente sob a perspectiva do Estado soberano, bem como o poder de dominação da escala global.

Ao considerar as relações de poder oriundas do Estado, Haesbaert (2013, p. 33), define como sendo um macro poder, e orienta-nos a não ignorarmos os micro

poderes; utilizando para tal, o conceito de Foucault, pois, desta feita, tal como visto no caso dos territórios dominados por máfias e/ou pelo narcotráfico, “outros micro poderes heterônomos brotam com igual força, mas também em que podem ser gestados movimentos sociais de resistência, de territórios/territorialidades mais alternativos ou mais autônomos”.

A perspectiva de poder empreendida por Foucault em texto supracitado de Boito Jr. (2007), bem como o de Haesbaert (2013), orientado também pela potência teórica realizada por Foucault, traz-nos subsídios importantes para compreensão da lógica do fenômeno socioespacial complexo do turismo, em especial no tocante às relações da estrutura e dinâmica das políticas públicas. Chama-nos a atenção, em especial, dois elementos importantes: primeiro, o sentido de uma política de escala geográfica (ou de multiescalas), que precisamos empreender o nosso olhar nos estudos da PNT, com destaque para o Programa de Regionalização do Turismo. O segundo elemento de destaque, está na importância de outros poderes, dado pelos agentes sociais do turismo, que ocupam um destaque protagonista na constituição das políticas públicas do turismo.

Considerando os elementos apresentados, à luz do objeto empírico da tese, vemos a insurgência de associações de agentes dos negócios do turismo (*trade turístico*), denotando uma relação clara de micro poder. Com isso, temos como exemplo a Associação Visit Pantanal, que é tema de análise ainda nesta tese, que em certa medida, se posicionam como movimento de resistência frente à inoperância do macro poder do Estado, atuando em uma perspectiva estrutural/organizacional a nível regional, em uma , em uma lógica territorial reticular (HAESBAERT, 2004).

Haesbaert (2013), em uma perspectiva em que considera as espacialidades demandadas pelos múltiplos sujeitos, em uma relação temporal, além, é claro, dos seus rebatimentos, ou seja:

as resistências que eles constroem, podemos entender a multiplicidade de territórios/territorialidades passível de ser desenhada, numa visão mais complexa da relação entre poder e espaço, dentro do movimento contemporâneo de desterritorialização do Estado. (HAESBAERT, 2013, p. 33).

Raffestin (1993) elabora uma matriz espacial para leitura da “produção territorial”, que é incorporada nos estudos de Ambrozio (2013, p. 4) em que considera que “o território nasce de entrelaço espacial de poderes fluídicos, estruturados em

(superfícies), tessituras; (pontos), nós; (linhas), redes, que propriamente da ação do poder de Estado”. Desta forma, tal perspectiva corrobora com a abordagem das tramas e/ou geometrias do poder empreendidas nesta tese, ou seja, o entendimento da complexidade das lógicas multiterritoriais dos agentes sociais do turismo.

Apresentamos de forma sintética quais os significados destes elementos:⁶⁷ tessituras, pontos e linhas:

A tessitura está vinculada à concepção de extensão ou limite. Raffestin (1993), indica que a tessitura marca os limites, um enquadramento do poder ou de um exercício do poder.

A relação do limite com o território⁶⁸, mesmo não sendo traçado, como, todavia, ocorre, “exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Raffestin (1993, p. 155), aponta a existência de uma tessitura de origem política, “aquelas criadas pelo Estado, em geral têm uma permanência maior do que as resultantes de uma ação dos atores empregados na realização de um programa”. Nesta perspectiva, interessa-nos aprofundar sobre as tessituras políticas, e diferenciá-las das demais, pois, acreditamos que tais ações corroborarão para a compreensão da lógica territorial dos objetos empíricos da tese. Para tanto, “os limites políticos e administrativos são mais ou menos estáveis”, enquanto os limites econômicos o “são bem menos, pois são bem mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças de estruturas e de conjunturas” (RAFFESTIN, 1993, p. 155).

Este autor ainda aponta a diferença entre as malhas políticas e econômicas. Raffestin (1993), assevera que a diferença de destaque está na forma e/ou constituição do poder, sendo que para política é resultado de uma decisão de poder ratificado, legitimado. Com isso as tessituras “não se desfazem, não se apagam”, enquanto para a econômica resulta de um poder de fato.

Os elementos que caracterizam e constituem as tessituras, em especial nas formas que ora apresentamos, em certa medida, relacionam-se com as questões que envolvem as regiões turísticas do Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil. Desta forma, acreditamos ser atinente considerarmos tal relação, na qual

⁶⁷ Superfícies, pontos e linhas compõem o “Sistema Territorial” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

⁶⁸ Em Raffestin (1993, p. 164) apresenta uma atenção especial aos limites e fronteiras, para tanto, “entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites. Toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota.”

pese a discussão deste programa de Estado nos próximos capítulos, quando ao tratarmos e o relacionarmos com os demais “elementos que revelam a organização territorial” (RAFFESTIN, 1993, p. 155), como nós e redes.

Raffestin (1993) considera como ponto (ou nó), outro elemento estrutural do território, são localizações, podendo ser, desde uma aldeia, a uma metrópole gigante. Alerta-nos ao afirmar: “o ponto pode ser estudado em si, mas então o sacrificamos a uma descrição estática”.

Precisamos estabelecer ao nó uma posição distinta, qual seja: “lugar de poder, ou seja, de centro [...] ou também de referência”. Aquele autor ainda afirma que “O que importa saber é onde se situa o Outro, aquele que pode nos prejudicar ou nos ajudar, aquele que possui ou não tal coisa, aquele que tem acesso ou não a tal recurso etc.” (RAFFESTIN, 1993, p. 155). Ele ainda apresenta que o ponto é a posição do ator; porém, aprofunda ao afirmar que “esses atores não se opõem; agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e assim, criar redes entre eles”. Afirma que “a rede é um sistema de linhas que desenham tramas” (RAFFESTIN, 1993, p. 156).

Para explicar a dinâmica de constituição de “redes de organizações criminosas no Rio de Janeiro”, Souza (2011) aponta outro elemento que passa a agregar além dos “nós”. Este autor considera a existência dos “arcos”, que são responsáveis pela “costura” que conecta os “nós” (2011, p. 93).

Ao reportar-se à relação de fronteira e/ou limites do poder, Raffestin (1993, p. 169), assinala a existência de uma polaridade, que surge na “manipulação constante” da continuidade *versus* descontinuidade, em uma estrutura do poder que conduz a “assegurar ora a descontinuidade, criando novos limites”, configurando, assim, uma trama do poder paradoxal, que fazem parte do “jogo de reprodução social: produção, troca, consumo”, que na perspectiva de Raffestin (1993, p. 170), seria, “nada mais do que a territorialidade, pois os limites são vividos, consumidos”.

Raffestin (1993, p. 53) utiliza Foucault na tentativa de explicitar o poder, dado pela importância deste autor nos estudos desta temática. Em especial, por conta das suas proposições, que não definiam o poder, “mas são mais importantes que uma definição uma vez que visam a natureza do poder”.

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis

pontos;

2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

As tramas das relações sociais de poder do fenômeno socioespacial complexo do turismo, ou seja, entre os seus agentes sociais, conforme já apresentado, podem manifestar ações dialogadas, negociadas, de consenso com as diferentes dimensões territoriais apontadas por Foucault (relações econômicas, relações ambientais, etc). Porém, podem ser conflituosas, fruto de tensionamentos distintos, disformes e/ou heterogêneos, como apontado por Saquet (2013): “as territorialidades contêm conflitos, contradições, lutas de classes”. Este autor afirma que a territorialidade, numa síntese mais ampla, “é entendida como identidade, processualidade, mobilização, organização e luta política em favor do povo da preservação ambiental”.

Importante fazermos algumas ressalvas ao conceito de territorialidade de Saquet (2013), pois o fator motivador das ações, mobilizações e organização social no objeto empírico da tese, como veremos no próximo capítulo, foi o elemento econômico. Oliveira Neto (2017) traz grandes contribuições ao pensar a perspectiva do território de Milton Santos, em especial quando trata as questões econômicas, que acabam ditando as regras nos/dos territórios.

Os efeitos observados no território indicam, parafraseando Santos (2002), uma disputa entre o chão e o cifrão. No primeiro, há diversas lógicas econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais que entranhadas ao território constroem as bases de reprodução da sociedade. Na segunda, pensada tomando o subsistema econômico como o (des)estruturador de todos os demais e incluindo uma lógica despótica e tirânica nos territórios, temos o dinheiro como o motor e quase como um ator que usa a tudo e a todos ao seu bel prazer, sendo um desencadeador de ações e racionalidades (OLIVEIRA NETO, 2017, p. 26).

Dado este elemento motivador de destaque, bem como, ainda analisando as proposições de Foucault, em especial no que diz respeito às questões que envolvem a relação poder e resistência, precisamos dimensioná-las, pois muitos processos

advêm de uma ação reativa, ou seja, a resistência como reação aos elementos constituintes das forças das relações entre os agentes sociais.

As ações dos agentes sociais configuram e estruturam as tramas territoriais para o turismo. Para a manutenção do *status quo* destes agentes, em especial, do Mercado e do Estado, acabam utilizando estratégias de resistência, ou territorialidades, como veremos no próximo capítulo, sobre a construção das estratégias políticas de ação (MONDARDO, 2012) e das “geometrias de poder” das relações espaciais (MASSEY, 2008)⁶⁹.

Ainda sobre as questões que envolvem a relação social em Raffestin (1993, p. 147), verificamos a sua “complexidade”. Desta feita, o autor adverte-nos da importância da abordagem relacional ser compreendida como relações multilaterais entre os agentes sociais, “que comunicam suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico⁷⁰”.

As relações advindas pelos agentes sociais devem ser entendidas à luz das intencionalidades, abrindo um campo vasto de possibilidades de relações, sejam diretas e/ou indiretas. Inspirado em Raffestin (1993), podemos considerar que os agentes sociais, “podem decidir ‘construir’ vários tipos de tessituras e articular todos os pontos, ou somente alguns, em redes”. Desta feita, podem ser estabelecidas “tantas ‘imagens territoriais’ quantos objetivos intencionais diferentes houver” (RAFFESTIN, 1993, p. 148), sendo que da mesma forma, o autor, também, nos alerta do fato do não estabelecimento destas relações/ligações, para tal, dá o nome de “sistema de disjunções”.

Levando em consideração o fenômeno socioespacial complexo do turismo, em especial no que se refere às relações multiterritoriais (HAESBAERT, 2007), multidimensionais, por meio dos seus agentes sociais (FRATUCCI, 2008), propomos um esquema de análise que denominamos: “Problemática relacional entre os agentes sociais do turismo,” ousando complexificar o esquema proposto por Raffestin (1993) (Figura 29).

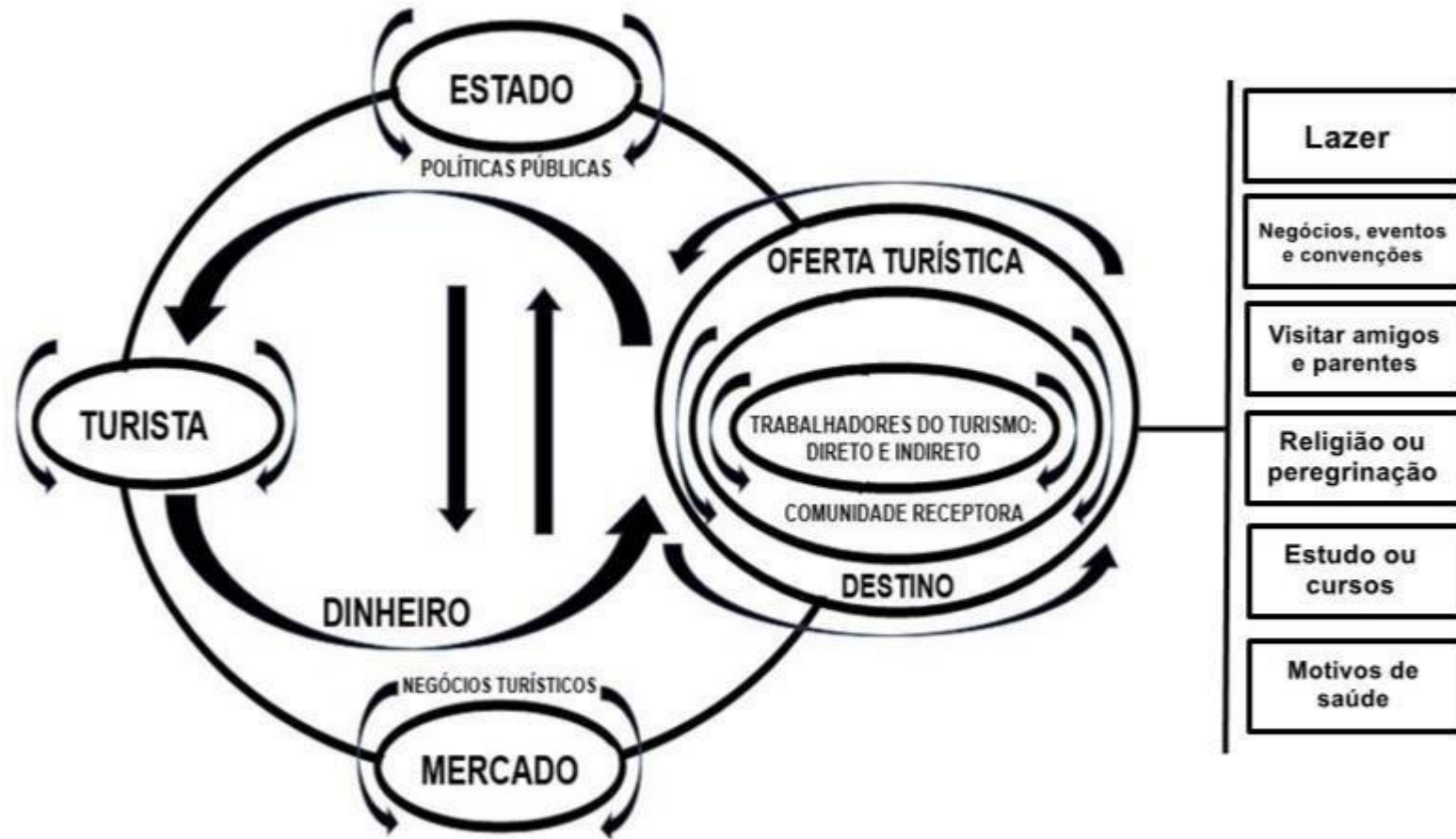
Para que compreendamos o esquema supracitado, precisamos apontar, ou em certa medida, ponderar algumas questões: trata-se de uma perspectiva esquemática

⁶⁹ Preferimos abordar a temática “geometria do poder” (MASSEY, 2008) à luz das escalas geográficas, tal como propôs Mondardo (2014).

⁷⁰ De acordo com o Dicionário Michaeli, “sêmica” (FILOL) “Qualquer sistema de sinais que sirva para transmitir o pensamento”.

da problemática relacional e, principalmente, multilateral. Ou seja, a complexidade de representar as relações advindas de uma estrutura social, material e imaterial como ocorre no turismo é sobremaneira difícil. Com isso, os agentes sociais do turismo estão interconectados, pois estamos considerando que cada agente pode ocupar (ou ocupam) diferentes posições nesta trama, como por exemplo, o Estado, entendido como Poder Público, está presente em diversas dimensões escalares, seja a nacional, estadual e municipal. Assim, estamos considerando que o Estado, também, está presente nas comunidades receptoras de forma física, bem como, ele se faz presente por meio das Normas, Leis (do Turismo) que incide de forma direta na perspectiva do Turista, seja ele no espaço emissor, ou se apropriando, mesmo de forma fugidia do destino turístico.

Figura 31 – Problemática relacional entre os agentes sociais do turismo.



Fonte: o autor, a partir de Fratucci (2008) e Raffestin (1993). Arte: Bruno Vicente Campos

No que se refere às relações entre os turistas, lembrando que não estamos considerando estes sujeitos sociais como sendo um grupo uniforme, como outrora apresentado, com o destino turístico, devemos lembrar que neste local encontra-se a comunidade receptora e os trabalhadores diretos e indiretos do turismo. Nesta relação, conforme demonstrado no esquema, fica clara a relação capitalista do fenômeno socioespacial complexo do turismo, pois para que possam utilizar da oferta turística dos destinos, precisa por meio de recursos financeiros e, posteriormente, pelo deslocamento físico, até a localidade para fazer uso da oferta turística, que no esquema, estamos considerando as principais motivações de viagens de turistas internacionais para o Brasil⁷¹, apenas como caráter hipotético, podendo ser outras múltiplas motivações e ofertas turísticas.

Quanta a relação Estado X Mercado, entendendo que cabe ao primeiro, através das suas dimensões multiescalares, a coordenação de “ações e políticas a partir de uma lógica zonal de ordenamento de todo território sob a sua jurisdição” (FRATUCCI; MORAES; ALLIS, 2015, p. s/n). Porém, quando se trata das questões que envolvem o capital financeiro, esta relação passa a ter outras lógicas, que enseja contradições, pois precisamos considerar a cooptação dos governos aos interesses do mercado, como veremos a seguir, no objeto empírico da presente tese.

O duelo entre o interesse público e o interesse privado é constante e regula as ações desse agente social que, a princípio, deveria assumir a regulação de todos os processos de apropriação do espaço para o turismo (FRATUCCI; MORAES; ALLIS, 2015).

Ainda sobre as relações, importante denotarmos que tal abordagem nos remete à leitura preconizada por Galvão (2013, p. 17) ao compreender o território, como sendo, “dessas categorias de análise social que tornam explícitos os embates, as diferenças e as tensões que permeiam as relações sociais”.

Nessa perspectiva, acreditamos ser pertinente registrar acerca da pluralidade de relações, dado por meio dos agentes sociais, ou seja, o “jogo multilateral dos múltiplos atores em causa” (RAFFESTIN, 1993, p. 148). A par disso, reconhecemos e distinguimos as articulações em trama, por meio das tessituras, dos nós e das redes; bem como, reconhecemos o papel protagonista do capital, como fonte de energia para a manutenção e articulação dos agentes esta relação. Raffestin (1993, p. 148-149)

⁷¹ Cf. Tabela 1. Motivação de viagens de turistas internacionais 2016 (nesta tese).

assevera que “não deixa de ser verdade que os atores revelam, quando agem, uma espécie de axiomática subjacente. Tudo se passa como se as ações se deduzissem umas das outras.” Desta forma, aponta os seguintes axiomas:

1. Toda superfície é passível de ser “tecida em malhas”;
2. Esse sistema de malhas não é único;
3. Pode-se estabelecer ao menos um caminho entre dois pontos dessa superfície;
4. Entre três pontos dessa superfície, pode-se estabelecer ao menos uma rede.

Outro elemento de destaque em Raffestin (1993, p 32), é a incorporação desta lógica acerca da relação das trocas materiais e imateriais, pois conforme asseverou o autor, esta relação “é repetida *ad infinitum* e reproduzido em todas as manifestações da vida cotidiana”.

No que se refere à materialidade e a imaterialidade das relações e suas trocas, importante fazermos duas observações que acreditamos ser pertinentes para a compreensão das tramas de poder para o turismo, respectivamente:

Da **materialidade**: As relações advindas pelos agentes sociais, conforme apresentado no esquema da Problemática relacional entre os agentes sociais do turismo, precisam, também, ser pensadas à luz do entendimento que o espaço possui uma materialidade, como apontou Turra Neto (2015, p. 54),

a própria materialidade, tal como está formada por objetos alocados e colocados em relação pelas ações, pode ser pensada como uma estrutura que coloca um conjunto limitado de possibilidades, ou mesmo induz, a ação formadora de espaço de relações entre sujeitos e destes com os objetos.

Os agentes sociais do turismo estarão se confrontando e se relacionando, mediados também, ou em especial, pela materialidade do espaço. Esta materialidade condiciona a formação das tramas territoriais, bem como, a produção de outras (novas) materialidades. Tais apreensões corroboram com a perspectiva de Turra Neto (2015, p. 54) quando ele afirma que “[...] estamos no campo dos agentes econômicos, cuja ação produz o espaço na sua materialidade produzida, nas suas próprias ações fundadoras de espaço”.

Ao estabelecermos uma leitura das tramas territoriais, importante termos a clareza que estamos tratando de agentes sociais, em sua quase totalidade, ligados a

uma lógica do capital, em especial dos agentes econômicos, com suas intencionalidades.

Desta feita, importante apontarmos que as relações entre o Estado e o mercado podem se estruturar sob uma lógica dialética, que nas palavras de Galvão (2013, p. 17) são “as relações entre as determinações de estado e de mercado operam como um pêndulo, existindo momentos em que se está exacerbadamente sob a égide de um tipo de regulação, ora de outro”. Em meio a isso, Farias (2010, p. 54) afirma que “o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, de suas contradições, de construções, mas também, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material”.

Da **imaterialidade**: Raffestin (1993, p. 37) assevera que não podemos imaginar a existência somente da troca material, que nas palavras do autor “isso não procede, uma vez que a troca pode ser também verbal, ou seja linguística”. Nesta perspectiva, o autor considera a língua como sendo resultado do trabalho humano, ou seja, “um produto que se troca e que é, em consequência, objeto de relações”.

Desta feita, por meio da aplicação do formulário de entrevista ao Diretor Presidente da FUNDTUR/MS, podemos verificar elementos importantes para a compreensão da configuração territorial do turismo e a conformação dos seus sujeitos, em especial quando questionado: “Quais os principais sujeitos e/ou agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento e na estrutura do Programa de Regionalização do Turismo nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?”.

O Diretor da FUNDTUR, referindo-se a Região Pantanal aponta:

[...] o Pantanal ainda precisa organizar melhor a sua governança, as instituições ainda estão precisando ter uma atuação mais institucional de fato... existem poucas, há diferenças, por isso que nós vamos tentar unificar os dois [*fazendo referência as duas regiões*], olhando para o mesmo mercado, quem sabe a gente consegue fomentar outras instituições regionais a partir disso... é um teste, que eu nunca tinha visto, a gente tá testando, depois de experiência que eu tive aí em vários outros estados, vamos ver trabalhar duas regiões focando no mercado, porque a partir da ótica do mercado eles vão se alertar para outras questões que são tão importantes quanto, as questões sociais, ambientais, elas vão depois podem atravancar, podem servir de alerta para que eles tenham que olhar para estas questões. (ENTREVISTA REALIZADA COM O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE TURISMO – FUNDTUR/MS, em 20 de setembro de 2018).

Percebemos que o Diretor Presidente da Fundação de Turismo do MS (FUNDTUR/MS), representando o Estado, de forma emblemática acaba advogando para as demandas do turismo por meio da lógica do Mercado. O Estado ao eleger o Mercado, por meio de uma classificação de prioridades, nos revela sua escolha. Tal situação faz-nos pensar na perspectiva apresentada por Ruiz (2004, p. 27) quando aponta que “toda classificação é um construto social que define o campo do admissível e do rejeitável. Definindo, classifica-se; classificando, separa-se; separando, rejeita-se”.

Ruiz (2004, p. 27) afirma ainda que “a tecnologia da separação discursiva tem profundas ressonâncias políticas”; afinal, eleger o campo de prioridades de atuações denunciam as escolhas realizadas, bem como, e principalmente, a não predileção dos outros agentes produtores do turismo.

Diante disso, é importante considerar que a ausência destes agentes, dialoga da mesma forma que ao citar as preferências pelo Mercado, ou seja, não constar na classificação do Estado é um texto a ser interpretado na lógica da configuração política do turismo no objeto empírico da presente tese.

Adichie (2009) em “O perigo de uma história única” traz luz para o debate, em especial ao tratar das suas “escolhas” e, destas, com o poder:

[...] a maneira como são contadas, quem as conta, quando as contam, se são contadas ... tudo isso realmente depende do poder. Poder é a capacidade não apenas de contar a história de outra pessoa (*ou de não contá-la/considerá-la*), mas de convertê-la na história definitiva dessa pessoa. (ADICHIE, 2009, 18-19, Grifo nosso).

A distinção do Estado pelo Mercado, bem como, responsabilizá-lo para as demandas sociais, ambientais, apontam para o polo dialético da separação; a rejeição, como anteriormente citado por Ruiz (2004), ou seja, por meio dela podemos entender a voz dos silenciados, ou dos marginalizados pelo sistema.

Utilizando a abordagem de Soares (2019), verificamos que não se trata de sujeitos essencialmente marginais; mas, sim de sujeitos que foram marginalizados mediante processos de interesses econômicos.

Na esteira da perspectiva que coloca os atores na condição de marginalizados, silenciados, subordinados, à luz do fenômeno socioespacial complexo do turismo, recorreremos a Milton Santos e Paulo Freire na tentativa de compreender a condição dos atores e suas relações de desumanização e de opressão, sejam elas presentes

em diversas dimensões (sociais, políticas, econômicas etc.); com destaque às leituras do “espaço do cidadão” e da “pedagogia do oprimido”, em Santos (2002) e Freire (2011), respectivamente, bem como, da leitura sociológica do turismo, na perspectiva do papel da população autóctone dos destinos turísticos, denominados de “viajados”, fazendo uma contraposição aos “viajantes” de Krippendorf (1989)⁷².

No bojo do fenômeno socioespacial complexo do turismo, em uma abordagem ancorada nos agentes sociais, podemos verificar que os atores acabam sendo posicionados de diferentes formas, sejam de consumidores do turismo, com destaque para os turistas, e no estado de silenciados, alijados, não partícipes do processo de planejamento do turismo. Vemos as comunidades das áreas receptoras, “viajados”, que nas palavras de Fratucci (2008. p. 89), “não há espaço para a opinião do viajado: o “nativo está mudo” e sua voz é praticamente inaudível”.

Para que compreendamos a perspectiva atribuída aos turistas, como consumidores, Santos (2002, p. 41) aponta que:

o consumidor não é o cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos: a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão status. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes e as diversões pagas; ou de bens conquistados para participar ainda mais do consumo, como a educação profissional, pseudo-educação que não conduz ao entendimento do mundo.

Nesta abordagem percebemos que o turista é colocado na condição de consumidor. Diante disso, “em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (SANTOS, 2007, p. 13).

Freire (2011) entende a sociedade como um tecido fragmentado por um par dialético: opressores e oprimidos. O primeiro grupo formado por pessoas de alto poder aquisitivo, detendo os meios de produção do capital; em contrapartida, os oprimidos,

⁷² Importante denotar que Krippendorf (1989) e Fratucci (2008) apontam que ao classificar toda a população local como um agente único frente ao turismo é incorrer no risco de homogeneizar um grupo de agentes sociais diversificados e, até antagônicos para algumas questões. Fratucci (2008) assinala que Krippendorf (1989) nos seus estudos sociológicos do turismo, propôs dividir os “viajados” em cinco categorias: 1. aqueles que estão em contato direto com os turistas (os trabalhadores do setor); 2. os empresários de empresas turísticas locais e de outras empresas que indiretamente dependem do turismo; 3. Os habitantes que, mesmo mantendo contatos diretos com os turistas, não dependem totalmente deles para obterem seus ganhos; 4. Os habitantes que não mantêm nenhum contato com os turistas; 5. E os políticos e governantes que vêem no turismo a oportunidade de elevação do nível de vida, deles e da população local.

na sua grande maioria, pessoas de pouco nível educacional, de baixa renda e acesso a precários serviços públicos.

Para que possamos compreender a relação dialética dos atores apresentados por Freire (2011), distingui-los é fundamental: “para os opressores, o que vale é ter mais e cada vez mais, à custa, inclusive, do ter menos ou do nada ter dos oprimidos” (FREIRE, 2011, p. 63).

Ao verificarmos as relações engendradas pelos diversos atores envolvidos no fenômeno socioespacial complexo do turismo, nota-se que as relações econômicas sempre aparecem em destaque. Vale destacar que mesmo considerando a dimensão econômica, teremos rebatimentos nas outras vertentes (sociais, políticas etc.), de forma direta e/ou indireta.

Fratucci, Moraes e Allis (2015, s. p.) apontam que “mesmo se focarmos esse fenômeno pelo olhar míope da sua importância econômica, percebemos ser necessário ampliarmos nosso entendimento do que seja realmente o território do turismo”, que em certa medida, tais questões proporcionarão a possibilidade de “construções de políticas mais viáveis e abrangentes para o ordenamento e o desenvolvimento do setor”.

A representação esquemática nos traz elementos importantes para a análise e reflexão acerca da abordagem relacional pelos agentes sociais do turismo. Principalmente, ao considerarmos a lógica das trocas, sejam elas, material e/ou imaterial, pois, tomada as devidas proporções do “campo operatório da relação”; bem como, das questões apontadas no capítulo anterior, o turismo se realiza pela dinâmica do movimento/deslocamento, mobilizado pelas motivações inúmeras (de cunho cultural, de natureza, etc.).

Como podemos verificar ainda, por meio do esquema, na relação horizontal (turista – comunidade receptora) temos a base da existência do turismo, ou seja, como apontada e, também, problematizada nos diversos modelos do espaço turístico no capítulo anterior, quais sejam, a lógica fundante do fenômeno do turismo (origem – ligação – destino). No que se refere à relação da troca entre os turistas e a comunidade receptora, esta relação se dá da seguinte forma: os turistas, por meio do dinheiro⁷³,

⁷³ A recomendação dada por Raffestin (1993, p. 36) é pensar “o dinheiro, invenção preciosa” e sua forma de compreensão da lógica da “matematização da mercadoria”. Nesta perspectiva, cita Galileu e Descartes, para explicar que “a natureza se torna o objeto de domínio, no sentido moderno, desde o momento em que se presta à matematização.” Sobre esta relação da mercadoria e o turismo, conferir em Ouriques (2005, 2007).

buscam no destino turístico, os usos da natureza ou o uso cultural, sendo mediado pelo mercado.

Na relação vertical (Estado – Mercado), temos as relações territoriais, com suas devidas territorialidades, com destaque para as dimensões políticas e econômicas. No esquema, há uma distinção na localização do Estado, bem como, do Mercado, seguindo a abordagem esquemática elaborada por Raffestin (1993). Vale destacar, que tais posições são apenas em caráter de apresentação didática, pois como sabemos, o Mercado e o Estado, “presente pelas regras, as leis, os códigos” regulamentadores, no caso da presente tese, responsável pelas políticas públicas de Turismo, em especial, do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), permeiam todas as relações sociais dos agentes produtores do turismo.

Vale apontarmos a existência de outras possibilidades de análise relacional entre os agentes produtores do turismo. Há que se considerar, também, as múltiplas relações entre os agentes produtores do turismo nas diferentes escalas geográficas, bem como, em diferentes escalas temporais.

Nesta perspectiva, Souza (2011) apresenta elementos importantes, ao problematizar o território, que nas palavras do autor:

A questão primordial, aqui não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. (SOUZA, 2011, p. 78).

Desta forma, considerando as questões apresentadas, Souza (2011, p. 79) aponta algumas questões necessárias para a compreensão do território, quais sejam: “quem domina ou influencia e como domina ou influencia este espaço?”

Os questionamentos apresentados por Souza (2011, p. 95), nos remetem aos agentes produtores do fenômeno socioespacial complexo do turismo, que com territorialidades distintas, abrangem, também, na perspectiva de Fratucci (2014), “territorialidades superpostas de cada grupo de agentes sociais envolvidos nos seus processos produtivos, onde temos interesses, expectativas e subjetividades específicas que ora se complementam, ora se contrapõem”, que ainda nas palavras deste autor, tais características, compõe “o jogo do turismo”.

Desta forma, ao evocarmos a perspectiva de Souza (2011), em especial ao relacionarmos ao fenômeno socioespacial complexo do turismo, julgamos ser

interessante, também, trazer à baila, os pares dialéticos. Assim, nos questionamos: quem é dominado ou influenciado? Pois por detrás desta aparente obviedade, existe o caráter relacional constituinte na categoria território, bem como, para constatar os outros novas possibilidades, não reducionistas/não estanques, ou seja, dando uma (nova) conformação dinâmica, e principalmente espacial e temporal e, novamente, nos questionamos: quem domina ou influencia agora?

No que se refere ao “jogo do turismo” Fratucci (2009) aponta que os agentes supracitados “compõem um complexo feixe de relações que se refletem nos espaços turísticos, dando-lhes uma dimensão espacial marcada pela descontinuidade territorial e pela intensa mobilidade”. Desta feita, precisamos compreender a lógica da constituição dos espaços turísticos e seus rebatimentos e/ou implicações específicas para as políticas aplicadas ao fenômeno socioespacial e, principalmente complexo do turismo.

3.3 Turismo e descontinuidade territorial: por uma abordagem dos territórios-rede

Conforme apontou Fratucci (2009), no que se refere à dimensão espacial marcada pela descontinuidade territorial, o autor aponta fatores importantes para a sua produção, ou seja, que eles são “estruturados em malhas de pontos e linhas mais ou menos densas”, remetendo à lógica de apropriação territorial zonal e, em especial, a reticular.

A constituição dos territórios e das territorialidades turísticas visa atender uma compreensão das zonas e redes.

A ênfase imposta pelo regime de acumulação flexível que caracteriza o atual estágio do capitalismo, nos fluxos de capital, mercadorias e de informações, nos leva a assumir as redes como um recurso metodológico e analítico mais apropriado para a organização espacial dos territórios apropriados para o turismo. (FRATUCCI, 2009, p. 394).

Raffestin (1993, p. 156) traz luz para a análise e entendimento da rede, ao considerar que “uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas”. Raffestin (1993, p. 157) assevera que “toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes”.

A noção de rede foi sendo apropriada nas ciências sociais, tendo como princípio a conectividade/ligação (SCHMITT, 2011; VIDEIRA, 2017), “os nós das redes são os

lugares de conexão, de referência, de exercício do poder que serão solidarizados, unidos pela conexão das redes” (VIDEIRA, 2017, p. 370). A imagem de um sistema composto por nós e fluxos é, frequentemente, evocada como metáfora, no esforço por construir representações capazes de dar conta da complexidade do social. (SCHMITT, 2011, p. 89).

Beni e Cury (2012, p. 488) distinguem as redes “como uma nova forma de relações e articulações do processo produtivo cooperado no mundo globalizado”. Tais características nos remetem às estruturas do território, ou melhor, da multiterritorialidade turística no objeto empírico da tese, em especial no que concerne as abordagens territoriais por meio das “estruturas de redes” (“de comunicações financeiras, de cartões de crédito, de reservas de transportes e meios de hospedagem, enfim, dos serviços via web (BENI; CURY, 2012, p. 489).

Precisamos acrescentar a esta lógica das “redes técnicas de infraestrutura ou, mais simplesmente, redes técnicas” e incorporar às relações sociais, as redes de articulações e/ou relacionamentos entre os agentes sociais do turismo, conforme apontou Videira (2017, p. 374), “as redes se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e outra, onde é também levado em conta o dado social”.

Em uma perspectiva da gestão de negócios, ou ainda, ao tratar da temática da cooperação em rede para a atividade turística, Teixeira (2012) aponta que uma das principais características do atual ambiente organizacional, tem sido a necessidade de as empresas atuarem de forma conjunta para aumentar a eficiência de suas ações. Tais prerrogativas estão sendo utilizadas pelo Estado, bem como pelo Mercado, no que se refere à implantação de associações no Pantanal e em Bonito/Serra da Bodoquena.

Zaparoli, Souza e Elesbão (2017) em “Redes e Governança na Regionalização do Turismo Rural na Serra Gaúcha, Brasil”, analisaram o papel e funções das estruturas de governança na rede de consórcios e associações na regionalização do turismo rural naquela região. Para tanto, identificaram a governança regional como importante instância de mediação entre público (Estado) e privado (Mercado), reforçando o trabalho em rede e a gestão compartilhada como elementos essenciais no desenvolvimento regional do turismo rural.

No que se refere à descontinuidade territorial, Haesbaert (2011) e Souza (2011) entendem, também, como sendo territórios-rede. Com isso, passam a “não depender

de uma contiguidade física/areal” (CANDIOTTO; SANTOS, 2015, p. 324).

Beni e Cury (2012, p. 492), realizam a abordagem da descontinuidade territorial à luz do turismo. Para tanto apresentam o conceito de território, como sendo: “(...) o conjunto de relações sociais, as forças, as organizações, as instituições, a vivência, o poder, a continuidade, a igualdade e a descontinuidade”.

A abordagem sobre a “descontinuidade territorial” no turismo, foi também realizada por Boullón (2002)⁷⁴, Fratucci (2009), bem como, em Ruschmann (1990, p. 67), principalmente, no que se refere ao planejamento territorial do turismo. Esta autora considerou a composição, ou melhor, as características físicas das atrações turísticas. Desta forma, indicou a existência da descontinuidade territorial, “pois mesmo que estejam próximas, e pouquíssimas vezes agrupadas, na maioria dos países que possuem uma grande quantidade de atrações naturais, notam-se grandes áreas do território que não apresentam nenhum atrativo”.

Tomando as características do território, principalmente no que se refere à noção de “descontinuidade territorial”, e seus rebatimentos nas políticas públicas de turismo), Ruschmann aponta críticas aos “critérios de regionalização das atrações”. Assim, cita Boullón⁷⁵:

não se pode recorrer as técnicas de regionalização para proceder sua delimitação porque, de acordo com elas, seria preciso abranger toda a superfície do país ou da região em estudo, e caso isso fosse feito, grandes superfícies que não são turísticas figurariam como turísticas, cometendo-se um erro. Isso significa que regiões turísticas não existem. É precisamente para substituir a ideia de região turística que desenvolvemos a ideia de espaço turístico. (BOULLÓN, 2002, p. 79).

Para a compreensão das questões advindas da descontinuidade territorial, e seus rebatimentos para a formação das regiões turísticas, criticadas por Boullón, vale verificarmos outra concepção de território, para que compreendamos a dinâmica espacial do turismo.

Saquet (2007, p. 24) faz uma análise do conceito de território em que coaduna com duas perspectivas de análise importantes: 1) Ligada as questões da (des)continuidade territorial; bem como, 2) Em uma abordagem integradora entre as

⁷⁴ Vale destacar que para Boullón (2002) a descontinuidade dependerá do recorte escalar que tivermos adotando para os nossos estudos.

⁷⁵ Boullón (2002, p. 79) op. cit. p. 09.

dimensões sociais (HAESBAERT, 2004), apontando:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura, ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações e poder; diversidade e unidade.

Na concepção de Beni e Cury (2012), o conceito de território possui características como apontado pelos autores, “diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza)”. Com isso, o território passaria a desempenhar um pouco “o papel que cabia à região segundo o grande conceito integrador na perspectiva da geografia clássica”.

As perspectivas apontadas por Beni e Cury (2012), bem como, as questões da “descontinuidade territorial”, corroboram para a escolha do território como categoria geográfica da presente tese, principalmente, à luz do escopo conceitual da rede e do poder constituinte nesta categoria, considerando, também, a noção de região, que nos termos dos autores, “como fundamental na análise geográfica das hierarquias que promovem os fluxos no espaço”. Estes autores ainda inspirados na força esclarecedora de Rochefort (1980, p. 61), “mesmo que o autor considere que a definição de região tenha sofrido uma falência parcial”. Ainda, nestes termos:

os geógrafos procuraram definir região pelo conteúdo do espaço, no interior de limites determinados, considerando as características, conteúdo que se exprime mais ou menos por certa homogeneidade de paisagem. Essa concepção conduz a certo número de impasses no esforço empreendido para instituir unidades válidas, caracterizadas por certa homogeneidade das atividades de produção que neles se localizam. *O conceito de território, portanto, é o mais apropriado para o estudo em função das representações estabelecidas pelas populações.* (BENI; CURY, 2012, p. 491, Grifo nosso).

Ainda no que tange da recomendação do uso do território por Beni e Cury (2012), bem como, verificando as especificidades desta perspectiva pelos autores, interessa-nos reconhecer a escolha e apontar outras novas justificativas. Para tanto, indicamos a perspectiva desenvolvida por Haesbaert (2004, s. p.), quando aponta que “o território manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma

multiterritorialidade”, ou seja, que é utilizado para pensar, também, os diferentes tipos de territórios, organizados em várias escalas

Desta maneira, a compreensão do território sob a lógica das relações sociais do turismo configuraria uma trama de poder. Para tanto, podemos sistematizar, ainda que de forma embrionária, alguns elementos que o constituem, e que farão coro na geometria de poder à luz da múltipla escalaridade geográfica tratadas no próximo capítulo:

1. Inspirado em Massey (2000 e 2008) entendendo que a trama de poder iniciaria no encontro de múltiplas trajetórias, “em múltiplos poderes (ou “governanças”) quanto em múltiplas identidades (em espaços culturalmente mais híbridos)” (HAESBAERT, 2007, p. 43);
2. Reconhecimento das tramas distintas: “jogo entre micro e macro poderes” (múltiplas dimensões);
3. Entendimento de múltiplas intencionalidades (territórios e territorialidades),
4. Destaque para as características atinentes a territorialidade: práticas de luta e resistência;
5. Articulação/Interação: No que se refere a materialidade e a imaterialidade das relações e suas trocas, ou seja, relações entre os diversos agentes sociais, em uma perspectiva multiescalar.

4 “[...] TANTO A MOBILIDADE QUANTO O CONTROLE SOBRE ELA REFLETEM E REFORÇAM O PODER”⁷⁶: TURISMO E DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL

A política é a arte de conciliar os interesses próprios, fingindo conciliar os dos outros (Menotti del Picchia).

Considerando a multiescalaridade espaço-temporal distintas do fenômeno complexo do turismo, com a sua multiplicidade de agentes, bem como, destacando que ele possui rebatimentos socioespaciais que, de certa forma, possibilita o estabelecimento de políticas públicas ou privadas (que em certa medida poderão vir a reverberar nas políticas ditas públicas) direcionadas para o bom desenvolvimento desta atividade, como veremos nas localidades estudadas na presente tese.

Araújo (2012), Vainer (2003) e Brandão (2012), trazem questões a serem pensadas/analizadas à luz das políticas públicas que, em certa medida, corroboram para a análise dos elementos territoriais do fenômeno turístico, dado em especial, por sua característica multiescalar, como veremos ainda neste capítulo.

Importante apontarmos que a combinação das ações/relações e interações de todos os agentes sociais/produtores⁷⁷ no “jogo dialógico do turismo contemporâneo” (FRATUCCI, 2009) no tempo e no espaço, tem sua territorialidade mais facilmente perceptível na microescala local, bem como na estadual e regional. Nesta perspectiva, “a escala temporal⁷⁸ e espacial varia dependendo do sujeito – ou dos sujeitos – que está acionando/interagindo e, por extensão, tencionando” (MONDARDO, 2014, p. 186) de acordo com (e/ou para atender) sua(s) necessidade(s) e interesse(s).

Para que possamos compreender as dinâmicas que integram o fenômeno do turismo, em especial, no que se refere a uma lógica territorial ou “multiterritorial” (HAESBAERT, 2004), é necessário incluir nesta análise a premissa da categoria território, isto é, dado pelas “relações de poder” (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2011), que, ora são constituídas pelos diferentes agentes sociais/produtores, que atuam e/ou

⁷⁶ Trataremos ainda neste capítulo sobre as “geometrias do poder” e as questões acerca da mobilidade e controle, presentes em Massey (2000, p. 180) que em certa medida, corrobora para pensarmos acerca do turismo.

⁷⁷ Cf. capítulo 3.

⁷⁸ Cf. Saquet (2011) em “Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial” e Massey (2008) em “Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade”.

fazem parte do espaço turístico; considerando que os mesmos ocupam concomitantemente diversas escalas espaciais e temporais que, de certa forma, necessitaria de uma perspectiva de análise orientada no que Massey (2000, 2008) dá o nome de complexa “geometria do poder”⁷⁹; que é produzida pela articulação/mobilização entre os diferentes sujeitos, em “uma arena política com forças distintas” (MONDARDO, 2014), considerando a característica assimétrica, tanto da perspectiva escalar temporal e em diferentes níveis de escala espacial.

4.1 “A produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa”

No que se refere às escalas, vale apontarmos alguns elementos importantes para o seu entendimento. Dorfman (1995, p. 99), em “As escalas do território e sua articulação: uma revisão,” entende que “a escala poderia dar a resposta a questionamentos sobre a maneira de compor uma visão/sentimento que superasse a divisão entre conceitos e noções, teoria e prática.” Uma possibilidade para a ocorrência de tal fato, segundo a autora, seria o de instituir uma análise que perpassasse a questão espacial do cotidiano, facilitando, assim, o uso de construções de análises teóricas.

Nestes termos Dorfman (1995), nos convida a explorar novas leituras escalares, que, em certa medida, coaduna com as perspectivas de Smith (2000, p. 144), ou seja, a de compreender a escala como elemento que engloba “a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social tem lugar”.

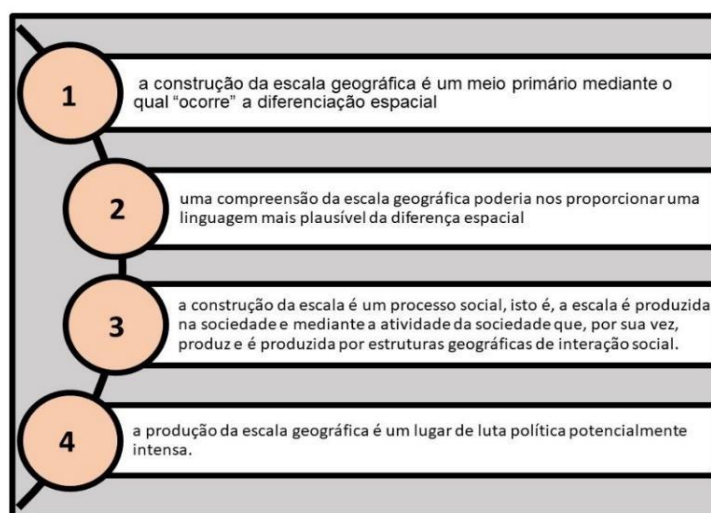
Exemplificando, [1]. me angustiava bastante pensar que o estudo do Estado não me valia muito na hora de interpretar e agir sobre o país do Brasil. Parecia-me que a fusão das duas ideias estado e país se faria através dos sistemas escalares, uma espécie de chave do tamanho – que é por sua vez, uma lembrança de infância, originada nas leituras de Monteiro Lobato – que proporcionasse uma fluidez entre macro e micro, entre generalização e caso particular, entre interpretação e ação. Na verdade, eu buscava um método, quase

⁷⁹ Vale considerar, que segundo Mondardo (2014) a ideia de “geometria de poder” foi elaborada por Massey (2000) para analisar, dentre outros elementos, como o conceito de “compressão espaço-temporal” de Harvey (1992) “precisa de diferenciação social”. Para a autora, a geometria de poder ajuda a problematizar como os diferentes sujeitos e grupos sociais se inserem de maneiras muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões associados ao fenômeno da compressão espaço-temporal.

uma receita, para entender o que nos cerca. *Enfim, [2]. parecia que eu descobriria como um lugar está no mundo e o mundo está em mim* (DORFMAN, 1995, p. 99, Grifo nosso).

As questões apresentadas por Dorfman (1995), em especial para os dois destaques (Grifos), referem-se: [1]. A abordagem escalar e a interação social, e [2]. Para as questões que envolvem o “lugar” como uma instância dinâmica, entendendo-o “através da prática do lugar, da negociação das trajetórias que intersectam, lugar como uma arena onde a negociação nos é imposta” (MASSEY, 2000, p. 220), como é apresentado, bem como, relacionado com “O uso da escala geográfica como parâmetro de diferenciação espacial”, preconizado por Smith (2000, p. 139), conforme a figura que segue.

Figura 32 – O uso da escala geográfica como parâmetro de diferenciação espacial.



Fonte: Adaptado de Smith (2000)

A abordagem da escala geográfica como processo, estrutura e relação social de Dorfman (1995), em certa medida, relaciona com “O uso da escala geográfica como parâmetro de diferenciação espacial”, em especial a perspectiva de número 3 (três), em que aponta que “a construção da escala é um processo social. Isto é, a escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social”.

Ainda em Dorfman (1995) quando aponta as características do lugar [2], nos remete à abordagem de Massey (2000, p. 178), em especial, quando faz referência ao “sentido de lugar”, sendo aquele “que se adapta a esta era da compressão tempo-espço”, ou seja, em um aspecto relacional, em que é construído a partir das relações

sociais; como um “lugar de encontro” (MASSEY, 2000, p. 184). Nesta abordagem, o lugar é aberto, “que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local”, ensejando assim, uma perspectiva escalar ou “transescalar” (VAINER, 2002), que em certa medida, também se relaciona com as proposições da escala geográfica de Smith (2000, p. 139), com destaque para a de número 2 (dois), em que “uma compreensão da escala geográfica poderia nos proporcionar uma linguagem mais plausível da diferença espacial”.

A abordagem 4, do “O uso da escala geográfica como parâmetro de diferenciação espacial”, em que apresenta que “a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa” (SMITH, 2000, p. 139).

Oliveira (2019, p. 83), corrobora com a perspectiva defendida por Neil Smith, ou seja, entende que “as relações escalares são, inevitavelmente, relações de poder, a escala é tanto um objeto como um meio para as lutas político-econômicas”.

Na esteira do pensamento da escala geográfica como proposição em que estão envolvidos o poder e a política, Rambo e Filippi (2012), em “A abordagem territorial e escalar nos estudos sobre o desenvolvimento rural: uma proposta teórico-metodológica” apresentam grande contribuição aos estudos da escala sob a perspectiva do território. Desta feita, tal como Smith (2000), aponta elementos que consubstanciam o caráter político da escala, em especial, quando ao abordar sobre o saltar escalas, entendendo que “envolve uma política de representação, com grupos locais reformulando os discursos em que suas lutas são constituídas”.

Para compreendermos esta lógica escalar e as relações de poder e política, vemos em Guimarães (2015, p. 90) e Mondardo (2014) grande contribuição. O primeiro autor aponta que “Aqueles agentes que possuem maior mobilidade e detêm o poder de ‘saltar escalas’ são os que podem subverter a ordem estabelecida, definir a agenda das políticas públicas e controlar o Estado”. Já Mondardo (2014), auxilia para que compreendamos questões atinentes a lógica das tramas do poder, em especial, enquanto uma instância política e escalar.

Essa noção política de escala é construída pelos agenciamentos no conflito, da luta e das contraposições situadas em graus diversos de intensidade das relações sociais, desde sua dimensão política, econômica e cultural. A escala política é revelada pela articulação de várias escalas, capacidade de ‘quebra de escalas’ na qual alguns sujeitos exercem o poder para construir redes no sentido de ‘empoderar’ suas lutas e enfraquecer o Outro. (MONDARDO, 2014,

p. 189).

Faz-se necessário antes de prosseguirmos, conferir a distinção entre a escala cartográfica e a escala geográfica, bem como uma análise à luz das articulações territoriais. Para Racine, Raffestin e Ruffy (1983), a diferença se dá, principalmente, em considerar a primeira escala como matemática, a qual “seria a escala da representação enquanto a escala geográfica seria aquela do evento estudado”, respectivamente.

Importante darmos atenção para a diferença entre escala cartográfica, da representação, e a escala geográfica, que seria a dimensão espacial peculiar a uma relação social, ou seja, seria aquela do evento estudado (RACINE, RAFFESTIN E RUFFY, 1983).

Desta forma, destacamos tais diferenciações, tal como fez Dorfman (1995, p. 100) à luz de Racine, Raffestin e Ruffy (1983), ao apresentar a revisão sobre a questão da escala na geografia, por meio de “uma série de postulados”, daqueles autores.

1. A escala condiciona a natureza das observações e a imagem obtida pelas mesmas;
2. A cada atributo se manifesta numa escala espacial específica, requerendo uma teoria compatível e uma adequação do tipo e do grau de generalização dos dados;
3. A agregação e a atomização são falácias;
4. A opção por uma escala é um processo de “esquecimento coerente”, um recorte no conjunto dos elementos reais, de acordo com fins;
5. A escolha de uma escala envolve intenção e ação, já que a nomeação de uma problemática envolve poder, reconhecer ou ignorar a existência de um território (DORFMAN, 1995, p. 100).

Os postulados apresentados por Racine, Raffestin e Ruffy (1993), buscaram afirmar a necessidade de uma problemática explícita ao se iniciar qualquer pesquisa. Os autores afirmam que, trata-se, então, da forma da abordagem que corresponderá atender as demandas a serem investigadas; considerando assim, o espaço onde o mesmo ocorrerá, para então, verificarmos/analísarmos as escalas como elemento teórico-metodológico.

Nos termos de Racine, Raffestin e Ruffy (1993), surge como uma possibilidade precisar “as condições e as manobras necessárias para realizar observações coerentes e para interpretá-las no conjunto de um sistema conceitual explícito” (RACINE, RAFFESTIN E RUFFY, 1993, p. 124).

Sobre os postulados destes autores, no que tange às questões importantes da tese, ou seja, o nível escalar das políticas públicas de turismo, com destaque para os destinos indutores do Programa de Regionalização do Turismo e os seus múltiplos rebatimentos; o saltar escalas do local ao global (e do global ao local), além, é claro, das escalas intermediárias; bem como, a aproximação dos postulados destes pesquisadores; em especial o 1º (primeiro) e o 5º (quinto), que “determinada distribuição de fenômenos pode se apresentar de maneira bem diferente conforme se mude a escala de análise” (BAHIANA, 1986, p. 6), e no que concerne aos elementos constituintes (poder) e suas relações com o território, respectivamente.

Apesar da distinção realizada entre as escalas cartográfica e geográfica, precisamos compreender a indissociabilidade entre as escalas, como adverte-nos Matsumoto e D’Andrea (2018, p. 3827):

A cartografia é um instrumento utilizado para expressar resultados adquiridos pela geografia e vai apoiar a escala geográfica, uma vez que esta exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta forma geométrica, logo, a escala cartográfica e a escala geográfica são indissociáveis

Desta feita, por meio de Matsumoto e D’Andrea (2018, p. 3827), podemos dizer que, em certa medida, considerando o caráter de subjetividade e outras acepções, na escala geográfica terá implícito, ou circunscrita uma escala cartográfica. Porém, o contrário não acontece, ou seja, nem toda escala cartográfica se traduzirá em uma escala geográfica. Os autores ainda afirmam duas grandes importâncias atinentes da escala geográfica:

1. A escala geográfica traz consigo a noção espacial, contudo carrega outros termos, conceitos e categorias geográficas;
2. Está relacionada e permite pensar e olhar para as categorias espaço, região, lugar, paisagem e território, para citar algumas, complementando-as e garantindo-lhes significado.

Souza (2016, p. 181-182) propõe a subdivisão da escala geográfica em três perspectivas, sendo: escala do fenômeno, escala da análise e escala da ação. A primeira estaria circunscrita à abrangência física no mundo de um “suposto objeto real”, que equivaleria, desde a extensão de um rio ao tamanho de um país; no caso dos acontecimentos sociais, seriam aqueles da abrangência dos processos das “dinâmicas essencialmente ‘impessoais’” (a globalização, por exemplo), com destaque

ao caráter não premeditado, mesmo que muitas vezes previsíveis, ou “ainda à abrangência de dinâmicas de ação coletiva programática ou consciente etc”.

A escala de análise é “intelectualmente construída” por meio da relação entre o “objeto real e o objeto do conhecimento”. Desta forma, podemos concluir, que esta escala é elaborada através da reflexão intelectual, ou seja, ferramenta intelectual para a compreensão da realidade. Por fim, a escala da ação, com características eminentemente estratégicas, refere-se “à reflexão acerca do alcance espacial das práticas dos agentes”, dando a ela um corpo político. O autor afirma que esta escala “se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações (em geral coletivas) e ao papel de agentes/sujeitos”.

Vale denotar a importância de Neil Smith (2000), nos estudos acerca das escalas geográficas, com destaque para o trabalho intitulado “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica”, em que buscou analisar a experiência da construção de um veículo para os sem teto de Nova York, na década de 1980, com destaque para a potência da análise escalar para que se possam estudar as relações de poder em uma perspectiva da arena política na sociedade capitalista, ou seja, das relações tanto de conflito, como de dominação; entendendo “a escala como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação” (SMITH, 2000, p. 142).

Quadro 9 – A produção da escala em Smith.

LOCAL	A escala local é a que permite uma vivência pessoal intensa do espaço. É um espaço mais ou menos restrito que vai da nossa rua à nossa cidade (ou vila, ou aldeia) à metrópole. É onde também se vinculam os níveis mais básicos da administração estatal, representando uma situação de maior proximidade física entre os cidadãos e a sede do poder estatal. É o lugar, ou a soma deles, onde o sujeito estabelece suas relações sociais e onde as decisões acontecem e as coisas são visíveis. É na escala local que encontramos os executores das políticas públicas, onde as ações são desenvolvidas, ou não.
REGIONAL	A regional seria um lugar não tão intenso quanto a escala local, mas uma região de um espaço vivido e sentido/percebido, prenhe de densidade cultural-simbólica, imagética e histórica, situado entre o nível local e a escala do país, sendo esta última aquela do território ocupado por um Estado formalmente soberano. Relaciona-se com a escala internacional e a escala de países, que em cenário geopolítico, toma decisões e cria blocos econômicos.

NACIONAL	A escala nacional é primariamente uma construção política, o lugar do poder estatal. Ele difere das formações anteriores do Estado, porque a cidadania se refere a uma nação definida por seu território, em vez de por laços de parentesco, o que é simbolizado pela invenção comparativamente recente do passaporte e da construção de cercas, muros e postos alfandegários.
GLOBAL	A global é a escala que abrange o mundo inteiro; diz respeito a fenômenos de ordem econômica no âmbito do sistema mundial capitalista. É nesta escala que ocorre a construção para a circulação do capital e o capitalismo define a escala geográfica global precisamente à sua própria imagem.

Fonte: Adaptado de Smith (2000).

Uma questão preponderante para pensar as políticas públicas em uma perspectiva que perpassa as relações de poder e a construção de estratégias escalares, à luz dos agentes sociais, podemos encontrar em Araújo (2012) e Vainer (2002; 2003). A professora Tânia Bacelar de Araújo, na apresentação de “Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global”, de Brandão (2012), filia-se aos referidos autores, ao considerar que no Brasil atual, heterogêneo e diversificado, “na escala macrorregional, continuam existindo desafios importantes, mas é preciso tratar as questões também em outras escalas”. Ao fazer tal afirmativa, convida-nos a pensar e agir em múltiplas escalas, considerando as diversidades como elementos potenciais. Afirma ao apontar que ao fazermos “um ‘zoom’ mais aprofundado e refinado no mapa do território brasileiro permitirá descobrir desafios regionais em todas as regiões do país. Alguns mais conjunturais, outros mais estruturais” (ARAÚJO, 2012, p. 21).

Já em Vainer (2002, p. 28), constatamos a importância de analisar o poder local, pois, para o autor a escala local, com destaque para a cidade, constitui a “escala e arena possíveis de construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas”. Tais perspectivas ficam claras ao verificarmos o caso da Associação Visit Pantanal, – que será apresentada em sequência –, em meio às articulações de uma geometria do poder que colocam seus associados em diferentes escalas geográficas representativas, com diferentes territorialidades. Assim, acabam também, saltando escalas em uma perspectiva transescalar, que em certa medida acaba reverberando na lógica da política dos locais que são os focos empíricos da tese.

Desta forma, verificamos que a partir da análise contextualizada do Brasil, em especial, no âmbito político, como preconizado em Araújo (2012), “temos que construir políticas nacionais que articulem ações descentralizadas”. Para tanto, a abordagem

realizada por Vainer (2002), traz luz para pensarmos as possibilidades de articulações dos sujeitos, bem como em estratégias de ações políticas transescalares que culminam, assim, em territorialidades.

Vainer (2002, p. 25) entende a respectiva abordagem (ou estratégia) transescalar, como sendo “[...] qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos”. Nesta abordagem ainda, reconhece que “a escala local não deve encerrar em si senão parte dos desafios a serem enfrentados pela resistência ao projeto neoliberal de reconfiguração escalar”

Na perspectiva escalar, Vainer (2002, p. 29), coaduna com as propostas empreendidas por Mondardo (2014), ou seja, da existência das estratégias políticas transescalares; em duas perspectivas distintas, tanto para abordagens analíticas, como escalas de análise, ou quanto para a construção de uma estratégia política.

Importante salientarmos que a história já demonstrou:

[...] a dinâmica regional entregue apenas às próprias decisões do mercado tende a exacerbar seu caráter seletivo, ampliando fraturas herdadas. Tende a desintegrar o país. O mesmo se pode afirmar em relação a políticas públicas que tendem, em sua concepção e prática, apenas a reforçar e consolidar as forças de mercado; que sem levar em conta a presença de um contexto heterogêneo e desigual, podem dar lugar a impactos negativos sobre as condições de vida e de trabalho em amplos segmentos da população, notadamente das regiões e sub-regiões mais atrasadas, tradicionais e de menor capacidade de competição e inserção competitiva na economia internacional (ARAÚJO, 2012, p. 19).

Em diferentes territórios brasileiros, verificamos ações nas quais as “forças de mercado” começam a se despontar. Para tanto, precisamos entendê-las, também, como novo modo e/ou formas de resistência. Porém, como apresenta Araújo (2012), faz-se necessário a discussão dos “limites e as possibilidades das iniciativas tomadas” no tocante às escalas de análise e, principalmente, no plano teórico-conceitual, à luz do espaço-tempo.

No bojo desta relação mercado x decisões políticas, insere a Associação do Turismo de Miranda e Região do Pantanal (VISIT Pantanal), associação esta composta por agentes sociais do mercado turístico (*trade turístico*) do Pantanal, bem como, da região Bonito/Serra da Bodoquena.

Conforme apresentado em seu site⁸⁰, a referida associação:

congrega um grupo formado por agentes e operadores de turismo receptivo, de representação de produtos e destinos turísticos. São empresas especializadas na prestação de serviços de operação de viagens na região do Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena, tais como: excursões e passeios turísticos; organização, contratação e execução de programas, roteiros, itinerários, bem como recepção, transferência e a assistência ao turista.

É preciso apontar que esta associação foi concebida/organizada na ausência do Estado. Em outras palavras, quando a Gestão do Turismo do Município de Miranda tornou-se inoperante, ou melhor, quando da inexistência de um Gestor na pasta supra, conforme apontou a Secretária Executiva da Associação Visit Pantanal (que também ocupa a função de Vice-Presidente do Fórum Pantanal (2013, até a data da entrevista), bem como, a Secretária de Turismo de Bodoquena,

trabalho com uma associação de fomento ao turismo da região do Pantanal do Miranda, a Visit Pantanal, desde o início do ano de 2017. O pessoal em Miranda... os empresários não têm uma representação Municipal, de Prefeitura, de secretário e eles montaram uma associação e hoje eu faço Assessoria executiva desse grupo né então a gente faz as ações que seria teoricamente o papel do município...através da iniciativa privada (ENTREVISTA REALIZADA COM A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO VISIT PANTANAL, em 15 de outubro de 2018).

A organização desta associação se deu por meio de empresas dos negócios do turismo, em especial aquelas voltadas ao ramo de pesca, gastronômico e cultural, meios de hospedagem e da operação turística (agências de viagens e operadoras de turismo), conforme a figura a seguir.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.visitpantanal.com/>. Acesso em: jan. 2019.

Figura 33 – Empresas associadas a Visit Pantanal (janeiro/2019).

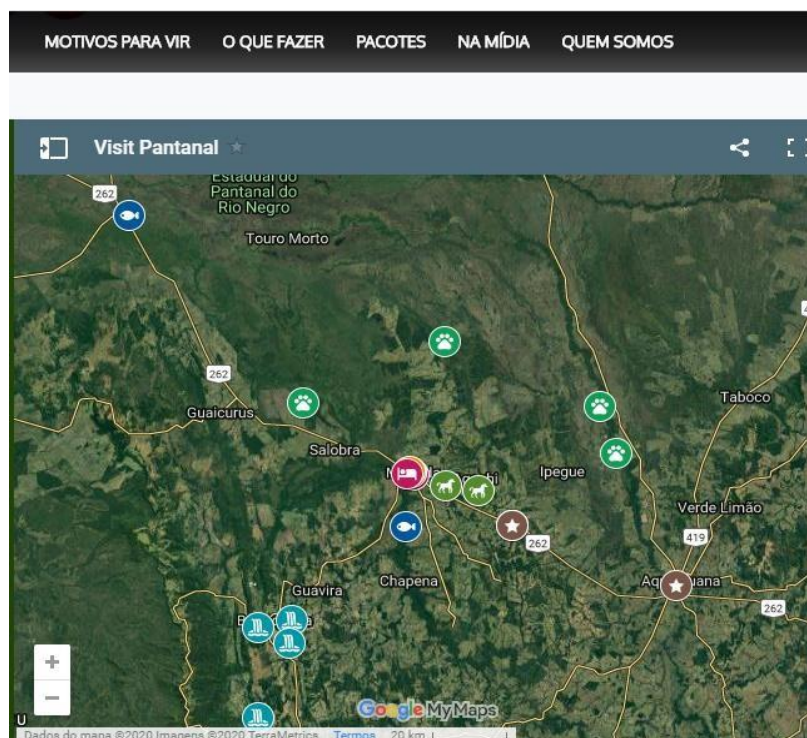


Fonte: Disponível em <https://www.facebook.com/visitpantanal/> . Acesso em: 19 jan. 2019.

Conforme verificamos, a Associação Visit Pantanal era composta por empresas do ramo turístico de Miranda (sede da Associação) e Aquidauana, ambos os municípios da região do Pantanal. Porém, conforme vemos nas redes sociais e site da Associação (Figura 32), em um ano, temos uma nova configuração de agentes sociais (associados). Assim, de modo especial, além daquelas (de Miranda e Aquidauana), vemos uma expansão com empresas do município de Corumbá (Pantanal) e Bodoquena (Bonito/Serra da Bodoquena), fato confirmado pela Diretora Presidente da referida associação.

Vale destacar que a organização desta associação garante aos associados(as) a representatividade do município de Miranda junto à gestão estadual de Turismo. Com isso, a inserção do município na interlocução da agenda turística, na ausência dos órgãos responsáveis para tal, ou seja, Secretaria de Turismo Municipal e a instância de governança da escala local, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).

Figura 34 – Espacialização das Empresas Associadas a Visit Pantanal (jan. 2020).



Fonte: Disponível em <https://www.visitpantanal.sul/>. Acesso em: 05 jan. 2020

A estrutura apresentada no município de Miranda (MS), enseja falarmos em outra forma de produzir escalas. Para tanto, buscamos em Smith (2000), a ênfase de uma reprodução escalar e a capacidade de saltar escalas para a própria reprodução social destes sujeitos.

A escala demarca o lugar da disputa social, tanto como o objeto quanto a resolução desta disputa. Vista dessa forma a produção de escala pode começar a fornecer a linguagem que torna possível uma política espacial mais substantiva e tangível. (SMITH, 2000, p. 144).

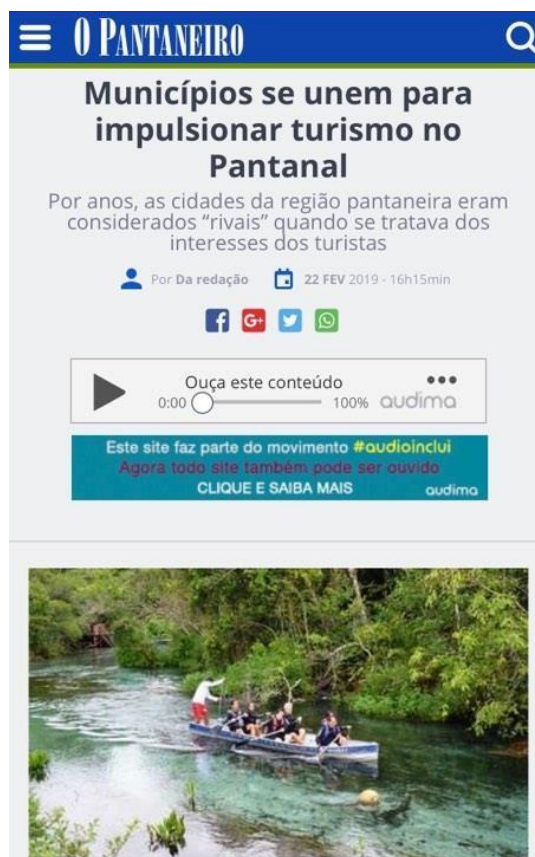
As ações empreendidas pelos associados da Visit Pantanal circunscrevem o saltar escala, seguindo a perspectiva de Smith (2000), pois permite aos sujeitos e agentes aspirarem possibilidades estratégicas/políticas por meio do agrupamento e organização coletiva, tensionamentos, acordos, com uma finalidade e interesses comuns etc, a “dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana”. É preciso ponderar acerca desta mobilidade escalar e das questões que envolvem o capital. É preciso ainda, qualificar este atributo escalar, pois desta forma, seria possível compreender as relações imbricadas pelos diferentes agentes sociais do

turismo, bem como, ao considerar tal organização associativa como uma territorialidade em rede de negócios e políticos, verificar o caráter de “solidariedade” dos agentes do mercado, que em certa medida, tomando as devidas proporções contextualizadas, terão rebatimentos na configuração territorial do turismo nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, em especial, pois a organização desta associação tem como membros empresas do negócio turístico daquela região.

Brandão (2012, p. 171), assevera que a reprodução social passa por duas questões na qual apresenta uma crítica acerca deste movimento, que por conta da “lógica de cooptação pelo mercado, da incorporação pelo consumo e do alargamento das fronteiras da valorização para o máximo possível das diversas frações heterogêneas (mesmo as marginais) do capital” – continuando acerca do posicionamento do autor –, faz uma distinção ao denominar as “redes de “solidariedade” econômica, em algum sentido, política, ao afirmar “que “paradoxalmente foi construída sem nenhuma marca de solidariedade social”.

As características associativas proporcionaram aos empreendimentos turísticos (*trade* turístico) associados a possibilidade de saltarem escalas. Assim, precisamos apontar a articulação dos representantes da Associação Visit Pantanal, conforme demonstra a notícia veiculada no jornal “O Pantaneiro” de 22 de fevereiro de 2019 e repostado no site da associação. Conforme apresentado no site, “uma reunião entre empresários em Bonito traçou metas para implantação de ações para impulsionar o setor econômico, turístico, cultural pantaneiro, sustentabilidade no meio ambiente, industrial, e no agronegócio. Uma das soluções é a união entre os municípios” (Figura 35).

Figura 35 – Municípios se unem para impulsionar turismo no Pantanal.



Fonte: Disponível em <http://www.opantaneiro.com.br/turismo/municipios-se-unem-para-impulsionar-turismo-no-pantanal/146334/>. Acesso em: 22 fev. 2020

Na mesma perspectiva, no site de notícias “NNotícia” (01 de junho de 2019) e veiculado na página da “VISIT PANTANAL”, verificamos uma distinção da reportagem anterior. Nesta vemos ações empreendidas pela associação no que se refere a um turismo regionalizado. Na nota em destaque, temos: “Visit Pantanal foi criada para somar esforços a favor do desenvolvimento da rota turística do Pantanal Sul e Serra da Bodoquena” e com título da nota: “Pantanal Sul e Serra do (sic) Bodoquena se unem para divulgar a região”⁸¹ (Figura 36).

⁸¹ Importante denotar que há um lapso na escrita da nota: “[...] Serra ‘do’ Bodoquena”, porém, o correto seria Serra ‘da’ Bodoquena.

Figura 36 – Pantanal Sul e Serra da Bodoquena se unem para divulgar a região.

Pantanal Sul e Serra do Bodoquena se unem para divulgar a região

Visit Pantanal foi criada para somar esforços a favor do desenvolvimento da rota turística do Pantanal Sul e Serra da Bodoquena

Por Fernando Risil em 01/06/2019 às 10:21:06



Fonte: Disponível em <https://nnoticia.com.br/noticia/784/pantanal-sul-e-serra-do-bodoquena-se-unem-para-div.html>. Acesso em: 12 nov. 2019

Na reportagem veiculada pela “NNotícias” (01 de junho de 2019), que consta também no site da Associação VISIT PANTANAL, vemos uma entrevista com a Presidente da instituição supracitada. Nesta matéria, a Presidente da VISIT PANTANAL diz que a associação consta de 23 empreendimentos, todos localizados nos municípios de Miranda, Aquidauana e Bodoquena. Com isso, verificamos a relação intrínseca existente entre as regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, em especial, no que se refere às questões comerciais/mercado. Outras ponderações da Presidente corroboraram com as que foram dadas em entrevista no dia 22 de maio de 2019. A referida Presidente trouxe elementos importantes para que possamos compreender os principais rebatimentos da ausência do Estado nos diferentes espaços, em diferentes escalas geográficas, desde a local, bem como na escala regional.

No que se refere aos motivos para a fundação da referida associação, a Presidente é enfática ao dizer:

A VISIT nasceu com o objetivo primeiro, porque não existiam políticas públicas para o Turismo. A gente se sentiu abandonado, largado, jogado às traças, cada um se virando com o seu... e aí falamos, meu Deus... ai você sabe que a crise chega, né, porque nós somos empresa, a gente paga nossas contas no fim do mês, nós não temos, como diz, salário de ninguém. Aí nós falamos, pera aí, não adianta ficar só reclamando, nós precisamos fazer alguma coisa... Então vamos nos juntar, vamos tentar nós mesmos atingir um mercado, um marketing, que o Estado não faz para gente, vamos tentar nós mesmos. Foi por isso que a VISIT nasceu. (ENTREVISTA REALIZADA COM A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO VISIT PANTANAL, em 22 de maio de 2019, Grifo nosso).

Ao ser questionada quanto à escala geográfica da inexistência de políticas públicas, bem como da inoperância por parte dos gestores públicos, a Presidente, ainda de forma contundente, explana:

Eu falo em tudo, viu! Falo no sentido de Aquidauana, falo no sentido de Miranda, falo no sentido de Corumbá, não falo só de Bonito... porque Bonito é um outro case. Que eu acho que tem um pouco mais de sucesso porque tem o dinheiro das Associações lá... que deram certo... mas o resto, toda a nossa parte de Pantanal, simplesmente Marketing não, nunca existiu. (ENTREVISTA REALIZADA COM A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO VISIT PANTANAL, em 22 de maio de 2019)

Como verificamos nas falas da Presidente da Associação Visit Pantanal, o início das atividades desta instituição, ou seja, julho de 2017, está intrinsecamente relacionado com o aparelho negligente do “Estado capitalista”, constituído por meio das suas lógicas normativas/jurídicas (BOITO JR., 2007). Assim, é representado pelos gestores públicos do segmento do turismo, sendo eles secretários e presidentes das fundações municipais e estadual, com os demais agentes sociais do Turismo, neste caso, como apontou a entrevistada, com o mercado.

Em uma perspectiva das escalas geográficas, verificamos a abordagem preconizada por Smith (2000), no que se refere às formas de manifestações contínuas, apropriação da ambição política por meio de lutas, das tramas das relações sociais, que nas palavras deste autor, tomada as devidas proporções, permitem que os “marginalizados saltem escalas’ – reorganizem a produção da vida cotidiana e resistam à opressão e à exploração numa escala maior – num campo geográfico mais amplo” (SMITH, 2000, p. 137).

Para corroborar com o debate acerca das dinâmicas escalares e as relações dos agentes sociais, frente às tramas territoriais em cada contexto temporal e/ou espacial, recorreremos a Brandão (2008, p. 13-14), que entende “que a escala reflete, expressa e concretiza espacialmente as respostas e contraposições dos sujeitos sociais aos desafios e conflitos postos concreta e conjuntamente”.

Para corroborar com o entendimento desta lógica territorial, acreditamos que seja necessário fazer uma análise em Haesbaert (2013), em “O território e a nova desterritorialização do Estado”, no qual apresenta o “novo” papel (re)territorializador do mesmo. O autor utiliza de Deleuze e Guattari para entender o Estado numa perspectiva territorial, na lógica do TDR. Desta feita, “o Estado, antes de comandar processos de reterritorialização, é o grande agente desterritorializador, viabilizador de uma nova ordem social. Sua crise, hoje, implica numa espécie de enfrentamento com outras formas de des-territorialização, com aquilo que Deleuze e Guattari (1997) identificam como o seu “fora”.

Na perspectiva de Haesbaert (2013) ao analisar o “fora” e sua relação com as grandes empresas, que para o referido autor, “em uma permanente relação concomitantemente de amálgama e contradição com os interesses do Estado” (p. 28) ele aponta elementos para a compreensão do papel do Estado. Assim, frente a este contexto, afirma “que não há uma separação rígida entre Estado e não Estado, interior e exterior, ou dentro e fora do Estado” (p. 28)

Precisamos, também, fazer uma análise a partir do entendimento multidimensional. Desta forma, não somente considerar as grandes empresas, como asseverou Haesbaert (2013). Faz-se necessário ponderar que na localidade estudada, verificamos a existência de grandes empresas, como por exemplo, resorts, grandes fazendas de turismo, redes de agenciamento (como a empresa CVC), bem como, e em grande parte, por microempresas, sendo algumas de caráter de administração familiar.

Além dos elementos apresentados, precisamos compreender que os agentes produtores do turismo, em especial os que compõem o mercado turístico nestas localidades, estão “se juntando” como apontou a Presidente da Visit, por meio de associações. Com isso, notamos uma conjuntura de gestão que vem, em certa medida, reestruturando a lógica do turismo no Mato Grosso do Sul, com destaque para Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal (Figura 37).

Figura 37 – A Visit Pantanal marcando presença na Audiência Pública sobre o Turismo.



Fonte: Disponível na Rede Social Instagram. Disponível em www.instagram.com/visit.pantanal. Acesso em: 13 nov. 2019

Ainda de acordo com o exposto pela Presidente da Associação Visit Pantanal, a referida instituição não possui nenhum posicionamento político

A VISIT é totalmente privada tá. A VISIT não tem... nós não aceitamos política nenhuma na VISIT. Nós não temos acordo político com ninguém, estes é um dos princípios da VISIT PANTANAL. Não significa que nós não vamos cobrar isso, porque nós estamos fazendo o nosso papel. Como nós fizemos agora... ir na Assembléia Legislativa, no Deputado que está representando o Turismo, então fomos atrás, e eu falei, ah! Você é o representante? Então é isso aqui...nós queremos isso, isso, isso... e nós vamos estar te cobrando, mas não queremos vínculo com ninguém. (ENTREVISTA REALIZADA COM A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO VISIT PANTANAL, em 22 de maio de 2019).

A compreensão dos diferentes territórios e sua multiterritorialidade para o turismo, com a prerrogativa de entendermos as suas políticas públicas, perpassa necessariamente pelo entendimento do “novo” papel (re)territorializador do Estado, sob o método de análise da geometria do poder de Massey. Desta feita, o Estado, como “ponto chave do debate atual sobre desenvolvimento e as políticas públicas que se voltam para estimulá-lo”, aparece em Galvão (2013, p. 17), e com destaque para o “Estado capitalista” presente em Haesbaert (2013). “A base territorial constitui uma

condição vital para a existência do Estado, com isso, cabe a ele um papel importante nos arranjos político-institucionais que organizam a vida moderna e os projetos de desenvolvimento” (GALVÃO, 2013, 17).

O Estado, já para Haesbaert (2013, p. 29), apresenta uma reestruturação do poder, que remonta, principalmente, pela “alegada crise pela qual ele vem passando desde pelo menos os anos 1980, com a instauração de um padrão de acumulação capitalista dito mais flexível”. Vale apontar o destaque dado, ainda, no que refere a ideia do “fora” do Estado que é também internalizado, para tanto, utilizando Deleuze e Guattari, em que, muitas políticas paraestatais demonstram, “se não a ‘perda de poder’ do Estado tradicional, pelo menos a delegação de poder a outras esferas/escalas, tanto ‘acima’ quanto ‘abaixo’ de sua jurisdição” (p. 29).

Nesta lógica da (re)configuração do Estado, em uma abordagem das lógicas da territorialização, em que pese as relações de poder entre os diferentes agentes sociais, bem como nas Associações (Estado e/ou Mercado), podemos notar, ainda utilizando a configuração estrutural do turismo nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, um grande número de associações, como a Associação Rota Pantanal Bonito, em uma representação da escala geográfica a nível regional, e outras em escala local, com representatividade regional, como é o caso da Associação Visit Pantanal de Miranda (MS), dentre outras, em especial no município de Bonito (MS).

Vemos com isso um modelo de política que deve ser considerada, em uma análise contextualizada do espaço-tempo, conforme assevera Haesbaert (2013, p. 33) quando aponta, que “essa nova-velha des-territorialização, direta ou indiretamente levado a cabo pelo Estado, aparece acoplada a diversas outras iniciativas, principalmente as desse aparato a-legal que a ‘ausência’ ou fragilização do papel social do Estado incitou a emergir (...)”, Haesbaert, entretanto, cita o caso dos territórios dominados por máfias e/ou pelo narcotráfico, apontando, desta forma, o poder “dessa massa de despossuídos”.

Desta feita, no que se refere à atividade turística, em que pese a relação das políticas públicas de turismo, em um contexto multiescalar (em especial local e regional), verificamos no território pesquisado uma nova configuração atuando nestes espaços como denotado pela Presidente do Fórum Pantanal.

[...] o Sesc e o Sebrae foram os meus grandes parceiros na gestão de Corumbá e do Fórum, eles foram fundamentais nesse apoio ao

desenvolvimento do turismo na região, em todos os momentos, no meu caso, enquanto Gestora do Fórum, e Gestora de Corumbá, no início, *nos primeiros anos eu tive o apoio da Fundação de Turismo do Estado, muito pouco,...depois que mudou a presidência praticamente nenhuma.* (PRESIDENTE DO FÓRUM PANTANAL, 02 de outubro de 2018, Grifo nosso).

Para a representante da Gestão Pública do Turismo de Bonito (MS), o sistema S (em especial o SEBRAE⁸²) teve uma função protagonista, quando ela ainda era Secretária de Turismo: “eu vejo o SEBRAE principalmente assim que foi uma instituição assim bem importante que sempre esteve à frente sempre realmente participou de forma efetiva”.

Numa análise da conjuntura da organização e da estrutura da atividade turística nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, bem como em Bonito e Corumbá, em uma perspectiva de abordagem das lógicas da territorialização, no bojo das políticas públicas multiescalares de turismo, podemos verificar uma relação intrínseca com a abordagem apresentada por Haesbaert (2013), no que se refere às territorialidades do Estado e dos demais elementos constituintes no espaço, em especial, os sujeitos organizados em forma de associação.

4.2 “Uma arena política”: Geometrias do poder

Haesbaert (2004, p. 16) em “Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização”, analisa a forma que Massey (1993) complexificou a ideia de compressão espaço-tempo, acrescentando suas distintas “geometrias do poder na qual a compressão se multiplica pela desigualdade de suas configurações, de sua origem e de sua distribuição. Para tanto, torna-se imperativo, “distinguir quais são seus agentes e como ela afeta diferentemente não só as classes sociais”. Haesbaert (2004, p. 16), considera, desta forma, além das relações sociais, “em termos das violentas desigualdades sociais em que todos se inserem”; mas, também, “as diferentes etnias, os diferentes gêneros, grupos etários etc.”

Ao tratarmos da enorme desigualdade social dos atores envolvidos na dinâmica da mobilidade e sua relação com o capital, que foi apresentado e analisado no capítulo 2 desta tese, bem como, no que concerne a compressão do espaço-tempo, Haesbaert

⁸² Cf. Dias (2012) “O papel do Sebrae na formulação e na execução de políticas públicas para os APL”.

(2004, p. 16), salienta que “os distintos setores da sociedade e da própria economia”, ao correlacionar, a posicionalidade do capital, que pode “usufruir de uma “compressão global”, circulando em “tempo real” ao redor do mundo, mercadorias de consumo cotidiano que ainda precisam de um tempo razoável para serem transportadas de um país para outro”. O autor, ainda assevera, que “enquanto alguns produtos efetivamente se libertam do constrangimento da distância, outros adquirem novo valor justamente por dependerem dessas distâncias e se tornarem, assim, relativamente menos acessíveis” (HAESBAERT, 2004, p. 16).

No que se refere aos rebatimentos advindos da posicionalidade das questões da compressão do espaço-tempo (HAESBAERT, 2004), principalmente no que alude ao fenômeno do turismo, em especial, nos focos empíricos da presente tese, ou seja, os municípios Bonito e Corumbá, das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente, estas estão localizadas em uma posição estratégica (territórios transfronteiriços⁸³). Pois, como verifica-se o Município de Corumbá, faz fronteira com a Bolívia, e a região Bonito/Serra Bodoquena, com os municípios Porto Murtinho e Bela Vista, fazem fronteira com o Paraguai.⁸⁴

Desta feita, tais características colocam as regiões supracitadas como um grande portão de entrada de turistas no MS, corroborando na configuração do fluxo turístico internacional, como demonstra os dados do Ministério do Turismo (MTur), que apresentam o percentual de chegadas de turistas dos 3 (três) maiores países de residência permanente emissores para MS por todas as vias de acesso, como aponta a Tabela 2.

Tabela 2 – Percentual de chegadas de turistas dos 3 maiores países de residência permanente emissores para MS por todas as vias de acessos – 2008 – 2017.

Nº	País	de	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Residência Permanente													
1	Bolívia		50%	55%	55%	52%	66%	66%	45%	50%	55%	61%	54%
2	Paraguai		39%	37%	34%	38%	19%	19%	38%	38%	33%	31%	33%
3	Peru		3%	6%	6%	3%	4%	4%	4%	3%	2%	2%	4%
	TOTAL		92%	97%	95%	92%	89%	89%	87%	90%	93%	93%	91%

Fonte: Adaptado do Observatório de Turismo de Mato Grosso do Sul⁸⁵

⁸³ Cf. Cury (2010) e Fraga (2011).

⁸⁴ Cf. Figura 8. Regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal: interface multidimensional, nas notas introdutórias desta tese.

⁸⁵ Disponível: http://www.observatorioturismo.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2018/07/ChegadasInternacionais_Meios_de_Acesso_Terrestre.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

Importante denotar que de acordo com os indicadores de Turismo do Ministério do Turismo do Brasil, juntamente com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), denominada “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional do Brasil”, apontam que “em termos de continentes, a América do Sul respondeu em 2017 por 62,4% do total de chegadas de turistas ao Brasil” (BRASIL, 2018, p. 19).

Antes de prosseguir, há que se considerar também, que as localidades pesquisadas, sofrem impactos – e serão impactadas – direto e/ou indiretamente com o Corredor Rodoviário Bioceânico⁸⁶, pois a referida rota entrecruzar a região Bonito/Serra Bodoquena.

Outros rebatimentos advindos pela referida rota, permitirá, em certa medida o livre trânsito entre as populações dos países constituintes, dada pela integração destes que é o objetivo principal da Rota Bioceânica. Em outras palavras, a ligação entre o Oceano Atlântico e o Pacífico, que visa ligar o Chile, Argentina, Paraguai e Brasil. Lunas, Melo e Lunas (2019) apontam que o referido movimento da Rota de Integração Latino-Americana (RILA) tem um caráter econômico, que em certa medida, por conta do turismo (Figura 38).

Figura 38 – Rota de integração deve potencializar turismo entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile⁸⁷



Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/rila/noticia/rota-de-integracao-deve-potencializar-turismo-entre-brasil-paraguai-argentina-e-chile.ghtml>. Acesso em: ago. 2019

⁸⁶ Importante denotar que a Revista Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local (Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS) produz um Dossiê denominado: "Desafios da Integração na Rota Bioceânica (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile)" (julho/2019) contendo um panorama da abrangência das possibilidades de pesquisas relacionados ao Corredor Bioceânico.

⁸⁷ Disponível: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/rila/noticia/rota-de-integracao-deve-potencializar-turismo-entre-brasil-paraguai-argentina-e-chile.ghtml>. Acesso em: 04 nov. 2019.

Apesar de a prática do turismo não ser o principal objetivo do Corredor, vale lembrar que os países envolvidos têm grande parte da economia atrelada ao consumo turístico espalhada em várias regiões e que têm um potencial muito grande para desenvolver ainda mais, principalmente nas cidades ao longo do Corredor, mas para isso não pode ser desconsiderada a atual situação a que a atividade está exposta e é necessário buscar melhorias para se extrair um bom resultado ao projeto (LUNAS, MELO, LUNAS, 2019, p. 40).

Asato, Constantino, Dorsa e Mariani (2019, p. 45) em “Rota de Integração Latino-Americana (RILA) para o desenvolvimento turístico”, apresentam como a rota pode vir a contribuir para o desenvolvimento local de Mato Grosso do Sul, em especial, por meio do turismo. Os autores apontam que a RILA tem como operacionalização inicial “por um viés para a atividade de logística e transporte como alternativa para escoar grãos e fomentar uma distribuição mais acelerada da produção e, em segundo plano, pelo turismo”. Tais características, corroboram com a abordagem realizada no Capítulo 2 da presente tese, na qual se discutiu as diversas formas do movimento; neste caso, as demandas oriundas pela circulação (SILVA JÚNIOR, 2007; ARROYO, 2015) e pelo “movimento de mercadorias, pessoas e ideias”.

Ainda no que se refere ao movimento de pessoas, em especial de turistas no município de Corumbá, a Presidente do Fórum do Pantanal (2013-2016) e Presidente da Fundação de Turismo do Pantanal (2013-2016), ao apontar a entrada de turistas, afirmam:

Um portão importantíssimo da América do Sul, acho que a gente tem que levantar bastante esta bandeira (...), que hoje a gente já recebe e à época da Fundação nós estimulamos muito com o turismo de Fronteira, nós fizemos a cada ano um Encontro de Turismo da Fronteira, na qual neste encontro nós não debatíamos só questões da articulação da fronteira mais fortemente na promoção do turismo de fronteira então aqui nós tivemos vários operadores, vários agentes, que se reuniam, inclusive em rodada de negócios, hoje eu acho uma pena isso ter findado, porque Corumbá é um importante corredor, não só destino, mas corredor do Pantanal Sul para quem chega via América do Sul”. (ENTREVISTA REALIZADA COM A PRESIDENTE DO FÓRUM PANTANAL, em 02 de outubro de 2018).

Os números apresentados pelo Observatório de Turismo de Mato Grosso do Sul podem, em certa medida, serem contextualizados à luz do que foi apresentado, ou seja, da fala da Presidente do Fórum do Pantanal (2013-2016) e Presidente da

Fundação de Turismo do Pantanal (2013-2016), no que concerne da importância das políticas de turismo no desenvolvimento de uma localidade, denotado nas ações estratégicas de articulação da gestão pública, em uma perspectiva multiescalar.

Conforme foi apontado anteriormente na Tabela 2, vemos as chegadas de turistas estrangeiros no país, especialmente em MS. Deste total, no que se refere às chegadas de turistas de países de residência permanente no Brasil por tipos de via de acesso – 2007 – 2017, segundo dados do MTur e do Departamento de Polícia Federal, apresentado pelo Observatório de Turismo de Mato Grosso do Sul, demonstram que, por meio da via terrestre foram 28,04% e, pela via aérea, 69,51%.

Vale também considerarmos, outras questões teóricas, como apontado por Haesbaert (2007, p. 167) em “O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade”, onde apresenta-nos que a compressão espaço-tempo “diz respeito a apenas uma das ‘formas’⁸⁸ com que o espaço social se manifesta”, o que ele denomina relação de presença e ausência, utilizando para tanto, Shields (1992), que na perspectiva de Haesbaert, ao considerar os componentes “paradigmáticos” da espacialização, designando para tal, como, “presença, desigualdade e exclusão” (HAESBAERT, 2007, p. 167).

Considerando a relação complexa entre presença e ausência, conforme apontado por Haesbaert (2004), a partir da compressão espaço-tempo, é como “um espaço profundamente descontínuo, fragmentado, em outras palavras, deslocado em sua representação. Fala-se da dissolução das fronteiras, porém, ‘muito mais do que se dissolvendo’, as fronteiras, como os territórios e as regiões, estão se tornando muito mais complexas, imersas numa multiplicidade ainda maior de tempo-espaço” (HAESBAERT, 2004, p. 17).

Mondardo (2014, p. 187) em “A geometria de poder do conflito territorial entre fazendeiros e Guaranis-Kaiowás na fronteira do Brasil com o Paraguai”, aponta que, ao estudar as “geometrias de poder” dos indígenas e fazendeiros, foi necessário analisar a organização/mobilização coletiva desses sujeitos, bem como, “suas múltiplas escalas espaciais”.

Quando ao tratar da multiplicidade escalar espacial, Mondardo (2014, p. 188)

⁸⁸ Desta feita, Haesbaert (2004) ainda assevera que entender a desterritorialização como “fim das distâncias”, por exemplo, nada mais seria do que um enfoque muito parcial que, além de confundir territorialidade e espacialidade, vê o espaço tão somente a partir dos processos de compressão tempo-espaço, ou seja, sua “forma” ligada a presença e ausência.

orienta a necessidade de se situar os inúmeros fluxos de relações imbricados pelos agentes sociais envolvidos, “que brotam da mescla de posições escalares” (“jogo de escalas”), em uma perspectiva analítica apoiada em uma “constelação de conexões”, que “partem da escala local, passando pela regional, nacional e até a internacional (não necessariamente encaixadas), para a produção de múltiplas ações ‘transescalares’”.

Considerando a lógica empreendida por Mondardo (2014), em especial no que tange da dinâmica da análise nas articulações entre os sujeitos, uma questão preponderante para pensar as políticas públicas de turismo, com destaque para o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), em uma perspectiva da “geometria de poder”, está relacionada nas questões atinentes da escala geográfica, ou seja, manifestada por um nexos escalar.

Desta feita, requer considerar a temática das escalas territoriais, a partir do arcabouço teórico-metodológico que tende a tratar do processo de regionalização do território em um contexto do fenômeno da globalização, que, de acordo com Diniz (2006), ao mesmo tempo em que universaliza, fragmenta e marginaliza os territórios, cria novas escalas de poder e de ação; assim, de certa forma, atua na conjuntura política do espaço.

Sobre a globalização, Diniz (2006) inspirado em Swyngedouw (1997) aponta que, tal processo passa a reduzir a autonomia dos Estados Nacionais como escala privilegiada nas relações econômicas internacionais e recria as localidades como escala de regulação, ação e de políticas. Ainda em Diniz (2006), vemos que estas constatações, demonstram, em certo grau, o enfoque da produtividade na busca de formas institucionais locais de inovação para se enfrentar a competição; provando, por outro lado, a ampliação, os conflitos e as contradições entre as escalas.

Quanto ao objeto empírico da tese, verificamos que faz-se necessário empreendermos uma reflexão acerca da complexidade do território turístico, considerando principalmente o caráter multiescalar das Políticas Públicas de Turismo, em especial, do Plano Nacional de Turismo (PNT), que incita-nos, para não dizer requer-nos, uma perspectiva multiescalar em sua abordagem, como acontece no Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

Araújo *et al* (2004, p. 33) em “Política Nacional de Desenvolvimento Regional: Uma proposta para discussão”, consideram:

não só os elementos das agendas do desenvolvimento possuem espacialidades variadas, como também existe a necessidade de articular as iniciativas dos vários entes federados e da sociedade civil em torno de objetivos, diretrizes e metas comuns, compartilhados por todos.

A partir dos pressupostos das geometrias de poder no que se refere aos diferentes sujeitos e/ou “agentes sociais” (FRATUCCI, 2009) nos estudos do fenômeno socioespacial complexo do turismo, a análise da organização, mobilização (estratégias), estrutura/desenvolvimento, irão em certa medida, rebater nas políticas públicas de Turismo, pensadas e empreendidas no Estado de Mato Grosso do Sul, em especial, no que concerne ao Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil, nas regiões Pantanal e Bonito-Serra da Bodoquena (MS), no que se refere a lógica de poder dos agentes sociais.

Entender tais questões será importante para que possamos compreender a diferenciação espacial. E, desta forma, também, não podemos desconsiderar, a diferenciação territorial nas múltiplas escalas espaço-temporais, por meio das territorialidades ou multiterritorialidade, bem como, como assevera Mondardo (2014), na “construção das estratégias políticas de ação de resistência e de hegemonia”.

No que se refere à diferenciação e desigualdades espaciais, estas devem ser pensadas em termos do movimento, tal como estão sendo analisados os conceitos e categorias na presente tese, e de certa forma, como realizada por Mondardo (2014), quando considera que os sujeitos ou grupo sociais se relacionam com outros sujeitos e objetos, possibilitando, desta forma, “demonstrar as relações de poder profundamente desiguais que são construídas nesses fluxos”.

Assim, para que entendamos a relação da diferenciação e desigualdades espaciais, precisamos realizar uma análise sobre a distinção da “compressão espaço-tempo”, tal como foram preconizadas por Massey (2000; 2008), com a distinção, “quanto de que o tempo aniquilou o espaço”, tratando “do fato de que o “tempo” (leia-se: um aumento na velocidade de transporte e comunicações)” (MASSEY, 2008, p, 138), Harvey (1992) e Haesbaert (2007), bem como, a perspectiva de “alongamento do espaço-tempo”, como asseverou Giddens (1999).

As perspectivas de “espaço-tempo” defendidas por Giddens (1999) e Harvey (1992) onde, o primeiro, utiliza uma ideia de “alongamento do espaço-tempo”. Sendo, desta forma, responsável pela expansão local de um tempo-espaço que se globalizou, expandindo-se, assim, em cada lugar; e, para o segundo, apresenta a “compressão

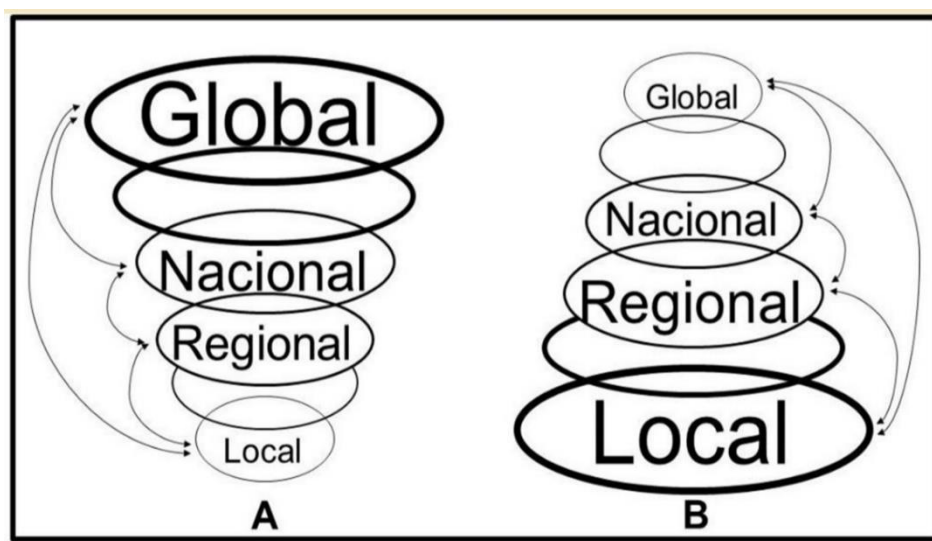
tempo-espaço” para se referir ao encolhimento do espaço pelo tempo, considerando, em especial, no aspecto histórico, “mostrando como os novos sistemas de transporte e comunicação ao longo da história do capitalismo revolucionaram nossas experiências espaço-temporais” (HAESBAERT, 2007, p. 161).

Haesbaert (2007, p. 161) analisa e classifica os processos de alisamento e compressão do espaço, defendidos por Giddens (1991) e Harvey (1992), como “duas perspectivas diferentes dentro de um mesmo fenômeno”. Com isso, passa a considerar sob os enfoques distintos: onde o primeiro, fruto do alongamento ou “desencaixe” em direção ao global; já, no segundo, “o global se estreita ou se encolhe, se comprime, aproximando-se do nível local.” Desta forma, teríamos, os referidos enfoques:

1. Em Giddens (1991): o foco inicial é o local, as “relações de co-presença”, que se tornam relações sem rosto, “alongadas” ou globalizadas”
2. Em Harvey (1992): o foco primeiro é o global, a compressão do tempo-espaço por inovações tecnológicas crescentes que “encolhem” o mundo de modo que até mesmo no nível local ele pode, de alguma forma, ser reproduzido.

Saquet (2017, p. 200-201) no seu livro “Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial” aponta uma “tentativa de inversão de tendência de abordagem e práxis-cotidiana” (Figura 39) no qual demonstra uma crítica ao processo denominado “compressão do tempo-espaço” de Harvey (1992). Saquet (2017), assinala que mesmo existindo “uma aceleração dos ritmos de vida e articulações mais fáceis entre os distintos níveis escalares” (Figura 39, A), também ocorre a permanência de tempos lentos e muito lentos” (Figura 39, B), que para Saquet (2017) trata-se “de um movimento lento, humilde e silenciosa”, que nas palavras deste autor, trata-se de uma “inversão de tendência contextualizada espacial e temporalmente” (SAQUET, 2017, p. 201).

Figura 39 – Ilustrações da tentativa de inversão de tendência de abordagem e práxis cotidiana.



Fonte: Adaptado de Saquet (2017)

Diante do exposto, Saquet (2017 p. 199) chama-nos a atenção na forma de conceber os estudos/projetos/pesquisas, pois para este autor “está cada vez mais claro que as pesquisas e as propostas para o desenvolvimento precisam ocorrer no nível de cada unidade produtiva e de vida” e na sua forma de atuar “cotidianamente em processos de desenvolvimento territorial balizado no lugar, no local, na *ancoragem*, na proximidade, na cooperação, na solidariedade e na resistência à globalização econômica” (SAQUET, 2017, p. 200, grifo do autor).

Importante denotar que a abordagem de Saquet (2017) é criticada por Brandão em “Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global”, que por meio do “mapeamento das principais vertentes desse pensamento”; assim, o autor critica o “enorme conjunto da literatura que sugere que estaríamos vivendo a possibilidade de consolidar um novo padrão de desenvolvimento, construído totalmente no âmbito local” (2012, p. 36). Importante acrescentar que as questões sobre a problemática das políticas públicas e suas relações escalares serão problematizadas ainda nesta tese.

Ainda em referência sobre este processo de compressão tempo-espço, Harvey (1992) aponta:

Os horizontes de tempo tanto da tomada de decisões pública quanto privada se reduziram, enquanto a comunicação por satélite e o

declínio dos custos de transporte tornaram cada vez mais possível expandir imediatamente aquelas decisões sobre um espaço cada vez mais amplo e diversificado (HARVEY, 1992, p. 147).

Haesbaert (2007, p. 161) analisa a “compressão” de Harvey, na perspectiva do capitalismo, em especial, aos aspectos históricos. Assim, “a chamada pós-modernidade, no sentido de estar acompanhada pela mudança no padrão de acumulação fordista para o pós-fordista”, tiveram múltiplos rebatimentos, quais sejam: “viu acelerarem-se fenômenos como ciclo produtivo, a racionalização das técnicas de distribuição e, conseqüentemente, o consumo – incluindo o crescente consumo de serviços”, desta forma, podemos estabelecer uma relação intrínseca com o turismo.

As questões que envolvem a compressão espaço-tempo para Massey (2000, p. 178) “refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso” (Grifo nosso). Importante salientarmos que segundo essa interpretação, “é o tempo-espaço e o dinheiro que fazem o mundo girar – e nós giramos (ou não) em torno do mundo” (p. 178).

Nesta perspectiva, Massey (2000, p. 178) assevera que “é o capitalismo e seu desenvolvimento que determinam nossa compreensão e nossa experiência no espaço”. Porém, na oração posterior deste mesmo artigo, de forma tácita afirma: “Mas isso, com certeza, é insuficiente [...]”. A autora problematiza trazendo outras relações para a compressão de tempo-espaço, como, por exemplo a raça e o gênero.

Haesbaert (2007, p. 165) em “Mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’, à multiterritorialidade”, apresenta uma análise crítica apontada por Massey (1993), à luz do conceito “compressão espaço-tempo” preconizado por David Harvey, que para a referida autora, “carece de precisão”. Massey rejeita seu economicismo que, centralizado no “capital”, oculta as múltiplas influências como aquelas ligadas à etnicidade e ao gênero. A crítica mais contundente desta autora, apontadas por Haesbaert (2007), trata-se em explicitar os distintos meandros do poder em que os diferentes indivíduos e/ou grupos sociais estão situados.

Massey (2000) em “Um sentido global de lugar”, apresenta importantes elementos para reflexão, quando, ao qualificar, em certo nível, o papel dos diferentes sujeitos na “compressão de tempo-espaço”. A autora considera que tais sujeitos podem, também, ser prisioneiros do referido movimento, que “é uma diferenciação social altamente complexa, tendo diferenças no grau de movimento e comunicação,

mas também no grau de controle de iniciação” (p. 180).

Para tanto, precisamos problematizar as considerações/constatações acerca do espaço-tempo, defendidas por Giddens e Harvey, à luz da abordagem crítica de Massey (2000). Desta feita, as perspectivas de alongamento ou desencaixe, e o de estreitamento ou encolhimento, dos referidos autores, respectivamente, precisam ser ponderados, principalmente no que se refere aos rebatimentos socioespaciais advindos por tal processo. Precisamos aprender/apreender com/de Massey (2000, p. 184) do seu “sentido global de lugar”, em que “é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local”, além é claro, pelo enfoque geográfico mais amplo e contextualizado.

Para corroborar com as questões advindas do sentido global e seus rebatimentos nas localidades, González (2005) coloca em questão a posição dual entre local e global, ao afirmar: “Cair na simplificação de que a globalização se reduz a uma relação dicotômica entre o local e o global restringe mais que abre possibilidade de estudo da globalização” (GONZÁLEZ, 2005, p. 94, Tradução nossa).

Somos orientados ainda por Massey (2000) a entender que “os modos como as pessoas estão, ou são colocadas dentro da ‘compressão de tempo–espaço’, são altamente complicados e extremamente variados”, podendo reverberar na questão política da mobilidade e do acesso. *“Parece que tanto a mobilidade quanto o controle sobre ela refletem e reforçam o poder”* (MASSEY, 2000, p. 180, Grifo nosso).

A assertiva supracitada precisa ser complexificada, em especial, considerando as questões que envolvem os sujeitos em movimento, bem como, àqueles que detêm do poder sobre o controle deste movimento. Dentre as perspectivas elencadas por Massey, destacamos as questões atinentes às políticas públicas, em especial, ao que Santos e Silveira (2001), denominam de “espaços de mandar” (como foi apontado no capítulo 2).

Ao considerarmos a relação da compressão espaço-tempo de Massey (2000), em uma perspectiva dos sujeitos no território, precisamos reconhecer que existem dois pólos de poder, sendo, aqueles “que movimentam-se mais que outros e que alguns tenham mais controle do que outros” que nas palavras de Massey (2000) seria a “geometria do poder” da compressão tempo-espaço.

Assim, acreditamos que a referida lógica reverbera na constituição do fenômeno do turismo, considerando a sua dinâmica fluida, de deslocamento de

peessoas/grupos; tratando, desta forma, do fato de que a mobilidade diferencial e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas. Além do mais, a “referida mobilidade pode vir a enfraquecer a influência dos já enfraquecidos” (MASSEY, 2000, p. 179). Nesta perspectiva, devemos ter a consciência da existência de poder na forma e constituição do movimento/fluxos/mobilidades, para aquilo que Massey asseverou, “numa posição de controle em relação à mobilidade”.

Precisamos compreender, principalmente, a importância dos diferentes agentes sociais nos processos do movimento, com destaque para o turismo. Além do mais, verifica-se, em certa medida que o agente social – Estado –, por meio de políticas públicas, em especial, pelo Programa de Regionalização do Turismo, com seus destinos indutores, acaba influenciando no controle e na forma como as pessoas são colocadas dentro da compressão de tempo-espaco; e, em certa medida, na forma que se compreende o território, o lugar, dentro de uma lógica das geometrias do poder.

4.3 Políticas Públicas e Turismo: uma abordagem territorial

Após a apresentação das questões fundantes do fenômeno socioespacial do turismo, compreendendo-o de forma ampla, à luz do “movimento de mercadorias, pessoas, de ideias, de informações” (SILVA JÚNIOR, 2012), estabelecendo uma relação intrínseca com os agentes sociais para a formação dos espaços turísticos, com distinção para as multiterritorialidades, multidimensionalidades temporais e escalares. Vale agora, determos uma atenção especial às questões que englobam o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), fruto das Políticas Nacionais de Turismo (PNT) e seus rebatimentos territoriais.

Nos termos supracitados, entendemos que cabe à política pública de turismo, “o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como à iniciativa privada” (CRUZ, 2000, p. 9). Para a autora, ainda, quando da “ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares.”

Importante frisar, conforme vimos em capítulos anteriores, no objeto empírico da tese, que há predominância de uma política pública, em seu *modus operandi* que direciona, em certa medida, às premissas de Cruz (2000). No entanto, ao contrário do que apontou a autora, no *lôcus* da tese, temos uma política pública orientada pelo

Estado que corrobora com as demandas oriundas especificamente do mercado, ou melhor, temos uma exoneração do Estado, dado as características do seu “novo” papel (re)territorializador (HAESBAERT, 2013), conforme já apresentado, em capítulos anteriores.

Beni (1997) em “Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento integrado do turismo,” aponta as competências do Estado, como sendo “a execução de funções básicas para garantir a permanência no tempo da unidade nacional e a satisfação das necessidades e anseios da população.” Este autor aponta que mesmo com a presença marcante da iniciativa privada e a sua coadjuvação junto ao Estado, “este detém não só a diretriz maior das várias políticas de ação em todos os setores, como também o direito e poder de interferência e fiscalização” (BENI, 1997, p. 79).

Desta feita, importante apontarmos alguns elementos teóricos e/ou conceituais no que se refere às questões que englobam o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, em especial, a implementação do Projeto dos 65 Destinos Indutores do Turismo Regional, fruto da Política Nacional de Turismo.

Para tanto, apontamos ainda, uma breve digressão histórica, apresentando também, um panorama dos elementos que estruturam aquele Programa, em especial, no tocante às “diferenciações no território”, ou seja, a partir de uma lógica daquilo que Santos e Silveira (2001) denominaram de “novas desigualdades territoriais.” Nesta tese, consideramos os “espaços luminosos” e o seu par dialético “espaços opacos” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), como forma de caracterizar aqueles destinos indutores do turismo (BRASIL, 2007), com destaque para Bonito e Corumbá, das regiões de Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente.

Acreditamos ser pertinente considerar as relações entre as políticas públicas com a dimensão territorial, apoiados na perspectiva analítica de Brandão (2012, p. 37) em que assevera o “retorno do território”, em especial, nos debates das ciências sociais. Este autor, ainda, aponta uma reflexão crítica no que se refere às escalas geográficas, em especial, aos “localismos” presente nas literaturas e nas políticas públicas contemporâneas.

Brandão (2012, p. 35) considera necessária a realização de uma leitura contextualizada dos processos que engendram as políticas públicas, em especial, no que concerne a “crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado.” Este autor, aponta, que, de um modo geral,

os referidos processos passariam a debilitar os “centros nacionais de decisão e comando sobre os destinos de qualquer espaço nacional. No caso específico dos países continentais, desiguais e com marcantes heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, regionais)”, com destaque para o Brasil, em que tal situação se apresenta “ainda mais dramática, ensejando um processo de agudização das marcas do subdesenvolvimento desigual, excludente e segregador” (BRANDÃO, 2012, p. 35).

Ainda sobre a “revalorização do território e da dimensão espacial do processo de desenvolvimento,” o referido autor (2012, p. 36) assinala a ocorrência daquilo que denominou de “banalização das questões que, malgrado sua natureza estrutural, histórica e dinâmica, foram deslocadas para o lugar-comum [...] um verdadeiro *‘pensamento único localista’*.” Este autor ainda afirma, que, “quase toda a literatura aborda, e as políticas “públicas” implementam, ações em alguma medida orientadas, em parte ou no todo, por essa concepção teórica e analítica.” (BRANDÃO, 2012, p. 35, Grifo nosso).

A crítica realizada se deu pelas questões impostas de forma avassaladora na academia e nos governos estaduais e municipais – assim, como, nas diversas modalidades de políticas federais –, por esta agenda, em especial, pelo fato da sua negligência às questões estruturais do país, bem como, “as marcantes especificidades de suas regiões.” (BRANDÃO, 2012, p. 36).

O autor (2012) sugere, a partir da análise crítica exposta, pela discussão de novas formas e/ou propostas, à luz daquilo que se denominou “tratamento adequado da articulação de todas as escalas geográficas” (BRANDÃO, 2012, p. 36). Assim, ele defende que “é preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas”, conduzido pelo seu entendimento de que não existe uma escala boa ou ruim. Tal proposta, coaduna com as perspectivas apresentadas anteriormente na qual apontamos a necessidade de um estudo, em especial no da presente tese, que entende e incorpora o “saltar escalas” nas suas abordagens.

Brandão (2012) ainda mostra as consequências desta abordagem como “único localista” que orientou várias ações de políticas públicas, alicerçadas pelos microprocessos e as microdecisões que “nega cabalmente a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a nação e o espaço nacional”, com isso, passa a pensar no enfrentamento desta visão hegemônica. Nestes termos, assevera, “ao contrário daquelas visões, as escalas “intermediárias” ganham novo sentido e

importância nessa fase do capitalismo” (BRANDÃO, 2012, p. 36-37).

Steinberger (2013) analisa o Estado a partir das considerações realizadas por Brandão (2012). Em especial, para caracterizar a crise do Estado Brasileiro com ênfase na importância da escala nacional. Esta autora aponta a importância dos estudos a partir do entendimento da “inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território”. Tal perspectiva enseja numa abordagem em que considera as políticas públicas, “compreendidas como ‘públicas’ na sua gênese, não apenas se realizam no território receptáculo de intervenção” (STEINBERGER, 2013, p. 23).

Para tanto, ela (2013) apresenta 6 (seis) principais ideias que norteiam a relação entre políticas públicas e território, sob a perspectiva geográfica:

1. O território tem obrigatoriamente um sentido geográfico amplo que vai além da geografia física e se complementa ao seu sentido jurídico. Não pode ser relegado a um papel secundário.
2. O território não é apenas material. É simultaneamente material e social. Não pode ser confundido com superfície terrestre, quadro natural, base física, limite, recursos e extensão.
3. O território não é propriedade do Estado e sim de todos os agentes e atores sociais que têm o poder do ‘agir político’ na sociedade. Não pode ser capturado pelo Estado nem pelos que detêm o direito da propriedade.
4. O território não é um mero recipiente morto que obriga a ação do Estado. O território é ativo e essa atividade está no uso que os agentes e atores sociais fazem dele. Está em permanente interação com a sociedade e com o próprio Estado.
5. Produzir políticas públicas não é uma prerrogativa exclusiva do Estado, mas de todos os agentes e atores sociais, cabendo-lhe coordenar a ação desses e oficializar as políticas públicas.
6. Na prática, toda política pública concretiza-se no território, ou seja, o território está sempre presente, explícita ou implicitamente, nas ações de políticas públicas. Assim, admite-se que todas as políticas públicas têm uma dimensão territorial.

Tais pressupostos relacionam as políticas públicas com território (STEINBERGER, 2013), apontando, em certa medida, para as abordagens teóricas empreendidas nesta tese, com destaque para o caráter “multidimensional do território”, dos “micropoderes heterônomos” (HAESBAERT, 2004), bem como, as relações multilaterais entre os agentes sociais de Raffestin (1993).

Steinberger (2013) assevera que as políticas públicas nacionais no Brasil, em especial, no que se refere a sua produção e a sua importância, concretizaram-se a partir da Segunda Guerra, em um contexto deste início do século XXI. Assim, “exige remissões a contextos anteriores para se entender que a retomada de hoje coincide

com a tendência de arrefecimento do neoliberalismo e de revalorização do Estado Nacional” (STEINBERGER, 2013, p. 23).

Araújo (2012), na mesma oportunidade, alerta-nos, apontando que “não é à toa que o pensamento neoliberal⁸⁹ ataca com força o papel das políticas nacionais, propondo o Estado mínimo ou supervalorizando o papel de políticas locais.” Galvão (2013, p. 18) ao apresentar o livro “Território, Estado e políticas públicas espaciais”, organizado por Steinberger (2013), tece considerações importantes no que se refere ao Estado neoliberal, considerado pelo autor, como “a onda neoliberal”, que dentre as suas características, “procurou apoiar a influência dos estados subnacionais a partir do proclamado ‘fim’ dos Estados-Nação.” Merece destaque, o impacto gerado por esta “onda neoliberal”; assim, “os ventos neoliberais rapidamente escancararam os efeitos colaterais associados ao aumento das desigualdades e ao enriquecimento dos poucos ‘incluídos’.”

Além destes elementos, Galvão (2013, p. 18) em sua leitura sobre a referida “onda”, assevera que “A solidariedade social dentro e fora da sub-região ou local se enfraqueceu; populações vizinhas foram excluídas dos benefícios gerados; populações de conterrâneos nacionais também foram tratadas à margem dos planos.”

A partir desta perspectiva de análise da “onda liberal”, fica latente os motivos pelos quais, no turismo, a comunidade local e os trabalhadores direto com ele, tendem ficar à margem das estruturas das políticas públicas.

Araújo (2012, p. 19) proporciona grande contribuição, em especial, no que concerne à leitura da nova organização dos espaços nacionais, sob o viés do ambiente mundial contemporâneo; principalmente, apresentando e orientando-nos para um cenário em que “de um lado da dinâmica da produção regionalizada das grandes empresas (atores globais) e, de outro, da resposta dos Estados nacionais para enfrentar os impactos regionais e localizados seletivos da globalização.” Esta leitura do contexto político global, advém, de certa forma, a partir de uma compreensão multiescalar dos processos econômicos/políticos, e no entendimento dos seus rebatimentos na escala nacional, regional e local.

Desta feita, considerando as características elencadas por Galvão (2013), bem como, fazendo uma relação com as políticas públicas de turismo, em especial ao PNT 2007-2010, trazemos Fernandes (2013, p. 262) para o debate quando afirma que “[...]”

⁸⁹ Cf. Filgueiras (2006), Harvey (2014).

foram poucos os agentes-atores envolvidos em seu processo de formulação, o que leva a indagar: Onde aparece a voz que representa população local? Será que o grupo de empresários representa a população local?” O questionamento apresentado por este autor (2013), em uma perspectiva das políticas públicas do turismo precisa ser tratado com distinção nos estudos/pesquisas. Nesta tese, verificamos, também a ausência de sujeitos; em especial, da comunidade local e dos que trabalham direta/indiretamente com o turismo.

Desta feita, faremos uma breve contextualização da Política Nacional, destacando o Programa de Regionalização⁹⁰ do Turismo, lançado no ano de 2004, que dentre as suas características, ensejava “constituir-se em uma política pública, em âmbito territorial” (BRASIL, 2007), bem como, e principalmente, localizar espacialmente no âmbito estadual (MS), e por conseguinte regional, para atender o objetivo supracitado.

4.3.1 Programa de Regionalização do Turismo (PRT): um caso de “diferenciação e desigualdade territorial?”

Para que possamos compreender a lógica empreendida pelo Programa de Regionalização do Turismo⁹¹, precisamos ao menos entender a política do turismo na década de 1990, quando por meio do Plano Nacional de Turismo (PNT) foi concebido no ano de 1994, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT); período este marcado pela lógica neoliberal de atração de investimentos e descentralização da gestão via discurso de participação da sociedade (FRATUCCI, TRENTIN, 2011).

⁹⁰ Para o Estado (PRT) regionalizar: “é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local, regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada. Para implementar esse modelo é necessária a organização de um espaço geográfico em regiões, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística” (BRASIL, 2004, p.11), bem como, “não é apenas o ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades. É construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. É promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade” (BRASIL, 2007, p. 8).

⁹¹ Vale destacar que faremos uma breve contextualização das políticas públicas de turismo (PNT), em especial do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), para que compreendamos em que cenário político surgem os destinos indutores.

Dentre as características do PNMT⁹², destacamos uma em especial, por se tratar da escala geográfica de ação, ou seja, a respeito da descentralização da gestão do turismo, e, pelo fato do protagonismo da escala municipal, que nas palavras de Cruz (2006, p. 338), o turismo passou a ser pensado à luz das comunidades, “na escala e na efervescência da vida nos lugares.”

Importante denotar que, a característica de destaque deste Programa, a escala de sua atuação, foi para Fratucci (2008) um dos maiores obstáculos para a sua continuidade. Ao considerar a definição das políticas de Gestão deste Programa, este autor assevera, “o PNMT impunha a escala municipal para as suas ações, considerando que os limites políticos administrativos dos municípios brasileiros seriam o recorte mais adequado” (p. 167).

Ao relacionar o PNMT com as características atinentes ao turismo, tanto como atividade econômica, quanto a um fenômeno socioespacial, a perspectiva dimensional (escala municipal) revelou-se equivocada no decorrer do processo (FRATUCCI, 2008), pois, como sabemos, o turismo não se resume somente a esta escala, ou seja, as fronteiras do município, bem como foi apresentado em capítulos anteriores.

Além dos motivos acima citados, Silva (2013) aponta outros elementos motivadores do fracasso do PNMT:

1. despreparo dos agentes multiplicadores responsáveis pela mobilização e condução do processo de construção das políticas públicas;
2. a inexistência da prática participativa por parte dos agentes envolvidos na elaboração destas políticas;
3. A baixa taxa de criação da Instância de Governança - Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR)⁹³

Mesmo considerando todas as críticas e elementos apontados, o PNMT deixou um legado, em especial, pois a partir de então, passamos a entender que uma política pública setorial, no caso do turismo, deve ser considerada as questões que envolvem

⁹² Segundo o BRASIL (2002) o objetivo central do Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi o de estabelecer cinco princípios norteadores das estratégias de planejamento e de gestão do turismo: a descentralização, a sustentabilidade, as parcerias, a mobilização e a capacitação. Importante denotar que o PNMT não buscava, em suas ações, repassar recursos financeiros, mas sim informação e conhecimento, estímulo e apoio às iniciativas, conceitos e metodologias, atenção ao local, além de criar e/ou até recuperar a autoestima local.

⁹³ COMTUR é um espaço de debate e busca de soluções para o enfrentamento das questões inerentes ao setor, com vistas a amparar as secretarias municipais de turismo na elaboração das suas políticas, aja vista que possui um caráter consultivo, composto por representantes da gestão pública, da sociedade civil organizada e do setor privada (SILVA, 2013).

as especificidades dos lugares turísticos, ou seja, em uma lógica multiescalar, pois, precisamos compreender a heterogeneidade dos espaços, e, a grosso modo, entender as singularidades dos territórios, sua geografia, sua história, bem como, as demandas de todos os agentes sociais, em um processo desafiador e/ou utópico⁹⁴ de planejamento turístico participativo e integrado, em um contexto sustentável, conforme preconizado por Silva (2007, p. 7): “o turismo, se for desenvolvido na ótica da sustentabilidade, de forma integrada e participativa, pode vir a ser, uma atividade que proporciona sensibilização da comunidade, conservação ambiental e desenvolvimento.”

No que se refere ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros dos Brasil, fruto do Plano Nacional de Turismo (PNT), concebido no Governo do Presidente Lula para o período 2003-2007, nas palavras de Silva (2013, s. p.) “foi alçado à condição de política pública transversal a todas as ações do recém-criado Ministério do Turismo, conforme constatou-se no PNT 2007-2010.”

De acordo com Cruz (2005), o Plano Nacional de Turismo de 2003-2007 possui traços de uma política do Governo Collor de Mello, bem como, aprofundada por Fernando Henrique Cardoso. A autora (2003) denomina este traço histórico do Turismo no Brasil, como sendo atrelado à ação efetiva do Estado na criação de condições materiais (dos sistemas de engenharia) e não materiais (ligado às normas) para o desenvolvimento da atividade turística. Desta feita, ela assevera que “mais uma vez, o território é negligenciado, ofuscado por uma visão econômica e economicista da atividade turística” (CRUZ, 2003, p. 33). Segundo Fernandes (2013, p. 249), “apesar de adotar um discurso de Estado como provedor do bem-estar social, seguiu a mesma cartilha do governo neoliberal anterior,” em se tratando do planejamento do turismo.

As críticas acerca do PNT (2003-2007) ocorrem, também, ao verificar o “que está nas linhas e entrelinhas do Plano Nacional do Turismo”, com destaque para a redução do espaço à mercadoria, com uma efetiva participação do Estado (CRUZ, 2003, p. 34). Cruz (2003) chama-nos a atenção, ao verificar o “Programa de Roteiros Integrados”, principal estratégia do PNT (2003-2007), componente do Macro-Programa 4 - “Estruturação e diversificação da oferta turística”. A autora assinala que

⁹⁴ Acreditamos que este modelo de planejamento do turismo, ou seja, participativo, integrado, bem como, sustentável, precisa ser considerado a partir da lente da “utopia”, como preconizado por Campos (2007).

o território passa a ser considerado apenas como “um produto”, que, nas suas palavras, “mal-acabado, cuja transformação em mercadoria passível de competição no mercado internacional de ‘produtos’ (lugares) turísticos requer a intervenção do Estado” (CRUZ, 2003, p. 34-35).

Além do que já foi apresentado, precisamos destacar uma análise crítica ao Estado, no que se refere à Política Nacional de Turismo; em especial, por conta do discurso de uma política setorial, no caso a do turismo, sendo responsável para o desenvolvimento de uma região. Cruz (2003) assevera como “insustentável discurso da diminuição das desigualdades regionais” presente no PNT.

O turismo, uma atividade setorial, não pode ser responsável e/ou ainda “capaz de reverter, por si, uma realidade histórica e estruturalmente concebida, expropriadora, excludente e espacialmente seletiva, típica do modo de produção a que estamos todos submetidos” (CRUZ, 2003, p. 36).

Desta forma, percebemos que a tônica do Programa de Regionalização do Turismo, possui um viés desenvolvimentista, tal como asseverou Machado e Tomazzoni (2011), ao apresentar os objetivos deste programa, ou seja, “impulsionar o desenvolvimento turístico, como fator de desenvolvimento endógeno”, de forma regionalizada e não mais centrada no município, como no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado em 1994 (MACHADO; TOMAZZONI, 2011, p. 234). Vale, também, lembrar as severas críticas apontadas às políticas estatais que têm como base o localismo e/ou a endogenia, conforme já apontamos e foi apresentado por Brandão (2012).

Outra característica presente no PRT, e que precisamos considerar é no que se refere ao modelo de gestão descentralizada do turismo, e que representa uma forma multiescalar de representação de diferentes agentes sociais, da iniciativa privada, da gestão pública, terceiro setor, sem desconsiderar, é claro, a comunidade local. Vale, também, denotar que esta característica possibilita “a implementação dos programas e ações propostos pelo PNT, de forma articulada [...] no âmbito das Unidades da Federação, das microrregiões, das regiões turísticas e dos municípios do País” (BRASIL, 2007, p 45).

O Plano Nacional de Turismo concebeu e o MTur implementou, como base da sua atuação, um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, integrando as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada, por meio da criação de ambientes de

reflexão, discussão e definição das diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade nas diversas escalas territoriais e de gestão do País, alcançando todas as regiões brasileiras e todos os setores representativos do turismo, de modo a legitimar e a subsidiar a ação ministerial e dos seus parceiros (BRASIL, 2007, p. 43).

Diante disso, destacamos, também, o caráter estratégico de parceria entre a gestão pública e a privada, que, em certa medida, buscava “estruturar e qualificar os roteiros turísticos integrados [...] constituídos pelos municípios organizados em consórcio” (BRASIL, 2003, p.37).

Tais ações consorciadas apontadas em Brasil (2003) são as instâncias de governança regionais (IGR), que como foi apontado ainda nas notas introdutórias, é a rede em articulação com os diferentes nós (SANTOS, 2017), conferindo a governança o caráter territorial e reticular, por meio da interlocução das diferentes perspectivas de atuações, “a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais.” (DALLABRIDA, 2011, p. 17), entendendo que as instituições, citadas pelo autor, refere-se ao Estado em diferentes níveis escalares.

Além das perspectivas apontadas por Santos (2017), em especial por se tratar das Governanças no Turismo, vale destacar a de Dallabrida (2011), bem como de Fuini (2013, p. 97). Este último, conceitua a governança como sendo “uma construção política e institucional envolvendo atores públicos, privados e sociedade civil, em torno de acordos e projetos de cooperação, em diferentes dosagens de hierarquia e relações de poder entre as partes envolvidas.”

Importante, também, destacarmos os elementos que compõem os postulados da governança, com destaque para os aspectos referentes das potencialidades e fragilidades (Quadro 10).

Quadro 10 – Potencialidades e fragilidades dos postulados da governança.

Níveis de análise	Potencialidades da governança	Fragilidades da governança
Da escala territorial	Estimula as vocações e especificidades locais e regionais. A governança pode ser vista como a capacidade de auto-organização dos territórios para o desenvolvimento, como resposta às demandas globais e nacionais;	Estimulam o localismo e rivalidades entre unidades territoriais. É inevitável tratar da influência econômica e política dos níveis global e nacional sobre o local;
Dos elementos formadores	Reconhece a importância da construção de mecanismos de coordenação e de regulação das relações entre atores	Associa-se ao discurso do empreendedorismo e da lógica econômica do desenvolvimento;

	sociais no território e da formação da capital social;	
Das relações	Diálogo para o estabelecimento de projetos e sua consecução entre atores públicos, privados e da sociedade civil;	Evidencia parcerias público-privadas com viés oportunista e sujeitas a práticas de corrupção e favorecimento;
Da descentralização	Atribui importância à descentralização estatal e o fortalecimento fiscal e administrativo dos níveis menores de governo (local e regional);	Concebe a descentralização estatal como estratégia de acumulação flexível e de desmantelamento do Estado. Entende que o local e o regional são ainda níveis frágeis e sem autonomia para governança;
Da liderança	Estimula a formação de lideranças e protagonismos locais com legitimidade para pilotar os projetos e estratégias de desenvolvimento através de consensos;	Possibilita o surgimento de hierarquias sociais e atores hegemônicos que definem as diretrizes do desenvolvimento via coerção e cooptação;
Dos pactos	Atribui à cooperação entre instituições e organizações nos níveis local e regional a possibilidade de conciliar interesses e resolver problemas inéditos;	Entende que as contradições e assimetrias entre atores e grupos sociais inviabiliza a cooperação, não sendo possível pensar em um cenário de governança sem conflitos sociais;
Da sobreposição de estruturas	Conduz ao adensamento e complementaridade de instrumentos normativos e financeiros federais e estaduais de apoio aos projetos locais e regionais, viabilizando o encaminhamento de demandas e a realização de obras e atividades esperadas.	Produz o acúmulo de ações e projetos com objetivos semelhantes e pontuais, ou opostos, perdendo-se a eficácia normativa e econômica, com desperdício de recursos públicos com desvio dos focos e necessidades principais dos produtores e agentes locais.

Fonte: Fuini (2013)

A sistematização realizada por Fuini (2013) traz elementos importantes que precisam ser considerados, quando relacionamos aos motivos apontados por Silva (2013) que foram os motivadores do fracasso do Programa Nacional de Municipalização do Turismo; em especial a pequena taxa de criação do COMTUR, que como veremos no próximo capítulo, as IGR (municipal e regional) são imprescindíveis para a Classificação dos Municípios Turísticos, ou seja, para o desenho do turismo, tanto espacial/territorial e multiescalar.

Tal como Silva (2013) acreditamos na importância de identificar o conceito de região, que em certa medida, se apresenta em consonância com o PRT. Para tanto,

utilizamos Fratucci e Trentin (2011) que consideram como sendo:

espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares, trabalhando de forma integrada que buscavam, pela estruturação e otimização das cadeias produtivas regionais, estimular a criação de novos produtos turísticos diversificados, apoiados nas características culturais locais e em outros fatores motivadores de demanda, além do tradicional ‘sol e praia’”(FRATUCCI; TRENTIN, 2011, p. 04).

Em certa medida, precisamos considerar que o turismo possui uma especificidade importante, e que precisa ser destacada, ou seja, o seu caráter “centrado na exploração espacial” o qual encontra na regionalização uma perspectiva de dividir o ônus, por meio da divisão setorizada:

não é apenas o ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades. É construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. É promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade (BRASIL, 2007, p. 8).

No que se refere à perspectiva temporal do Programa de Regionalização do Turismo, precisamos considerar alguns marcos históricos para a sua constituição e efetivação, conforme vemos no quadro 11, que foram exponenciais para a criação deste programa.

De acordo com o Plano Nacional do Turismo PNT- 2007-2010, o Brasil foi regionalizado em 2004. Com isso, no primeiro mapa da regionalização do turismo, identificaram 219 regiões turísticas, totalizando 3.203 municípios, contendo todas as unidades da federação. A partir de então, com um desenho territorial de potencialidades para o turismo, identificou-se a necessidade de mostrar ao país os produtos turísticos novos, a partir das diretrizes do programa. Assim, é criado pelo MTur, no ano 2005, o Salão do Turismo – Roteiros do Brasil como uma estratégia para impulsionar as ações da regionalização. Neste evento, foram apresentados ao país 451 roteiros turísticos, envolvendo 959 municípios em 134 regiões (BRASIL, 2007).

Quadro 11 – Programa de Regionalização do Turismo: marcos históricos.

Ano	Principais ações/eventos
2003	PNT 2003 – 2007 - Macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística. Criação da Câmara Temática da Regionalização no CNTUR;
2004	Lançamento do Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil. Lançamento do Primeiro Mapa de Regionalização do Turismo Brasileiro;
2006	1º Encontro Nacional do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil; Lançamento do Segundo Mapa de Regionalização do Turismo Brasileiro.
2007	PNT 2007-2010 – Macroprograma de Regionalização do Turismo; Publicação dos Treze Cadernos do Programa para auxiliar na implementação; Lançamento da Estratégia 65 Destinos Indutores.
2009	Lançamento do Terceiro Mapa de Regionalização do Turismo Brasileiro.
2010	Avaliação do PRT.
2011	
2012	Retomada
2013	Lançamento das novas Diretrizes do PRT Lançamento do Quarto Mapa de Regionalização do Turismo Brasileiro; Lançamento do PNT 2013-2016
2015	Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015 – Categorização dos municípios Brasileiros
2016	Lançamento do Quinto Mapa de Regionalização do Turismo Brasileiro

Fonte: Adaptado de Lima (2017)

Ainda de acordo com Brasil (2005, 2006, 2007), após inúmeras reuniões, oficinas e seminários, os órgãos oficiais de turismo das Unidades da Federação e o MTur apresentaram o resultado do trabalho, ou seja, a atualização do Mapa da Regionalização, destacando 200 regiões turísticas, 3.819 municípios, com 396 roteiros turísticos para o mercado nacional.

No Plano Nacional do Turismo 2007-2010, é notório o destaque que é dado ao turismo e a sua relação econômica e socioespacial, denominado neste plano como “um forte indutor de inclusão social,” bem como, a sua meta, ou seja, o “aumento de viagens domésticas, a criação de emprego e ocupação, a qualificação dos destinos turísticos e a geração de divisas” (BRASIL, 2007, p. 47).

Para corroborar com as questões que foram apresentadas, Fernandes (2013, p. 262) assevera que apesar da proposta do PNT 2003-2010⁹⁵ ser uma política “a tratar o turismo como atividade multifacetada, o que, no entanto, não se traduz em seus macroprogramas e metas que o tratam simplesmente como uma atividade econômica [...]”

Na Política Nacional do Turismo (política setorial) o espaço, e com isso, a dimensão territorial é compreendida apenas como recurso, tal como preconizou Steinberger (2006) ao considerar o “espaço como o endereço onde as ações acontecem, reduzindo-o ao palco de intervenção, ou seja, um receptáculo inerte e passivo”; que em certa medida, é consequência da lógica do Estado, que tem buscado atender as demandas do mercado e/ou segmentos econômicos, conforme já apresentamos.

Ainda nessa perspectiva, Santos e Silveira (2001, p. 61) fazem alguns apontamentos, em especial para considerarmos que “por detrás da atuação do Estado, há os interesses corporativos que em muitos casos, não estão dissociados do interesse coletivo da sociedade,” pois para estes autores, tal questão é explicada pelo fato de que, elas também, por diversos motivos, exigem infraestruturas variadas.

Esta abordagem faz sentido quando analisamos o fenômeno do turismo, que tem em sua base fundante o deslocamento de pessoas, como já apresentado, tendo a necessidade de uma constituição daquilo que Santos (1996) considera como “irradiação do meio técnico-científico-informacional” e/ou “sistemas de movimento do território” apresentado por Contel (2001), ou ainda, à luz dos “sistemas de engenharia” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), que são concebidos para atender os turistas, como elemento das prioridades da Política Nacional de Turismo; mas, também, são utilizados para a comunidade local, como por exemplo, os aeroportos, as novas construções de estradas, etc.

O PNT 2007-2010 contém uma característica que precisa ser destacada, ou seja, a estratégia da regionalização apresentada no período anterior. Porém, com uma alteração nas suas propostas conceituais” (FRATUCCI, 2008, p. 174), como vemos:

focar destinos turísticos selecionados, de modo a se constituírem em indutores do desenvolvimento do turismo regional e da roteirização turística, gerando modelos e referências para os demais destinos

⁹⁵ Fernandes (2013) faz uma análise da Política Nacional do Turismo em um horizonte temporal de dois planos o 2003 – 2007 e o 2007 – 2010.

turísticos no Brasil, conforme o mapeamento apresentado pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (BRASIL, 2007, p. 47).

Importante destacar que um dos objetivos do Programa de Regionalização do Turismo, por meio dos órgãos e conselhos estaduais de turismo, era o de selecionar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional, com capacidade de induzir o desenvolvimento regional, por meio dos roteiros aos quais fazem parte, difundindo-o, também, para as regiões que perpassam, com a finalidade para serem trabalhados até 2010. (FRATUCCI, 2008; SILVA, 2013).

De acordo com o Ministério do Turismo, por meio do PRT, todas as unidades federativas, sendo obrigatoriamente todas as suas capitais deveriam ser contempladas com destinos indutores, tendo como metas “melhorar a infraestrutura dos locais capazes de distribuir fluxos turísticos e desta forma criar sinergias locais para consolidações de regiões. (RODRIGUES; SOUZA, 2015, p. 238).

Precisamos fazer uma análise crítica acerca dos destinos indutores instituídos por meio de uma política pública, denominado Programa de Regionalização do Turismo, e a sua efetivação e/ou rebatimento nos espaços. Para tanto, necessitamos complexificar a sua efetividade no turismo, em especial, enquanto elemento propulsor para o desenvolvimento das localidades/regiões.

Duda e Araújo (2014, p. 216) apresentam severas críticas acerca dos destinos indutores. Para estes autores, esta política possui grande influência da Teoria dos Pólos de Crescimento de Perroux;⁹⁶ apontando que a estratégia dos destinos indutores foi responsável por concentrar investimentos no seu entorno. Destacam também, que tal política causou grandes “desigualdades na distribuição dos benefícios que os pólos podem criar para regiões inteiras,” bem como, percebemos uma característica que tende a reforçar as desigualdades espaciais e/ou regionais, contrariando a perspectiva que a política dos destinos indutores preconizava.

A despeito da lógica das diferenciações no território, e sua relação intrínseca com as políticas públicas, em especial, a Política Nacional de Turismo, precisamos considerar que tal política possui características importantes a serem denotadas, em especial ao que Santos e Silveira (2001) denominaram de “centralidade” e/ou “espaços de rapidez”, que possuem uma complementaridade daquilo que estamos

⁹⁶ Cf. PINHEIRO, I. F. S. Política Pública de Regionalização do Turismo no Pólo Seridó – RN: um estudo sobre gestão de recursos naturais, participação social e o desenvolvimento regional.

considerando como “espaços luminosos”.

5 QUE EXISTA A LUZ? OS DESTINOS INDUTORES BONITO E CORUMBÁ – MS EM ANÁLISE

Deus disse: “Faça-se a luz!”. E a luz foi feita. Deus viu que a luz era boa, e separou a luz das trevas (Gênesis 1, 1-4).

Para darmos início a este capítulo, revisitamos Massey (2008, p. 251), em especial quando a autora apresenta a importância do trabalho empírico quando afirma que “A beleza do trabalho empírico é que logo que se chega a conclusões nítidas e satisfatórias ele começa a mostrar frestas e questões”. O exercício de enxergar a teoria nos elementos empíricos, nos coloca ainda muito mais inquietos, para não dizer em dúvidas. Esta inquietude nos posiciona na condição de pesquisadores(as) efetivamente.

A questão principal neste capítulo está no fato de trazermos as vozes dos diversos sujeitos acionados, (considerando que elas também ecoam durante a construção/produção da base teórica), que nesta tese estamos considerando como informantes, para dialogarmos em interface com os documentos norteadores do PRT no MS; além evidentemente, dos que balizam as instâncias de governança regionais e os destinos indutores.

Para a construção da análise empírica, precisamos considerar os seus tensionamentos à luz da base conceitual, quais sejam: as multiterritorialidades e multidimensionalidades dos diversos agentes sociais do turismo, e; da sua política, bem como o desenho das tramas de poder que são (re)configuradas no bojo dos movimentos, em especial, de pessoas e dos interesses do capital.

Precisamos de antemão considerar a política estadual de turismo do Mato Grosso do Sul, em especial, aquela que se refere ao PRT (das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal), e dos destinos indutores do turismo Bonito e Corumbá, conforme já apontado e caracterizado nas notas introdutórias desta tese.

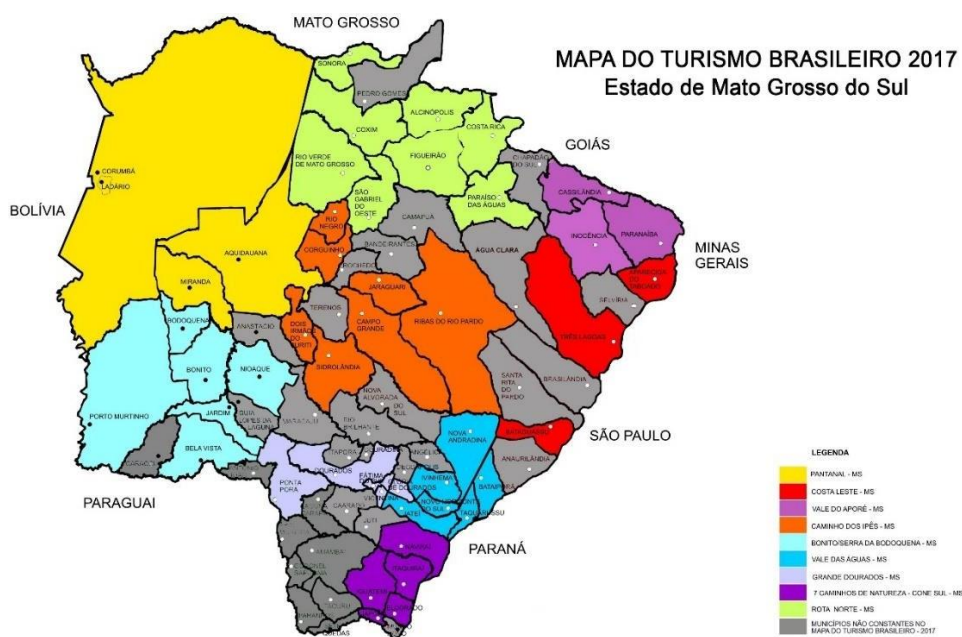
Importante destacar ainda, que para a organização/apresentação dos resultados, organizamos da seguinte forma: breve apresentação do PRT no MS e de que forma esta política reverbera nos destinos Bonito e Corumbá, a partir de uma perspectiva crítica/reflexiva/relacional e contextualizada: MS – Regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal. E por fim, revisitamos os objetivos específicos para melhor estruturar a análise/discussão dos resultados, em consonância com os elementos

teóricos e empíricos da tese.

5.1 Política de Turismo: o PRT no MS

No Estado do MS, o PRT é gerido por meio do seu órgão competente: Fundação de Turismo, FUNDTUR/MS. Esta instituição divide os municípios do Estado em nove regiões turísticas distintas (FUNDTUR, 2017), quais sejam: Pantanal – MS, Costa Leste – MS, Vale do Aporé – MS, Caminho dos Ipês – MS, Bonito/Serra da Bodoquena – MS, Vale das Águas – MS, Grande Dourados – MS, 7 Caminhos de Natureza e Cone Sul - MS, Rota Norte – MS, conforme podemos observar na figura que segue:

Figura 40 – Mapa de Regionalização do Turismo no MS: ano 2017.

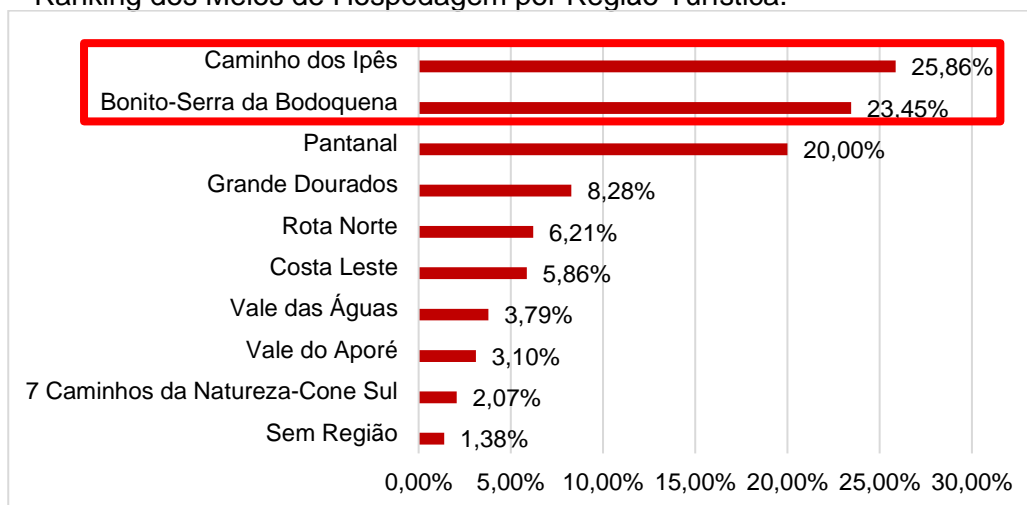


Fonte: FUNDTUR (2017)

A configuração do turismo organizado nas regiões turísticas Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, e a importância dos destinos Bonito e Corumbá, pode ser medida, também, ao considerar, por exemplo, a sua infraestrutura turística, de acordo com o CADASTUR⁹⁷, bem como características específicas de cada território (Gráfico 1).

⁹⁷ CADASTUR é o Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo. Em síntese, o CADASTUR visa promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil.

Gráfico 1 – Ranking dos Meios de Hospedagem por Região Turística.



Fonte: FUNDTUR (2019)

Fonte: FUNDTUR (2019)

O gráfico anterior caracteriza a potência das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal. Porém, é importante destacar que estes números precisam ser contextualizados à luz dos municípios/objetos empíricos da tese. Assim, os municípios de Bonito e Corumbá possuem 50 e 34 Meios de Hospedagem formais, respectivamente, ou seja, 43,45% do número total conforme Tabela 3)

Tabela 3 – Número de Meios de Hospedagem em 2018.

N.º	Município	Meios de Hospedagem	U.H.	Leitos
1	Campo Grande	63	3.287	6.838
2	Bonito	50	1.387	4.016
3	Corumbá	34	833	2.280
4	Outros municípios	140	4.787	11.377
TOTAL		289	10.294	24.511

Fonte: Adaptado de FUNDTUR (2019)

Precisamos considerar que o turismo em Bonito possui características que o distingue dos demais por conta do seu planejamento e gestão, dado em especial pelo Voucher Único, como já foi apresentado anteriormente. Considerando esta lógica, a configuração deste território turístico é desenhada com a presença de profissionais capacitados para o guiamento de turistas em atrativos naturais⁹⁸ (Tabela 4).

⁹⁸ No ano de 1995, após a conclusão do curso de Guia de Turismo, especializado em atrativos naturais, a Lei Municipal nº 689/95 torna obrigatória o acompanhamento por guias especializados, em todos os atrativos turísticos locais.

Tabela 4 – Quantitativo de Guias Cadastrados em MS.

Nº	Município	Guias	%
1	Bonito	155	65,68%
2	Campo Grande	52	22,03%
3	Corumbá	9	3,81%
4	Jardim	7	2,97%
5	Bodoquena	4	1,69%
6	Dourados	3	1,27%
7	Três Lagoas	3	1,27%
8	Costa Rica	1	0,42%
9	Guia Lopes da Laguna	1	0,42%
10	Ribas do Rio Pardo	1	0,42%
Total		236	100%

Elaboração: OBSERVATURMS (por meio do CADASTUR/2019)

Esta territorialidade municipal passa a reverberar nos municípios de Jardim e Bodoquena, em especial nos atrativos que são comercializados em Bonito, para atender os requisitos da política municipal desta cidade, representando assim, uma estrutura que enseja caracterizá-la como sendo multiescalar, ou melhor, com elementos que demonstram a potência da gestão do turismo que acaba “saltando escalas” (SMITH, 2000).

Dada as características que envolvem o turismo nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, bem como a estrutura dos municípios indutores, Bonito e Corumbá, precisamos considerar como as questões no tocante à infraestrutura turística, como por exemplo, os meios de hospedagem, dentre outras características dos municípios no MS, reverberam na espacialização do turismo, e principalmente quanto a sua classificação no Mapa do Turismo Regional do MS, como vemos nos objetivos específicos do “Programa de Classificação dos Municípios” (FUNDTUR, 2017). Importante considerar que o mapa de regionalização do turismo no MS⁹⁹ foi instituído em 2004, e passou por atualizações em 2006, 2009, 2013 e 2017.

O Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da FUNDTUR/MS, implantou no ano de 2013, o Programa de Classificação dos Municípios, que tinha como objetivo geral “Fortalecer o Turismo em Mato Grosso do Sul no que diz respeito ao desenvolvimento da infraestrutura e conseqüentemente atração de novos

⁹⁹ E no ano de 2019 tivemos mais uma atualização, porém, não estamos considerando esta última versão. A tese se debruçou a pensar/analisar até a versão do ano 2017, constante no “Relatório Final: Programa de Classificação dos Municípios - 2017 - 3ª FASE” (FUNDTUR, 2017).

investimentos”.

Como objetivos específicos deste programa de classificação, temos:

- Identificar o estágio da atividade turística nos municípios através do levantamento da infraestrutura básica e turística, consideradas indispensáveis para consolidação da atividade;
- Definir e nortear as estratégias de ação e atuação da FUNDTUR junto aos municípios, segundo indica o Diagnóstico Competitivo do Planejamento Estratégico 2008-2020;
- Classificar os municípios de acordo com o estágio de desenvolvimento e maturidade em que se encontram, e, da somatória desses municípios, as Regiões Turísticas através de processo metodológico com critérios pré-estabelecidos no Programa;
- Fomentar o fortalecimento e a consolidação da atividade turística proporcionando incentivos e benefícios de acordo com o estágio de desenvolvimento em que se encontra cada município;
- Estimular os municípios a investirem na organização da atividade e fortalecimento da cadeia produtiva do turismo visando melhor posicionamento no ranking de classificação;
- Contribuir, conseqüentemente, com a OFERTA de produtos e serviços turísticos dotados de qualidade e capaz de competir no mercado nacional e internacional (FUNDTUR, 2017, p. 2).

Para Classificação dos Municípios, foram definidos os critérios técnicos com base na Política Nacional do Turismo, e colocados em prática na escala estadual (Quadro X), por meio da “equipe técnica da Fundação de Turismo de MS, com a finalidade de identificar o nível de desenvolvimento dos municípios e direcionar apoio técnico e financeiro” (FUNDTUR, 2017, p. 3).

Quadro 12 – Critérios de avaliação do Programa de Classificação dos Municípios.

ATRIBUIÇÃO DE PONTUAÇÃO AOS MACROS CRITÉRIOS CONSIDERADOS PARA AVALIAÇÃO NO PROGRAMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	PONTUAÇÃO	PESO
GOVERNANÇA Identificação do nível de desenvolvimento turístico através da Instância de Governança organizada e participativa.	58	25,11%
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL Atuação do Setor através do planejamento, alocação de recursos, interlocução com a iniciativa privada.	23	9,96%
SUSTENTABILIDADE DO MUNICÍPIO Infraestrutura básica de apoio ao turismo no que concerne a sustentabilidade ambiental, produção cultural, proteção à infância e a juventude.	27	13,85%
INFRAESTRUTURA TURÍSTICA Infraestrutura disponível: prestadores de serviços turísticos remunerados e que exerçam as atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo através de sociedades empresariais, sociedades simples, empresários	127	51,08%

individuais e serviços sociais autônomos; Serviço de atendimento ao turista: disponibilidade de serviços de informações e orientação; Monitoramento: utilização de instrumentos com objetivo a aferir a movimentação turística no município. Ficha do Produto Turístico: Detalhamento das potencialidades e atrativos naturais e culturais do município, bem como seus eventos (OBS: Será cobrado na 4ª Fase do Programa que está prevista para o primeiro semestre de 2019).		
PONTUAÇÃO MÁXIMA A SER OBTIDA	235	100%

Fonte: FUNDTUR/MS (2017)

Vale ressaltar que os critérios “Infraestrutura turística” e “Governança” são os que mais pontuam, somando mais de 75% do valor total dos critérios de avaliação. Outro elemento de destaque, é que se o município não aderir à classificação do MTur, não configurará no “Mapa da Categorização do Turismo” e, conseqüentemente, não participará do “Mapa do Turismo Brasileiro”.

A categorização¹⁰⁰ dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro possui uma variável estabelecida pelo MTur em que os classifica em categorias¹⁰¹: A, B, C, D e E. Os critérios de classificação dos municípios estão condicionados ao estágio de desenvolvimento da atividade, tanto as de ordem qualitativa (gestão) quanto as de ordem quantitativa (número de empregos gerados pelos meios de hospedagens, fluxo turístico nacional e internacional etc.).

Como foi apresentado ainda nas notas introdutórias, estamos considerando os municípios Bonito e Corumbá enquanto destinos indutores. Porém, vale destacar, que em consonância a reestruturação do PRT (BRASIL, 2013), ou seja, a implementação da nova “Categorização dos Municípios Turísticos”, os municípios supracitados, passaram por uma nova classificação.

Os municípios turísticos no MS compõem, desde então, quatro (04) Categorias que definem as ações, os incentivos e benefícios a serem recebidos do Governo do Estado através da FUNDTUR/MS, quais sejam: Semear, Nascer, Frutificar e Colher, conforme Quadro 13.

¹⁰⁰ Categorização é um instrumento estratégico de implementação de políticas públicas, que considera as peculiaridades de cada município, de forma que os municípios categorizados possam demonstrar seus desempenhos econômicos, periodicamente (BRASIL, 2018).

¹⁰¹ Para categoria A é atribuída para destinações consolidadas e com fluxo internacional; B é atribuído para destinações com demanda turística predominantemente doméstica. As categorias C, D e E são localidades que ainda estão se organizando para a promoção do turismo e que se encontram em diferentes estágios.

Quadro 13 – Categorias de Classificação dos municípios turísticos do MS: principais benefícios

SEMEAR (Municípios que atingiram até 80 Pontos)	NAS CER (Municípios que atingiram de 80 até 109 Pontos)	FRUTIFICAR (Municípios que atingiram de 109 até 149 Pontos)	COLHER (Municípios que atingiram de 149 até 235 Pontos)
ENFOQUE DAS AÇÕES: Melhoria da infraestrutura básica, turística e sensibilização da comunidade local para a atividade	ENFOQUE DAS AÇÕES: Estruturação segundo a vocação do destino, qualificação e melhoria da infraestrutura turística.	ENFOQUE DAS AÇÕES: Para organização de roteiros e produtos turísticos, promoção.	ENFOQUE DAS AÇÕES: Para manutenção, promoção e comercialização
BENEFÍCIOS •	BENEFÍCIOS	BENEFÍCIOS	BENEFÍCIOS
<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização visando a formação das Instâncias de Governança Municipal; 	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento para fortalecimento das Instâncias de Governança Turística; 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e divulgação dos produtos turísticos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de marketing do destino;
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio técnico para estruturação do município enquanto destino turístico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio técnico na elaboração de projetos para captação de recursos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Destaque em publicação da FUNDTUR; 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação dos produtos e roteiros turísticos;
<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de qualificação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de Qualificação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à participação em eventos nacionais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Prioridade na promoção nacional e internacional;
<ul style="list-style-type: none"> • Identificação das vocações turísticas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise técnica de potencialidades para o desenvolvimento do turismo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio técnico na elaboração de projetos para captação de recursos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Validação como prioritário para investimentos em infraestrutura pública e turística;
<ul style="list-style-type: none"> • Fomento da produção associada ao turismo local (gastronomia, artesanato e agricultura familiar); 	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento a produção associada (gastronomia, artesanato e agricultura familiar); 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de Qualificação; • Fomento à produção associada (gastronomia, artesanato e agricultura familiar); 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de Qualificação; • Fomento à produção associada (gastronomia, artesanato e agricultura familiar);

<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento/atualização da oferta turística; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação, organização dos produtos turísticos e orientação para segmentação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio técnico FUNDTUR/MS: Curso de capacitação com foco em situações e temas do Turismo parcialmente já conhecidos pelo público alvo visando definir possíveis desenvolvimentos e/ou mudanças em curto ou médio prazo. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Prestar orientação e assessoria aos municípios através de visitas da equipe técnica da FUNDTUR 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio técnico da FUNDTUR/MS: Curso de capacitação com foco em situações e temas do Turismo parcialmente já conhecidos pelo público alvo visando definir possíveis desenvolvimentos e/ou mudanças em curto ou médio prazo. 		
		<ul style="list-style-type: none"> • Investimento de recursos financeiros visando apoiar o município na seguinte abrangência: despesas com promoção, cujas normatizações serão estabelecidas em publicação específica, sendo um aporte com teto máximo de R\$ 15.000,00 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento de recursos financeiros visando apoiar o município na seguinte abrangência: despesas com promoção, cujas normatizações serão estabelecidas em publicação específica, sendo um aporte com teto máximo de R\$ 20.000,00.

Fonte: Elaborado pelo autor. Adaptado de FUNDTUR (2017)

A partir da leitura do Quadro 13, com atenção aos municípios turísticos Bonito e Corumbá, verificamos a importância da organização dos agentes do turismo e a formação política em espaços de governança. Tal questão definiu sobremaneira o resultado, por exemplo, de Miranda – MS. As questões que envolvem a gestão do turismo neste município, foram apontadas e discutidas nos capítulos anteriores. Em especial, quando da inexistência e/ou ineficiência da Secretaria de Turismo deste município, e, além é claro, da instância de governança local (COMTUR).

Nestes termos, para a compreensão do desenho e constituição do mapa de regionalização do MS, precisamos debruçar no Programa de Classificação dos Municípios Turísticos deste Estado. Vale ressaltar que faz necessário entender a dinâmica da política estadual de Turismo, pois, através dela, teremos condições de compreender as estratégias multiterritoriais e multisetoriais das políticas, tanto Federal, quanto do Estado, bem como, para que consigamos entender as dinâmicas territoriais do Turismo nos municípios Bonito e Corumbá, das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal.

Quadro 14 – Relação dos municípios das regiões turísticas de Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal e as suas respectivas categorias e avaliações.

MUNICÍPIOS	REGIÃO TURÍSTICA	LEI DO COMTUR	SITUAÇÃO ATUAL DO COMTUR	CATEGORIA DO MUNICÍPIO	GOVERNANÇA	GESTÃO PÚBLICA	SUSTENTABILIDADE	INFRA TURÍSTICA	TOTAL
Anastácio	Pantanal	Não	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Aquidauana	Pantanal	Sim	Ativo	FRUTIFICAR	32	13	25	40	110
CORUMBÁ	Pantanal	Sim	Ativo	COLHER	56	18	27	62	163
Ladário	Pantanal	Sim	Inativo	SEMEAR	10	0	10	0	20
Miranda	Pantanal	Sim	Inativo	NASCER	12	20	22	53	107
Bela Vista	Bonito/Serra da Bodoquena	Sim	Ativo	NASCER	52	5	23	12	92
Bodoquena	Bonito/Serra da Bodoquena	Sim	Ativo	FRUTIFICAR	52	13	18	49	132
BONITO	Bonito/Serra da Bodoquena	Sim	Ativo	COLHER	64	23	24	64	175
Caracol	Bonito/Serra da Bodoquena	Não	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Guia Lopes	Bonito/Serra da Bodoquena	Sim	Inativo		10	5	12	2	29
Jardim	Bonito/Serra da Bodoquena	Sim	Ativo	COLHER	50	23	21	58	152
Nioaque	Bonito/Serra da Bodoquena	Sim	Ativo	SEMEAR	30	5	12	6	53
Porto Murtinho	Bonito/Serra da Bodoquena	Sim	Ativo	NASCER	32	3	24	33	92

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações FUNDTUR (2017) e dados de campo

5.2 Compreendendo os destinos indutores: Bonito e Corumbá, das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, na perspectiva da abordagem territorial

A disposição do turismo nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, em especial, os objetos empíricos Bonito e Corumbá serão compreendidos à luz da dinâmica multisetorial e multiterritorial dos agentes sociais do turismo.

A configuração destas regiões no tocante ao turismo estão diretamente relacionadas à perspectiva destes diferentes agentes sociais (FRATUCCI, 2008), com distinção ao Estado e ao Mercado, como apontamos no problema de pesquisa desta tese.

Para que compreendamos a influência dos destinos indutores Bonito e Corumbá no fomento do turismo dos municípios que integram as regiões turísticas Bonito/Serra da Bodoquena e Corumbá, respectivamente, acionamos os diferentes sujeitos envolvidos na Gestão do Turismo e diretamente envolvidos com o PRT/MS.

Desta forma, demos início ao trabalho de campo com o intuito de aplicar o formulário de entrevista semiestruturada aos Gestores da pasta de Turismo, do Governo do Estado, ou seja, aos Diretores Presidentes da Fundação de Turismo do MS – FUNDTUR/MS, tanto ao atual Gestor, a frente da pasta há 1 ano e 6 meses, considerando que a entrevista foi realizada em setembro de 2018, bem como para a Diretora anterior que esteve de 1990 a 2016, na função de Diretora Presidente desta Fundação.

Para o atual Diretor, há uma distinção clara entre as relações dos destinos indutores e os municípios que compreendem as regiões turísticas. Segundo o entrevistado, Bonito possui uma grande influência enquanto destino indutor, diferente do que ocorre em Corumbá. As questões que envolvem a sua geografia, em especial, por conta das localizações, sua estrutura organizacional/política, dada pelos gestores públicos e privados, bem como, as características do segmento turístico, foram considerados como elementos ímpares na conformação dos seus resultados.

Ao referir ao destino indutor Bonito e sua influência, aponta:

Eu acho natural, até porque os atrativos que compõe a região, não estão só localizados em Bonito, até mesmo se não existisse o Programa, na época, o Programa dos Destinos Indutores, Bonito já era um destino indutor, por este fato, a cadeia de Bonito, ela também faz parte. Está também nos outros municípios: de Jardim, de Bodoquena, são comercializados como Bonito. Então lá tem uma integração um

pouco mais regional do que outras regiões daqui do Estado. Então um papel natural de indução por ser a localidade que tem a oferta maior, mas que tenha também complementaridade com outros atrativos e outros equipamentos neste outros dois municípios Jardim e Bodoquena (ENTREVISTA REALIZADA COM O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE TURISMO – FUNDTUR/MS, em 20 de setembro de 2018).

Segundo o entrevistado a configuração do turismo na região Bonito/Serra da Bodoquena, e de seus atrativos, se dão, em certa medida, por conta das distâncias (referindo aos municípios Jardim e Bodoquena), bem como, aos demais atributos geográficos, como seu relevo, sua estrutura geológica e paisagística; como apresentado nas notas introdutórias desta tese, somado a uma estrutura capitaneada por Bonito, em especial, por conta da organização da gestão turística do local, reverberando nas regiões supracitadas.

Quem corrobora com o Diretor Presidente da FUNDTUR é a Secretária de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (2013-2016):

hoje você tem municípios como Jardim e Bodoquena recebendo turistas que estão em Bonito, né! Lógico... por conta de atrativos que estão nessas outras localidades mas se não fosse Bonito e seus atrativos e tudo isso que eu já disse Será que o turista iria somente para visitar o Boca da Onça (*atrativo do município de Bodoquena*) se não existisse Bonito então é o questionamento... iria se fosse só no buraco das Araras (*atrativo do município de Jardim*) (ENTREVISTA REALIZADA COM A SECRETÁRIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BONITO, em setembro de 2018).

O Diretor do Turismo de Bonito (gestão atual) aponta elementos importantes na configuração do Turismo de Bonito e sua relação com a região que precisam ser mencionados: 1) O município inicia as atividades turísticas (com o Ecoturismo - entre a década de 1980 e 1990) em consonância a uma agenda mundial acerca do meio ambiente/ desenvolvimento sustentável¹⁰², neste período os outros municípios vizinhos não falavam de turismo e; 2) Similaridade nos atrativos, com características como: cachoeiras, grutas, flutuação etc.

Tais apontamentos faz-nos considerar as questões que envolvem a configuração, intermediação e distribuição das viagens e, por conseguinte, os seus rebatimentos espaciais, discutidos teoricamente no capítulo 2 desta tese, por meio

¹⁰² Chama-nos a atenção o apelo para as questões ambientais presentes na sua entrevista. Importante denotar que o Diretor de Turismo (gestão iniciada em 2017) é Guia de Turismo.

dos diferentes modelos, como: Modelo de Mariot do Fluxo de turistas, Modelo teórico de enfoque espacial de Palhares, Modelos de viagens recreativas e excursionistas de Campbell (PEARCE, 2003), bem como da Teoria do Espaço Turístico (BOULLÓN, 2002).

Estes modelos representam as especificidades/características espaciais do turismo, para que, em certa medida, compreendamos a lógica da sua dinâmica; principalmente, a espacialização dos turistas, em uma clara distinção, como foi apontado e criticado, ou seja, considerar o espaço turístico destacando o deslocamento (do turista), por meio de uma perspectiva que enfatiza os aspectos econômicos.

Entender as questões advindas pela dinâmica do movimento, ou melhor, do fluxo turístico, como foi apontado, atendendo a uma abordagem origem – ligação – destino (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2012), bem como, muito além disso, corrobora para a distinção dos espaços do turismo, ou simplifica o espaço turístico.

Neste sentido, ao analisar os destinos indutores Bonito e Corumbá, na busca para compreensão acerca das tramas territoriais dos diferentes agentes do turismo, vale também, propor uma leitura da dinâmica do espaço turístico. Para tanto, a escolha pelo agente mercado e Estado, atende a mais uma perspectiva de se entender o espaço turístico à luz das territorialidades em rede.

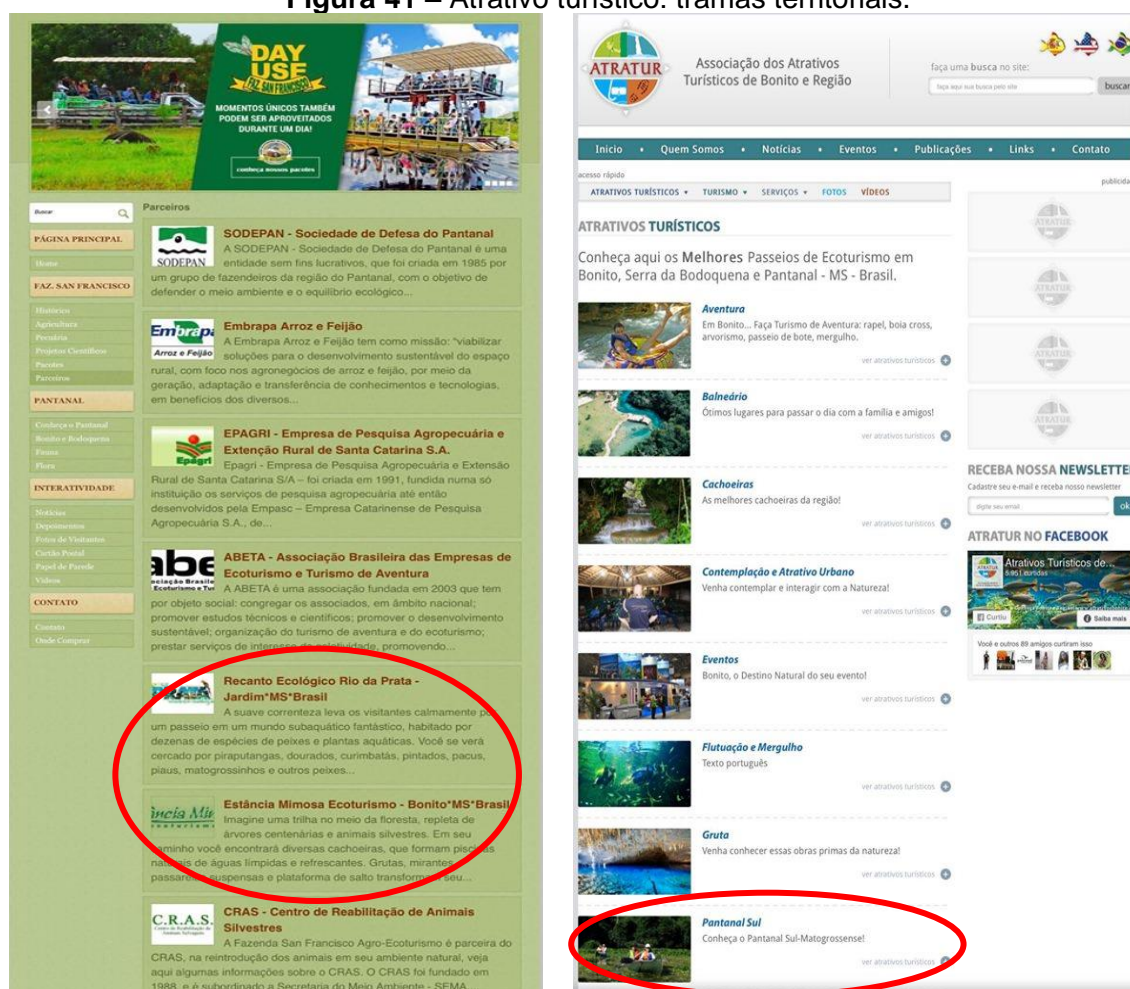
Insta destacarmos o cuidado no qual estamos apresentando esta proposta de leitura do espaço turístico à luz das redes territoriais, em uma clara constatação da existência dos territórios-rede do turismo, para não cairmos naquilo que foi postulado por Chimamanda Ngozi Adichie (2019) em “O perigo de uma história única”, considerando que, “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos” (p. 26).

A abordagem da articulação territorial entre os diferentes municípios das regiões e as tramas territoriais advindas pelas articulações entre os agentes sociais do turismo em diferentes escalas, apresenta um desenho do território turístico, tanto de Bonito/Serra da Bodoquena, bem como, do Pantanal, que pode ser modificado considerando e estabelecendo relação com outros novos agentes sociais, à luz da dinâmica fluida do espaço-tempo em uma leitura contextualizada.

Como exemplo das tramas territoriais em uma perspectiva relacional, podemos

considerar os tratados comerciais¹⁰³ (entre os agentes do mercado), como ocorre com o atrativo “Fazenda San Francisco” localizado no Pantanal do Miranda, divulgando em seu site, dois outros atrativos da Região Bonito/Serra da Bodoquena, quais sejam: “Recanto Ecológico Rio da Prata” – Jardim e “Estância Mimosa Ecoturismo” – Bonito. Vale destacar, ainda, que o atrativo turístico “Fazenda San Francisco” consta na lista de atrativos da Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e região (ATRATUR), configurando desta forma, uma clara relação territorial (território-rede) e multiescalar, sendo, municipal - regional, ou ainda, regional (Pantanal) x regional (Bonito Serra da Bodoquena) (Figura 41).

Figura 41 – Atrativo turístico: tramas territoriais.

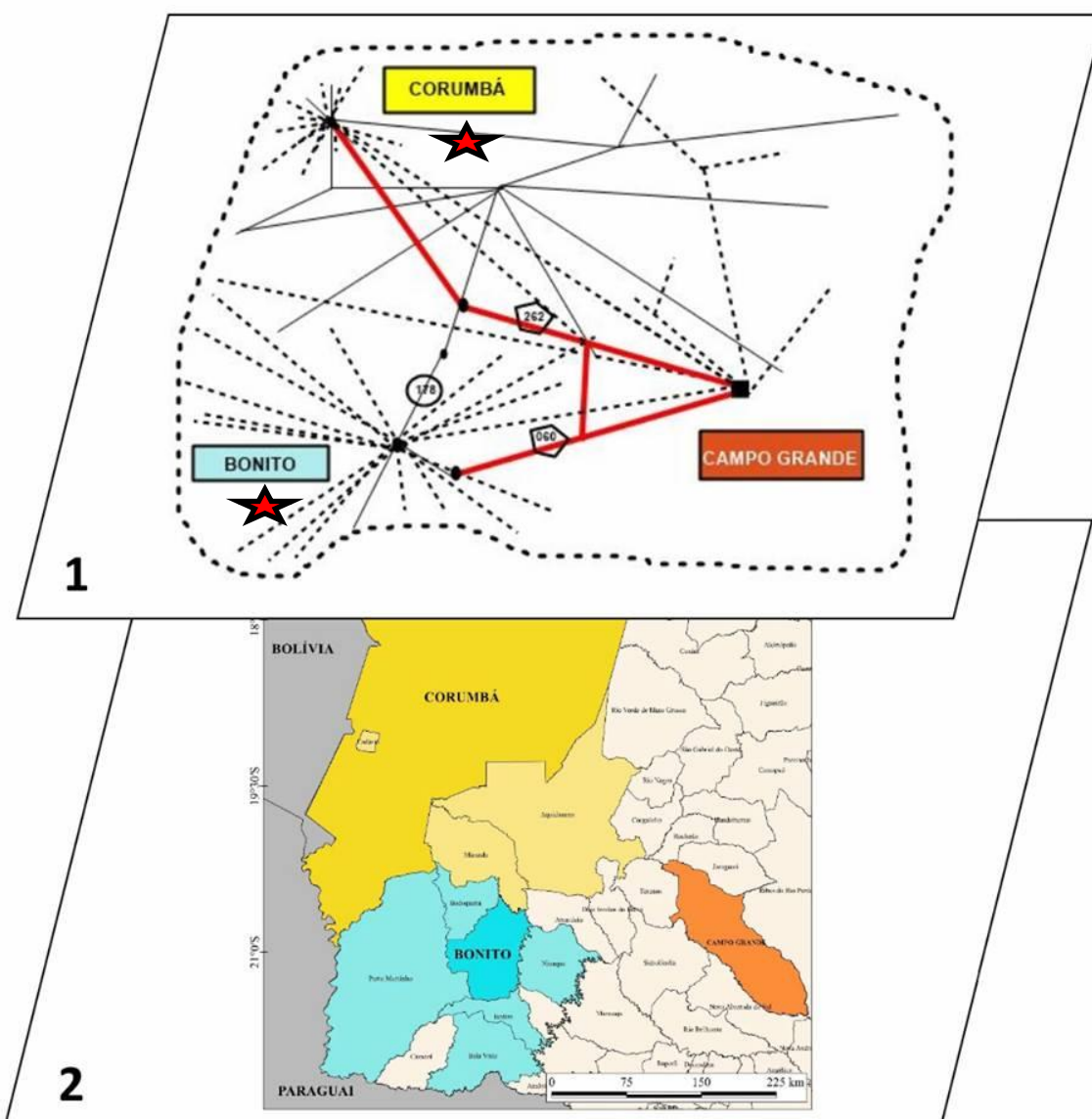


Fonte: www.fazendsanfrancisco.com.br e www.atrativosbonito.com.br. Acesso em: 10 jan. 2020.

¹⁰³ Importante destacarmos que esta relação territorial multiescalar entre os gestores dos atrativos turísticos das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, se dá considerando a existência de laços de parentesco entre os proprietários. Tal característica corrobora para as relações multiterritoriais expressas.

Tal configuração remete-nos ao que já foi exaustivamente discorrido, como sendo um território-rede, ou ainda, um território descontínuo, com a presença de inúmeros nós, linhas/arcos, pontes e redes (Figura 42).

Figura 42 – Territorialidade em rede do Turismo: Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal.



Fonte: Adaptado de Souza (2011)

1. **Territórios descontínuos** (tramas territoriais dos agentes sociais do turismo) das Regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal.
 - Estrada Estadual
 - Estrada Federal
 - - - - - Articulações comerciais/políticas
 - ★ Destinos Indutores pesquisados
2. **Território contínuo** (como o Estado compreende a configuração do Turismo: Regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal)

A Figura “Territorialidade em rede do Turismo: Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal” nos colocou questões importantes para reflexão e análise; em especial, para os estudos das territorialidades/multiterritorialidades e do “jogo dialógico” entre os diversos agentes do turismo.

A compreensão das tramas de poder colocadas na figura supracitada, também sugere outras leituras, bem como outras possibilidades de análise, que constituirão elementos importantes; sejam teóricos, quanto metodológicos para os estudos de território e das multiterritorialidades.

A territorialidade em rede do Turismo, dos agentes que constam nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, representada pela Figura 42, conformam duas estruturas representativas: 1) Territórios descontínuos (tramas territoriais dos agentes sociais do turismo) e; 2) Território contínuo (como o Estado compreende a configuração do Turismo)

As tramas territoriais entre os destinos indutores se manifestam por meio de uma arena comercial (relações entre os agentes do mercado). Porque não dizer, também, pela estratégia político-comercial, que são representados pelas linhas/arcs, nós e rede. Desta forma, os destinos indutores do turismo Bonito e Corumbá, passam a constituir uma estrutura territorial em conformidade daqueles elementos. Assim, cada município desta região, seria um nó que seriam interligados, “costurados” pelas linhas/arcs.

As linhas/arcs corresponderiam aos “fluxos de bens, pessoas ou informações” (SOUZA, 2011). Seriam desta forma, as representações físicas e/ou abstratas de elementos encontrados no território. Quanto às representações e/ou possibilidades para linhas/arcs: 1) As linhas como sendo as estradas que viabilizariam fisicamente o fluxo/deslocamento, podendo também simbolizar as infraestruturas presentes nas localidades; 2) As linhas também são as representações do jogo dialógico entre os agentes sociais, sejam através de acordos comerciais, arranjos políticos, associativismo comercial, estratégias de promoção etc. Estas linhas são as representações das multiterritorialidades turísticas, porém, importante destacar que em Bonito e Corumbá há a existência de outros “múltiplos territórios” (HAESBAERT, 2007), como aos da agropecuária.

Importante denotar que tal configuração remete a uma constituição territorial descontínua, pois ao verificar a espacialização conforme aponta o esquema dos Territórios descontínuos das Regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal (Figura

42), verificamos espaços nos quais as relações dos agentes sociais do turismo não possuem uma efetividade ao considerar as tramas do turismo na região, com uma referência aos elementos preconizados por Boullón (2002), Beni e Cury (2012) e Fratucci (2009), quando do entendimento da descontinuidade territorial nos estudos do turismo.

Precisamos compreender a descontinuidade territorial no turismo à luz dos preceitos de Ruschmann (1990), no tocante às críticas dos fundamentos de regionalização. Seguindo os pressupostos empreendidos por esta autora, não poderíamos utilizar o termo Região turística do Pantanal, ou ainda, Região turística de Bonito/Serra da Bodoquena. Ou seja, entendendo como um bloco uniforme no qual ocorre o turismo. Desta forma, a utilização das categorias geográficas de espaço e território são essenciais para a compreensão das dinâmicas socioespaciais complexas do turismo.

Importante, também, salientar, que a perspectiva empreendida do Estado para as territorialidades do turismo nas regiões Bonito e Serra da Bodoquena, tendo como elementos de destaque os destinos indutores do turismo, também foi alcançado, porque utiliza a ‘visão do alto’.

A noção de ‘visão do alto’ de Massey (2008) quando ao explicar sobre as “armadilhas do mapa”, que para a autora, os mapas além da representação do espaço e a sua compreensão como espacialização no sentido criativo e sofisticado, são seletivos.

“Através de seus códigos, convenções e seus procedimentos de organização e taxonomia, os mapas operam como uma “tecnologia do poder”, alerta Massey (2008, p. 160). Nesta perspectiva, ainda, vemos em Porto-Gonçalves (2006) em “De saberes e territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana,” que ao apontar o “olhar de sobrevôo”¹⁰⁴, assevera que “através de tal ‘vôo’”, nos abstraímos do mundo “para, de fora, colonizá-lo”.

¹⁰⁴ Mateus de Moraes Sevilha (2015), em “Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa”, quando a sua pesquisa sobre a produção e representação da “região” do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, através da ação e das falas dos diversos grupos e classes – “sujeitos”, aponta ainda que ao longo da sua trajetória acadêmica como “pesquisador do Vale do Jequitinhonha”, “encontrei muitos excelentes pesquisadores, com quem aprendi, entre outras coisas, as possibilidades/necessidades de construção de uma ciência centralmente alicerçada no compartilhamento e diálogo de saberes. Muitos outros, entretanto, continuam, mesmo que bem intencionados, limitando-se à produção de estudos a partir da premissa de que seus resultados dizem respeito, exclusivamente, e tão somente, aos conhecimentos “intracientíficos”. Como aponta Porto-Gonçalves (2006, p. 51), necessitamos “de um caminhar com, [...] um conhecimento com”.

A crítica assinalada por Massey, acerca das questões que envolvem a “visão do alto”, foi apontada por Cavalcanti (2009), no artigo “Do barraco à casa”: Tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada”. Verificamos que as autoras utilizam de Certeau para fazerem suas críticas e análises, respectivamente. A perspectiva que embasa Cavalcanti (2009), em seus trabalhos junto às favelas do Rio de Janeiro, é a consolidação de favelas como um fato social consumado e bem documentado. Desta feita, a autora utiliza de Michel de Certeau, em que “a perspectiva “do alto” “transforma o mundo enfeitante pelo qual foi outrora ‘possuído’ em um texto que repousa diante dos olhos, oferecendo-se à leitura, permitindo ao leitor tornar-se um Olho Solar, olhando para baixo como um Deus” (CEARTEAU, 1984 apud CAVALCANTI, 2009, p. 71).

No entanto, vale considerarmos a análise realizada por Cavalcanti (2009), que, de forma tácita, assevera que essa mesma perspectiva também silencia os efeitos das estruturas territoriais, cotidiana e discursiva do espaço em estudo. Em suma, a visão “do alto” produz suas próprias categorias analíticas e descritivas como, por exemplo, a da Região Turística Bonito/Serra da Bodoquena e da Região Turísticas Pantanal, como algo hegemônico.

Desta forma, somente no campo – ou com o campo –, podemos confirmar/ratificar, complementar o olhar, ou refutar a perspectiva. Importante destacar que a “visão do alto”, muito utilizado pelo Estado, foi analisada por Souza (2007, p. 101), não podendo ser considerada como uma perspectiva limitante, o “olhar distanciado” permite que se ganhe uma perspectiva que é imprescindível e insubstituível: aquela que faculta uma ‘noção de conjunto’ e que permite trabalhar com as escalas da estratégia”.

Diante desta complexidade que é analisar as dinâmicas dos territórios dos destinos indutores do turismo, em especial quando ao considerar que eles ocorrem numa perspectiva reticular na qual precisam ser estabelecidas diversas relações; considerando a existência de territórios contínuos (no plural) sendo articulados no interior dos territórios descontínuos (SOUZA, 2011). Deste modo, não podemos simplificar as articulações que são realizadas a todo momento nestes espaços.

Ainda sobre as dinâmicas das tramas territoriais do turismo, o Diretor Presidente da FUNDTUR/MS, considera que a conformação do turismo da região Bonito/Serra da Bodoquena, ocorre tendo Bonito como núcleo indutor do turismo, ou seja, a localidade seria a responsável pelo desenvolvimento da região Bonito/Serra

da Bodoquena, servindo como “modelo” para a formação de outros novos destinos.

Diante de tudo isso, a configuração no que se refere a lógica do espaço turístico, pode ser explicada também, entendendo a complexidade posta entre os agentes sociais do turismo (FRATUCCI, 2008) nos municípios, como exemplo, verificamos como se comporta os municípios de Jardim e Bodoquena,¹⁰⁵ bem como, e principalmente, por conta de Bonito.

Vale considerar que alguns atrativos destas cidades são divulgados/comercializados sem que sejam feitas uma distinção da localidade em que pertencem. Como exemplo, ao adentrarmos no site do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Bonito, temos constando na lista dos principais atrativos, o “Boca da Onça Ecoturismo”, sendo que este localiza-se no município de Bodoquena (Figura 43).

Figura 43 – Boca da Onça Ecoturismo no site do COMTUR – Bonito.



Fonte: Site do COMTUR/Bonito

¹⁰⁵ O recorte feito para estes municípios (Jardim e Bodoquena) da região Bonito/Serra da Bodoquena se deve especialmente por considerar a importância dada pelos informantes durante a entrevista.

Destacamos ainda, que o Diretor Presidente naturaliza as condições da estrutura do Turismo de Bonito ser protagonista no turismo, com um apelo regional, dado principalmente pelo fato desta cidade ser detentora de elementos que corroboram com tais questões, como por exemplo, possui “oferta maior” de infraestrutura e de atrativos, colocando os municípios de Bodoquena e Jardim, no que se refere às questões turísticas, na condição de complementares da oferta de Bonito. O entrevistado desconsidera os demais municípios da Região Bonito/Serra da Bodoquena, como Porto Murtinho, Bela Vista e Nioaque, quando ao tratar das influências do destino indutor de Bonito.

Quando indagado do papel de Corumbá e sua influência enquanto destino indutor frente a sua região – Pantanal, ele é categórico: “BAIXO. Eu acho baixo. Já ao contrário de Bonito... não vejo Corumbá desempenhando esse papel de indução”.

Primeiro pelo segmento que ele trabalha, hoje muito mais, claro que eles têm mudado, mas muito ligado a pesca, e que é mais localizado mais no município de Corumbá... ou seja, o turista que vai para lá, ele fica lá. Há pouco deslocamento do turista de Corumbá para outros municípios, é claro que ele percorre a Estrada Parque... pode chegar até chegar na divisa com Miranda, mas a geração de recurso, a indução de recursos não atinge, na minha visão, nem Miranda, nem Aquidauana. Então, eu acho pouco esta indução, pelo perfil de público que é trabalhado em Corumbá. Não por uma falta de trabalho dele, do município. Até o município geograficamente localizado. É diferente de Bonito, tá muito mais próximo geograficamente de Bodoquena e de Jardim. A composição do produto Bonito passa pelos outros dois municípios. Já corumbá não! Ele tem seus atrativos ali, principalmente a pesca, com o Rio Paraguai, com os Cruzeiros ali, que trabalha só no próprio município. Então eu vejo muito pouco, muito baixa.

Para corroborar com o entrevistado supra, precisamos compreender a lógica espacial na qual o município está inserido, ou seja, as características do Pantanal e a sua configuração turística, como apresentado pela Diretora Presidente do Fórum Pantanal e Diretora Presidente da Fundação Pantanal (Corumbá),

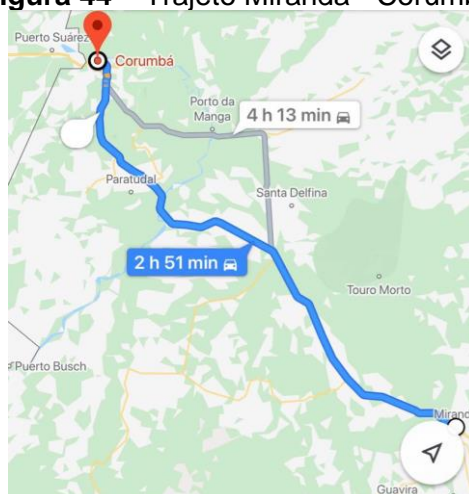
Cada cidade tem seu atrativo específico, eu sempre dava este exemplo, fazendas turísticas como Miranda e Aquidauana, Corumbá nunca teve, e não tem até hoje,...nas estruturas que eles têm, no porte que eles têm (...) (ENTREVISTA REALIZADA COM A DIRETORA PRESIDENTE DO FÓRUM PANTANAL E DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE TURISMO DE CORUMBÁ, em 02 de outubro de 2018).

Além das justificativas já analisadas, importante destacarmos como foi apresentado nas notas introdutórias da tese, a constituição do Pantanal, que na realidade, precisamos fazer algumas ressalvas, pois se trata de Pantanaís, dada as suas especificidades de acordo com a sua localização.

Além disso, outro elemento que precisa ser frisado é o fato de que a lógica do turismo em Corumbá precisa ser realizada à luz da sua constituição geográfica, em especial dada as singularidades do território do MS, no que se refere a sua localização, ou seja, ser um país fronteiro (Brasil – Bolívia). Desta feita, faz-se necessário estabelecermos outros tipos de relações e/ou arranjos multiescalares em Corumbá, considerando os aspectos transfronteiriços (FRAGA, 2011; CURY, 2011; ZILIO, 2014).

Outra característica geográfica que precisa ser considerada é que este destino indutor, por se tratar de um município localizado a 222 km de Miranda (município mais próximo da Rota, seja Pantanal ou Bonito/Serra da Bodoquena) (Figura 44), possui no trajeto um entreposto da Polícia Militar Ambiental e Posto de Gasolina, via BR 262. Já no trajeto via Porto da Manga (Estrada Parque) uma vila de pescadores (Passo do Lontra), com alguns equipamentos turísticos. Desta forma, podemos considerar que a indução do turismo por conta de Corumbá é comprometida pela lógica espacial/organizacional, ou seja, distante de outro município no território Brasileiro; mas, não somente por isso, por conta da sua infraestrutura do/no trajeto.

Figura 44 – Trajeto Miranda - Corumbá.



Fonte: Google Maps. Acesso em: 10 jan. 2020.

Vale retornarmos ao desenho em que aponta a política de indução do turismo no MS, com destaque para a sua espacialização (Figura 4) em que verificamos que a

indução se dá de forma gradativa ao longo do espaço. Porém, precisamos denotar que características de cunho de gestão, ou ainda, as territorialidades entre os gestores públicos e privados das localidades, também farão com que a luminosidade ocorra e/ou permaneça. Desta feita, estamos considerando a existência de uma luminosidade multiescalar, assim: 1) A indução dos destinos Bonito e Corumbá a partir da relação da teoria dos espaços luminosos (SANTOS; SILVEIRA, 2001), preconizado ainda na introdução desta tese, representa a força da luminosidade que é irradiada da esfera nacional, por conta do PNT, para as esferas estaduais – regionais, considerando assim, o Programa de Regionalização do Turismo. Com isso, seria a constituição das diferentes escalas da luminosidade: Brasília – escala federal – irradia para o Estado – MS, dissipando para os destinos indutores regionais – Bonito e Corumbá) seguindo um pressuposto de escalas do tipo multinível, como ocorre em outros destinos indutores pelo Brasil e; 2) A estrutura do turismo nas localidades possui um papel importante na configuração do turismo a partir das tramas territoriais e multiescalares entre os seus agentes, em especial do Mercado e do Estado.

Desta forma, o resultado da indução está condicionado às articulações dos agentes sociais a nível local e pela conformação espacial, ou seja, quanto mais próximas forem as relações e ainda, quando constituírem uniformidade ou complementaridade entre os agentes multilocalizados, maior será a gradação da luminosidade.

5.3 Verificando as atuações das Instâncias de Governança Regionais (IGR): Fórum Bonito/Serra da Bodoquena e Fórum do Pantanal, frente as suas respectivas regiões

Os destinos indutores Bonito e Corumbá fazem parte das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente. Por meio do Programa de Regionalização do Turismo – PRT, do Módulo Operacional nº 3, foram criadas as Instâncias de Governança Regionais (IGR), cujo objetivo é “estabelecer uma organização com participação do poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino, com o objetivo de planejar, implementar e avaliar o desenvolvimento turístico de uma região”.

Para verificarmos as atuações das Instâncias de Governança Regionais (IGR), Fórum Bonito/Serra da Bodoquena e Fórum Pantanal, das regiões em que os municípios indutores estão localizados, acionamos os informantes (Diretores dos

Fóruns e a Vice-Presidente do Fórum Pantanal) por meio de um formulário de entrevista semiestruturado.

Para o Presidente da Instância de Governança Fórum Pantanal (e vice-presidente da Associação Visit Pantanal), as instâncias de governança possibilitaram um primeiro contato e/ou mobilização coletiva entre os envolvidos com o *trade* turístico local e/ou regional. Em certa medida, diante do cenário político local (Miranda, MS) como já apresentamos anteriormente, (município em que o entrevistado possui uma Fazenda/Pousada), demonstra elementos importantes para a configuração turística atual, dada a participação dos agentes na Instância de Governança Regional - Fórum Pantanal:

era legal, porque, não existia nenhuma associação de turismo na época, em atividade, e o Fórum foi uma via em que os empresários viram que era legal, (opa)...legal, é ali que temos que demandar o que queremos. Então essa era o motivo dessa união (ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DO FÓRUM PANTANAL E VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO VISIT PANTANAL, em 22 de outubro de 2018).

Identificamos algumas críticas a respeito das IGRs, como a do entrevistado supracitado, no tocante ao posicionamento de alguns sujeitos que participam das Instâncias, quanto à efetividade do Fórum para o Turismo na Região, bem como acerca da perspectiva existente ao Estado:

Com o passar do tempo, foi desunindo, porque começaram ver que, (opa) “peraí”.. por que que eu tô quebrando a minha cabeça aqui? me matando, largando minha empresa, se não estou vendo resultado. Então não vou gastar tempo e energia (...) Enquanto o empresário tá ganhando dinheiro, tá tudo bem, o cara sai, larga a empresa dele, só que a partir do momento que começa a ficar ruim para todo mundo, ele não vai largar uma empresa, para fazer uma reunião, com grande chance de não dar em nada (risos), principalmente envolvendo órgãos públicos. Existe um descrédulo por parte dos brasileiros, por uma grande parte dos brasileiros, por parte dos órgãos públicos. Isso é real.

Outros elementos foram apresentados pela Secretária Executiva da Visit Pantanal e Secretária de Turismo de Bodoquena acerca da forma que eram realizados alguns encaminhamentos no Fórum Pantanal, as tramas de poder, ostensionamentos, as disputas entre os territórios, as estratégias políticas, ou seja, as territorialidades do Fórum Pantanal:

mas era tudo muito focado em Corumbá né eu não sentia muito isso espalhado na região era muito focado em Corumbá e Bonito. A gente não percebia tanto essa influência na nossa região aqui de Aquidauana de Miranda, né! mas foi feito um trabalho muito interessante lá na região né estiveram eventos internacionais de um muito acesso na região na localidade... Corumbá

A gente percebeu, não só eu, a minha equipe, a gente percebia que a coisa estava sendo muito direcionado só para Corumbá, né, assim... a gente não sentia tanto impacto e eu fazia questão de participar de todas as reuniões para gente não ficar de fora de nenhuma ação, e se a gente não participasse, a gente ficava, eu já cheguei a brigar (não sei o que Corumbá e Miranda) eu Aquidauana. Mas se a gente não se fazia presente, a gente era engolido pelos outros municípios, então, aí que eu vejo que faltava esta visão, tinha-se um discurso de regionalização, mas as ações eram bem pontuais, e a gente ainda sofre por isso até hoje (...) (ENTREVISTA REALIZADA COM A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO VISIT PANTANAL, em 15 de outubro de 2018).

Estes fragmentos de entrevistas apontam que existiam interesses múltiplos, ou como apresentamos nos elementos que compõe os territórios e as territorialidades - encontro de múltiplas intencionalidades; de um município, ou dos municípios indutores, por meio dos seus representantes, suplantando os interesses da coletividade da/na IGR – Fórum Pantanal. É importante destacarmos que o posicionamento da entrevistada supra durante as reuniões do Fórum, demonstram os embates territoriais intimamente relacionados à luta, aos conflitos e à resistência (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2015). No caso em tela, ao campo de forças entre os participantes da Instância de Governança Regional com uma clara referência as proposições de Foucault (1995).

A entrevistada na tentativa da manutenção do poder ou pela necessidade da demarcação da sua representatividade (município de Aquidauana) frente à coletividade regional, em uma demonstração clara das diferentes geometrias do poder (destino indutor x outros destinos), vemos a disputa interna, com diferentes territorialidades entres os representantes dos municípios.

Verificamos, também, outras perspectivas para os Fóruns. Para o Presidente do Fórum Bonito/Serra da Bodoquena, ele representou um espaço frutífero de trocas de experiências entre os responsáveis (gestores públicos/privados) das diferentes localidades, bem como um momento de parcerias e possibilidades comerciais. O entrevistado ressalta a importância de Bonito neste contexto regional, dado em

especial, pela sua “organização do turismo”.

O Fórum nós fazemos reuniões, entre municípios itinerantes, para que a gente possa ir até o município e envolver mais o município e nessas reuniões, quando nós vamos até lá, com os representantes de cada município, ou empresas,, que está lá presente, geralmente o município nos mostra, nos apresenta algo que tem de favorecimento mesmo... dentro do município, e com isso a gente vê algumas coisas interessantes, e levantamos a bandeira, para dar continuidade. (ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DO FÓRUM BONITO/SERRA DA BODOQUENA, em 08 de outubro de 2018).

O entrevistado aponta a importância da IGR – Fórum Bonito/Serra da Bodoquena. Destaca ainda algumas ações realizadas pelo Fórum, como por exemplo: o planejamento e a organização de eventos, como o “Festival Gastronômico e Cultural do Região”, realizado por duas edições; porém, também apresenta severas críticas ao Estado, em especial pela Gestão da Fundação de Turismo - FUNDTUR/MS acerca da forma como tratou as Instâncias de Governança Regionais (IGR), Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, assim:

Fizemos assim (...), um Festival Gastronômico e Cultural da Região, e ajudou bastante isso, porque a gente começou a ver no lado gastronômico, por exemplo. Nós realizamos duas vezes, fizemos uma vez em Jardim, por ser o centro, para ficar mais fácil para os outros municípios, e no outro ano fizemos em Guia Lopes, fizemos por dois anos, era para dar continuidade, mas aí entra uma parte, que eu não sei se você vai perguntar aí, mas...houve um enfraquecimento, meio que geral desses Fóruns (*dado a que?*¹⁰⁶) eu coloco da seguinte forma...Eu até conversei com o Xxxxxx¹⁰⁷, ele não gostou muito, da conversa que nós tivemos, mas na época eu coloquei para ele o seguinte – esta associação que estão querendo implantar, primeiro, ela foi o fator que esfriou os Fóruns.

O Presidente do Fórum Bonito/Serra da Bodoquena apresenta elementos importantes para o entendimento de como o Estado tratou as Instâncias de Governança Regionais, em especial, a de Bonito/Serra da Bodoquena, quanto a do Pantanal.

A Presidente do Fórum Pantanal também corrobora, ao comentar acerca das instituições que colaboraram com a Gestão do Fórum, para tanto cita a importância

¹⁰⁶ Como optamos pelo Formulário de Entrevista Semiestruturado, possibilitou-nos deixar o entrevistado livre, porém, com algumas interferências dada a importância das informações.

¹⁰⁷ O Entrevistado cita o nome do Diretor Presidente da FUNDTUR/MS.

do Sistema S como essenciais para o desenvolvimento do turismo na região:

Os grandes parceiros de Corumbá em indução e do Fórum.... foi o SENAC e o SEBRAE. Aliás, eles foram os meus grandes parceiros na Gestão de Corumbá e do Fórum, eles foram fundamentais no apoio para o desenvolvimento do turismo na região. No início... nos primeiros anos eu tive o apoio da Fundação de Turismo do Estado... muito pouco. Depois que mudou a Presidência... praticamente nenhuma. (ENTREVISTA REALIZADA COM A PRESIDENTE DO FÓRUM PANTANAL, em 02 de outubro de 2018).

Importante abrirmos um breve parêntese para que possamos contextualizar a respeito da lógica da configuração do turismo regionalizado via Governo do Estado do MS; para somente assim, compreendermos os motivos pelos quais o Presidente do Fórum Bonito/Serra da Bodoquena responsabiliza o fracasso dos Fóruns do Turismo naquelas regiões, às ações empreendidas pela Gestão da FUNDTUR/MS.

Vale destacar que durante a realização do trabalho de Campo, junto à gestão estadual do turismo (FUNDTUR/MS), ainda quando da pesquisa e o levantamento de informações a respeito da configuração do turismo nas regiões supracitadas (ano 2018), tomamos conhecimento da criação da Associação Rota Pantanal Bonito.

Para corroborar no entendimento desta Associação (Rota Pantanal-Bonito/Serra da Bodoquena), acionamos o Assessor Técnico do Gabinete – FUNDTUR/MS – Responsável pela Rota Pantanal – Bonito. A ele perguntamos: O que é a Associação Rota Pantanal Bonito? Quais seus objetivos?

eu vou te contar, mas antes eu vou contar a história para você poder entender. No início, qual foi a grande preocupação? O Turista estava vindo ou para Bonito, ou para Pantanal e não havia um link entre os dois. Os dois destinos não se conversavam inclusive em novembro de 2017 nós fizemos uma ação que foi pegar os pousadeiros, 20 pousadeiros do Pantanal e levá-los para conhecer os receptivos de Bonito... e muito, muitos deles diria até uns 80% não se conheciam, eles estão 200 km um do outro e eles não se conheciam, não se falavam, não tinha contato e então após essa primeira ação, nós pensamos. Nossa temos que pensar algo para uni-los. Como que nós faríamos isso? E aí pensando também uma grande dificuldade que a gestão pública tem que é descontinuidade. (ENTREVISTA REALIZADA COM O RESPONSÁVEL PELA ROTA PANTANAL BONITO, em 02 de outubro de 2018).

Retornando a entrevista ao Presidente do Fórum Bonito/Serra da Bodoquena, após termos abordado brevemente acerca da Associação Rota Pantanal-Bonito, fica

mais fácil a compreensão e análise da justificativa apontada por este entrevistado para o “esfriamento dos Fóruns”. De forma tácita, assevera: “Ele tirou, arrancou o papel do Fórum ali montando a Associação, (fazendo menção ao Diretor Presidente da FUNDTUR) que para ser sincero, (é o Xxxxx¹⁰⁸ falando, a pessoa física) eu acho que não vai a lugar nenhum”.

Ao relacionarmos os fragmentos das entrevistas (Quadro 15), temos:

Quadro 15 – Análise da Associação Rota Pantanal Bonito.

Diretor Fórum Bonito/Serra da Bodoquena	Assessor técnico do Gabinete – Responsável da Rota Pantanal – Bonito
<p>Eles estão tentando unir dois destinos Pantanal e Bonito/Serra da Bodoquena, amplos, com perfil totalmente opostos, são turismo, porém são totalmente opostos, perfil de Bonito, da Região é uma forma, do Pantanal é outra. Não tem como introduzir um com o outro. Os problemas são bem diferentes, bem opostos, então como que vai encaixar isso aí, como que vai enquadrar. “Ah mas aí! Não! Mas o nosso somos marketing e propaganda”, mas só o marketing vai chegar um ponto que vem os problemas, vem as necessidades, é uma estrada que esta ruim, é uma placa ... você tem que ter um envolvimento disso, e aí você tem que estar forte. E a associação é para desenvolver o Marketing, mas também dá forças para região. Ai cada um puxa para um lado...puxa para o outro... por ser um destino muito amplo....</p>	<p>Então o que que nós pensamos: vamos criar uma associação que integre esses dois destinos, composta majoritariamente por empresários, pelo trade; trade ele não tem projeto de 4 de 2 anos, o trade é para uma vida, né! Ninguém abre uma empresa pensando daqui a dois anos eu fecho, ou daqui a 4 anos eu mudo. Então uma agência, uma associação com a parte majoritária de empresários que permita que eles se conheçam e se conversem, e obviamente com o conhecimento e as conversas, vai surgir, vai haver a integração, o associativismo, um cooperativismo. E também para Associação Pantanal Bonito ela inicialmente a nossa proposta é que ela seja voltada para o mercado (...) Para a Pantanal-Bonito a proposta é que se discuta ações voltadas para o mercado – promoção. Como que nós podemos aumentar a venda de Pantanal e de Serra da Bodoquena, ai Bonito, né? Falo Serra da Bodoquena/Bonito, até na época houve essa discussão: Por que Pantanal/Bonito? porque como era uma agência, uma associação para mercado, o que</p>

¹⁰⁸ Por questão ética não citarei o nome do entrevistado, para tanto coloquei Xxxxx. O entrevistado se posiciona de forma que este recorte da entrevista era uma opinião particular.

	<p>é Serra da Bodoquena? Tem sul matogrossense que não sabe, o que é a Serra da Bodoquena. Não consegue apontar no mapa, não consegue dizer o que tem lá na Serra da Bodoquena. Então infelizmente, não é o nome explorado, então esforço mercadológico para vender Serra da Bodoquena é muito maior do que vender Bonito.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

Aos verificarmos o quadro 15, percebemos duas perspectivas distintas quanto à Associação Rota Pantanal Bonito. Vale destacar que a inserção de forma não dialógica/consensuada do Estado para a formação desta Associação com os agentes envolvidos com o turismo nas localidades, em especial aos que representam o turismo regionalizado (IGR), enseja pensarmos no movimento TDR, preconizado por Haesbaert (2004); pois, quando o Estado cria a Associação, enfraquece e desqualifica os Fóruns, ou seja, o Estado – que instituiu o PRT e as Instâncias de Governança Regionais (IGR), que no MS são/foram os Fóruns Regionais de Turismo – acaba sendo um agente desterritorializador do próprio.

Enseja, também, pensarmos nos focos que são dados ao Fórum e a Associação. Tomemos como base também o documento oficial (BRASIL, 2007, p. 16), no que refere ao papel da IGR:

Ao considerar as diretrizes e princípios de integração, gestão coordenada, participação e descentralização do Programa, as Instâncias de Governança Regionais passam a ser responsáveis pela definição de prioridades, pela coordenação das decisões a serem tomadas, pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região turística. Devem participar, também, nas decisões políticas, econômicas e sociais no âmbito regional.

Como vemos nos fragmentos das entrevistas entre os representantes do Fórum e da Associação, notamos que o primeiro possui um caráter de articulação/estruturação, que em certa medida, com consciência do papel do Fórum enquanto IGR, bem como, da responsabilidade dos seus participantes; dotando ao Estado um quadro considerável de responsabilidades e/ou demandas, em

comparação à proposta da associação e das funções que dela são responsabilizadas ao Poder Público.

De acordo com o Estatuto Social da Rota Pantanal Bonito¹⁰⁹, a missão desta Associação:

Art 5º A Rota Pantanal-Bonito tem por missão a promoção, divulgação e marketing deste roteiro, com abrangência intermunicipal, e a busca pelo fomento, apoio e orientação aos associados na divulgação de seus negócios e destinos, com vistas a construção do desenvolvimento sustentável do turismo, meio ambiente, cultura e economia da Rota Pantanal-Bonito.

Como vemos no documento oficial, o propósito da associação é “a promoção, divulgação e marketing deste roteiro”. Desta forma, a perspectiva de regionalização do Estado, parte da premissa de uma perspectiva do turismo a partir da “visão do alto”. Como já apresentamos, pois acreditamos que somente quem poderá promover e divulgar seu destino, serão aqueles municípios com alto grau de desenvolvimento, ou seja, de acordo com a classificação dos municípios, somente os que estão no 4º estágio - Colher, de acordo com o Programa de Classificação dos Municípios do MS: “ENFOQUE DAS AÇÕES: Para manutenção, promoção e comercialização” (FUNDTUR, 2017).

Precisamos trazer à baila para discussão a perspectiva do Diretor de Turismo de Bonito acerca da Associação Rota Bonito Pantanal:

Ela não pretende ser apenas uma rota imaginária, mas formar uma agência de desenvolvimento. Isso tem a ver, porque... a ideia da Fundação de Turismo, que é o órgão que representa o Turismo no Estado, em uma forma institucional/governamental, é de trazer as propostas do Ministério do Turismo, a ideia é de dar maior independência, para que não fique todo mundo só esperando, todo mundo dependendo de um órgão que tem um dinheiro muito pequeno. E que na hora de fazer uma ação não tem a possibilidade de atender bem, então... o próprio discurso da Fundação de Turismo a ideia é que várias instâncias, vários lugares do Estado vão se desenvolvendo de uma forma autônoma...

Cumpre-nos apontar, ainda à luz dos elementos teóricos apresentados nesta tese, em especial acerca da face do Estado desterritorializador, em um cenário dominado pelas regras ditadas pelo mercado. A Associação Rota Bonito Pantanal é

¹⁰⁹ Estatuto na íntegra consta no anexo desta Tese.

“gestada” pelo Estado (mínimo) e entregue para os braços da “iniciativa privada”. O surgimento desta associação, em certa medida, nas condições que foram colocadas pelos dados empíricos, coloca-nos à frente da perspectiva apontada por David Harvey, e apresentada por Steinberger (2013):

Toda história do capitalismo é impensável sem a organização de uma estrutura regulatória para controlar, dirigir e limitar a competição. Sem o poder do Estado para pôr e manter em vigor a legislação referente à propriedade e aos contratos, sem falar da legislação referente à propriedade e aos contratos, sem falar da legislação sobre transportes e comunicações, os mercados modernos não poderiam começar a funcionar. (HARVEY, 2005, apud STEINBERGER, 2013, p. 39).

Retomando alguns elementos teóricos da tese, com destaque para Galvão (2013) e os “ventos neoliberais”, bem como ao relacionarmos com o fragmento desta última entrevista, em que coloca todos os municípios das regiões turísticas no mesmo estágio, podendo desta forma, desenvolver de forma autônoma.

Para justificar a criação da Associação Rota Pantanal Bonito, O Diretor de Turismo, ainda, afirma:

então cria uma agência de desenvolvimento aqui e a Fundação de Turismo (*no caso o entrevistado está se referindo a FUNDTUR*) não precisaria ficar o tempo todo cuidando deste filho... porque este filho já estaria alcançando a maioridade, e poderia conversar em bloco, ao invés de conversar com todo mundo.. a agencia de desenvolvimento vai lá e se relaciona com a Fundação de Turismo. Não é muito fácil, porque o brasileiro tem um perfil “vamos esperar o resultado das eleições para ver como fica” existe um sentimento tipo assim, e você sente isso nos empresários. O empresário esperando um pouco a coisa acontecer. Os empresários acreditam nessa questão da rota, que eu mais participei assim, né... de descentralizar, para não ficar centralizado tudo ali na Fundação de Turismo... e depende dos Fóruns... os Fóruns continuam...é um momento de discussão. A instância de governança, os Fóruns, eles continuam...A Agência de Desenvolvimento seria uma Associação... onde os associados contribuem, para fazer dinheiro, para fazer marketing... e o cara que não é associado ele participa deste Marketing (ele participa sim)... indiretamente... (ENTREVISTA REALIZADA COM O DIRETOR DE TURISMO - BONITO, em 08 de outubro de 2018).

Importante destacar a forma que o Diretor de Turismo – Bonito, considera o bloco de gestores do turismo (ou a constituição rede), como sendo uma agência de desenvolvimento, desta forma, verificamos o caráter mercadológico presente na articulação entre os gestores.

5.4 Compreendendo as tramas multiterritoriais dos agentes sociais do turismo em uma perspectiva multiescalar

O entrevistado demonstra afeito à Associação Visit Pantanal, ao discorrer sobre o seu papel/função para o turismo na região do Pantanal.

a Visit foi criada por empresários, para empresários, com isso, pela falta de uma instância de governança boa. Como Miranda está passando por um processo político muito ruim... que a prefeita foi cassada. E quando ela assumiu, ela falou para gente, “eu não quero saber de Turismo, esquece Prefeitura... de Turismo”... tudo bem. Muito bom você ter falado isso. Jogou limpo. Queremos que fosse melhor, de outra forma... mas não é? Tudo bem! (ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DO FÓRUM PANTANAL E VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO VISIT PANTANAL, em 22 de outubro de 2018).

A justificativa para a criação da Visit Pantanal, como asseverou o entrevistado supra, deve em certa medida, a uma ação reativa a inoperância do Estado, em diferentes escalas. Tais questões impõe pensarmos na “fragilização do Estado”, incitando, com isso, a insurgência de outras “novas” territorialidades, ou “movimentos sociais de resistência” (HAESBAERT, 2013). Fica claro que tal comportamento enseja uma territorialidade da gestão privada do turismo, com uma clara expressão de relações que emanam poder, como bem destaca o entrevistado: “Por que? Porque é empresariado (...) Porque a gente toca, faz andar. A Visit é o meu sonho, *porque eu acredito na força do empresariado*” (Grifo nosso).

Fica latente na entrevista, algumas características presentes na região Pantanal, em especial, por conta da estrutura do turismo, com uma grande presença e importância dos agentes do mercado, que incide sobremaneira na configuração política e estrutural desta região, bem como, na região Bonito/Serra da Bodoquena. Fato confirmado quando o entrevistado comenta das principais ações positivas da Associação Visit Pantanal:

Então! O que a gente teve de bom da Visit? Poxa, muitas coisas. Primeira a união do trade, que é fundamental. Como todo mundo aqui é pequenininho, nós temos que andar todo mundo junto. Não adianta

só o Xxxxxxxx¹¹⁰ lá para SP divulgar a empresa dele que tem 7 apartamentos, é muito pouco. Então a gente fez uma massa, um bloco. Vamos fazer isso tudo junto. E com isso nós conseguimos, ano passado, a primeira grande ação, como te falei, a Visit tá um ano e meio (só um ano e meio), uma grande ação que nós conseguimos ano passado foi na maior feira das Américas que é a ABAV, nós conseguimos um espaço na ABAV, na programação oficial da ABAV, para vender Pantanal. Coisa que nunca o MS tinha conseguido. Para explicar para os Agentes de Viagens, como se vende Pantanal. Falamos de todo Pantanal, mas evidentemente focamos na região em que a Visit atua. Claro que falamos de Bonito também, porque é impossível você.. a gente quer que o dinheiro circule na região, então a gente tem que agregar Bonito. Agregamos Bonito também na nossa palestra, mas o mais importante, falamos de Miranda, o nosso foco na Visit é divulgar o Pantanal do Miranda.

A entrevista supra traz-nos questões que precisamos sistematizar, e que em certa medida, somado aos elementos teóricos já apresentados, possibilita pensarmos em três perspectivas de/para análise da estrutura do turismo nas regiões e, em especial, dos objetos empíricos desta tese:

1. O processo de gestão coletiva (associativa) e suas relações com a política (pública) do turismo em uma lógica multiescalar;
2. As territorialidades dos agentes sociais do turismo, com destaque para o mercado, e a sua capacidade de resistência x múltiplas escalas espaciais;

O processo de gestão coletiva (associativa) e suas relações com a política do turismo em uma perspectiva multiescalar, permite-nos trazer à baila um conceito que merece ser apresentado: o conceito de poder, com distinção ao que foi preconizado por Raffestin (1993), e principalmente, as proposições de Foucault (1995), com a sua “Microfísica do poder”, entendendo o poder como elemento intrínseco a resistência. Destacamos, além é claro, a abordagem realizada por Fernandes (2015), quando do entendimento do território como espaço de governança.

Todos estes elementos constituem a política do turismo, em especial a que estamos tratando nesta tese, ou seja, a lógica do Programa de Regionalização do Turismo, com as Instâncias de Governanças Regionais (IGR), que nas Regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, são denominadas Fóruns.

Segundo a perspectiva da Política Nacional de Turismo, desde a década de

¹¹⁰ O entrevistado cita seu nome. Como estamos seguindo uma conduta na pesquisa de não informar o nome dos informantes, colocamos o Xxxxxx.

1990, com o PNMT, estamos assistindo uma abordagem da política com um viés descentralizador, presente, também, no Programa de Regionalização do Turismo. Nestes dois Programas, temos além da descentralização do poder, dada às características da governança (os Comturs e os Fóruns), um processo de constituição do poder atrelado não somente à esfera pública, como também, à iniciativa privada, às Organizações Não Governamentais (ONGs), as OSCIPS (como exemplo o Sistema S, com destaque para o SEBRAE), etc.

Quando ao tratarmos do poder, e a sua relação escalar, chama-nos a atenção o fato da possibilidade na qual os órgãos representativos, com destaque para as associações, saltarem escalas, passando a ter uma representatividade não apenas local, como vimos no caso da Visit Pantanal; passando assim, para a escala estadual, ao representar a Região Pantanal e, conseqüentemente, o Estado do MS em um evento internacional (Figura 45).

Figura 45 – Visit Pantanal marcando presença na Feira Internacional de Turismo – ABAV 2018.



Fonte: Disponível na Rede Social Instagram. Disponível em www.instagram.com/visit.pantanal - Acesso em: 10 jan. 2020

No que se refere à escala de ação dos agentes e sua interface com a política, vemos que a estrutura organizacional desta associação, demonstra-nos o caráter

multiescalar, quando, em especial, a empresa, mesmo sendo “pequeninha”, conforme apontou o entrevistado, passa a compor estrategicamente um coletivo de agentes dos negócios do turismo, ocupando desta forma uma representatividade muito maior que a local.

Podemos afirmar que a dinâmica verificada em Miranda (MS), possui em certa medida influência da lógica do mercado turístico das regiões, como já foi destacado, ou seja, dos acordos/das interações entre os municípios que compõe a região.

Não podemos deixar de considerar, principalmente, as relações atinentes aos destinos indutores, pois como verificamos as atuações de Bonito e Corumbá, não cumprem efetivamente os seus objetivos, ficando a mercê das articulações territoriais capitaneada pelo agente mercado.

Dada a essas características, verifica-se uma nova regionalização do turismo sendo desenhada, à luz das multiterritorialidades dos agentes que compõe o mercado dos negócios do turismo (*trade* turístico), em especial na região do Pantanal, tendo o município de Miranda (MS) como destino protagonista por esta configuração.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) e a LUZ foi feita; e, separou então Deus a LUZ das Trevas.
(Gênesis 1:3-4).

Realmente foi separada a luz das trevas.

Espaços luminosos, multiterritorialidades e os destinos indutores do turismo. Estes conceitos/temas estão presentes no título desta tese. Compõem com outros conceitos um grande quadro de referências teórico-conceituais estruturantes. A questão que nos guiou como tese, já apresentada durante os elementos introdutórios, foi a de que as políticas públicas multiescalares do turismo advindas do PRT, os destinos indutores do MS, Bonito e Corumbá, e das suas multiterritorialidades reverberam pelas localidades das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, dado por conta das lógicas dos agentes sociais do turismo, com destaque para o Estado e o Mercado.

Acreditamos que se faz necessário “sobrevolar” a tese para apontar as principais questões tratadas teoricamente e que dialogaram com os elementos empíricos. Rer ler os resultados e as discussões; aprofundar nosso campo visual (com um *zoom*) na tentativa pela formulação de uma agenda de questionamentos e/ou discussão dos tensionamentos teórico/conceituais e metodológicos realizados.

Partimos de antemão, entendendo o turismo como um fenômeno socioespacial complexo, que possui na sua essência o movimento. Confrontamos com as abordagens de turismo que o compreendem como deslocamento de pessoas (turistas), seguindo os modelos reducionistas: origem – deslocamento – destino. Pois, acreditamos que utilizando somente esta maneira de racionalizar o turismo, o empobrece. Precisamos considerar que para a efetivação do movimento de pessoas – motivadas para o turismo, necessita de uma infinidade de outros movimentos, frutos do “meio técnico-científico informacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O Estado, o mercado, os turistas, os trabalhadores do setor (diretos e indiretos) e a comunidade receptora, constituem os agentes sociais (e/ou produtores) do turismo (FRATUCCI, 2008), atrelados aos elementos naturais/ambientais (TRENTIN, 2016), sendo que cada um dos agentes possuem uma lógica de territorialização. Vale apontar que estes agentes ocupam papel protagonista para a constituição das políticas públicas do turismo.

Desta feita, uma leitura territorial da política pública multiescalar do turismo, ou

em especial, por meio destes agentes produtores, ajuda a compreender as dinâmicas, as interfaces, as interações e os rebatimentos que são oriundos do fenômeno do turismo em uma lógica das novas desigualdades territoriais.

A escolha pelos “Espaços luminosos” advém de uma perspectiva denominada “diferenciações territoriais”, preconizada por Santos e Silveira (2001), que nos incitou grandes provocações: pensar as Políticas Nacionais do Turismo (PNT), no tocante da Regionalização (PRT), em especial dos destinos indutores Bonito e Corumbá, denotando “centralidade” a estes espaços. Desta forma, podemos considerar que as ações empreendidas pelo agente Estado, enseja considerar estes municípios em uma clara distinção dos “espaços luminosos”.

Para a efetivação destes destinos enquanto indutores, precisamos considerá-los em uma lógica complexa de relações territoriais, ou seja, as tramas territoriais do turismo. O espaço da incidência da luminosidade oriunda das políticas multiescalares do turismo (como vimos nas notas introdutórias desta tese), demonstra condições para a sua efetividade (e maior luminosidade) quanto maior forem as relações ensejadas nos territórios pelos agentes sociais do turismo.

Assim, os territórios que possuem maiores ligações por meio das “linhas”/“arcos”, de diferentes posições (escalares), de diferentes intensidades (de hierarquia), de diferentes formas/conteúdo (diversidade de agentes); quanto mais fortes forem seus “nós” (articulação entre os agentes), maiores serão as tramas territoriais.

As articulações e tensionamentos realizados entre os agentes do turismo nas/para as configurações turísticas devem garantir também, a articulação e construção de tramas territoriais que tenham como princípio elementos qualitativos. Não bastariam que as “redes” do turismo fossem traçadas se não permitissem ou respeitassem: a eficiência, as diferenças, a continuidade, a equidade na formação e as tessituras das redes pelos agentes do turismo indiscriminadamente.

Precisamos problematizar as articulações em redes do turismo numa perspectiva multiescalar, considerando os elementos que compõem a trama: os agentes sociais. Como vimos no município de Miranda, o Estado atua como um agente desterritorializador; porém, o *trade* turístico (mercado), de forma organizada, estrutura a Associação Visit Pantanal, em um claro processo de reterritorialização.

Um outro processo no qual o Estado ocupa o papel de agente desterritorializador, foi apontado pelos representantes do Fóruns, tanto o de

Bonito/Serra da Bodoquena, quanto o do Pantanal. Os representantes das Instâncias de Governança Regionais apresentam duras críticas, desde questões da participação mais ativa do Estado, bem como quanto a criação da Associação Rota Pantanal Bonito. Este fato merece uma atenção especial, pois se considerarmos que os Fóruns (IGR) são fruto de uma política descentralizadora (PRT), e que ao criar a Associação Rota Pantanal Bonito desestrutura ainda mais os Fóruns, desmotivando os participantes. Podemos, desta forma, afirmar que o Estado é um agente desterritorializador dele próprio.

Cumpre-nos fazer uma distinção quanto as relações de poder em uma geometria dos agentes constituintes nas tramas, considerando a existência de forças distintas, que precisam ser reconhecidas, tanto temporal quanto na perspectiva espacial, ensejando uma assimetria, tal como preconizou a “geometria do poder” de Massey (2000 e 2008).

Para exemplificar, trazemos a Visit Pantanal, pois o que une o grupo de associados, pode ser explicado à luz “das formas de organização social coletiva” (MONDARDO, 2014), ou seja, o recorte de análise do grupo. Afinal, todos os associados da Visit são empresários, diferentes, por exemplo, das Instâncias de Governança Regionais, composta por diferentes sujeitos, sejam eles gestores públicos, gestores privados, representantes de ONGs etc., ou seja, possuem interesses distintos quanto à participação na IGR, bem como, para o turismo na Região.

Ficou clara a distinção da forma em que se concebem as territorialidades do turismo nas regiões, tendo como perspectiva de análise os destinos Bonito e Corumbá. A espacialização das relações, as articulações entre os agentes sociais, os interesses e intenções distintos, precisam ser considerados. Destacamos nesta tese as interações realizadas pelo Estado e mercado. As ações observadas entre estes agentes, como produtores do turismo, representam sobremaneira as perspectivas da ordem do capital.

O “tecido” do turismo das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, fruto das tramas multiterritoriais, multidimensionais, das múltiplas “tessituras”, dos inúmeros “nós” realizados, com distintas “linhas”, precisa ser estendido, atendendo e respeitando as “geografias” e as “gentes” indistintamente.

A luminosidade proposta pelas políticas públicas, via destinos indutores, proporcionou clareza e brilho a espaços selecionados pela lógica hegemônica do

capital. Assim, a claridade é seletiva e da mesma ordem, a opacidade dos espaços.

Aos espaços que não cumprem as demandas, as perspectivas, as retóricas violentas do Estado e do mercado colonizador, tendem a ficar marginalizados, como também ficam marginalizadas a comunidade local, com raras exceções para este processo.

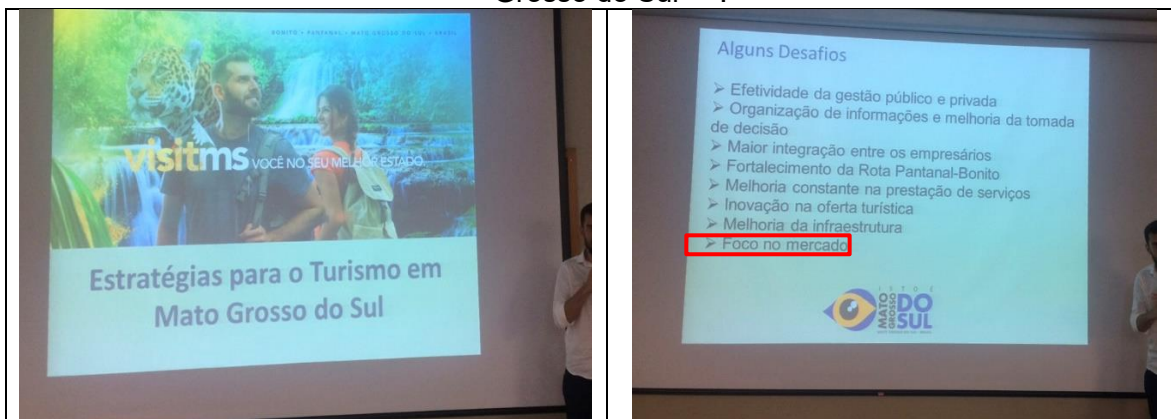
Verificamos que Bonito e Corumbá são territorializados pela força potente do Estado, pelo sangue “azul”¹¹¹ do mercado, atendendo aos ditames da lógica imposta pelos turistas. Porém, verificamos que, neste “jogo dialógico” manifestado em uma arena política com demandas e forças distintas, os trabalhadores do turismo (diretos e indiretos) e a comunidade local, os “cidadãos” (SANTOS, 2002), foram desapropriados (como pode ocorrer “jogo dialógico” sem a participação dos homens e mulheres que compõem a alma do turismo?).

“Que exista luz!” para todos os espaços do turismo, e que possamos (re)criar uma nova ordem do fenômeno, ou uma nova regionalização do turismo, a partir do real e efetivo papel do Estado. Que o quadro-síntese que abre a tese, da (re)leitura da “A criação de Adão”, tendo como elementos representativos o Mercado e o Estado, possa ser reconfigurado, com a participação ativa de todos os agentes do turismo.

Para isso, teremos que considerar novas “estratégias para o Turismo em Mato Grosso do Sul”, tomadas como desafios para as políticas públicas. Neste sentido, faz-se necessário o entendimento do papel de cada agente nas tramas territoriais, com destaque para o Estado. Este necessita dialogar com todos os que compõem a rede do turismo no MS, não somente com “foco no mercado” (Diretor Presidente da Fundação de Turismo – FUNDTUR/MS) (Figura 46).

¹¹¹ A expressão “sangue azul” percorreu o planeta como sinônimo de nobreza.

Figura 46 – Apresentação institucional da FUNDTUR: “Estratégias para o Turismo em Mato Grosso do Sul”¹¹².



Fonte: do autor.

Por fim, precisamos também considerar que nos Espaços Luminosos (destinos indutores do turismo: Bonito e Corumbá), advindos pelas políticas públicas (BRASIL, 2004), também são ocupados por homens/mulheres - (a)gentes opacos(as).

6.1 Questionamentos advindos da tese: formulação de uma agenda de/para discussão

Destacamos que muitos foram os desejos para a continuidade da pesquisa, porém, a exiguidade do tempo, a exigência da Capes e do Programa de Pós-Graduação, para o fechamento da tese, bem como as demandas pessoais e profissionais impossibilitaram a realização neste momento. Porém, cumpre-nos deixar em forma de uma agenda, possibilidades para novos estudos.

O tema exige novas pesquisas, novos “recortes”, novos usos de conceitos/categorias, estudos de caso. Vale ressaltar que as questões apresentadas nesta seção intitulado “formulação de uma agenda de/para discussão” não se esgotam.

Agenda 1: Propor novos estudos para a compreensão da dinâmica do fenômeno socioespacial complexo do turismo por meio da Geografia.

Após termos apresentado, em especial, um capítulo nesta tese apontando/demonstrando as inúmeras relações da/pela ciência Geográfica para a

¹¹² Palestra proferida durante o “Encontro Acadêmico de Turismo do CPAQ – UFMS”, (em Aquidauana – MS) pelo Diretor Presidente da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS), no dia 21 de setembro de 2018.

atividade, e em especial, para o fenômeno socioespacial complexo do Turismo; sugerimos estudos/pesquisas utilizando o arcabouço teórico-metodológico e técnico nos cursos de Geografia (licenciatura e bacharelado). Desta feita propomos como fio condutor/transversal para o estudo, uma abordagem que tenha como fator central “os movimentos” (“de pessoas, de ideias, de informação e do capital”), todas tendo como objeto o Turismo.

Acreditamos que os estudos do Turismo “cairiam em solo fértil”, em especial, nas seguintes áreas (ou disciplinas correlatas): Geografia dos Transportes, bem como transversal as disciplinas Geografia do Brasil, Geografia Econômica, Geografia Política, Regionalização do Espaço Brasileiro, além é claro, da Geografia do Turismo.

Agenda 2: A regionalização por meio das redes do turismo

O desenho da regionalização do turismo, através das territorialidades em rede, configurou duas perspectivas das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal. Uma atendendo as questões relativas às tramas territoriais, às multiterritorialidades dos elementos constituintes no processo de produção do território turístico, os agentes do turismo, conforme preconizou Fratucci (2008), e a outra, uma leitura do Estado, que compreende uma abordagem macro do turismo, não se atentando às inúmeras “geometrias do poder” (MASSEY, 2000), em especial, as direcionadas ao aspecto micro e das suas relações (RAFFESTIN, 1993; FOUCAULT, 1978).

Neste sentido, precisamos considerar uma nova formação das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, por meio de duas perspectivas:

A **primeira abordagem** compreende a dinâmica das tramas territoriais a partir dos agentes do turismo, sendo representados por meio de instâncias de governança realmente inclusivas, não atendendo somente a lógica do Estado e do mercado colonialista.

Acreditamos na força das Associações representativas, como a Visit Pantanal, que atende prioritariamente as demandas do *trade* turístico. Porém, precisamos incluir no bojo da construção de uma política regional todos os agentes do turismo, em consonância com os aspectos ambientais e sociais das localidades.

Neste sentido, este processo somente vai acontecer a nível regional, quando tivermos instituído no nível local uma política que atenda as demandas oriundas ainda do PNMT, ou seja, precisamos retornar as “cartilhas” e outros documentos daquele

processo de descentralização do poder, em especial, fortalecendo (ou em alguns casos, implementando/criando) os COMTUR's, pois teremos com certeza a implementação de uma regionalização do turismo em que configure a participação representativa de todos os agentes, em especial, a comunidade receptora e os trabalhadores diretos/indiretos do turismo.

Já na **segunda abordagem**, após termos respeitado os elementos apresentados na primeira, partiríamos para uma proposta de uma nova configuração da regionalização do turismo, em especial em Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, considerando um novo município indutor: o município de Miranda (Pantanal).

O município de Miranda (MS) possui uma localização privilegiada, como apontado na configuração dos destinos indutores, ainda nas notas introdutórias desta tese; recebendo grande influência da região Bonito/Serra da Bodoquena, e, em especial, apresenta protagonismo nas tramas territoriais, sendo um importante “nó” na rede do turismo nas regiões estudadas.

Não poderíamos deixar de destacar a importância de Corumbá no contexto do turismo no Pantanal. Porém, não cumpre as premissas de um destino indutor, ou melhor, não atende os moldes da Política Nacional de Turismo (PNT), do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), mas, atende uma outra lógica, a de um território turístico transfronteiriço.

Assim, pensamos na possibilidade de uma (nova) regionalização do turismo para o Pantanal, à luz da perspectiva empreendida por Paixão (2006) e Martins (2018). Para tanto, seriam necessárias articulações integradas entre os países (Brasil – Bolívia), que no âmbito macro, como vimos no processo de implementação da Rota Bioceânica, já ocorre.

Cumpridas tais demandas, o município de Corumbá (MS) teria condições de atender as premissas ensejadas nos documentos oficiais do PRT, no que diz respeito a um destino indutor. Acreditamos que as experiências de outras localidades com características similares, como ocorre em Foz do Iguaçu – PR (Brasil), tomada as devidas proporções geográficas, pode oferecer condições de se pensar uma política multiescalar do turismo no Pantanal.

Por fim, é importante também, que sejam realizadas novas pesquisas/estudos que compreendam os demais municípios das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, que ainda continuam em condições de opacidade, diante da luminosidade de Bonito e Corumbá, pois como vimos, somente os municípios que conseguiram as

devidas articulações políticas a nível do mercado conseguiram receber luz dos destinos indutores, como ocorre em Jardim e Bodoquena.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, J. A. A. **Concepções de Espaço Geográfico e Território. Sociedade e Território**, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010.

ADÂMOLI, J. O Pantanal e suas relações fitogeográficas com os cerrados: discussão sobre o conceito “Complexo do Pantanal”. *In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA*, 32., 1981, Teresina. **Anais...** Teresina: Sociedade Botânica do Brasil, 1982. p.109-119.

ALVES, F. R. J. **A dimensão espacial do poder: diálogos entre Foucault e a Geografia**. *Revista Geografia em questão*, v. 6, n.1, 2013.

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, 14, p. 125-136, 1995.

ARAÚJO, E. R. **A mobilidade com o objeto sociológico**. *In: Encontros em Sociologia*, 2, Braga, Portugal, 13 de Dez. 2004

ARAÚJO, A. P. C. **Pantanal**: um espaço em transformação. 2006. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ARAÚJO, A. P. C.; BICALHO, A. M. S. M. ; VARGAS, Icléia A. de. **Organização espacial do Turismo no Pantanal de Mato Grosso do Sul**. *In: Antônio Firmino de Oliveira Neto; Patrícia Zaczuk Bassinello. (Org.). Turismo: diversidade de Olhares e experiências*. Campo Grande: UFMS, 2010, v. , p. 195-220.

ARAÚJO, T. B. Apresentação. *In: BRANDÃO, C. A. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2012.

ARGUELHO, M. B. **Aprender fazendo! enquanto aprendia, ensinava**: formação continuada de professores mediada pelo scratch. Tese. 2018. (Doutorado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, , 2018.

ARROYO, M. **A trama de um pensamento complexo**: espaço banal, lugar e cotidiano. *In: CARLOS, A. Ensaios de geografia contemporânea*. Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

ARROYO, M. M.; CRUZ, R. de C. **Território e Circulação**: a dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: Annablume, 2015.

ARRUDA, D. de O. **Coordenação e Estruturas de Governança entre Agências de Turismo e Atrativos Turísticos em Bonito/MS**. 125 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande (MS), 2013

AUGÉ, M. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: Edufal, 2010.

- BALTAR, M. Autoridades eletivas: o lugar do documentário em meio ao universo audiovisual. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. Vale dos Sinos: UNISINOS, v. VI, n.1, p.149-167, janeiro/junho, 2004.
- BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. (org.) **Qual Paraíso?** Turismo e ambiente em Ambiente no Pantanal. UFMS. Campo Grande, 2001.
- BANDUCCI JÚNIOR, A. **A natureza do pantaneiro**: relações sociais e representação de mundo no Pantanal da Nhecolândia. Campo Grande: UFMS, 2007.
- BANDUCCI JÚNIOR, A. **Turismo da pesca e suas contradições no Pantanal Mato-Grossense**. In: BANDUCCI JÚNIOR., A.; MORETTI, E. C. (org.) **Qual paraíso?** Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos; Campo Grande: UFMS, 2001. p. 75-99
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARTHOLL, T. **Por uma Geografia em movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Consequência. Rio de Janeiro. 2018.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido** – sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2004.
- BENADUCE, G. M. C. Constituição e papel das redes no contexto da mundialização da economia. **Boletim de Geografia**. Maringá, n. 18, p. 49-63, 2000.
- BENI, M. C. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: **Aleph**, 2006.
- BENI, M.C.; CURY, M. J. F. Bases territoriais e redes de cluster de turismo. In: BENI, M. C. **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão - desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012.
- BERTONCELLO, R. V. El turismo y las grandes metropolis: la ciudad de Buenos Aires. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 209-223.
- BOGGIANI, P. C. Os Guias de Turismo de Bonito. In: ALMEIDA, N. De P. (org.). **Estudos e pesquisas turísticas em Bonito**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.
- BOITO JR., A. **Estado, política e classes**. São Paulo: UNESP. 2007
- BONI, V.; QUARESMA S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica Em Tese**, v.2, n.1(3), p. 68-80, 2005.
- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: Edusc, 2002.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o**

local e o global. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2012.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.** Diretrizes Operacionais. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Brasília: MIN/ACS, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP).** Brasília:, 1997. 369p

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022:** mais emprego e mais renda para o Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo:** Diretrizes. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil – 2012-2016.** Relatório Descritivo 2012 – 2016. FIPE, São Paulo, 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sem-categoria/5854-categoriza%C3%A7%C3%A3o-dos-munic%C3%ADpios-das-regi%C3%B5es-tur%C3%ADsticas-do-mapa-do-turismo-brasileiro.html>. Acesso em 05 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do Turismo brasileiro 2017-2019.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sem-categoria/5854-categoriza%C3%A7%C3%A3o-dos-munic%C3%ADpios-das-regi%C3%B5es-tur%C3%ADsticas-do-mapa-do-turismo-brasileiro.html>. Acesso em: 07 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo. Roteiros do Brasil: Turismo e sustentabilidade.** Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007. 126p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/acao-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Institucionalização da Instância de Governança Regional.** Módulo operacional 3. Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. Brasília, DF. 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Introdução à Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil: diretrizes operacionais.** Brasília: MTUR, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa da Regionalização do Turismo** - 2009. Brasília. Acesso 30/04/2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 2017. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/mturmapaturismobrasileiro2017112410APROVADO.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019

BRASIL. Ministério do Turismo. **Municípios são agrupados em cinco categorias**. 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5405-munic%C3%ADpios-tur%C3%ADsticos-brasileiros-s%C3%A3o-agrupados-em-cinco-categorias.html>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: Mais Emprego e Renda para o Brasil**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007**. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf. Acesso em: em 15 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2007-2010**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf. Acesso em: 24 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2011-2014**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf. Acesso em: 24 jan. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes**. Brasília: MTur, 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 07 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>

BRASIL. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil. Programa de Regionalização do Turismo. Módulo Operacional 7: Roteirização Turística**. Brasília: 2007.

BRENNER, N. **The limits to scale?** Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, n.25(4),p. 591-614, 2001.

CAMARGO, E. I. **Políticas públicas para o turismo e suas implicações no ordenamento territorial de Bonito, MS.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Dourados: UFMS, 2005.

CAMPOS, M. P. **À sombra do Pequi, vislumbrando os aguapés: desenvolvimento local, território e turismo no Pantanal do rio Aquidauana – MS.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana (MS), 2007.

CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades.** Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CARLOS, A. F. A.; LENCIONI, S. **A apropriação capitalista do espaço geográfico.** *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, IV, Anais... AGB Associação dos Geógrafos do Brasil. Rio de Janeiro, 1980.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. *In*: CASTELLS, M. **A Sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, I; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. **Explorações Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CATALÃO, I. de F. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação Online**, n 18, v. 2, p. 173-180, 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/597/1226>. Acesso em: 05 mar. 2015.

CAVALCANTI, M. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, fev., 2009, p. 69-80.

CHAPARRO, J. B.; LAMBERTI, E. O turismo em Corumbá/MS: a relação de sua dinâmica com o SISTUR. **REVISTA IBEROAMERICANA DE TURISMO**, v. 8, p. 174-194, 2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 8. ed. São Paulo: Cortez. 2006.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. **A técnica de entrevista na pesquisa social.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

CONTEL, F. B. Os sistemas de movimento do território brasileiro. *In*: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 357-374.

COSTA, C. R. R. da. Turismo, Produção e consumo do espaço litorâneo. **Revista Geografia em Questão.** Cascável, v. 05, n. 01, 2012.

CRESSWELL, T. **On the move**. New York: Routledge, 2006.

CRUZ, R. de C. A. da. Políticas públicas de turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. *In*: SOUZA, M. J. de (org.). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: UnB/MMA, 2000.

CRUZ, R. de C. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000a.

CRUZ, R. de C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: Território usado, território negligenciado. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, jul./dez., 2005.

CRUZ, R. de C. A. da. Planejamento governamental do turismo: convergência e contradições na produção do espaço. *In*: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M. **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: CLACSO, 2006. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

CUNHA, T.B. **Do Oculto ao Visível: Terra-Água-Trabalho e o Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio no Oeste da Bahia**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: Presidente Prudente (SP), 2017.

CURY, M. J. F. **Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira—Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DIAS, V. T. O papel do Sebrae na formulação e na execução de políticas públicas para os APL. *In*: **Encontro de Ciência Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil**, 15., Teresina: UFPI, 2012.

DINIZ, C. C. A Busca de um Projeto de Nação: O Papel do Território e das Políticas Regional e Urbana. **Revista de Economia**, Selecta, Brasília (DF), v.7, n.4, p.1–18, dezembro 2006.

DORFMAN, A. As escalas do território e sua articulação: uma revisão. *In*: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. (org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1995.

DOURADO, A. M.; VARGAS, M. A. M. Construção ou Internalização de identidades? Reflexões sobre os Assentamentos de Reforma Agrária. **Revista Geográfica de América Central** (Online), v. 02, p. 47, 2011.

DUDA, J. I.; ARAÚJO, L. M. de. Pólos de Turismo no Nordeste do Brasil: crescimento, desenvolvimento e escassez de conhecimento. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 204-218, dez. 2014.

ELLIOT, J. **Tourism: politics and public sector management**. London: Routledge.

Embratur, 1997.

FARIAS, C. S. Manipulação do Território: o agronegócio e o campesinato na Amazônia. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 51- 70, fev., 2010

FERNANDES, S. W. R.; A inserção do espaço geográfico na política de turismo. *In*: STEINBERGER, M. (org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

FERRARA, L. D. **Apresentação à edição brasileira**. *In*: ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2016.

FICAGNA, A. C. **O turismo alternativo a partir da avaliação do potencial do município de São João da Barra (RJ)**. (Dissertação em Geografia). UERJ, 2012.

FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: Estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *In*: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y Sectores Dominantes: Tendências globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Clacso Libros, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FRAGA, Nilson Cesar (org.). **Territórios e arranjos: (re)arranjos e perspectivas**. Florianópolis. Insular, 2011.

FRATUCCI, A. C. **Turismo contemporâneo e capital: reflexões sobre suas relações dialéticas e dialógicas**. IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, São Paulo, 2007.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2008.

FRATUCCI, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 1, p. 87-96, 2014.

FRATUCI, A. C. Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de Turismo. **Turismo em Análise**, v. 20, n. 3, p. 391-408, 2009.

FREDRICH, M. S. L. **Tramas territoriais e tessituras multidimensionais em comunidades quilombolas na Paraíba**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE) 2018.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné Bissau - Registros de uma experiência em processo**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUINI, L. L. A Governança e o Território: reflexões sobre uma abordagem de pesquisa. RDE - **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XV, n. 28, p. 86-99, dez. 2013.

FUINI, L. L. Território e Geografia no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Formação**, v. 1, p. 3-20, 2014.

FUINI, L. L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: A contribuição da Geografia brasileira. **Cuadernos de Geografia**, v. 26, p. 221-242, 2017

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR). **Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2009-2020** – Região Bonito-Serra da Bodoquena. Campo Grande: FUNDTUR, 2009.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL (FUNDTUR). **Instâncias de governança do turismo em Mato Grosso Do Sul** - Sistema de Informações e Estatística. Campo Grande/MS; 2014b.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Anuário 2019**: ano base 2018. Dados Turísticos do Estado de Mato Grosso do Sul, Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS. FUNDTUR, 2019.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório Final**: Programa de Classificação dos Municípios - 2017 - 3ª FASE. Campo Grande/MS. FUNDTUR, 2017.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Resultado: Programa Classificação dos Municípios 2014** - 2ª Fase. Campo Grande/MS, 2014a.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Ministério do Turismo. **Indicadores turísticos**. Pesquisa caracterização e dimensionamento do turismo internacional do Brasil. 2016. Disponível em: http://www.turismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/54/2016/09/2016_-_indicadores-turisticos_ms_2015_serie-2007_2014.pdf. Acesso em: 26 fev. 2018.

GALVÃO, A. C. F. Apresentação. *In*: STEINBERGER, Marília (org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Entrevista**. Métodos e técnicas de entrevista social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARD, P.; VARGAS, I. A. Turismo, desenvolvimento e saberes no Pantanal: diálogos e parcerias possíveis. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, 2008.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n.3, p. 20-29, maio/jun. 1995a.

GOMES, A. Apontamentos sobre a investigação sociológica: possibilidades e caminhos da pesquisa. **Rev. Lusófona de Educação**, n.º 10, p.51 – 61. 2007.

GOMES, M. da S.; STEINBERGER, M.; BARBOSA, R. P. O potencial político da categoria “território usado”. *In*: STEINBERGER, M. (org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013. p. 65-87.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MENDONÇA, M. R. Se o cascalho informa bem a peneira tira a dúvida: Geografia e pesquisa qualitativa nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG. *In*: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. de L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, v. 1, p. 460-484.

GONZA, E. L. J. Em Relação a Utilização das Metodologias da Pesquisa Qualitativa na Geografia. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, p. 1-14, 2019.

GUIMARÃES, R. B. Geografia da saúde: categorias, conceitos e escalas. *In*: GUIMARÃES, R. B. **Saúde: fundamentos de Geografia humana** [online]. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2015.

HAESBAERT, R. **Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade**. São Paulo, Terra Livre, Marco Zero/AGB, n. 7, p. 63-92, 1990.

HAESBAERT, R. **O mito da (des)territorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R.. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre: s.ed., 2004a. Disponível em: www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf. Acesso em: 06 jul. 2018.

HAESBAERT, R. Muros, “campos” e reservas: os processos de reclusão e “exclusão” territorial. *In*: SILVA, J. *et al.* (org.). **Panorama da Geografia Brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006.

HAESBAERT, R ; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgrafia**. n. 17, Rio

de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

HAESBAERT, R. Apresentação à edição brasileira. *In*: MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. O território e a nova des-territorialização do Estado. *In*: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2013.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço- -território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.), **Território e territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Consequência, 2015.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2013.

HARVEY, D. **Para entender O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013a.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. Apresentação. *In*: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. 334 p.

HISSA, C. E. V. O projeto de pesquisa: valores e contextos. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, jul.1997, v. 7, n. 9, pp. 39-55.

HISSA, C. E.; OLIVEIRA, J. R. O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, 2004, v. 24, pp. 31-41.

HISSA, C. E. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

KAYSER, B. O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 51-69.

KNAFOU, R. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. *In*: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e Geografia** – reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001.

KUNZ, J.G. As mobilidades turísticas como objeto de pesquisa: um panorama dos periódicos estrangeiros (2000-2014). **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 7, n. 3, p. 377-391, 2015.

LANZARINI, R. G. S. **Turismo e políticas de integração regional: PNT (2007/2010)** – o segundo governo Lula. IV Seminário Nacional sobre Estado e Políticas Sociais. Cascavel: UNIOESTE, 2009

LIMONAD, E.; HAESBART, R.; MOREIRA, R. (org.). **Brasil século XXI** - por uma nova regionalização? agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Lomonad, 2004.

LOBO, H. A. S.; MORETTI, E. C. Sustentabilidade ecológica no espeleoturismo na Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul. **Turismo em Análise**, v. 20, n.1, 2009.

LOBO, H. A. S. O lado escuro do paraíso: Turismo nas cavernas e Bonito e Região (Mato Grosso do Sul). *In*: ALMEIDA, Noslin de Paula (org.). **Estudos e pesquisas turísticas em Bonito**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2013.

LOMBA, G. K. **REVELANDO O INVISÍVEL**: o mundo do trabalho na atividade turística em Bonito, MS. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados (MS), 2004.

LOURENÇO, C. Trabalho de campo: Laboratório por excelência do geógrafo. **Revista Geografia Passo a Passo**- Ensaios Críticos dos Anos de 1990. Presidente Prudente, 1991.

LUCHIARI, M. T. **O lugar no mundo contemporâneo** - turismo e urbanização em Ubatuba/SP. Campinas, 222f. Tese (Doutorado) - IFCH, Unicamp, 1999.

LUNAS, J. R. S. **Turismo sustentável**: descrição e avaliação da gestão do turismo de Bonito-MS. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, DFI, 2000.

LUNAS, J. R. S.; EGLER, C. G.; LUNAS, M. C. F. S. Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul: **Cenários Prospectivos 2035**. 2014.

LUNAS, J. R. S.; MELO, A. S.; LUNAS, M. C. F. S. Desafios para o Corredor Bioceânico e suas potencialidades turísticas: a questão da livre circulação de pessoas. **Interações**, v. 20, p. 31, 2019.

LUNAS, J. R. da S.; GRECHI, D. C. Implantação, descrição e avaliação do sistema de gestão do turismo em Bonito – MS. *In*: IV Encontro Nacional de Turismo com

Base Local, Redescobrimo a Ecologia no Turismo. 2000, 4, Joinvile. **Anais eletrônicos**. Joinvile: IELUSC, 2000. Acesso em: 20 jan. 2020.

MACEDO, V. **Nexos da Diferença. Cultura e Afecção em uma Aldeia Guarani na Serra do Mar**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L. A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 5, n. 2, p. 226-247, ago. 2011.

MACHADO, M. S. A produção intelectual de Milton Santos vista através de sua trajetória espacial: uma interpretação. **GEOgraphia (UFF)**, v. 13, p. 18-41, 2011.

MACHADO, R. **Por uma genealogia do poder**. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

MAGRIS, C. **El infinito viajar**. Barcelona. Anagrama, 2008.

MARAFON, G. J. O trabalho de campo como instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. *In*: RAMIRES, J. C. de L.; PESSOA, V. L. S. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MARCHESINI JUNIOR, A. O modelo estratégico urbano de “city marketing” e suas escalas de atuação. **Espaço em Revista**, vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 84 – 101. UFG-CAC.

MARIANI, M. A.P. **Geografia e Turismo no Paraíso das águas: o caso de Bonito**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARIANI, M. A. P. **Turismo e meio ambiente no paraíso das águas**. Campo Grande: Editora da UCDB, 2003.

MARRE, J. A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991.

MARTINS, G. A. Estudo de Caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, 2008a.

MARTINS, G. A. **Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008b.

MARTINS, G. I. **As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão – Veredas, Norte de Minas Gerais**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Montes, Uberlândia (MG), 2011.

MARTINS, P. C. **As paisagens da faixa de fronteira Brasil/Bolívia**: complexidades do Pantanal Sul-Matogrossense e suas potencialidades para o Turismo de Natureza. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade da Grande Dourados, Dourados (MS), 2018.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. *In*: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas. Papirus, 2000.

MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de MS**: Regiões de Planejamento. Campo Grande: SEMADE, 2015. Disponível em <http://www.semade.ms.gov.br/estudo-da-dimensao/>. Acesso em Jan 2020

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 5.224**, de 09 de Julho de 2018. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul, a Política Pública Estadual para o Turismo e o Plano Estadual de Turismo. Diário Oficial [do] Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 10. Jul. 2018. p. 03.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR). **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Serra da Bodoquena**. Campo Grande: SEPROTUR, 2011.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, de Comércio e do Turismo. **Unidade de Coordenação de Projetos. Avaliação Ambiental Estratégica do Prodetur Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul, Polo Serra da Bodoquena**. Campo Grande: PRODETUR-MS, 2015.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE). **Plano de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso do Sul**: PDR-MS 2010-2030. Campo Grande: SEMACE, 2009.

MAZARO, R. Diretrizes políticas para a competitividade em turismo e estratégia brasileira. *In*: PIMENTEL, Thiago Duarte *et al.* (org.). **Gestão Pública do Turismo no Brasil**: teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

MELAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. **A Escala Geográfica: Noção, Conceito ou Teoria?** *In*: Revista Terra Livre, Presidente Prudente SP: AGB, ano.23, v.02, n.29, p.133142. Ago/Dez de 2007.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente (SP), 2004.

MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisa pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. *In*: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (org.).

Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 15-22.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONDARDO, M. A geometria de poder do conflito territorial entre fazendeiros e Guarani-Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Acta Geográfica** (UFRR), 2014, p. 185-202.

MORETTI, E. C. Atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal. *In:* BANDUCCI Jr. A.; MORETTI, E. C. (org.). **Qual paraíso?** Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo; Campo Grande (MS): Chronos; UFMS. 2001.

MORETTI, S. A. L.; ZANON, A. M. A atividade turística em Jardim – MS e as transformações na produção territorial. *In:* MORETTI, E. C.; CALIXTO, M. J. M. (org.). **Geografia e Produção Regional:** Sociedade e Ambiente. Campo Grande (MS): Ed. UFMS, 2003.

MORETTI, E.C. Atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal. *In:* BANDUCI JR. A.; MORETTI, E. C. (org). **Qual Paraíso?** Turismo e Ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo. CHRONOS. Campo Grande. UFMS. 2001.

MOTA, J. G. B. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá:** diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha – Dourados/MS. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente (SP), 2015.

MOURA, F. N. **Entre Estalactites e Estalagmites:** Territorialidades no Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, Bonito – MS. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana (MS), 2008.

NÓBREGA, W.R.M. **Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira:** instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: UFPA/PPGDSTU/NAEA, 2012.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, R. A. Descentralização: um paralelo entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização do turismo. *In:* PIMENTEL, T. D; EMMENDOEFER, M. L; TOMAZZONI, E L. **Gestão pública do turismo no Brasil:** Teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2014.

OLIVEIRA NETO, A. da C. **Territórios subordinados:** análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente (SP),

2017.

OLIVEIRA, M. E. B. de. As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Átomo e Alínea, 2005.

OURIQUES, H. R. Um breve panorama sobre o desenvolvimento do turismo na periferia do capitalismo. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 29, p. 55-67, 2007.

OLIVEIRA, A. K. M.; DIETRICH, L. C. Sustentabilidade ambiental na Serra de Bodoquena no contexto da legislação de Mato Grosso Sul. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, 2019.

PAIXÃO, R. **Globalização, Turismo de Fronteira, Identidade e planejamento da região internacional de Corumbá/MS**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

PALHARES, G. L. **Transportes turísticos**. São Paulo: Aleph. 2002.

PALHARES, G. L.; FRAGA, C.; CASTRO, R. (org.). **Transportes e destinos turísticos: planejamento e gestão**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus. 2013.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2011.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara-pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, 2012, p. 395-418

PIERI, V. S. G.; PANOSSO NETTO, A. **Turismo internacional: fluxos, destinos e integração regional**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

PINHEIRO, I. de F. S. **Política Pública de Regionalização do Turismo no Pólo Seridó – RN: um estudo sobre gestão de recursos naturais, participação social e o desenvolvimento regional**. 2015. Tese (Doutorado em Recursos Naturais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB), 2015.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas de comércio. *In*: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 143-160

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói: 2006.

QUEIROZ, P. R. C. Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul.

In: CHAMORRO, C.G.; CAMBÉS, I. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: História, Cultura e Transformações Sociais**. Dourados, MS: Ed UFGD, 2015.

RACINE, J. B.; RAFESTIN, C.; RUFY. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jan/mar. 1983, p. 133-145.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá (MG), n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RIBEIRO, R. J. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 189-195, 1999.

RIBEIRO, W. C. Relação espaço/tempo: considerações sobre a materialidade e dinâmica da história humana”, **Terra livre**, n. 4, p. 39-54, 1988.

RIBEIRO, A. C. T. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. **REDOBRA**. n. 9, p. 58-71, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZO, M. R. **Encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade: Um estudo do município de Bonito – Mato Grosso do Sul**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2010.

ROCHA, A. M.; STROHAEKER, T. M. Um caminho metodológico para a análise qualitativa da descentralização do setor terciário em cidades médias: notas de um estudo sobre Santa Maria/RS. *In:* PESSÔA, V. L. S. *et. al.* **Pesquisa qualitativa: aplicações em Geografia** (org.). Porto Alegre: (Livro Digital) Imprensa Livre, 2017.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo. HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. *In:* RODRIGUES, A. B.. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 2001.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo de espaço para o turismo e a problemática ambiental. *In:* **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo, HUCITEC, 2002.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividades turísticas. *In:* RODRIGUES, A.B. (org.) **Turismo Desenvolvimento Local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec 2002a.

RODRIGUES, A. B. Geografia do turismo: novos desafios. *In*: TRIGO, L. G. G. (org.). **Turismo**. Como aprender, como ensinar. São Paulo: SENAC, 2006.

RODRIGUES, A. B. Prefácio. *In*: STEINBERGER, M. (org.) **Territórios Turísticos no Brasil Central**. Brasília: LGE Editora, 2009.

RODRIGUES, S. L.; SOUZA, M. O papel das Governanças na regionalização do turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n. 2, mai/ago 2015.

ROSA, K. V. da; ANDRADE FILHO, U. O que revelam os dados do censo agropecuário de 2017 sobre Mato Grosso do Sul? **Entre Lugar**. v. 10, p. 355-369, 2019.

ROSE, G. **Feminism and geography**: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

RUSCHMANN, D. Planejamento e organização territorial do turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 1., n. 1. São Paulo, 1990.

RUSCHMANN, D. V. de M.; SOLHA, K. T. **Planejamento turístico**. São Paulo: Manole, 2006, p. 89-100.

SACK, R. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SÁNCHEZ, J. E. **Espacio, economía y sociedad**. Madrid (Espanha): Siglo Véintiuno, 1991.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 2, n. 2, 1988.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto (Portugal): Afrontamento, 1987.

SANTOS, M. A. F. S. Violência urbana em Uberlândia/MG: uma pesquisa a partir do discurso dos moradores. *In*: MARAFON, G. J. *et al.* (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

SANTOS, G. E. de O. **Modelos teóricos aplicados al turismo**. Estudios y Perspectivas en Turismo, Buenos Aires, v. 16, n.1, p. 96-110, 2007.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil** - Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record. 2001

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M. A. (orgs). **Território** – Globalização e Fragmentação. São Paulo. Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo**: Globalização e meio-técnico científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. S. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo : Hucitec, 1988.

SANTOS, M. S. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. S. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1995.

SANTOS, M. S. **O papel ativo da Geografia**: um manifesto. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

SANTOS, M. S. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos ippur**. Rio de Janeiro, ano xiii, nº2, p.15 -26. 2000

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2002. SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. S. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos (entrevistadores, Odette Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, N. P. Turismo, gestão e território. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.66-s.86, nov. 2014.

SANTOS, R. E. N. dos; SOETERIK, I. M. Escalas da Ação Política e Movimentos Sociais: O caso do Movimento Negro Brasileiro e a Emergência de Políticas Educacionais de Combate ao Racismo. **GEOgraphia**, ano 17, n. 33, 2015.

SANTOS, S. K. dos. **Os territórios de governança e suas redes geográficas**: estudos sobre o desenvolvimento do turismo rural nos Campos Gerais/PR, Brasil e Comunidade Autônoma de Aragão, Espanha. Tese (Doutorado em Geografia), UEPG, Ponta Grossa, 2017.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** (2007), v. 2, p. 24-42, 2008.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre, RS: EST Edições, 2003.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão

popular, 2007.

SAQUET, M. A renovação da geografia: a construção de uma teoria de território e de territorialidade na obra de Jean Gottmann, **Revista da ANPEGE**, v. 5, 173-187, 2009.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. *In*: SAQUET, M. A. **Estudos territoriais na ciência geográfica** (org.). São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, M. Por uma abordagem territorial, *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.), **Território e territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Consequência, 2015.

SAQUET, M. A. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, v.13, n. 27, p. 82-112, 2011.

SERVILHA, M. de M. **Quem precisa de região?** O espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro. Consequência, 2015.

SILVA JUNIOR, R. F. A circulação como um dos fundamentos do espaço: elementos para a busca de um conceito. Geografia. **Ensino & Pesquisa**, v. 1, p. 14-34, 2007.

SILVA JUNIOR, R. F. da. Circulação, epistemologia e a constituição de um ramo da ciência geográfica. **Boletim Campineiro de Geografia**. v. 2, n. 3, 2012, pg. 389-417.

SILVA JUNIOR, R. F. da. **Circulação e logística territorial: a instância do espaço e a circulação corporativa**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente (SP), 2009.

SILVA, D. P. S. A quem interessa o Programa de Regionalização do Turismo? notas à luz dos conceitos de região. *In*: 14. Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013, Lima. **Reencontro de Saberes Territoriais Latinoamericanos**. Lima: Unión Geográfica Internacional, 2013.

SILVA, J. S. V.; ABDON, M. M. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, n. 33, p. 1703-1711. 1998.

SILVA, P.V. **Planejamento participativo integrado** – uma proposta para o turismo: o caso da bacia do Córrego Fundo, Aquidauana-MS. Aquidauana: UFMS, 2007

SILVA, K. de O. Políticas Públicas e a Promoção do Turismo no Rio Grande do

Norte. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**. Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 71-79. jan./abr. 2010.

SILVA, P. V. **Água, Paisagem e Turismo**: a experiência turística e a natureza na Bacia do Rio Formoso em Bonito-MS. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente (SP), 2015.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. *In: O Espaço da Diferença*. Campinas (SP): Papirus, 2000.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual, Natureza, Capital e Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

SOUZA, M. A. Apresentação. *In: SANTOS, M. Território y movimientos sociales*. Debates, Buenos Aires, Observatório Social de América Latina, CLACSO, ano 6, n. 16, jan.abr., p. 251-261, 2005.

SOUZA, A. F. G. Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas. *In: MARAFON, G. J., RAMIRES, J.C. de L., RIBEIRO, M. A., PESSÔA, V. L.S. Pesquisa qualitativa em geografia*: Reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

SOUZA, A. dos S. B. **Presos no círculo, prostrados no asfalto**: tensões entre o móvel e o imóvel. 2013. Tese (Doutorado em geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, E. B. C. Natureza e consumo – a contraditória relação de sustentabilidade na atividade turística. **Revista Ciência Geográfica**. (AGB/Bauru). Bauru. Ano IX vol. IX, n.3, p. 253-258, set/out 2003.

SOUZA, M. L. de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. *In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). Geografia: Conceitos e Temas*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, M. L. de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 101-114.

SOUZA, M. L. de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In. SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Consequência, 2015.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2016

SOUZA, M. A. de (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Arapiraca: EDUNEAL, 2017.

SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, p. 84-112, 2016.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15; LGE Editora, 2013.

STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas. *In*: STEINBERGER, M. (org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15; LGE, 2006.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia** (UFF), Niterói/RJ, 2002.

SWYNGEDOUW, E. Globalización o glocalización? redes, territorios e reescalamiento. *In*: FERNÁNDEZ, V. R. BRANDÃO, C. **Escalas y políticas del desarrollo regional**: desafios para América Latina. Buenos Aires, Miño Dávila, 2010.

TELLES, D.H. Q.; VALDUGA, V. O “Espaço Turístico” a partir da multiescalaridade territorial: complexidade e sistematização conceitual. **ABET**, Juiz de Fora, v.5, n.3, p.8-16, set/dez.2015. Disponível em: <https://abet.ufjf.emnuvens.com.br/abet/article/view/2908> Acesso em: 13 jan. 2018.

TRENTIN, F. Políticas Públicas de Turismo (Material didático). ZAPATA, T., “Instâncias de Representação da Sociedade Civil e Gestão Pública”. *In*: **3º Salão de Turismo Roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1990.

TURRA NETO, N. Pesquisa Qualitativa Em Geografia. *In*: XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG, 2012, Belo Horizonte. **Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos**: entre escalas, poderes, ações, geografias, 2012.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetória juvenis**: territórios e rede de sociabilidade. Jundiaí: Paco Editorial. 2012.

TURRA NETO, N. **Espaço e lugar no debate sobre território**. Geograficidade, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2015, p. 52-59.

URRY, J. **Mobilities**. Cambridge: Polity, 2007.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens em sociedades contemporâneas. São Paulo: Nobel. 1996.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *In*: **Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade**. Cadernos

IPPUR ano XV, n. 2 (2001) e ano XVI, n. 1 (2002). Rio de Janeiro: DP&A e IPPUR/UFRJ.

VALDUGA, V. Sujeito turístico e espaço turístico: Possibilidades teórico-metodológicas para os estudos do turismo. **Journal of Tourism and Development**, n: 17/18, p. 481-492, 2012.

VARGAS, I. A. **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável em Bonito-MS: elementos de análise para uma educação ambiental**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande (MS), 1998.

VARGAS, I. A. **Território, identidade, paisagem e governança no Pantanal Matogrossense: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa**. 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

VASSOLER, F. R. Europa, escombros e soslaio. **Rapsódia**, n. 8, p. 07-10, 2014.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2011.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. *In*: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (org.). **Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

VIEIRA, J. F. L. **Voucher Único – Um modelo de Gestão da atividade turística de Bonito – MS**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande (M), 2003.

VIDEIRA, S. L. Redes geográficas. *In*: SPOSITO, E. S. (org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora Unesp. 2017, p.369-176.

XAVIER, L. S. **Implicações socioambientais do turismo e o licenciamento na Bacia do Rio Formoso, Bonito, MS**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências – Ecologia Aplicada), Universidade de São Paulo, Piracicaba (SP), 2011.

YOKOO, R. N. da R. **Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo em Mato Grosso do Sul: o caso de Corumbá** (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande (MS) 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2010.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu _____, portador da Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____ depois de entender os objetivos e metodologia da pesquisa de Doutorado do estudante *Marcos Pereira Campos*, CPF xxxxxxxxxxxxxxxxx, vinculado à Faculdade de Ciências de Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, estou ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo o estudante a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso em garantir-me os seguintes direitos:

1. Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: artigos para revistas científicas, congressos, jornais e apresentações;
2. Os dados coletados serão guardados por cinco anos, sob a responsabilidade do estudante.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito.

Campo Grande, MS, ____ de _____ de 201_

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
 “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
 Câmpus de Presidente Prudente
 Programa de Pós-Graduação em Geografia

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – AQUIDAUANA - FÓRUM PANTANAL

Nome e sobrenome: _____

Instituição/Departamento: _____

Cargo/Função: _____

Tempo no Cargo/Função: _____

Telefone para contato: _____

Email: _____

Cidade: _____ Data: ____/____/2018

Grau de escolaridade:

() Ensino fundamental

(...) Superior completo

Formação acadêmica: _____

() Ensino fundamental incompleto

(...) Superior incompleto

() Ensino Médio

(...) Pós-graduando

() Ensino Médio incompleto

(...) Pós-graduado

Qual área? _____

1. Qual a influência do destino indutor Corumbá no fomento do turismo dos municípios que integram a região turística Pantanal?
2. Quais as estratégias de fomento foram implementadas no destino indutor Corumbá via Programa de Regionalização do Turismo (PRT), pela instituição que você representa(va)?
3. Quais as estratégias de fomento foram implementadas para os municípios que compreendem a região Pantanal, por conta do PRT?
4. Quais os principais sujeitos e/ou agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento e na estrutura do PRT na região Pantanal?

5. Quais parcerias foram efetivadas entre instituições públicas, privadas (trade turístico) e não-governamentais na perspectiva/por conta do PRT e da Instância Regional – Fórum Pantanal, no destino Aquidauana?
6. Qual o papel do SEBRAE no processo de desenvolvimento e na estrutura do PRT na região Pantanal?
7. Quais as principais fontes de investimento para o fomento do turismo no destino Pantanal?
8. Ainda no que se refere as fontes de investimento para o fomento do turismo na região Pantanal, como são/eram destinados/direcionados/gastos tais valores?
9. Considerando o PRT, qual articulação existente entre as regiões Pantanal e Bonito/Serra da Bodoquena?
10. Qual articulação existente entre o destino indutor de turismo Corumbá, com os demais municípios que compõem a região Pantanal?
11. Em quais diretrizes políticas e/ou operacionais se encontram/se encontraram as maiores dificuldades e desafios para a execução do PRT na Região Pantanal? Por que?
12. Quais instâncias de governança foram criadas a partir do PRT na Região Pantanal?
13. Quais os sujeitos e/ou agentes sociais constituem as instâncias regionais de governança do turismo na região Pantanal?
14. Qual a periodicidade das reuniões desta instância? E onde as mesmas eram/são realizadas?
15. Qual(is) a(s) principal(is) agenda(s) de trabalho ou de encaminhamento prático do Fórum Pantanal?
16. Tais agendas de trabalho ou de encaminhamento prático do Fórum Pantanal eram/foram executadas? Sim/Não, por que?

17. As instâncias de governança criadas a partir do PRT na instância regional Pantanal, cumprem (ou cumpriram) o papel (ou os papéis) destinados as mesmas? Por que?
18. Quais as facilidades encontradas nas instâncias de governança Pantanal?
19. Quais os obstáculos encontrados nas instâncias de governança Pantanal?
20. O destino turístico Pantanal é competitivo no mercado nacional e internacional? Justifique a sua resposta.
21. Cite três palavras/termos que qualificariam, definiriam e sintetizariam o Turismo:
 1. Corumbá
 2. Pantanal:
22. Para você, qual a importância do destino indutor Corumbá - para a região Pantanal?
23. Qual a sua avaliação do PRT na região Pantanal?
24. Qual a sua avaliação da instância de governança regional – Fórum do Pantanal?
25. Quais foram os principais ganhos (se houve/se houveram) do turismo no Pantanal, por conta do mesmo ter um destino indutor: Corumbá?
26. Quais foram as principais perdas (se houve/se houveram) do turismo no Pantanal, por conta do mesmo ter um destino indutor: Corumbá?
27. Alguma sugestão e/ou observação que você julgue necessária e que não foi contemplado no roteiro de entrevistas?



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Câmpus de Presidente Prudente
Programa de Pós-Graduação em Geografia

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDTUR - MS

Nome e sobrenome: _____

Instituição/Departamento: _____

Cargo/Função: _____

Tempo no Cargo/Função: _____

Telefone para contato: _____

Email: _____

Cidade: _____ Data: ____/____/2018

Grau de escolaridade:

Ensino fundamental

(...) Superior completo

Formação acadêmica: _____

Ensino fundamental incompleto

(...) Superior incompleto

Ensino Médio

(...) Pós-graduando

Ensino Médio incompleto

(...) Pós-graduado

Qual área? _____

1. Qual a influência do destino indutor Bonito no fomento do turismo dos municípios que integram a região turística Bonito/Serra da Bodoquena?

2. Qual a influência do destino indutor Corumbá no fomento do turismo dos municípios que integram a região turística Pantanal?

3. Quais as estratégias de fomento foram implementadas via Programa de Regionalização do Turismo (PRT), pela instituição que você representa, para os destinos indutores do turismo: Bonito e Corumbá?

4. Quais as estratégias de fomento foram implementadas, para os demais municípios que compreendem as regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?

5. Quais os principais sujeitos e/ou agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento e na estrutura do PRT na região Bonito/Serra da Bodoquena?
6. Quais os principais sujeitos e/ou agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento e na estrutura do PRT na região Pantanal?
7. Quais parcerias foram efetivadas entre instituições públicas, privadas (trade turístico) e não-governamentais na perspectiva do PRT nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?
8. Qual o papel do SEBRAE no processo de desenvolvimento e na estrutura do PRT na região Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?
9. Quais as principais fontes de investimento para o fomento do turismo junto aos destinos indutores Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?
10. Ainda no que se refere as fontes de investimento para o fomento do turismo junto aos destinos indutores Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, como são destinados/direcionados/gastos tais valores?
11. Qual articulação existente entre os destinos indutores de turismo Bonito e Corumbá?
12. Qual articulação existente entre os destinos indutores de turismo Bonito e Corumbá, com os demais municípios que compõem as regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente?
13. Em quais diretrizes políticas e/ou operacionais se encontram as maiores dificuldades e desafios para a execução do PRT na Região Bonito/Serra da Bodoquena? Por que?
14. Em quais diretrizes políticas e/ou operacionais se encontram as maiores dificuldades e desafios para a execução do PRT na Região Pantanal? Por que?
15. Quais instâncias de governança foram criadas a partir do Programa de Regionalização do Turismo no MS no tocante as Regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?
16. Quais os agentes sociais constituem as instâncias regionais de governança do turismo nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?

17. As instâncias de governança criadas a partir do PRT, em especial as de Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, cumprem o papel (ou os papéis) destinados as mesmas? Por que?
18. Quais as facilidades encontradas nas instâncias de governança Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?
19. Quais os obstáculos encontrados nas instâncias de governança Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?
20. Os destinos turísticos Bonito e Corumbá são competitivos no mercado nacional e internacional? Justifique a sua resposta.
21. Cite três palavras/termos que qualificariam, definiriam e sintetizariam o Turismo:
 3. Bonito:
 4. Corumbá:
22. Especificamente sobre a região Bonito/Serra da Bodoquena, por que o destino Bonito é tomado como título da Região?
23. Para você, qual a importância do destino indutor Bonito para a região Bonito/Serra da Bodoquena?
24. Para você, qual a importância do destino indutor Corumbá para a região Pantanal?
25. Qual a sua avaliação do PRT na região Bonito/Serra da Bodoquena?
26. Qual a sua avaliação da instância de governança regional – Fórum Pantanal?
27. Qual a sua avaliação da instância de governança regional – Fórum Bonito/Serra da Bodoquena?
28. Quanto a Associação Rota Pantanal Bonito, qual a participação do município, em especial, da instituição que você representa?

29. Alguma sugestão e/ou observação que você julgue necessária e que não foi contemplado no roteiro de entrevistas?



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
 Câmpus de Presidente Prudente
 Programa de Pós-Graduação em Geografia

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – FÓRUM BONITO/SERRA DA BODOQUENA

Nome e sobrenome: _____

Instituição/Departamento: _____

Cargo/Função: _____

Tempo no Cargo/Função: _____

Telefone para contato: _____

Email: _____

Cidade: _____ Data: ____/____/2018

Grau de escolaridade:

() Ensino fundamental

(...) Superior completo

Formação acadêmica: _____

() Ensino fundamental incompleto

(...) Superior incompleto

() Ensino Médio

(...) Pós-graduando

() Ensino Médio incompleto

(...) Pós-graduado

Qual área? _____

1. Qual a influência do destino indutor Bonito no fomento do turismo dos municípios que integram a região turística Bonito/Serra da Bodoquena?
2. Quais as estratégias de fomento foram implementadas no destino indutor Bonito via Programa de Regionalização do Turismo (PRT), pela instituição que você representa(va)?
3. Quais as estratégias de fomento foram implementadas para os demais municípios que compreendem a região Bonito/Serra da Bodoquena, por conta do PRT?
4. Quais os principais sujeitos e/ou agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento e na estrutura do PRT na região Bonito/Serra da Bodoquena?

5. Quais parcerias foram efetivadas entre instituições públicas, privadas (trade turístico) e não-governamentais na perspectiva/por conta do PRT e da Instância Regional – Fórum Bonito/Serra da Bodoquena, no destino Bonito?
6. Qual o papel do SEBRAE no processo de desenvolvimento e na estrutura do PRT na região Bonito/Serra da Bodoquena, e, em especial no destino Bonito/Serra da Bodoquena?
7. Quais as principais fontes de investimento para o fomento do turismo no destino Bonito?
8. Quais as principais fontes de investimento para o fomento do turismo no destino Bonito/Serra da Bodoquena?
9. Ainda no que se refere as fontes de investimento para o fomento do turismo no destino indutor Bonito, como são/eram destinados/direcionados/gastos tais valores?
10. Ainda no que se refere as fontes de investimento para o fomento do turismo na região Bonito/Serra da Bodoquena, como são/eram destinados/direcionados/gastos tais valores?
11. Considerando o PRT, qual articulação existente entre as regiões Bonito/Serra da Bodoquena?
12. Considerando o PRT, qual articulação existente entre os destinos indutores de turismo Bonito e Corumbá?
13. Qual articulação existente entre o destino indutor de turismo Bonito, com os demais municípios que compõem a região Bonito/Serra da Bodoquena?
14. Em quais diretrizes políticas e/ou operacionais se encontram/se encontraram as maiores dificuldades e desafios para a execução do PRT na Região Bonito/Serra da Bodoquena? Por que?

15. Quais instâncias de governança foram criadas a partir do PRT na Região Bonito/Serra da Bodoquena?
16. Quais os sujeitos e/ou agentes sociais constituem/constituíram as instâncias regionais de governança do turismo na região Bonito/Serra da Bodoquena?
17. Qual a periodicidade das reuniões desta instância? E onde as mesmas eram/são realizadas?
18. Qual(is) a(s) principal(is) agenda(s) de trabalho ou de encaminhamento prático do Fórum Bonito/Serra da Bodoquena?
19. Tais agendas de trabalho ou de encaminhamento prático do Fórum Bonito/Serra da Bodoquena eram/foram executadas? Sim/Não, por que?
20. As instâncias de governança criadas a partir do PRT na instância regional Bonito/Serra da Bodoquena, cumprem/ou cumpriram o papel/os papéis destinados as mesmas? Por que?
21. Quais as facilidades encontradas nas instâncias de governança Bonito/Serra da Bodoquena?
22. Quais os obstáculos encontrados nas instâncias de governança Bonito/Serra da Bodoquena?
23. O destino turístico Bonito é competitivo no mercado nacional e internacional? Justifique a sua resposta.
24. O destino turístico Bonito/Serra da Bodoquena é competitivo no mercado nacional e internacional? Justifique a sua resposta.
25. Cite três palavras/termos que qualificariam, definiriam e sintetizariam o Turismo:
 5. Bonito
 6. Bonito/Serra da Bodoquena:

26. Especificamente sobre a região Bonito/Serra da Bodoquena, por que o destino Bonito é tomado como título da Região?
27. Para você, qual a importância do destino indutor Bonito para a região Bonito/Serra da Bodoquena?
28. Qual a sua avaliação do PRT na região Bonito/Serra da Bodoquena?
29. Qual a sua avaliação da instância de governança regional – Fórum Bonito/Serra da Bodoquena?
30. Quais foram os principais ganhos (se houve/se houveram) do turismo em Bonito por conta do mesmo ser um destino indutor?
31. Quais foram as perdas (se houve/se houveram) do turismo em Bonito por conta do mesmo ser um destino indutor?
32. Quanto a Associação Rota Pantanal Bonito, qual a participação do município, em especial, da instituição que você representa?
33. Quanto a Associação Rota Pantanal Bonito, qual a participação do município, em especial, da instituição que você representa?
34. Alguma sugestão e/ou observação que você julgue necessária e que não foi contemplado no roteiro de entrevistas?



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Câmpus de Presidente Prudente
Programa de Pós-Graduação em Geografia

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – ASSOCIAÇÃO ROTA PANTANAL-BONITO

Nome e sobrenome: _____

Instituição/Departamento: _____

Cargo/Função: _____

Tempo no Cargo/Função: _____

Telefone para contato: _____

Email: _____

Cidade: _____ Data: ____/____/2018

Grau de escolaridade:

() Ensino fundamental

(...) Superior completo

Formação acadêmica: _____

() Ensino fundamental incompleto

(...) Superior incompleto

() Ensino Médio

(...) Pós-graduando

() Ensino Médio incompleto

(...) Pós-graduado

Qual área? _____

1. O que é a Associação Rota Pantanal-Bonito? Quais seus objetivos?
2. Quando a Associação começou a funcionar?
3. Qual a sua função junto a Associação Rota Pantanal-Bonito?
4. Qual a relação desta Associação com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT)?
5. Qual o papel da Fundação de Turismo - MS com a Associação Rota Pantanal-Bonito?
6. A Associação Rota Pantanal-Bonito cumpre o papel de uma Instância de Governança Regional? Sim/Não. Por que?

7. Qual a relação da Associação Rota Pantanal-Bonito com as instancias de Governanças Regionais, em especial, das Regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?
8. O que diferencia a Associação Rota Pantanal Bonito, dos Fóruns das instâncias regionais Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?
9. Quem pode participar da Associação Rota Pantanal-Bonito? Quais os critérios para participação?
10. Quais os principais sujeitos e/ou agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento e na estrutura da Associação Rota Pantanal-Bonito na região Bonito/Serra da Bodoquena?
11. Quais os principais sujeitos e/ou agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento e na estrutura da Associação Rota Pantanal-Bonito na região Pantanal?
12. Os sujeitos e/ou agentes sociais envolvidos nos Fóruns Pantanal e Bonito/Serra da Bodoquena estão participando desta associação? Sim/Não, por que?
13. No que se refere a Rota Pantanal Bonito, qual a influência do destino indutor Bonito no fomento do turismo dos municípios que integram a região turística Bonito/Serra da Bodoquena?
14. No que se refere a Rota Pantanal Bonito, qual a influência do destino indutor Corumbá no fomento do turismo dos municípios que integram a região turística Pantanal?
15. Quais as estratégias de fomento foram implementadas via Associação Rota Pantanal Bonito, para os destinos indutores do turismo: Bonito e Corumbá?
16. Quais as estratégias de fomento foram implementadas, via Associação Rota Pantanal Bonito, para os demais municípios que compreendem as regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?

17. No que se refere a Associação Rota Pantanal Bonito, quais as principais fontes de investimento para o fomento do turismo junto aos destinos indutores Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?
18. Ainda no que se refere as fontes de investimento para o fomento do turismo junto aos destinos indutores Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, como são destinados/direcionados/gastos tais valores?
19. Qual articulação existente entre os destinos indutores de turismo Bonito e Corumbá?
20. Qual articulação existente entre os destinos indutores de turismo Bonito e Corumbá, com os demais municípios que compõem as regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente?
21. Em quais diretrizes políticas e/ou operacionais se encontram as maiores dificuldades e desafios para a execução da Associação Rota Pantanal Bonito? Por que?
22. Quais as facilidades encontradas (até o presente) para o desenvolvimento da Associação Rota Pantanal Bonito?
23. Quais os obstáculos encontrados (até o presente) para o desenvolvimento da Associação Rota Pantanal Bonito?
24. Os destinos turísticos Bonito e Corumbá são competitivos no mercado nacional e internacional? Justifique a sua resposta.
25. Cite três palavras/termos que qualificariam, definiriam e sintetizariam o Turismo:
 7. Bonito:
 8. Corumbá:
26. Para você, qual a importância do destino indutor Bonito para a região Bonito/Serra da Bodoquena?
27. Para você, qual a importância do destino indutor Corumbá para a região Pantanal?

28. Quais parcerias foram efetivadas entre instituições públicas, privadas (trade turístico) e não-governamentais na perspectiva do PRT nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal?

29. Alguma sugestão e/ou observação que você julgue necessária e que não foi contemplado no roteiro de entrevistas?

ANEXOS

Tabela de valores para as mensalidades da Associação Rota Pantanal-Bonito

Os valores foram divididos em duas categorias, sendo que cada CNPJ terá direito a 1 (um) voto, independentemente do valor a ser pago na mensalidade.

CATEGORIA 1: EMPRESAS PRIVADAS

CLASSE	CATEGORIA	VALOR MENSAL	VALOR JOIA (taxa de adesão)
Classe 1 (micro empreendedor individual - MEI)	Até 01 colaborador	R\$ 30,00	R\$ 90,00
Classe 2 (micro empresa)	Empresas com 2 a 9 colaboradores	R\$ 50,00	R\$ 150,00
Classe 3 (empresa de pequeno porte pequena)	Empresas com 10 a 49 colaboradores	R\$ 130,00	R\$ 390,00
Classe 4 (médio porte)	Empresas com 50 ou mais colaboradores	R\$ 200,00	R\$ 600,00

Classe 5 (instituições e organizações privadas)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sistema S ✓ Associações de Classe ✓ Sindicatos ✓ Universidades ✓ OCIP's ✓ ONG's ✓ Fundações ✓ Institutos 	R\$ 5.000,00 ao ano ou outros valores através de convênios.
---	---	---

Classe 6	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Propriedades Rurais ✓ Agroindústrias ✓ Associações de Artesãos ✓ Grupos Culturais e/ou Folclóricos 	R\$ 360,00 ao ano
----------	---	-------------------

CATEGORIA2: PREFEITURAS MUNICIPAIS DA REGIÃO

CLASSE	CATEGORIA	VALOR ANUAL	FORMA DE INVESTIMENTO
Classe 1	Destinos Não Indutores 1. Guia Lopes da Laguna 2. Jardim 3. Porto Murtinho 4. Bodoquena 5. Bela Vista 6. Miranda 7. Aquidauana 8. Ladário	R\$ 3.000,00	Ao ano ou outros valores através de convênios.
Classe 2	Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico 1. Corumbá 2. Bonito	R\$ 5.000,00	
Classe 3	Governo do Estado - Fundação do Estado do Mato Grosso do Sul	R\$ 8.000,00	

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DA “ROTA PANTANAL – BONITO”

CAPÍTULO I – Da Denominação, Natureza, Sede, Prazo de Duração e Finalidade.

Art 1º A Associação da Rota Pantanal - Bonito, associação civil sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, fundada em Bonito, Estado do Mato Grosso do Sul, em 14 de março de 2018, aqui também denominada “Rota Pantanal-Bonito”, com sede e foro na cidade de Campo Grande – MS, na Avenida Afonso Pena, 7000 – Parque das Nações Indígenas – Portal Guarani - CEP 79.031-010, com duração por período indeterminado, poderá ser extinta apenas por deliberação da maioria absoluta de seus associados em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, que reger-se-á pelo Código Civil e Estatuto Consolidado.

Art 2º A **Rota Pantanal-Bonito** tem abrangência inter-municipal, com composição e atuação dos municípios inseridos nas regiões turísticas da Serra da Bodoquena, que engloba Guia Lopes da Laguna, Jardim, Porto Murtinho, Bonito, Bodoquena, Caracol e Bela Vista, e a região turística do Pantanal, que engloba Miranda, Aquidauana, Anastácio, Ladário e Corumbá.

Art 3º A **Rota Pantanal-Bonito** não possui caráter político-partidário, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação específica aplicável.

Art 4º A **Rota Pantanal-Bonito** não distribuirá entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados, colaboradores ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, devendo aplicá-los integralmente na consecução do seu objetivo social, ressalvadas parcerias pontuais e específicas expressamente previstas neste estatuto, em respeito às legislações federais, estaduais e municipais pertinentes.

Art 5º A **Rota Pantanal-Bonito** tem por missão a promoção, divulgação e marketing deste roteiro, com abrangência inter-municipal, e a busca pelo fomento, apoio e orientação aos associados na divulgação de seus negócios e destinos, com vistas a construção do desenvolvimento sustentável do turismo, meio ambiente, cultura e economia da Rota Pantanal-Bonito.

Art 6º A **Rota Pantanal-Bonito** deverá estar em consonância com as Políticas Públicas de Turismo em âmbito nacional, estadual, regional e municipal, cumprindo a função de Instância de Governança Regional para o desenvolvimento do turismo nestas duas regiões.

Art 7º A **Rota Pantanal-Bonito** tem por objetivos:

- I. Amparar e defender os legítimos interesses dos associados da entidade, colaborando com os poderes públicos no estudo e soluções dos problemas das classes congregadas;
- II. Estimular a elaboração do Planejamento Estratégico de Promoção e Marketing da Rota Pantanal-Bonito, de forma colaborativa, em sintonia com o planejamento e estratégias dos municípios, regiões turísticas, estado e empresas associadas;
- III. Estimular o espírito de cooperação e ética entre os municípios e associados,

promovendo a sustentabilidade dos recursos turísticos existentes;

IV. Orientar e estimular os Municípios associados a apresentarem semestralmente o calendário fixo de eventos turísticos;

V. Promover congressos, exposições e conferências, com foco no desenvolvimento dos associados e da Rota Pantanal-Bonito;

VI. Representar os interesses coletivos dos associados e regiões junto aos Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais;

VII. Promover a integração entre instituições de ensino e associados, visando o incentivo da pesquisa científica, da inovação tecnológica e ensino, da realização de pesquisas de demandas turísticas, com vistas a gerar informações e dados que subsidiem e apoiem as ações de planejamento voltadas ao desenvolvimento sustentável da Rota Pantanal-Bonito.

VIII. Promover o intercâmbio de conhecimento e estruturação de banco de dados sobre o desenvolvimento do turismo regional na área de abrangência definida pelo presente estatuto;

IX. Apoiar e incentivar ações que visem à capacitação e a qualificação dos associados;

X. Apoiar e incentivar ações que visem à realização e/ou participação em eventos de promoção e comercialização dos roteiros e destinos inseridos nestas duas regiões e da produção associada ao turismo nos mercados de interesse dos associados;

XI. Desenvolver campanhas de publicidade e marketing visando a divulgação e solidificação da Rota Pantanal-Bonito perante o mercado local, estadual, nacional e internacional;

Parágrafo único. A **Rota Pantanal-Bonito**, na consecução dos seus objetivos, poderá firmar convênios, contratos, licenciamento de propriedades intelectuais e articular-se com órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, e Entidades do Sistema “S”.

Art 8º Para a realização dos seus fins, a **Rota Pantanal-Bonito** poderá instalar os órgãos técnicos necessários e os serviços que possam ser úteis aos seus associados, na forma de câmara técnica de estudos, planejamento e execução, visando melhor atingir os objetivos da entidade.

CAPÍTULO II – Do Patrimônio e das Receitas

Art 9º Constituem patrimônio da **Rota Pantanal-Bonito**:

- I. Contribuições das pessoas físicas ou jurídicas previstas neste estatuto;
- II. As doações e legados;
- III. Os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidos;
- IV. As contribuições previstas no art. 11;
- V. Outras rendas que a qualquer título possam ser auferidas pela entidade.

Art. 10º O patrimônio social da **Rota Pantanal-Bonito** permanecerá sob a guarda e responsabilidade da Diretoria, cabendo, entretanto, aos associados, de maneira geral, a obrigação de zelar pelos bens e direitos da Associação.

Art. 11 As fontes e receitas da **Rota Pantanal-Bonito** serão as seguintes:

- I. Associativas: provenientes das mensalidades dos associados de todas as categorias;

- II. Promocionais: provenientes da realização de convenções, encontros, exposições, viagens e outras atividades;
- III. Subsidiárias: provenientes do resultado de atividades de órgãos de comunicação e outros organismos que venham a ser criados pela entidade;
- IV. Eventuais: provenientes de receitas financeiras e rendas de outras naturezas, bem como de doações em geral, patrocínios, permutas e quaisquer fontes de receitas lícitas voltadas aos objetivos da instituição.

Art. 12 Os títulos de renda e os bens imóveis só poderão ser alienados mediante permissão expressa da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III – Dos Associados

Art. 13 O quadro social da **Rota Pantanal-Bonito** compor-se-á de 02 (duas) categorias de associados: 1. Associados Públicos 2. Associados Privados.

Art. 14 São Associados Públicos, os municípios integrantes da Rota Pantanal-Bonito, pessoas jurídicas de Direito Público, que apoiarão financeiramente as atividades da entidade.

§1º São Associados Privados, as pessoas jurídicas de direito privado, que integrem a **Rota Pantanal-Bonito**, e que possuem interesse direto nos objetivos e ações da entidade.

§2º Os associados de que tratam este artigo, públicos e privados, poderão votar e serem votados aos cargos previstos neste estatuto, desde que adimplentes financeiramente com a entidade.

Art. 15 As contribuições dos associados serão definidas em Assembleia Geral, anualmente, aprovadas e reduzidas em ata, após serem apresentadas as sugestões pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva poderá estipular critérios diferenciados não previstos no artigo acima, sendo necessário a aprovação em Assembleia Geral.

Art. 16 Os associados de que trata o art. 13 devem ter sua atuação ligada direta ou indireta direta ao turismo, comprovada no ato da adesão e entrega de documentos, em atividades de interesse socioeconômico da **Rota Pantanal-Bonito**.

§1º Cada associado terá direito a um único voto, sendo vedado o voto por procuração.

§2º O associado Público efetuará o pagamento da mensalidade associativista de forma anual, cujo valor será deliberado em Assembleia Geral, em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal a respeito.

CAPÍTULO IV – Da Organização Administrativa

Art. 17 São órgãos da administração da **Rota Pantanal-Bonito**:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal; e
- IV. Câmaras Técnicas.

§1º O mandato dos cargos a que se refere este capítulo será de 02 (dois) anos, permitida a recondução, uma única vez.

§2º O exercício de qualquer cargo de administração prevista neste Capítulo será não remunerado, permitida a composição por cargos comissionados ou efetivos da Administração Pública.

CAPÍTULO V – Da Assembleia Geral

Art. 18 As Assembleias Gerais são soberanas em suas resoluções não contrárias às leis vigentes, a este Estatuto, instalando-se em 1ª convocação com maioria absoluta dos associados efetivos quites, e 2ª com qualquer número, salvo em casos especiais previstos neste Estatuto.

Art. 19 Nas Assembleias Gerais de caráter eleitoral só terão direito a voto os membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e os Associados devidamente credenciados adimplentes com a associação.

Art. 20 A convocação das Assembleias Gerais Ordinárias será feita pelo(a) presidente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, por convite, dando publicidade por qualquer meio hábil – físico ou eletrônico, contendo resumidamente os assuntos a serem tratados, e se reunirá em 1ª convocação com maioria absoluta, ou, em 2ª convocação, ½ (meia) hora após a 1ª, com qualquer número dos presentes, respeitado o direito de 1/5 (um quinto) dos associados promovê-la, conforme legislação vigente.

Art. 21 A convocação das Assembleias Gerais Extraordinárias será feita com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis pelo presidente da entidade, ou por requerimento ao Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados adimplentes na data de convocação, via convite, por qualquer meio hábil de comunicação – físico ou eletrônico, contendo resumidamente os assuntos a serem tratados, e se reunirá em 1ª convocação com maioria absoluta, ou, em 2ª convocação, ½ (meia) hora após a 1ª, com qualquer número dos presentes.

Art. 22 A Assembleia Geral deliberará por maioria simples de votos, salvo quanto à hipótese de dissolução e liquidação da Associação, caso em que será necessária a aprovação de 2/3 (dois terços) de seus associados, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou, com menos de um terço nas convocações seguintes.

§1º Nas deliberações da Assembleia Geral, cada associado terá direito a um voto por empresa/município associado.

§2º Serão por escrutínio secreto as deliberações da Assembleia Geral Eletiva.

Art. 23 São competências das Assembleias Gerais:

- I. Alterar o presente Estatuto, mediante deliberação de 2/3 dos votos dos presentes na Assembleia Geral;
- II. Eleger a Diretoria Executiva;
- III. Aprovar a indicação da Diretoria Executiva dos membros do Conselho Fiscal;
- IV. Destituir a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, mediante a deliberação de 2/3 dos votos dos presentes;
- V. Apreciar anualmente as contas da Diretoria Executiva e deliberar sobre as

demonstrações financeiras que lhe serão apresentadas na Assembleia Geral Ordinária, após análise e parecer do Conselho Fiscal;

VI. Deliberar sobre recurso interposto por qualquer interessado em se associar à associação, cujo requerimento nos termos deste Estatuto, tenha sido indeferido pela Diretoria Executiva;

VII. Deliberar sobre questões que envolvam aquisição ou alienação de patrimônio;

VIII. Deliberar sobre quaisquer questões não previstas neste Estatuto, observadas as disposições legais que disciplinam a matéria, bem como a Analogia, os Princípios Gerais de Direito e uso e costumes do País.

Art. 24 A Assembleia Geral Extraordinária, observadas as disposições deste Estatuto, reunir-se-á para tomar conhecimento e deliberar sobre qualquer assunto a ela submetido pela Diretoria Executiva, de interesse imediato da classe.

Art. 25 As Assembleias serão presididas pelo Presidente da entidade, com ajuda do Vice-Presidente.

Art. 26 Ao Presidente da Assembleia Geral cumpre manter a ordem interna, devendo todos os associados acatar as decisões tomadas, quando em harmonia com as disposições deste Estatuto, competindo-lhe ainda:

I. Compor a mesa de reunião a que tenha de presidir, com um segundo Secretário e Escrutinadores quando for o caso, de sua livre escolha dentre os associados presentes;

II. Manter a organização permanente da Assembleia nos termos legais;

III. Respeitar e fazer respeitar os direitos dos associados no livre e pleno exercício de suas opiniões, dirigir os trabalhos, obedecendo à ordem estabelecida no Edital de Convocação;

IV. Fazer retirar do recinto os associados que intencionalmente provoquem tumulto e os reincidentes de suas advertências;

V. Suspender os trabalhos da Assembleia quando houver perturbação da ordem, reiniciando-os dentro do tempo que julgar conveniente;

VI. Impedir que sejam empregados termos desrespeitosos, injuriosos ou agressivos.

Art. 27 Ao Presidente da Assembleia não é permitido tomar parte nas discussões dos assuntos em debate, cumprindo-lhe passar ao substituto legal, as funções do cargo quando desejar fazer uso deste direito, só podendo reassumi-lo ao encerrar a votação da matéria em cuja discussão interveio.

Art. 28 Ao Presidente incumbe verificar na abertura dos trabalhos, pelo livro de presença, o exato cumprimento deste estatuto, e em caso de não haver quórum necessário, fará lavrar o livro próprio o respectivo termo, e fixará o início da reunião em segunda convocação.

CAPÍTULO VI – Da Diretoria Executiva

Art. 29 A Diretoria Executiva é o órgão de administração superior da associação, cabendo-lhe executar as diretrizes fundamentais e cumprir as disposições deste estatuto.

Art. 30 A Diretoria Executiva será eleita pela Assembleia Geral, com a seguinte composição:

- I. 01 (um) Presidente;
- II. 01 (um) Vice-Presidente;
- III. 01 (um) Diretor Administrativo-financeiro;
- IV. 01 (um) Vice-Diretor Administrativo-financeiro;
- V. 01 (um) Diretor de Mercado e Marketing; e
- VI. 01 (um) Vice-Diretor de Mercado e Marketing.

Art. 31 A Diretoria Executiva reunir-se-á, sempre que houver necessidade ou conveniência da associação convocada pelo presidente em exercício, que expedirá aviso a todos os Diretores, e deverá:

- I. Exercer as atribuições e os poderes que o presente Estatuto lhe confere, assegurando o bom funcionamento da entidade;
- II. Organizar e divulgar o Balanço Financeiro e redigir o Relatório anual das atividades;
- III. Manter contato com entidades congêneres para consecução dos objetivos desta entidade;
- IV. Levar ao conhecimento dos associados todos os assuntos importantes por ela tratados;
- V. Nomear comissões especiais, quando necessário;
- VI. Fixar a data da Assembleia Geral Ordinária;
- VII. Aplicar aos associados pena de suspensão ou exclusão, cabendo-lhes recurso à Assembleia.

Art. 32 Compete ao Presidente da **Rota Pantanal-Bonito**:

- I. Presidir e dirigir a associação, com amplos poderes para assegurar seu normal funcionamento;
- II. Representar a associação, em juízo ou fora dela, e em todos os assuntos de seu interesse, podendo delegar poderes a outro Diretor, ou a advogado legalmente habilitado;
- III. Convocar, semestralmente e, quando necessário, as reuniões da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal;
- IV. Assinar todo o expediente;
- V. Ordenar despesas, visar contas e assinar juntamente com o Diretor Administrativo- Financeiro, cheques e outros;
- VI. Contratar e nomear funcionários e demiti-los quando necessário;
- VII. Organizar os serviços de publicidade e prover seus recursos;
- VIII. Apresentar, anualmente ao Conselho Fiscal, a demonstração das contas do exercício findo.

Art. 33 Compete ao Vice-Presidente, substituir o Presidente nos seus impedimentos, e auxiliá-lo na sua administração.

Art. 34 Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- I. Superintender os trabalhos de Tesouraria, mantendo sob sua guarda todos os bens de valores;
- II. Abrir e movimentar contas bancárias e assinar juntamente com o Presidente;
- III. Efetuar pagamentos, arrecadar a receita da entidade, seja a o que título for, fazendo escriturar convenientemente os livros próprios;
- IV. Planejar, organizar, controlar, coordenar e zelar pelo bom funcionamento da entidade.

Art. 35 Compete ao Vice-Diretor Administrativo-Financeiro, substituir o Diretor Administrativo-Financeiro nos seus impedimentos, e auxiliá-lo no cumprimento de suas atribuições.

Art. 36 Compete ao Diretor de Mercado e Marketing, promover, fomentar, divulgar e atender as necessidades de comunicação, publicidade e relacionamento da entidade com os associados, órgãos, poderes públicos, empresas e outros, zelando pela boa imagem da associação.

Art. 37 Compete ao Vice-Diretor de Mercado e Marketing, substituir o Diretor de Mercado e Marketing nos seus impedimentos, e auxiliá-lo em suas funções.

CAPÍTULO VII – Do Conselho Fiscal

Art. 38 O Conselho Fiscal é o órgão permanente de fiscalização da associação, cabendo-lhe zelar pela sua gestão econômico-financeira, pela autenticidade, clareza e demonstrativos de suas contas.

Art. 39 O Conselho Fiscal compor-se-á de 03 (três) membros titulares, e 03 (três) membros suplentes, escolhidos pela Diretoria Executiva, dentre profissionais habilitados e pessoas de notório saber em suas áreas de atuação.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal será presidido por um de seus membros, escolhidos pelos demais membros.

Art. 40 Os membros do Conselho Fiscal terão o prazo de mandato de 02 (dois) anos, permitida recondução, coincidente com o mandato da Diretoria Executiva.

Art. 41 O Conselho Fiscal se reunirá por convocação de seu Presidente ou da maioria dos seus membros, ordinariamente 02 (duas) vezes por ano, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 42 Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Eleger na primeira reunião, dentre os membros, seu Presidente;
- II. Examinar os livros e documentos contábeis e a situação da Tesouraria, lavrando nos livros o resultado do exame;
- III. Emitir parecer sobre o balanço financeiro do exercício findo, encaminhando-o ao Presidente que o apresentará à Assembleia Geral;
- IV. Opinar sobre a aceitação de doações com encargo, à aquisição ou alienação de bens móveis ou imóveis, e sobre a obtenção de financiamentos e empréstimos de qualquer natureza;
- V. Denunciar aos órgãos competentes, os erros, omissões, fraudes ou crimes que verificar, sugerindo providências à devida regularização legal.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal poderá, motivadamente, solicitar o assessoramento de perito ou empresa de auditores independentes para a execução de suas obrigações.

CAPÍTULO VII – Das Câmaras Técnicas

Art. 43 As Câmaras Técnicas serão constituídas por solicitação do Presidente sempre que um determinado assunto ou ação exigir estudos, levantamentos ou análises específicas para sua implantação ou discussão.

§ 1º A Câmara Técnica poderá ser formada por até 5 (cinco) associados de acordo com sua complexidade e a especificidade do assunto a ser pesquisado.

§ 2º O Presidente no ato de constituição da Câmara Técnica definirá prazos para a apresentação dos resultados, bem como o nome de um responsável por coordenar estes trabalhos.

§ 3º A Câmara Técnica poderá convidar para participar e contribuir temporariamente, com a anuência do Presidente, pessoa física ou jurídica.

CAPÍTULO IX – Dos Direitos e Deveres

Art. 44 São prerrogativas dos associados da **Rota Pantanal-Bonito**, além das previstas em Lei:

- I. Votar e ser votado nas deliberações das Assembleias e dela participar estando quites;
- II. Receber as comunicações e publicações da entidade;
- III. Ter livre acesso a *homepage* da Associação;
- IV. Convocar Assembleia Geral, nos termos do art. 21 deste Estatuto;
- V. Recorrer a Assembleia Geral, em caso de exclusão do quadro de filiada da associação; e,
- VI. Utilizar todos os serviços da associação e frequentar sua sede.

Art. 45 Além dos previstos em lei e neste Estatuto são também deveres dos Associados:

- I. Respeitar este Estatuto, os regulamentos expedidos para sua execução e as determinações dos Órgãos Dirigentes;
- II. Zelar pelo bom nome da entidade e esforçar-se pela manutenção da imagem institucional da categoria;
- III. Pagar as mensalidades pontualmente e contribuir com as demais despesas, quando solicitado, dentro de sua proporcionalidade;
- IV. Concorrer para a realização de fins sociais;
- V. Repassar informações atualizadas da composição societária, quando solicitado pela entidade ou quando houver alteração do contrato social ou na forma de representação da associada junto à entidade;
- VI. Informar desligamento de Diretor ou funcionário quando o mesmo exerça cargo dentro da Diretoria Executiva, e;
- VII. Informar quando houver o fechamento da empresa, para processo de desligamento da mesma do quadro de Associada à entidade.

CAPÍTULO X – DAS PENALIDADES

Art. 46 Pela inobservância de qualquer dos deveres e obrigações previstos neste estatuto e demais normas da entidade, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito;
- II. Exclusão.

§1º Salvo decisão motivada em contrário, serão excluídos os associados efetivos:

- I. que atrasarem por mais de 03 (três) meses o pagamento de suas contribuições pecuniárias;
- II. que não cumprirem o presente estatuto, Regimento Interno e demais normas a serem expedidas;
- III. que tiverem má conduta comprovada por qualquer associado.

§2º A pena de exclusão não exime o associado excluído das obrigações financeiras devida à associação.

§3º O associado excluído da associação, respeitado o devido procedimento interno administrativo e direito à ampla defesa e contraditório, não terá direito aos benefícios diversos a que a entidade oferece aos mesmos, devendo, para o retorno efetivo, quitar todas suas obrigações financeiras e ter autorização expressa da Diretoria, analisado caso a caso, e, de forma motivada, ter seu reingresso definido.

CAPÍTULO XI – Da Perda do Mandato

Art. 47 Os mandatos são pessoais e intransferíveis e perdem-se:

- I. Em virtude de renúncia coletiva ou individual;
- II. Por comprovado abandono, ou falta sem justa causa a três reuniões ordinárias consecutivas;
- III. Por sentença condenatória ou crime infamante passado em julgamento;
- IV. Por má-administração ou dilapidação do patrimônio social;
- V. Por grave violação do Estatuto; e,
- VI. Quando o titular do mandato for desligado da Associada.

§1º Quando houver o desligamento, caberá a Associada, titular do cargo, indicar novo representante, em três (03) dias úteis, decorrido esse prazo, sem indicação, a Diretoria Executiva deliberará sobre o assunto.

§2º Caso seja o cargo de Presidente da entidade, assumirá o Vice-Presidente que, no prazo de 03 (três) dias, convocará Assembleia Geral Extraordinária para eleger novo Presidente ou ser efetivado no cargo.

Art. 48 A destituição de cargo da Diretoria Executiva será feita pela Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem maioria absoluta dos associados ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

Parágrafo único. Será assegurado ao interessado pleno direito de defesa, cabendo recurso a Assembleia Geral.

CAPÍTULO XII – Das Renúncias e Vacâncias

Art. 49 A renúncia coletiva das Diretorias procederá à respectiva prestação de contas ao Conselho Fiscal de todo o tempo já decorrido de exercício.

§1º As renúncias serão comunicadas, por escrito, ao Presidente;

§2º Em se tratando de renúncia do Presidente, será esta comunicada igualmente, por escrito ao Vice-Presidente e/ou ao substituto legal que, dentro de 3 (três) dias reunirá a Diretoria Executiva para ciência do ocorrido e convocará Assembleia Geral Extraordinária para eleição de novo Presidente ou ser efetivado no cargo.

Art. 50 Se ocorrer a renúncia coletiva da Diretoria, o presidente ainda que resignatário, convocará a Assembleia Geral para que este constitua uma Junta Gestora provisória.

Art. 51 A Junta Provisória, constituída nos termos do artigo anterior, completará o período restante de mandato e, ao término do período procederá á convocação de Assembleia Geral para eleição da nova Diretoria da entidade, dentro das normas desse Estatuto.

Art. 52 Em caso de abandono do cargo, proceder-se-á na forma deste Capítulo.

Art. 53 Os cargos vagos serão preenchidos por associados eleitos pela Diretoria Executiva, e referendados pela Assembleia Geral seguinte à data da vacância.

CAPÍTULO XIII – Das Eleições

Seção I – Das Eleições

Art. 54 A eleição da Diretoria Executiva e indicação do Conselho Fiscal será realizada pela Assembleia Geral Ordinária conforme previsão no art. 23, incisos II e III, por maioria simples de voto para cada cargo.

Art. 55 Os Associados eleitos deverão apresentar suas credencias ao Presidente, ou a quem este indicar até o momento fixado para o início da Assembleia.

Art. 56 As inscrições das chapas concorrentes devem ser protocoladas na secretaria, ou na comissão eleitoral, da entidade, em horário comercial, até 05 (cinco) dias corridos antes da realização das eleições.

Parágrafo único. O prazo para impugnação da(s) chapa(s) será de 03 (três) dias, a contar do prazo final para candidatura das mesmas, observado o disposto neste artigo.

Art. 57 Na reunião da Diretoria Executiva que decidir sobre a convocação para a Assembleia Eletiva será constituída uma comissão eleitoral de 03 (três) associados, não integrantes da(s) chapa(s) concorrente(s), que tratarão das questões omissas neste estatuto e regulamentos da eleição, através de atos normativos ou decisões constantes em ata de reunião.

Secção II – Da Votação

Art. 58 Instalada a Assembleia Geral pelo Presidente, o plenário se transformará em Eleitoral.

Art. 59 Os trabalhos eleitorais se iniciarão, na hora prevista na convocação, com a duração necessária para que possam votar todos os presentes devidamente credenciados e que tenham assinado o livro de presença, até o início dos trabalhos.

Art. 60 Aberta a votação que será por escrutínio secreto, cada eleitor depois de identificado assinará o seu voto, de acordo com o sistema a ser utilizado.

Art. 61 Na hipótese de inscrição de uma única chapa, a eleição será feita por aclamação.

Seção III – Da Apuração

Art. 62 A apuração será feita pela comissão eleitoral, com a participação dos presentes.

Parágrafo Único. Em caso de empate, prevalecerá o voto de qualidade do Presidente da Assembleia.

Seção IV – Da Nulidade Art. 63 São motivos de nulidade no pleito:

- I. Realização em dia, hora ou local diverso do designado na convocação;
- II. Encerramento em dissonância com os preceitos legais;
- III. Coação ou fraude comprovadas;
- IV. Inobservância de qualquer disposição contida neste Estatuto.

Seção V – Da Posse

Art. 64 A posse dos eleitos será automática, lavrando-se o respectivo TERMO DE POSSE, tendo seus efeitos jurídicos perante a associação somente no primeiro dia útil do mandato subsequente às eleições.

CAPÍTULO XIV – Da Reforma do Estatuto

Art. 65 O presente Estatuto só poderá ser reformado em Assembleia Geral, com convocação expressa para isso, e por deliberação da maioria absoluta dos associados presentes.

§1º As alterações serão obrigatoriamente apresentadas à Diretoria, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos, antes da realização da Assembleia que deliberará sobre o assunto.

§2º As alterações serão encaminhadas com parecer à mesa pela Diretoria.

CAPÍTULO XV – Das Disposições Gerais, Finais e Transitórias

Art. 66 O regime jurídico dos empregados da associação será o da Consolidação das Leis do Trabalho e contratos em regime especial de prestação de serviços, sem caráter empregatício.

Art. 67 As alterações no estatuto não poderão contrariar, desvirtuar ou restringir os objetivos da associação.

Art. 68 Por determinação legal ou por deliberação dos associados, na forma já prevista neste estatuto, na dissolução e liquidação da Associação aplicar-se-ão os preceitos legais vigentes, especialmente as disposições constantes no Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. No caso de dissolução da entidade, liquidada as dividas de sua responsabilidade, os bens serão doados a instituições similares da classe, a critério da Assembleia Geral e, na impossibilidade de sua reunião, por deliberação da Diretoria Executiva.

Art. 69 A Rota Pantanal-Bonito não terá caráter político nem religioso.

Art. 70 Os associados não responderão ativa e passivamente, solidária e subsidiariamente, pelas obrigações fiscais e sociais da associação, salvo comprovação de atos ilícitos por dolo ou culpa, respeitados o direito à ampla defesa e contraditório.

Art. 71 A Associação não distribuirá lucros, vantagens, bonificações ou dividendos de qualquer natureza entre os associados, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, ressalvadas a previsão do pagamento de consultorias a empresas ou profissionais consultores captadores de recursos e apoios financeiros diversos, nos termos definidos pela Diretoria Executiva.

Art. 72 Os casos omissos serão resolvidos por disposições análogas, ou usos e costumes, pela Diretoria Executiva, e, em última instância, pela Assembleia Geral.

Art. 73 O exercício financeiro encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 74 A admissão do Associado no quadro social pressupõe o inteiro conhecimento e aceitação deste Estatuto.

Art. 75 O Regimento Interno regulará os regimes administrativos e a gestão financeira interna cujas hipóteses não foram contempladas nesse estatuto.

Art. 76 O presente estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral e o competente registro em cartório de títulos e documentos.

Fabício B. Amaral OAB/Go 32.851